Volker Noll
Wolf Dietrich
(Organizadores)

O português e o tupi no Brasil

editoracontexto

O português e o tupi no Brasil

O século XIX viu o ressurgimento da tradição tupi no Brasil. Quem não conhece a Iracema de José de Alencar ou o indianismo lírico do poeta Gonçalves Dias, que, aliás, redigiu também um dicionário da língua tupi?

Dividido em 12 capítulos, *O português e o tupi no Brasil* parte da classificação e da extensão no território brasileiro e expõe a importância do tupi na formação da variedade brasileira, sobretudo no vocabulário. Esses temas são discutidos em "O tronco tupi e as suas famílias de línguas", "Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil", "Anchieta 1595 e Figueira 1621", "Os primeiros empréstimos tupis no português do Brasil" e "O papel do tupi na formação do português brasileiro".

O português e o tupi no Brasil

Conselho Acadêmico
Ataliba Teixeira de Castilho
Carlos Eduardo Lins da Silva
Carlos Fico
Jaime Cordeiro
José Luiz Fiorin
Tania Regina de Luca

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo dos capítulos deste livro.
Os Organizadores e os Autores conhecem os fatos narrados, pelos quais são responsáveis,
assim como se responsabilizam pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em **www.editoracontexto.com.br**.

Volker Noll
Wolf Dietrich
(Organizadores)

O português e o tupi no Brasil

editoracontexto

Copyright © 2010 Os Organizadores

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Montagem de capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos
Daniela Marini Iwamoto

Revisão
Flávia Portellada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Português e o tupi no Brasil /
Volker Noll, Wolf Dietrich, (organizadores). –
1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7244-472-9

1. Línguas 2. Português - Brasil 3. Português – Brasil – História
4. Tupi I. Noll, Volker. II. Dietrich, Wolf.

10-10403 CDD-469.798

Índice para catálogo sistemático:
1. Português brasileiro : História : Linguística 469.798

2024

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contato@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

Sumário

Prefácio 7

O tronco tupi e as suas famílias de línguas.
Classificação e esboço tipológico 9
Wolf Dietrich

Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil 27
Aryon Dall'Igna Rodrigues

Anchieta 1595 e Figueira 1621.
Representações da gramática do tupinambá 49
Roland Schmidt-Riese

Os primeiros empréstimos tupis no português do Brasil 61
Volker Noll

O papel do tupi na formação do português brasileiro 81
Wolf Dietrich e *Volker Noll*

O Brasil Colônia entre a língua geral e o português 105
Volker Noll

Variedade do português brasileiro na trilha das bandeiras paulistas 119
Sílvio de Almeida Toledo Neto e *Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida*

O uso do tupi na Capitania de São Paulo no século XVII 141
Cândida Barros

A língua guarani e o português no Brasil 155
Valéria Faria Cardoso

Os brasiguaios no Brasil. Aspectos fonéticos, gramaticais e lexicais 167
Wolf Dietrich

As relações históricas entre o português
e o nheengatu nos universos urbano e rural da Amazônia 183
José Ribamar Bessa Freire

O nheengatu atual falado na Amazônia brasileira 211
Martina Schrader-Kniffki

Os organizadores 231

Os autores 233

Prefácio

O Brasil é um país de muitas cores. A formação do seu povo e da sua língua, variante da portuguesa, no solo americano, está estreitamente ligada à população autóctone, sobretudo nos primeiros séculos da colonização. Portanto, o português brasileiro, comparado com a variedade europeia, carateriza-se não só pelos seus arcaísmos lexicais e a fonética, mas também pela tradição tupi, que se manifesta em inúmeros nomes de lugares como *Itapetininga*, *Itanhaém*, *Taubaté*, *Ubatuba*, *Curitiba*, de praias, serras e rios como, por exemplo, *praia de Pituaçu*, *praia de Jaguaribe*, *serra da Ibiapaba*, *rio Paraná*, *Paranapanema*, *Parnaíba*, *Itapicuru-Açu*. Também, uma parte considerável do vocabulário da fauna, da flora e das cozinhas regionais brasileiras tem a sua origem na língua que tradicionalmente se chama "tupi". Basta mencionar termos como *abacaxi*, *maracujá*, *açaí*, *capim*, *cipó*, *mandioca*, *surubim*, *pirarucu*, *piranha*, *tatu*, *jacaré*, *urubu*, e muitíssimos outros. Na fraseologia popular, encontramos expressões como *ser pacova*, *jiboiar* e *acaipirar-se*, que são típicas do português do Brasil e não se compreendem em Portugal. Em contraste com a tradição tupi na história do português brasileiro, as outras línguas indígenas, umas 170 que estão ainda vivas em território brasileiro, não exerceram nenhuma influência notável.

O presente livro dá uma introdução a aspectos essenciais da história do português brasileiro nos primeiros séculos da Colônia, uma história marcada precisamente pelo contato com o tupinambá, a língua dos primeiros habitantes da costa do Brasil. Os autores do livro contribuem para esclarecer o conceito nem sempre claro do "tupi", explicam as relações genéticas do tupinambá dentro da família tupi-guarani e descrevem pontos importantes da estrutura desta língua. Em especial, informam sobre a história dos contatos do português com "a língua mais usada na costa do Brasil" no século XVI, a formação da língua brasílica e das línguas gerais no século XVII. Constitui igualmente parte

do livro a temática das primeiras gramáticas do tupinambá e dos primeiros empréstimos tupis no português do Brasil, como também o uso das duas línguas mais importantes do Brasil colonial, a saber, o português e a língua geral. Ambas as línguas eram faladas pelos bandeirantes de São Paulo. Contudo, a filiação tupi, onipresente no vocabulário e na onomástica brasileiros, não é só uma tradição de línguas mortas, mas reflete-se também nas línguas vivas. Por conseguinte, descreve-se a situação do nheengatu, a forma moderna da língua geral amazônica dos séculos XVII a XIX, e aquela do guarani, língua estreitamente aparentada com o tupinambá, que se usava na missão jesuítica das famosas Reduções do Paraguai. Na sua forma moderna, ela é falada hoje no Paraguai, assim como em partes da Argentina e do Brasil. O livro contém também informações atuais sobre o guarani, introduzido em Mato Grosso do Sul através de emigrantes paraguaios e dos seus descendentes. Apresenta-se, finalmente, a situação sociolinguística dos indígenas que falam uma variedade do guarani no Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil. Com isso, o livro oferece um panorama vasto que abrange a história dos contatos linguísticos, dos usos históricos e os resultados daí decorrentes que se espelham no português brasileiro atual e nas línguas indígenas vivas, aparentadas com o tupinambá. Essa língua acompanhou a evolução do português brasileiro desde a descoberta até o fim da época colonial. Com o panorama apresentado, espera-se facilitar a melhor compreensão do papel – não sempre fácil de avaliar – do elemento "tupi" na formação do português do Brasil.

Os autores, brasileiros e alemães, são todos especialistas na matéria, na Linguística Histórica e Descritiva, na Sociolinguística, no Português Brasileiro e na Linguística das Línguas Indígenas.

Os organizadores

O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico

Wolf Dietrich

Famílias linguísticas e troncos linguísticos

O que se chama "tupi" na tradição brasileira a partir do século XIX corresponde a uma realidade linguística complexa. O tupinambá, em que se baseiam as línguas gerais da época colonial, a língua brasílica, a língua geral paulista e a língua geral amazônica, extinto desde a primeira metade do século XVIII (cf. Rodrigues, 1996: 57), foi uma das línguas da grande família linguística tupi-guarani. Essa se chama tupi-guarani, nas classificações dos especialistas, porque o tupi(nambá) e o guarani foram as primeiras línguas documentadas da família e assim serviram como definição.

Para a definição do conceito de "família linguística", sejam citadas as palavras de Aryon Rodrigues:

> As línguas do mundo são classificadas em famílias segundo o critério genético. De acordo com esse critério, uma família linguística é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior. As línguas românicas ou neolatinas – português, espanhol, catalão, francês, romanche, italiano, romeno – constituem uma família, cujos membros derivam de uma língua ancestral bem conhecida historicamente – o latim. Para a maioria das famílias linguísticas, porém, as línguas ancestrais são pré-históricas, não se tendo delas

> nenhuma documentação. O conhecimento dessas línguas (ou de, pelo menos, certas caraterísticas delas) é obtido mediante estudos histórico-comparativos que, partindo da descoberta de correspondências regulares (de sons, de palavras, de formas gramaticais) entre duas ou mais línguas, formulam hipóteses sobre as propriedades que devia ter uma língua ancestral para permitir (e explicar) a derivação diferenciada das línguas atuais (Rodrigues, 1986: 29).

Além disso, a família tupi-guarani forma um grupo com outras línguas mais distantes na sua diferenciação histórica, mas que, elas também, apresentam correspondências regulares de sons, de palavras e de formas gramaticais. A língua ancestral, postulada nas hipóteses dos linguistas, o prototupi, corresponde ao conceito do protoindo-europeu, a protolíngua de todas as famílias linguísticas que se estendem da Europa até a Índia. Como as línguas românicas, germânicas, eslavas, bálticas, célticas, indo-arianas etc. formam o tronco indo-europeu, assim as famílias tupi-guarani, arikem, juruna, mondé, tupari etc., que alistamos a seguir, formam o tronco tupi. Portanto, o tupi-guarani é uma das famílias do tronco tupi. O prototupi reconstruído pelos especialistas de Linguística Histórica tem uma antiguidade de vários milênios.

Subsequentemente, apresentamos a classificação das línguas da família tupi-guarani, depois as línguas das outras famílias do tronco tupi. Finalmente, oferecemos uma breve descrição tipológica dos principais traços fonológicos e morfossintáticos do tupinambá, também chamado de tupi antigo, e do guarani antigo, as línguas da missão jesuítica e as bases das línguas gerais que foram as que tiveram influência na formação do português brasileiro.

O tupi-guarani

Família tupi-guarani

(Guiana Francesa, Brasil [Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro], Amazônia peruana, Oriente boliviano, Paraguai, Argentina [Salta, Jujuy, Formosa, Chaco, Corrientes, Misiones]).

GRUPO GUARANI MERIDIONAL

(1) ***Guarani clássico** ou **guarani antigo**[1] (s. XVII e XVIII, língua documentada pelos missionários jesuítas nas Reduções entre 1640 e 1767; língua tipologicamente diferente das outras línguas do grupo, especialmente do avañe'ẽ moderno).

(2) **Avá-guarani** ou **nhandeva**, e dialeto **apapocuva** (no Paraguai, Deptos. de Alto Paraná, Caaguazú, San Pedro, Canindeyú, Amambay, 6 mil falantes; no Brasil [MS, PR, SP, SC, RS], 4,9 mil falantes).

(3) **Kaiwá/caiová/cainguá/kaiowá/pa□ tavyterã** (no Brasil: MS, entre Dourados e a fronteira com o Paraguai, população 18 mil, 15 mil falantes, língua cooficializada em dois municípios [Paranhos e Tacuru], desde maio de 2010; no Paraguai, Deptos. de Amambay, Canindeyú, Concepción, população 15 mil, pelo menos 11 mil falantes; na Argentina, Misiones, 510 falantes).

(4) **Avañe'□** (guarani paraguaio, Paraguai, Argentina [leste de Formosa e Chaco, norte de Santa Fé, Corrientes, poucos falantes em Misiones]; Brasil [sul de MS], no total aproximadamente 5 milhões de falantes, segunda língua oficial do Paraguai desde 1992; língua oficializada na província argentina de Corrientes. A língua está documentada a partir do início do s. XVII).

(5) **Mbyá** (Brasil: SP, RJ, ES, PR, SC, RS, 5 mil falantes; Paraguai, entre Encarnación, Caazapá, San Juan Bautista e Pilar, 8 mil falantes; Argentina, província de Misiones, 2,5 mil falantes).

(6) **Xetá** (Brasil: PR [Baixo Rio Ivaí, serra dos Dourados], moribundo, hoje há 3 falantes no grupo étnico de 82 pessoas em 20 famílias, sobreviventes de um massacre dos anos 1940).

(7) **Guarani do Chaco**, tradicionalmente **chiriguano**, dialetos **ava** (subdialetos **simba** e **chané**); **izoceño** (Bolívia, numa linha que vai de Santa Cruz a Yacuíba, 40 mil falantes ava, 11,5 mil falantes tapýi-izoceños, segundo Riester, 1994; Argentina, província de Salta, entre Pocitos e Orán/Embarcación; província de Jujuy, Libertador General San Martín e Ledesma, 12 mil falantes).

(8) **Tapiete** (Argentina, província de Salta, na "Misión Tapiete" de Tartagal, 750 pessoas, e em Curvita, perto do rio Pilcomayo, a poucos quilômetros rio acima, na Bolívia, algumas famílias em Samaihuate e Cutaiqui, língua aparentada com o guarani do Chaco ou, segundo outros, um dialeto desta).

Guarani da região Guaporé-Mamoré-Paraguai-Paraná

(1) **Guarayo** (Bolívia, Depto. de Santa Cruz, 13 mil falantes, segundo Riester 1994; no Paraguai, o termo Guarayo/Guarayu se usa para os chiriguano-avas).

(2) ***Guarasug'wä/pauserna** (Bolívia, Deptos. de Santa Cruz/Beni, foz do rio Paraguá em Iténez/Guaporé; a etnia hoje fala espanhol; porém, segundo W. Adelaar, existiam entre 25 e 30 falantes da língua nativa em 1991).

(3) **Siriono** (tradicionalmente, mas erroneamente chamado de sirionó; Bolívia, Deptos. de Beni e Santa Cruz, 1,3 mil falantes aproximadamente).

(4) **Yuki** ou **mbyá-jê** (Bolívia, Depto. de Cochabamba, 150 falantes).

(5) **Aché/guayaki** (Paraguai, Deptos. de Caaguazú, Canindeyú, Caazapá e Alto Paraná, há 250-300 falantes ativos num grupo étnico de 1,3 mil pessoas. Língua tupi-guarani antes classificada entre as línguas guaranis meridionais [do grupo guarani meridional], mas muito diferente destas. Em alguns traços fonológicos e morfológicos a língua está mais próxima de línguas como o siriono e yuki. Em migrações ulteriores deve ter acontecido mestiçagem com outros grupos).

Grupo tupi da costa brasileira

(1) ***Tupinambá** (a língua dos índios da costa brasileira nos séculos XVI a XVII, língua empregada na missão jesuítica nos séculos XVI a XVII; tornou-se língua geral brasílica a partir do século XVII; por causa das migrações contínuas dos tupinambás, a língua propagada na região entre Santa Catarina e Bahia estendeu-se depois ao Maranhão e entrou na Amazônia no século XVII. Designada de tupi depois de 1870, esta língua é considerada a língua das origens do Brasil).

(2) ***Tupiniquim** (língua historicamente conhecida, mas não documentada, hoje extinta; Brasil: ES, BH, o grupo étnico inteiro de umas 820 pessoas fala, hoje, português).

(3) ***Potiguara** (língua historicamente conhecida, mas não documentada, hoje extinta. Brasil: PB, 13 mil pessoas, todos falam só português);

(4) **Nheengatu**, anteriormente **língua geral amazônica** (Brasil: AM, no Alto Rio Negro, falado também por algumas etnias indígenas aloglotas, 3 mil falantes; na Colômbia e na Venezuela, aproximada-

mente 6 mil falantes no total; o *nhe'engatu* 'língua boa' formou-se a partir do tupinambá introduzido na Amazônia no século XVII. Até 1850, foi a língua comum da Amazônia brasileira). A partir de então se emprega o termo nheengatu.

(5) **Cocama, cocamilla** (ao redor de Iquitos/Loreto/Peru, grupo étnico cocama 19 mil pessoas; cocamilla 2 mil falantes de um grupo étnico de 5 mil pessoas; no Brasil, 100 falantes entre cerca de 20 mil cocamas étnicos; entre 30 e 204 falantes na região de Letícia, Colômbia, dados não confirmados. O cocama e o cocamilla são dialetos de uma língua de origem não tupi-guarani tupinizada pelos tupinambás que entraram no Alto Amazonas e no Solimões nos séculos XVI-XVII. Por isso, o cocama e o cocamilla não são línguas tupis-guaranis de filiação pura, mas línguas geneticamente secundárias, derivadas).

(6) **Omágua/omawa/canga-peba** (Peru, entre os rios Napo e Solimões; Brasil, rio Solimões, entre Tabatinga e Tefé; língua muito importante na Amazônia dos séculos XVI e XVII; da mesma origem que o cocama-cocamilla, com o qual forma um grupo linguístico; hoje língua provavelmente extinta).

GRUPO ASURINI-TENETEHARA-TAPIRAPÉ

(1) **Grupo Tocantins-Maranhão:**
(a) **Asurini do Tocantins/do Trocará/akwawa**, 'índio bravo' (Brasil: PA, Trocará, 350 falantes).
(b) **Parakanã** (autodenominação awareté, 'gente verdadeira'; Brasil: PA, margem esquerda do Tocantins médio, 450 falantes em 1996).
(c) **Suruí** (autodenominação aikewára, 'nós'; **mudjetíre**, nome dado pelos kayapós; Brasil: sul do PA, 140 falantes em 1995).

(2) **Grupo tenetehara**:
(a) **Tembé** (MA; graus muito diferentes do domínio da língua, muita influência do português).
(b) **Guajajara** (MA, 13,8 mil pessoas, 11.450 falantes; dialeto mutuamente inteligível com o tembé).

(3) **Grupo Parque do Xingu:**
(a) **Avá-canoeiro** (Brasil: GO, Alto Tocantins, 6 pessoas, 2 falantes; TO, Javaé: 16 pessoas, 6 falantes; língua ameaçada de extinção).

(b) **Tapirapé** (autodenominação **ãpyãwa**, Brasil: nordeste de MT em duas áreas indígenas distantes 180 quilômetros uma da outra [municípios de Luciara e Santa Terezinha, no rio Araguaia, e Santa Terezinha, Confresa e Porto Alegre do Norte; 600 falantes bilíngues tapirapé-português, e trilíngues tapirapé-karajá-português]).

Grupo do Xingu-Tocantins-Gurupi

(1) **Anambé/anambé do Cairari** (Brasil: PA, 5 falantes de 125 anambés étnicos, moribundo).
(2) **Amanayé/manajo/amanajé** (66 ou menos falantes em 1996).
(3) **Araweté/bïde** (Brasil: PA, ao sul de Altamira, rio Ipixuna; 290 falantes em 2003).
(4) **Asurini do Xingu/awaté** (Brasil: PA, perto de Altamira, 124 falantes).
(5) **Kayabi** (autodenominação **dejanare**; Brasil: MT, Parque Nacional do Xingu, rio dos Peixes; sul do PA, nas margens do rio Teles Pires; 800 falantes, muitos plurilíngues).

Grupo do norte de Mato Grosso e de Rondônia

(1) **Apiaká** (Brasil: Alto Tapajós, norte de MT, no grupo étnico de umas 180 pessoas só há 2 falantes; língua gravemente em vias de extinção).
(2) **Amondawa/amundawa/kagwahiva** (Brasil: RO, 86 falantes).
(3) **Tenharim** (Brasil: leste de AM, RO, MT, 250 falantes); dialetos **parintintin**, **juma** (7 falantes); **kagwahíb/kawahýb**; **karipuna Jaci Paraná** (população 25, talvez 10 falantes), **diahói/jahui** [rio Marmelos]; **uru-eu-wau-wau/jupau** [serra e rio Pacaás Novos, RO; **jupaú** é autodenominação, **uru-e-wau-wau** é a denominação txapakúra, 90 falantes]; **morerebi** [rios Preto e Marmelos]; **kagwahiva/kawaib** é a autodenominação de todos estes grupos.

Grupo do Alto Xingu

Kamayurá/kamaiurá (Brasil: MT, Parque Nacional do Xingu, 350 falantes em 2002).

GRUPO AMAZÔNICO SETENTRIONAL

(1) Ao norte do Amazonas:
(a) **Wayãpi do Amapari e da Guiana Francesa/wayampi** (antes oyampi, Guiana Francesa, rio Oiapoque [Camopi, Trois-Sauts], Brasil: AP [rio Amapari, 350 falantes], PA [Parque do Tumucumaque; rio Ipitinga, Wayãpipuku], 750 falantes).
(b) ***Karipuna (karipuna do Amapá)** (Brasil: AP, grupo étnico de umas 1,7 mil pessoas que já não fala sua língua, mas um tipo de crioulo francês).
(c) **Wayãpi do Jari/wayampipuku** (Brasil: PA, curso alto do rio Jari; 320 falantes).
(d) **Émérillon/teko** (Guiana Francesa [rios Maroni e Oiapoque], 400 falantes).
(e) **Zo'é/jo'é/dzo'é/puturú-jar/tupi do Cuminapanema/buré** (PA, rio Cuminapanema, entre Alenquer e Óbidos, 230 falantes; língua descoberta recentemente nos anos 1990).

(2) Ao sul do Amazonas:
(a) **Guajá** (MA, Alto Turiaçu, TO e PA, 240 falantes).
(b) **Ka'apor/urubú-ka'apor** (fronteira de MA e PA, entre 800 falantes).

Línguas aparentadas mais distantes (ramo maweti-tupi-guarani)

(Sateré-)mawé

(Brasil: AM, PA, 9 mil falantes em 1994).

Aweti/tuoi

(Brasil: MT, Parque Nacional do Xingu, 115 falantes, cf. Drude, 2002)

Outras famílias do tronco tupi

Tupi da Rondônia oriental

FAMÍLIA ARIKEM:

Karitiâna (Brasil: RO, 95 quilômetros ao sudoeste de Porto Velho, população 200, 170 falantes, autodenominação **taso sa'em'em**). ***Arikem**, ***kabixiana**.

FAMÍLIA RAMARAMA:

Karo (arara do Guariba, uruku, RO, AI.[2] Igarapé Lourdes; MT, AI. Arara Beiradão, ao norte da AI. Aripuanã, 150 falantes). ***Itogapúk/ntogapíd**.

FAMÍLIA PORUBORÁ/PURUBORÁ

(Rio Guaporé, RO, moribundo; etnia de umas 200 pessoas, entre elas 2 falantes).

FAMÍLIA MONDÉ

(1) **Cinta-larga** (Brasil: RO, MT, população de mil pessoas, talvez mil falantes).
(2) **Gavião (ikõrõ, digüt**, RO, população 500 pessoas, 420 falantes).
(3) **Suruí/surui do Ji-Paraná** (845 falantes), **(suruí-)paiter** (RO, MT, população 800 pessoas, 587 falantes).
(4) **Mondé/sanamaikã/salamãi** (RO, rio Apídia, igarapé Tanaru, população 80 pessoas, 2 falantes).
(5) **Aruá**, dialeto **aruáshi/aruáchi** (RO, AI rio Guaporé, AI rio Branco, Aruá I, Aruá II, Aruá III, população 40 pessoas, falantes 12).
(6) **Zoró/pangyjej**, língua pouco diferenciada do suruí; muitos falam gavião (MT, Aripuanã, AI Zoró; RO, AI Igarapé Lourdes; população 800 pessoas, talvez somente 80 falantes do zoró).

Família juruna:

(1) **Juruna** (Brasil: Parque Indígena do Xingu, MT; 200 pessoas, a maioria falantes da língua, alguns monolíngues).
(2) **Xipaya/shipaya** (PA, zona de Altamira, vivem com os kuruáyas, veja adiante; 2 falantes, língua quase extinta).

Família tupari:

(1) **Tupari/haarat** (RO, AI rio Guaporé, 300 pessoas, 150 falantes).
(2) **Ayuru/ajuru/wajuru/wayoró** (RO, AI rio Guaporé, população 80 pessoas, talvez 10 falantes; língua misturada com o makurap).
(3) **Akuntsu** (RO, rio Omerê, município de Corumbiara, última etnia contatada há poucos anos, 7 pessoas sobreviventes de um massacre anterior, todas falantes).
(4) **Makurap** (RO, AI Mequens, AI rio Guaporé, AI rio Branco, Macurap, município de Rolim Moura; 200 pessoas, tendem a falar português; talvez 50 falantes).
(5) **Mekéns/mequéns/mekém/sakïrabiát/sakiráp**: subgrupos **sakurabiat** (23 falantes), **Guaratira/koaratira/kanoé** (20 falantes), **koarategayat/guarategaja** (RO, TI[3] Guaporé e rio Mequéns, município de Cerejeira; população 100 pessoas, língua moribunda já que os mekéns tendem a falar português).

Línguas tupis centrais

Família munduruku

(1) ***Kuruáya** (PA, zona de Altamira, população 300 pessoas, só uma pessoa se lembra da língua, que está extinta desde 2007).
(2) **Munduruku** (PA, Alto Tapajós/AM, AI Coatá-Laranjal, rio Cunumã; população 7,5 mil pessoas, 2 mil ou mais falantes; autodenominação wuyjuyũ).

Esboço tipológico

O tupinambá e o guarani antigo, assim como o guarani paraguaio moderno, têm um sistema vocálico de seis vogais, a baixa /a/, as médias /e/, /o/, e as altas /i/, /ɨ/, /u/. A central alta /ɨ/, articulada entre /i/ e /u/, se encontra em muitas línguas indígenas, mas também em línguas como o russo e o turco. A particularidade de todas as línguas tupis-guaranis meridionais e do tupinambá é a simetria completa entre vogais orais e nasais. Às seis vogais orais mencionadas correspondem vogais nasais: a baixa /ã/, as médias /ẽ/, /õ/, e as altas /ĩ/, /ỹ/, /ũ/, sendo /ỹ/ a transcrição do /ɨ̃/ nasal que se orienta na ortografia do tupinambá a partir da gramática de Figueira (1687 [1621]) e na do guarani moderno a partir do século XIX. Os documentos do tupinambá do século XVI (cf. Anchieta, 1595) mostram que a nasalização vocálica, que aconteceu a partir do contato de uma vogal oral com uma consoante nasal, ainda não estava acabada: a palavra para "cabeça" no guarani moderno, *akã* [ã'kã], é ainda *akang* no tupinambá e no guarani antigo; *tynyhẽ*, 'cheio' em guarani moderno, é escrito *tinicém* na gramática de Anchieta (1595: 13), *tenycem*, 'cousa chea', na de Figueira (1687 [1621]: 75), com o *-m* pronunciado como consoante ([m]).

A nasalidade tanto vocálica como consonântica é um dos fatores principais da fonologia tupi-guarani. Nas línguas mencionadas (tupinambá, língua brasílica, guarani), a nasalidade se manifesta no nível da palavra. Uma palavra é oral ou nasal. A chamada harmonia vocálica provoca determinadas mudanças na distribuição das consoantes: tupinambá *nde py*, 'teu pé', mas *ne irũ*, 'teu companheiro'.

Desde o ponto de vista da tipologia morfológica tradicional, as línguas tupis-guaranis mencionadas apresentam elementos de todos os tipos: isolante, aglutinante, flexivo e incorporante. Outro critério de distinção é o grau de complexidade morfológica da palavra: são analíticas as línguas cujas palavras não apresentam variação morfológica, como é o caso, idealmente, nas línguas isolantes, nas quais as relações sintáticas se expressam ou pela posição de uma palavra com referência à outra, ou por palavras instrumentais soltas, os chamados morfemas livres. São línguas analíticas as línguas isolantes. Por outro lado, são sintéticas as línguas nas quais se observa um grande número de acidentes morfológicos na palavra. Veja a seguir as observações sobre o tipo polissintético.

O tipo isolante manifesta-se na determinação nominal por justaposição. É só a posição do nome relativamente a um segundo que indica a direção da

determinação. Neste caso, observam-se duas possibilidades. O atributo do substantivo, em outros termos o determinante ou "genitivo", se coloca na primeira posição, antes do determinado: *jaguára po*, 'do cachorro a pata', 'a pata do cachorro' (cf. Anchieta, 1595: 9-10). Se a determinação nominal não for atributiva, mas apositiva, de qualidade, os exemplos que dá Anchieta (1595: 9) são da mesma natureza: *itá*, 'pedra' (palavra usada também para o ferro, antes desconhecido dos índios) + *pindá*, 'anzol', > *ita pindá*, 'anzol de ferro'. No guarani moderno, neste caso, observamos a inversão dos elementos. O determinado é seguido pela aposição: *óga tuju*, 'casa barro', 'casa-barro', 'casa de barro'. Anchieta menciona este tipo somente com o genérico *mba'é*, 'coisa', como em *mba'e pirá*, 'coisa-peixe', 'matéria pisciforme' (Anchieta, 1595: 9). Estas línguas não fazem a distinção entre substantivo e adjetivo na morfologia, senão sintaticamente na posição dos elementos.

O tipo aglutinante das línguas tupis-guaranis em geral se vê não só no grande número de sufixos e prefixos nominais e verbais, mas também na faculdade de construírem os falantes sintagmas complexos impressionantes, combinando vários sufixos numa ordem bem estabelecida. Estas línguas não apresentam o tipo aglutinante em toda a sua pureza como, por exemplo, o quéchua, o húngaro ou o turco, mas, sem nenhuma dúvida, têm traços aglutinantes evidentes. Além das posposições locativas tônicas, os nomes podem apresentar sufixos átonos locativos, de grau, como diminutivos, aumentativos, intensivos, de aspecto, de quantificação, de negação, de diversos tipos de nominalização e, no tupinambá, até de caso sintático. Os verbos podem ter prefixos de pessoa, de modo, de voz, de nominalização e sufixos de tempo, de aspecto e de nominalização.

A nominalização é um dos processos mais importantes da morfossintaxe tupi-guarani. Com o sufixo tupinambá *-ba'e* (guarani *-va*) se nominalizam predicados e até orações complexas para formar atributos (orações relativas em línguas como o português, espanhol, inglês: tupinambá *o-juká-ba'e*, '(aquele) que (o) matou'. Esse tipo de nominalização é comum também com nomes predicativos: tupinambá *i-ma'endu'á*, '3ª p-lembrança', 'existe sua lembrança', '(ele/ela) se lembra'; *i-ma'endu'a-ba'e*, '3ª p-lembrança-NOM', '(aquele/aquela) que tem lembrança', 'que se lembra'. A este sintagma pode se agregar um sufixo para expressar o dativo: *i-ma'endu'á-ba'é-pe*, 'a aquele que se lembra'.

O tipo flexivo é evidenciado pelo fenômeno da flexão relacional da maioria das línguas tupis-guaranis, entre elas do tupinambá, das línguas gerais e do

guarani antigo e moderno. A flexão relacional consiste na variação morfológica que um grande número de nomes apresenta, em diferentes funções sintáticas. Essas raízes lexicais têm a inicial *t-* quando se empregam sem relação sintática com outro nome ou pronome como, por exemplo, tupinambá e guarani *t-eté*, 'corpo'. Apresentam um *r-* inicial quando expressam a relação de dependência sintática de outro nome ou pronome. A forma *r-eté* do tupinambá e do guarani expressa que é atributo de um nome ou pronome como, por exemplo, tupinambá *xe reté*, 'eu-corpo', 'corpo de mim', 'meu corpo'; *Pedro reté*, 'o corpo de Pedro'.[4] A simples justaposição que vimos anteriormente, como exemplo do tipo isolante, é substituída aqui por uma construção na qual o determinante apresenta uma forma que marca a relação com o determinado. A forma da 3ª pessoa, que expressa ou a posse da 3ª pessoa, por exemplo 'o seu corpo', ou a função predicativa, neste caso 'tem corpo', 'existe seu corpo', tem a desinência inicial *s-* em tupinambá (*s-eté*, 'seu corpo, tem corpo'), *h-* em guarani (*heté*, 'seu corpo, tem corpo').

O tipo incorporante, que se observa em muitas línguas ameríndias, é evidenciado nas línguas tupis-guaranis pela incorporação de um objeto direto genérico imediatamente antes da raiz verbal. Precede, geralmente, a marca de pessoa; podem seguir todos os sufixos de tempo, aspecto, nominalização, locativos etc. Forma-se, geralmente, um verbo incorporado para expressar uma ação habitual: tupinambá *a-nambi-kutuk*, '1ª p-orelha-furar', 'furo/furei orelhas', no sentido de 'sou furador de orelhas'. Ao contrário da construção ativa com um objeto direto atual (tupinambá *ne-nambi ai-kutuk*, '2ª p-orelha 1ª p-furar', 'furei as orelhas de você'), o verbo incorporado forma uma unidade semântica com o objeto incorporado. No nosso exemplo, *nambi*, 'orelha' já não é objeto sintático, mas um determinante lexical do verbo *kutuk*, 'furar', como se o verbo fosse um único conceito 'orelha-furar'. Desta maneira, o verbo incorporado pode funcionar como verbo ativo, por exemplo, tupinambá *oro-nambi-kutuk*, '2ª p de objeto-orelha-furar', 'eu furo-te as orelhas' (cf. Lemos Barbosa, 1956: 205).[5]

Não interessa aqui a discussão dos linguistas sobre a natureza das línguas chamadas de polissintéticas, termo que para alguns é sinônimo de "incorporante", para outros se refere ao fato de certas línguas acusarem um grau elevado de procedimentos morfológicos na palavra e de oferecerem aos falantes a possibilidade de formarem até orações complexas que consistem em só uma palavra.[6] É incontestável que o tupinambá e o guarani antigo, assim como o guarani moderno, são línguas deste tipo, como se pode ver pelos seguintes exemplos do tupinambá (cf. Lemos Barbosa, 1956: 432-433):

(1) *o-mo-mendar-ukar-eme*
3ª p-fact-casar-caus-subord
'quando [o] faz casar'

(2) *o-poro-er-ok-ba'e-pwér-a*[7]
3ª p-objhum-nome-tirar-NOM-ASP-ARG
'quem batizou'.

O verbo *er-ok*, 'tirar/dar nome', 'batizar', aparece na 3ª pessoa (*o-*) e com o infixo *-poro-* que indica objeto humano genérico, quer dizer *oporoerok*, 'ele batizou gente'. Esta forma verbal se nominaliza mediante *-ba'e*. O "particípio" *oporoerok-ba'e*, 'quem batizou gente', é especificado com referência ao aspecto perfectivo: *o-poro-erok-ba'e-pwer*, 'quem tem batizado gente', e a este sintagma se agrega o caso argumentativo mediante o sufixo *-a* para indicar que a forma é argumento sintático, isso é sujeito ou objeto da oração, não complemento circunstancial.

Resulta deste esboço tipológico a conclusão de que as línguas tupis-guaranis participam em todos os tipos de línguas tradicionais. Certamente dominam os processos de aglutinação, evidenciados pelo grande número de sufixos gramaticais e derivacionais e de prefixos que marcam mudança de valência, salientando-se relativamente pouco os traços flexivos. Caraterísticas sintagmáticas da flexão como a concordância de número são inexistentes ou raras. O número geralmente não se marca no sujeito, mas, se for necessário, no verbo. Nas línguas das outras famílias tupis se destacam, mais que nas línguas tupis-guaranis, grupos de verbos básicos que significam a pluralidade na raiz verbal como, por exemplo, mawé *pap*, 'morrer muitos'; *wat*, 'ir muitos';[8] *'ẽ*, 'vir muitos' (cf. Rodrigues e Dietrich, 1997: 283).

Os traços isolantes são evidentes no grande número de partículas modificadoras do verbo e do nome, na composição e também em fenômenos como a reduplicação verbal para expressar uma ação repetida e, por isso, contínua ou intensiva. A classificação nominal, que se observa sobretudo em línguas tupis, mas também em algumas línguas tupis-guaranis, é um fenômeno isolante quando se vê nela uma composição lexical, como em munduruku *ako ba*, 'bananeira braço' ou 'cilindro rígido', 'banana', exemplo no qual *ba*, 'braço', é ainda pouco gramaticalizado. Mas em munduruku *toay-bu*, 'rabo-cilíndrico flexível', 'rabo', o sufixo *-bu* parece ser completamente gramaticalizado. Como em português não se pode dizer *rabo* sem a indicação do gênero masculino,[9]

em munduruku não se pode dizer "rabo" sem a indicação da classe nominal a que pertence (cf. Gomes, 2006: 191). Neste último caso se passou da composição isolante à aglutinação gramatical. Os tipos linguísticos, portanto, não são classes fechadas, cruzando-se as línguas naturais geralmente com duas ou até três delas.

Notas

[1] O asterisco (*) marca uma língua extinta.

[2] AI = Área indígena.

[3] TI = Território indígena.

[4] Os exemplos são de Anchieta (Anchieta, 1595: 12 recto-12 verso), alistados em forma paradigmática, com a tradução latina: "*Tetê* corpus, absolutè. / *Cetè*, eius, eorum, vel earum corpus. / *Xéretè* meum corpus. / *Pedro retè* Petri corpus. / *Oetè* suum corpus". Veja-se também Rodrigues (1997: 384-385).

[5] Na análise sintática do português, neste caso, o pronome clítico *-te* é o complemento de objeto indireto, ao contrário do tupinambá, em que *oro-* é o complemento de objeto direto, em forma de clítico prefixado.

[6] É claro que isso depende muito da definição do que é uma palavra.

[7] A adaptação ortográfica é minha.

[8] Cf. tupari *wat*, karitiana *hot* ('ir muitos').

[9] O gênero, a classificação nominal típica das línguas europeias, é inerente ao nome, mas também se manifesta morfologicamente (por exemplo, *-o*, -a) e, sobretudo, na concordância com o adjetivo. Em línguas bantu e tupi, por exemplo, a classificação se refere à forma, consistência etc. do objeto designado pelo nome.

Bibliografia

Anchieta, Pe. Joseph de (1595). *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Lisboa: Antonio de Mariz.

Aragon, Carolina Coelho (2008). *Fonologia e aspectos morfológicos e sintáticos da língua akuntsu*. Brasília: UnB, diss. de mestrado.

Dietrich, Wolf (1990). *More Evidence for an Internal Classification of Tupi-Guarani Languages*. Berlim: Mann.

_____. *Linguística Amerindia Sudamericana*. Disponível em: <http://www.uni-muenster.de/Romanistik/Organisation/Lehrende/Dietrich/LingAmerSud/>. Acesso em 11 jan. 2010.

Drude, Sebastian (2002). Fala masculina e fala feminina em awetí. *Línguas indígenas brasileiras. Fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da Anpoll*. I. Belém: UFPA, 177-190.

Figueira, Pe. Luiz (1687 [1621]). *Arte da grammatica da lingua brasilica*. Composta pelo Pe. Luiz Figueira. Natural de Almodovar. 3. ed. Lisboa: Miguel Deslandes.

Gomes, Dioney Moreira (2006). *Estudo morfológico e sintático da língua munduruku (tupi)*. Brasília: UnB, tese de doutoramento. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/tese:gomes_2006>. Acesso em 1° ago. 2010.

Lemos Barbosa, Pe. A[ntônio] (1956). *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

Lima, Suzi Oliveira de (2008). A *estrutura argumental dos verbos na língua juruna (yudjá)*. São Paulo: usp, diss. de mestrado.

Riester, Jürgen (1994). *Población indígena de las tierras bajas de Bolivia*. Santa Cruz de la Sierra: apcob.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1986): *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola.

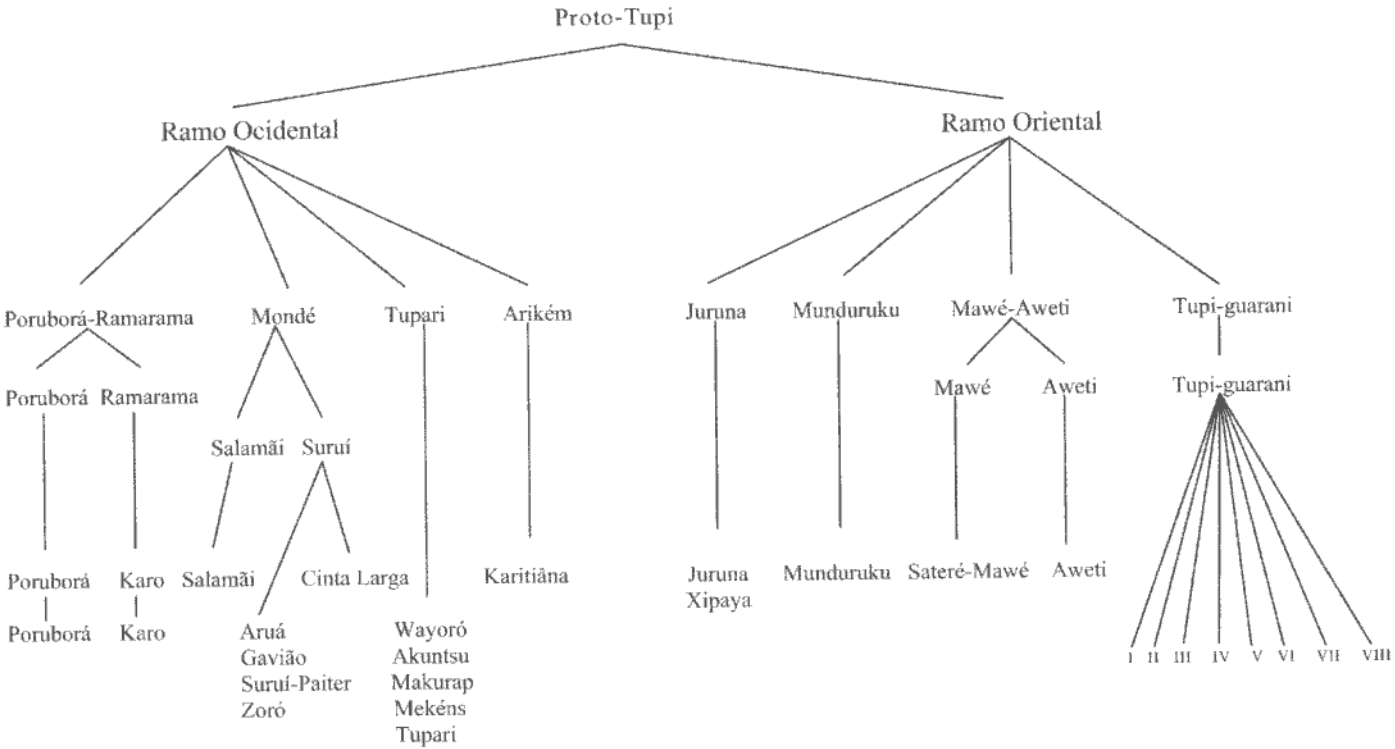
_____ (1996). Argumento e predicado em tupinambá. *Boletim da Abralin* 19, 57-66.

_____ (1997). Descripción del tupinambá en el período colonial: el "arte" de José de Anchieta. In: Zimmermann, Klaus (org.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vuervuert – Madri: Iberoamericana, 371-400.

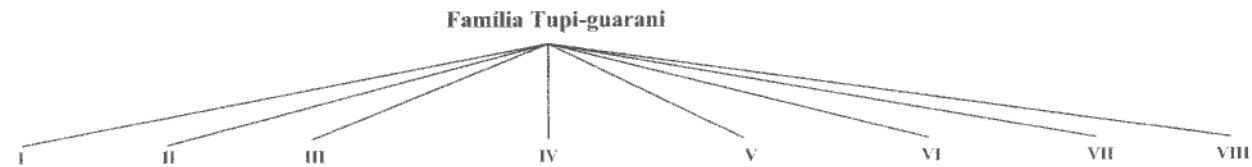
_____ (2007). Tupi Languages in Rondônia and Eastern Bolivia. In: Wetzels, W. Leo (org.). *Language Endangerment and Endangered Languages. Linguistic and Anthropological Studies with Special Emphasis on the Languages and Cultures of the Andean-Amazonian Border Area*. Leiden: cnws Publications, 355-363.

_____; Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara (2002). Revendo a classificação interna da família tupi-guarani. In: Cabral, Ana Suelly A. C.; Rodrigues, Aryon Dall'Igna (org.). *Línguas indígenas brasileiras. Fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da Anpoll*. 1. Belém: ufpa, 327-337.

_____; Dietrich, Wolf (1997). On the Linguistic Relationship between Mawé and Tupi-Guarani. *Diachronica* 14, 265-304.



Adaptação de C. Coelho Aragon (2008: 8) e Oliveira de Lima (2008: 2).



Meridional	Boliviano	Costa brasileira	Tocantins-Maranhão	Tocant.-Mearim	MT-Rondônia	Alto Xingu	Amazônia Set.
*Guarani antigo Avá/ Nhandeva Caiová Guarani paraguaio Mbyá Xetá G. do Chaco/ Chiriguano Tapiete I	Guarayo Guarasug'wã Pauserna Siriono Yuki Aché II	*Tupinambá *Tupiniquim *Potiguara Nheengatu (Cocama) (Omágua) III	Asurini do Tocantins Tapirapé IV Parakanã Suruí e Mudjetire Tembé Guajajara Avá-Canoeiro	Anambé Amanayé Araweté Asurini do Xingu Kayabi	Parintintin Apiaká Amondawa Kawahib/ Uru-eu-wau-wau	Kamayurá	Wayãpi Wayampipuku Émérillon Zo'é VI Guajá Ka'apor V

As línguas agrupadas por baixo dos números I a VIII e das referências geográficas esquematizadas caracterizam-se por critérios da fonologia histórica específica de cada grupo e pelos critérios geográficos. Nos números I a III, estes critérios coincidem com comportamentos morfossintáticos comuns a cada grupo. As línguas agrupadas por baixo dos números IV a VIII superiores formam grupos tipológicos de traços morfossintáticos próprios (números IV a VI inferiores).

Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil

Aryon Dall'Igna Rodrigues

O nome *tupi*

Como etnônimo, o nome *tupi* designou no século XVI o povo que predominava no litoral de São Vicente e, serra acima, na região de Piratininga e do Alto Rio Tietê (no atual estado de São Paulo), com o qual os portugueses estabeleceram relações amigáveis. Assim, como etnônimo, o empregou também, logo no início de sua gramática, o padre José de Anchieta, que conviveu com aquele povo por dez anos desde 1554: "Os tupis de sam Vicente, que são alem dos tamoyos do Rio de Ianeiro, nunqua pronuncião a vltima consoante no verbo affirmativo" (Anchieta, 1595: fl. 1v; para ocorrências do nome *tupi* em outros escritos de Anchieta e de outros autores daquela época, cf. Edelweiss, 1947: 38-40). Embora Anchieta tivesse elaborado uma primeira versão de sua gramática já antes de 1560, enquanto ainda estava entre os tupis de São Vicente, a versão publicada dessa obra foi revista e adaptada às características da língua falada ao longo da costa do Rio de Janeiro e para o norte, tendo sido completada ou na Bahia ou no Espírito Santo, portanto ao norte do Rio de Janeiro, fato este que determinou escrever, na versão publicada, que os tupis "são além dos tamoyos do Rio de Janeiro" (cf. Rodrigues, 1997: 373-375). *Tamoio* é o nome que os portugueses passaram a aplicar aos indígenas principais habitantes do Rio de Janeiro, os quais chamavam a si mesmos *tupinambás*, mas eram chamados *tamõis* ou *tamõias* pelos tupis (e estes eram chamados *tupinakỹis* pelos

tupinambás, nome que se fixou em português como *tupiniquim* e se aplicava também aos indígenas do litoral do Espírito Santo e do sul da Bahia, que falavam a mesma língua que os tupinambás do Rio de Janeiro e os tupinambás do recôncavo baiano, os caetés (*ka'aeté*) do norte da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco e os potiguares ou potiguaras (*poti'wár*, *poti'wára*) da Paraíba e do Rio Grande do Norte – daí ter escrito Anchieta (1595: fl. 1v) "desde os pîtiguáres do Paraîba atê os tamôyos do Rio de Ianeiro pronuncião inteiros os verbos acabados em consoante".

A gramática de Anchieta foi publicada só em 1595 (em Coimbra) sob o título *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*, sem atribuir, nem no título, nem em seu interior, nenhum nome a essa língua. Sobretudo durante o século XVII, os jesuítas passaram a chamá-la de *língua brasílica* ou *língua do Brasil*, nomes que aparecem em suas publicações e nos livros manuscritos, assim como nos relatórios (cartas ânuas) da Companhia de Jesus: "Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil" pelo padre Pero de Castilho (manuscrito datado de 1613, publicado por Ayrosa, 1937); *Catecismo na lingoa brasilica* (edição do padre Antonio d'Araujo, 1618), *Arte da lingua brasilica* pelo padre Luís Figueira (1621), *Vocabulário na língua brasílica* (manuscrito anônimo datado de 1622, publicado por Ayrosa, 1938), *Catecismo brasílico da doutrina christãa, pelo P. Antonio de Araújo, emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholameu de Leam* (1685), *Arte de grammatica da lingua brasílica do P. Luis Figueira* (1687).

O *Vocabulário na língua brasílica*, cuja elaboração básica deve ter-se dado ao norte do Rio de Janeiro (apesar de a cópia publicada ser de Piratininga), destaca em alguns verbetes palavras divergentes em uso entre os tupis, portanto em São Vicente: "Acerca que, ou quasi que. – Çuer... O tupi diz. Çô." (Ayrosa, 1938: 85), "Cesto entre os tupi. – Aiacâ." (Ayrosa, 1938: 150) (outra palavra para o cesto ocorre no verbete "Cordado do Panacû", p. 165), "Coentro. – Tamejuâ, entre os tupis." (p. 161), "Cotouelo. – Tendigbãgâ. Puraquê. o tupi." (p. 167), "Cunhado de mulher ... Em S. Ute. (= São Vicente) dizem Xerobajara." (Ayrosa, 1938: 172) etc. Tanto quanto a informação de Anchieta sobre a diferença na pronúncia dos verbos acabados em consoantes, essas indicações assinalam alguma diversidade, nesse caso lexical, entre a fala dos tupis e a dos demais falantes da *língua brasílica*, diversidade que aparece também nos textos em língua indígena escritos por Anchieta nos primeiros dez anos em que esteve atuando entre os tupis. Aliás, uma diferença morfológica também aparece nos escritos anteriores de Anchieta: na forma indicativa

os verbos transitivos iniciados por *m* não recebem o prefixo relacional *i-* (de referência a objeto de 3ª pessoa) após o prefixo de sujeito, tendo Ø em seu lugar (tupinambá *a-i-mojebýr*, tupi *a-Ø-mojebý*, 'eu o fiz voltar'), diferença essa consignada na folha 48v da *Arte*: "Nota obiter, que cõmumente os uerbos os começados por, m, actiuos tem, i. depois do articulo, ainda que em algUas terras pronuncião muitos sem elle." Por isso é que distinguimos o tupi de São Vicente da língua falada desde o Rio de Janeiro até o Maranhão e leste do Pará, a qual chamamos tupinambá, estendendo esse nome, recorrente no Rio de Janeiro, na Bahia e no Maranhão, analogamente ao que fizeram, para a respectiva cultura, os antropólogos Alfred Métraux (1928) e Florestan Fernandes (1949) (embora estes não tenham oposto os tupis aos demais).

Línguas tupi e tupinambá

De um ponto de vista estritamente linguístico, os nomes *tupi* e *tupinambá* têm sido empregados mais recentemente para distinguir aquelas duas variedades de língua muito próximas, filiadas à família linguística tupi-guarani, com as quais o português entrou em contato no século XVI.

Durante o século XVII, o nome tupi ficou mais associado, sobretudo no sudeste e sul do Brasil, aos índios recrutados pelos bandeirantes para invadir e dominar as missões jesuíticas e outras comunidades de indígenas guaranis na bacia do rio Paraná. Os bandeirantes, em sua maioria, eram mamelucos, descendentes de mães tupis e pais portugueses e, além do português, falavam uma variedade diferenciada da língua dos índios tupis, para a qual foi-se firmando então o nome *língua geral* e que hoje distinguimos como *língua geral paulista* (Rodrigues, 1986: 99 ss.). Ainda hoje, em comunidades do Paraguai, o termo *tupí* sobrevive com o sentido de 'inculto, matuto' (cf. Gatti, 1985). No Brasil, entretanto, ele foi reativado entre os intelectuais, sobretudo na primeira metade do século XIX, logo após a independência do país, quando se buscava uma identidade nacional, e certamente essa reativação se deveu em boa parte (como já havia observado Edelweiss, 1947: 3-4) ao destaque que à língua tupi, no final do século XVIII, deu Lorenzo Hervás em seu *Catalogo delle lingue conosciute* (Hervás, 1785: 24) e na edição espanhola, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*, ainda que a tendo apresentado como um dialeto do guarani: "La lengua general del Brasil llamada tupí, nombre de los primeros índios que se convirtieron á la santa fé, es dialecto excelente

de la guarani, de la que no se diferencia tanto, quanto el español del portugues" (Hervás, 1800: 147). Um dos primeiros escritores brasileiros a destacar o nome *tupi* foi o poeta e pesquisador Gonçalves Dias, em sua poesia romântica de grande ressonância. O naturalista Martius (1863-67), no primeiro ensaio de classificação dos povos indígenas do Brasil, distinguiu nove grupos étnicos, ao primeiro dos quais deu o nome de *tupis e guaranis*; essa classificação foi reorganizada pelo etnólogo von den Steinen (1886), que distinguiu oito grupos e chamou o primeiro deles simplesmente *tupis*. Já dez anos antes Couto de Magalhães, autor brasileiro de grande prestígio, tinha publicado, sob patrocínio do governo imperial, o seu curso de língua geral amazônica, a que deu os nomes de "Curso de língua tupi viva ou nheengatu" e "Curso de língua geral segundo Ollendorf, compreendendo o texto original de lendas tupis" (Magalhães, 1876), em que empregou como sinônimos os termos *língua geral*, *tupi (vivo)* e *nheengatu*.

Já o nome *tupinambá*, usado pelos portugueses como etnônimo nos séculos XVI e XVII para referência aos tupinambás da Bahia e aos do Maranhão e Pará, foi caindo em desuso com o quase total extermínio dos primeiros e a progressiva catequização e assimilação dos outros. São poucos os documentos escritos no Pará em que foi utilizada a expressão *língua tupinambá* em lugar de *língua brasílica*. Só há cinquenta anos, como visto anteriormente, passamos a usar o nome *tupinambá* como termo específico para a língua que foi falada pelos tupinambás do Rio de Janeiro, da Bahia e do Maranhão e Pará e também pelos tupiniquins do Espírito Santo e sul da Bahia, pelos caetés do norte da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco e pelos potiguaras da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Mas, enquanto *tupinambá* só tem sido usado como termo especializado nos escritos de antropólogos e linguistas, *tupi*, ao lado do uso igualmente especializado, popularizou-se como designação mais ou menos genérica para os índios contatados pelos portugueses no início da colonização e para a língua que falavam.

Os primeiros contatos entre a língua portuguesa e as línguas indígenas

Os contatos principais dos portugueses com as línguas indígenas no Brasil deram-se logo a partir da década de 30 do século XVI, quando o número de

colonos ainda era pequeno e mais dependente dos indígenas para conhecer a terra e nela sobreviver. Esses contatos se deram especialmente com falantes das variedades tupi e tupinambá. Ao estabelecer relações amistosas com uma comunidade indígena, os portugueses foram aprendendo a usar a língua desta e, aos poucos, foram introduzindo em suas conversas em português os nomes indígenas das coisas típicas do novo meio ambiente, não só os nomes de plantas e animais, mas também os de artefatos e conceitos da cultura indígena e, igualmente, as designações de acidentes geográficos, como rios e riachos, lagos, morros e serras etc. Assim, a língua portuguesa falada no Brasil adquiriu um grande número de palavras emprestadas tanto do tupi como do tupinambá.[1]

Empréstimos

Os nomes comuns e os topônimos são as aquisições mais naturais quando os falantes da língua receptora não têm nomes em sua língua para objetos culturais ou seres vivos que lhes são completamente estranhos, nem para os lugares que passam a conhecer. Mas sua aquisição em grande quantidade e com pouca alteração fonética, como é a situação predominante na nomenclatura adquirida dos tupis e tupinambás,[2] implica um convívio detido e mais ou menos intenso. Também é produto de convívio a aquisição de palavras descritivas ou adjetivos e de verbos, tanto intransitivos como transitivos. Destes últimos são exemplos *catingar*, 'exalar mau cheiro', < *katíng*, verbo intransitivo: na tradução do *Vocabulário na língua brasílica*, 'cheirar a raposinhos'; *tinguijar*, 'pescar com tingui ou timbó', < *tingyjár*, verbo transitivo, 'pescar com barbasco ou timbó'; *socar*, 'pilar', < *sók*, verbo transitivo: 'pilar no pilão'; *cutucar*, 'tocar com a ponta do dedo ou com vara', < *kutúk*, verbo transitivo: 'ferir com objeto pontudo'; *sapecar*, 'chamuscar', < *s-apék*, 'chamuscá-lo'. Alguns adjetivos são os seguintes: *jururu*, 'tristonho', < *i-ararú*, 'está tristonho, pensativo'; *pixaim*, '(cabelo) encrespado', < *akángapixa'ĩ*, literalmente 'cabeça enrugada' (no *Vocabulário na língua brasílica*, 'crespina de negro da Guiné'); *puba*, 'mole, amolecida (mandioca na água)', < *púb-a*, 'amolecido'. É o convívio que explica também a adoção de nomes em substituição a outros que já tinha a língua portuguesa para os mesmos conceitos: *guri*, 'menino', < *wyrí*, 'bagre, peixe miúdo'; *jojoca*, 'soluço', < tupi *jojóka* (tupinambá *jejóka*), 'soluço'; *mingau*, 'papa', < *minga'ú*, 'papa (de mandioca)'; *picumã*, 'fuligem', < *apekumã*, 'fuligem'; *sapiranga*, 'inflamação das pálpebras', < *tesápiránga*,

'olhos vermelhos'; *urupema*, 'peneira', < *urúpéma*, 'peneira' (literalmente 'cesto anguloso'); *ura*, 'berne, larva de mosca varejeira', < *'úra*, 'berne'.

Foram mais numerosos, entretanto, os empréstimos de palavras que nomeavam coisas e atividades da cultura dos povos indígenas, inexistentes na tradição cultural dos europeus, ainda que para muitas dessas coisas e atividades tenham sido transferidos por analogia a nomes da língua portuguesa. Alguns exemplos são os seguintes: jererê, 'rede para camarões', < *jareré*; moquém, 'assado em fogo lento' e 'dispositivo de paus para assar assim', < *moka'ẽ*, 'assar em fogo lento, moquear'; morubixaba, 'chefe indígena, líder político', < *morubixába*, 'chefe superior'; mundéu, 'armadilha para caça de pequenos mamíferos', < *muné*; oca, 'casa indígena', < *óka*, 'casa comunal dos tupis e tupinambá'; paçoca, 'comida amassada ou triturada em pilão', < *apasóka*; panacu ou panacum, 'cesto grande', < *panakú*; puçá, 'rede para pesca', < *pysá*; taba, 'aldeia indígena', < *tába* 'aldeia'; tipoia, 'faixa de pano passada pelo pescoço para sustentar um braço machucado', < *tipóia*, 'pequena rede para transporte de filho pequeno'; uru, 'tipo de cesto', < *uru*; urucu ou urucum, 'tinta vermelha extraída do fruto da planta *Bixa orellana*', < *urukú*.

Nomes de animais e vegetais

Mais abundantes são os nomes de espécies animais e vegetais, como os seguintes, provenientes do tupi e do tupinambá:

Animais

Dentre os mamíferos: cutia, '*Dasyprocta agouti*', < *akutí*; capivara, '*Hydrochoerus hydrochoeris*', < *kapi'ybára*; guará ou lobo-guará, 'canídeo, *Chrysocyon brachyurus*', < *awará*; guariba, 'bugio, macaco do gênero *Alouatta*', < *wariba*; jaguara, 'cão ordinário, pessoa ordinária', < *já'wára* 'onça, nome estendido aos cães europeus'; maracajá, 'gato-do-mato, *Felix wiedii*', < *marakajá*; paca, '*Coelogenys paca*', < *páka*; quati, 'mamífero carnívoro, *Nasua nasua*', < *kwatí*; sagui ou saguim, 'pequeno macaco da família *Calitrichidae*', < *sawí*; taiaçu, 'porco do mato grande, *Tayassu tajacu*', < *tajasú*; taitetu ou cateto, 'porco do mato pequeno, *Tayassu pecari*', < *taytetú*; tamanduá, '*Myrmecophaga* sp.', < *tamanu'á*; tatu, '*Dasypus* sp.', < *tatu*; tatupeba, '*Euphractus* sp.', < *tatúpéba*, lit. 'tatu baixo'.

Dentre os répteis: boicininga, 'cobra cascavel, *Crotalus* sp.', < *móisiníinga*, lit. 'cobra retininte'; caninana, 'cobra *Spilates pulatus*', < *kaninána*; jacaré,

'*Caiman sclerops*', < *jakaré*; jararaca, 'cobra da fam. dos viperídeos, *Lachesis lanceolatus*', < *jararáka*; jiboia, 'serpente *Boa constrictor* ou *Constrictor constrictor*', < *jybóia*; sucuri ou sucurijuba, 'serpente *Eunectes murinus*', < *sukurijúba*, lit. 'sucuri amarela'; surucucu, 'cobra *Lachesis muta*', < *surukukú*; teju ou teiú, 'lagarto da fam. dos teídeos, *Tupinambis teguixim*', < *tejú*.

Dentre as aves: arara, 'grandes psitacídeos', < *arára*; caburé, 'ave noturna da fam. dos buboníneos', < *kaburé*; canindé, 'arara azul e amarela', < *kaniné*; caracará ou carcará, 'ave da fam. dos falconídeos, *Milvago chimachima*', < *karakará*; guará, 'garça marítima vermelha, *Eudocimus ruber*', < *warâ*; jaburu ou jabiru, 'ave da fam. dos ciconídeos, *Jabiru mycteria*', < *jabyrú*; jacu, 'aves da fam. dos cracídeos, gênero *Penelope*', < *jakú*; jacutinga, 'ave da fam. dos cracídeos, *Pipile jacutinga*', < *jakútínga*, lit. 'jacu branco'; juriti, 'espécie de pomba', < *jerutí*; maracanã, 'ave da fam. dos psitacídeos', < *marakanã*, '*Ara severa*'; sabiá, 'pássaro da fam. dos turdídeos', < *sabi'á*; saracura, 'ave da fam. dos ralídeos', < *sarakúra*; socó, 'garça fluvial, *Ardea cocoi*', < *sokó*; tucano, 'ave da fam. dos ranfastídeos', < *tukána*; tuiuiú, 'ave da fam. dos ciconídeos, *Mycteria americana*', < *tujujú*; uru, 'ave da fam. dos odontoforídeos, *Odontophorus guiannensis*', < *uru*; urubu, 'abutre do gênero *Cathartes*', < *urubú*.

Dentre os peixes: acará ou cará, 'peixe da fam. dos ciclídeos', < *akará*; carapeba ou acarapeba, 'peixe da fam. dos ciclídeos', < *akarápéba*, lit. 'acará chato'; caranha, 'peixe da fam. dos lutianídeos, *Mesoprion aya*', < *akaráãia*, lit. 'acará dentudo'; curimbatá ou curumbatá, 'peixe do gênero *Prochilodus*', < *kurymatá*; jaú, 'grande bagre da água doce', < *já'ú*; jacundá ou nhacundá, 'peixe fluvial da família dos ciclídeos', < *jakuná*; jundiá, jandiá ou nhandiá, 'bagres da água doce', < *jani'á / juni'á*; jabebiretê, 'arraia, *Dasyatis gymnura*', < *jabebýreté*, lit. 'arraia verdadeira'; lambari, 'peixe miúdo', < *araberí* 'sardinha'; piranha, 'peixe fluvial do gênero *Serrasalmus*', < *pirãia*, lit. 'peixe dentudo'; pirajuba, 'dourado, peixe da fam. dos caracinídeos', < *pirájúba*, lit. 'peixe amarelo'; parati, 'peixe marítimo, esp. de tainha', *Mugil brasiliensis*', < *paratí*; piaba ou piava, 'pequeno peixe fluvial, *Leporinus copelandi*', < *piába*; surubim, 'pintado, peixe da fam. dos silurídeos', < *surubí*; sarapó, 'espécie de enguia, *Carapus fasciatus*', < *sarapó*.

Dentre os crustáceos: aratu, 'caranguejo da fam. dos grapsídeos, *Aratus pisoni*', < *aratú*, 'caranguejo vermelho dos mangues'; siri, 'caranguejo da fam. dos portunídeos', < *sirí*; guaiamu, guaiamum ou goiamum, 'caranguejo *Cardisoma guanhumi*', < *wajumỹ*; grauçá, crauçá ou guaruçá, 'caranguejo esbranquiçado', < *awaráusá*, 'caranguejos brancos que andam pela praia,

Ocypode albicans ou *O. arenaria*', uçá, 'caranguejo *Oedipleura cordata*', < *usá*, 'caranguejo dos mangues'.

Dentre os insetos: caba, 'designação genérica das vespas sociais', < *kába*; caçununga, 'vespa social *Polybia vicina*', < *kásunúnga*, lit. 'vespa zunidora'; irapuã, irapuá, arapuã ou arapuá, 'abelha social da fam. *Meliponidae*', < *eírapu'ã*, lit. 'mel redondo'; maruim, maruí, meruim, meruí, miruim, muruim, 'díptero hematófago *Stomasis calcitrans*', < *merú'ĩ*, lit. 'mosca pequena'; mirim, 'pequena abelha da fam. *Meliponidae*', < *eímirĩ*, lit. 'abelha pequena'; mutuca ou butuca, 'nome popular dos tabanídeos', < *mutúka*; pium, 'pequeno díptero da fam. dos simulídeos', < *pi'ũ*; saúva, 'formiga do gênero *Atta*', < *ysáúba*.

É interessante observar que especialmente para os animais de maior porte prevaleceu a adaptação de nomes portugueses, tanto para os terrestres, como para os aquáticos e para as aves: onça (t. *já'wára*), veado (t. *sywasú*), anta (t. *tapi'íra*), preguiça ou bicho-preguiça (t. *a'ý*), arraia ou raia (t. *jabebýra*), tartaruga (t. *jurukuwá* ou *unuanã*), boto (t. *aiká*, *pukusí*), cação (t. *sukurí*), tubarão (t. *iperú*), peixe-boi (*iwarawá*), lagosta (t. *potĩkykýja*), ema (t. *janú*), gavião (t. *tawató*). Há casos em que a palavra da língua indígena foi adotada numa área geográfica, mas a palavra portuguesa prevaleceu em outra, com posterior difusão de uma ou das duas, sobretudo na língua escrita, em que se tornaram sinônimas, como é o caso de "corvo" e "urubu" (t. *urubú*), de "cágado" e "jabuti" (t. *jaboti*) e de "abóbora" e "jerimum" (t. *jurumũ*). Este não é o caso, entretanto, de "onça" e "jaguar", nem de "anta" e "tapir". "Jaguar" e "tapir", que têm um cunho erudito em contraste com os populares "onça" e "anta", foram emprestados do francês no século XIX pelos escritores românticos brasileiros. Em francês essas palavras e várias outras se devem ao contato direto dos franceses com os tupinambás do Rio de Janeiro (em meados do século XVI) e do Maranhão (no início do século XVII). Essa intermediação francesa é que explica também as formas terminadas em consoante (*-r*) em contraste com as formas terminadas em *-a*, que é o sufixo do caso nominal do tupinambá e que foi sistematicamente mantido nos empréstimos tomados pelo português. A forma nominal para "onça", t. *já'wára*, foi também tomada de empréstimo pelo português como "jaguara", mas com o sentido já mudado para designar o cão doméstico trazido da Europa nos navios portugueses e rapidamente disseminado nas áreas de contato, mas, nas variedades do português em que ocorre, "jaguara" tomou o sentido mais restrito de 'cão ordinário' e, por extensão, 'pessoa ordinária'.

VEGETAIS

Dentre as plantas cultivadas: aipim, 'variedade não venenosa da mandioca', < *aipĩ*; amendoim < *munubĩ*, '*Arachis hypogaea*', sob influência do português *amêndoa*; ananás, 'abacaxi', < *nanã*, 'bromeliácea *Ananas sativus*'; cará, 'espécies do gênero *Dioscorea*', < *karáː*; jerimum ou jurumum, 'abóbora', < *jurumU*, '*Cucurbita maxima*'; mandioca, '*Manihot utilissima*', < *maní'óka*, 'tubérculos de *Manihot utilíssima*'; maniçoba, 'folha de mandioca', < *maní'ýsóba*, lit. 'folha de mandioca'; pacova e pacóvio, 'banana, tb. homem mole', < *pakóba*, 'banana, *Musa* sp.'; taiá ou tajá, 'várias espécies da família *Araceae*', < *tajá*; taioba, 'o mesmo que taiá ou tajá', < *tajáóba*, lit. 'taiá folhudo'.

Dentre as palmeiras e os cocos: airi ou airizeiro, 'palmeira da subfamília das ceroxilíneas', < *airý*; anajá, inajá, indaiá, najá, 'coco da palmeira pindoba, a palmeira pindoba', < *ynajá*, 'coco da pindoba'; jerivá, 'palmeira *Syagrus romanzoffiana*', < *jaraybá*; juçara < *je'ysára*, 'palmeira *Euterpe oleracea*'; pindoba, 'palmeira da subfamília das ceroxilíneas', < *pinóba*; tucum, 'palmeiras dos gêneros *Astrocaryum* e *Bactris*', < *tukũ*.

Dentre as gramíneas, bromeliáceas e cactáceas: capim < *kapi'ĩ*; caraguatá ou gravatá < *karáwatá*; mandacaru < *jamanákarú*; sapé ou capim-sapé < *jasapé*; taquara, 'planta da fam. das gramíneas', < *takwára*; taquari, 'planta da fam. das euforbiáceas', < *takwá'rĩ* 'pequena taquara'; taquaruçu, 'planta da fam. das gramíneas', < *takwárusú*, 'grande taquara'.

Dentre as árvores e arbustos frutíferos e as frutas: araçá < *arasámirĩ*, 'fruto de *arasá'ýba*, árvore da fam. das mirtáceas, *Psidium* sp.'; araticum < *aratikũ*, 'várias espécies da fam. das anonáceas'; ingá < *ingá*, 'espécie do gênero *Inga* da fam. das leguminosas'; jabuticaba, 'fruto da jabuticabeira, árvore da fam. das mirtáceas', < *jabutíkába*, lit. 'gordura de jabuti'; jenipapo < *janypába*, 'planta da fam. das rubiáceas'; mamão, 'fruto do mamoeiro, *Carica papaya*', < *mamõ*; mangaba, 'fruto da mangabeira, árvore da fam. das apocináceas, *Hancornia speciosa*', < *mangába*; maracujá < *murukujá*, 'espécies do gênero *Passiflora*'; pitanga, 'fruta da pitangueira, árvore da fam. das mirtáceas, *Eugenia uniflora*', < *'y'bápytánga*, lit. 'fruta vermelha'.

Dentre outras árvores e arbustos: araribá, 'árvore da fam. das leguminosas, *Centrolobium* sp.', < *ará'ry'bá*, 'lit. 'fruta de arara'; cabreúva, 'árvores da fam. das leguminsas-papilionáceas, dos gêneros *Myrocarpus* e *Myroxylon*, < *kaburé'ýba*, lit. 'árvore de caburé'; cambuí < *kamu'í*, 'arvore da fam. das mirtáceas, *Eugenia vellosiana*'; copaíba < *kopá'ýba*, 'árvore da fam. das leguminosas, *Copaifera* sp.'; ibirapitanga, 'pau-brasil', < *ybyrápytánga*, lit.

'madeira vermelha'; ipecacuanha < *ypékakwãia*, lit. 'pênis de pato, *Cephaelis ipecacuanha*'; jacarandá < *jakaraná*, 'bignoniácea *Jacaranda* sp.'; juá, 'árvore da fam. das ramnáceas, *Zizyphus joazeiro*', < *ju'á*; peroba, 'árvores da fam. das apocináceas, gênero *Aspidosperma*' < *'ýpéróba*, lit. 'árvore de casca amarga'; sapucaia, 'árvore *Lecythis pisonis*', < *jãsapukája*, lit. 'castanha-do-Pará que grita'; (pau de) uvá, 'vara para fazer flecha', < *u'ubá*, 'cana de flecha, *Gynerium saccharoides*'.

Tipos de terreno e de vegetação: capão < *ka'ápa'U*, lit. 'intervalo de mato (no campo)'; capoeira < '*ka'áp*^{w}*éra*, lit. 'um "ex-mato", lugar onde houve mato'; catinga ou caatinga < *ka'átínga*, 'mato branco ou claro'; tembé ou tembé de serra, 'margem ou beira de abismo, despenhadeiro', < *itáemé*, 'beiço de pedra'; tijuco, 'lameiro, lamaçal', < *tyjúka*, 'barro, lama'.

Topônimos

É considerável o número de topônimos adquiridos dos tupis, especialmente ao longo do litoral desde o Paraná (aproximadamente a baía de Paranaguá) até parte do Rio de Janeiro (Angra dos Reis), mas em algumas partes também no interior, como no planalto de Piratininga em São Paulo (Piratininga é um bom exemplo, em tupi *pirátiníngа*, 'peixes secos', como no litoral Itanhaém do tupi *itája'ẽ*, 'panela(s) de pedra'. Já os topônimos adquiridos dos tupinambás prevalecem ao longo da costa do Rio de Janeiro até o Maranhão e o leste do Pará. Um ensaio de interpretação linguística de cerca de trezentos destes encontra-se na dissertação de mestrado de João Domingos Wolff da Silva (Universidade de Brasília, 1993). Além desse trabalho, há numerosas apresentações de topônimos brasileiros de origem tupi ou tupinambá, por diversos autores, algumas de escopo mais geral, outras mais especificamente sobre determinadas regiões, razão pela qual não apresentamos aqui uma lista exemplificativa desses numerosíssimos topônimos.

As línguas gerais

Como nos primeiros anos da colonização vinha nas naus portuguesas número muito maior de homens do que de mulheres, foram muito frequentes as relações entre homens portugueses e mulheres indígenas, um tipo de rela-

ção inicialmente favorecido por líderes indígenas com a intenção de firmar alianças estáveis com estrangeiros detentores de muitos bens materiais novos e desejáveis (facas, tesouras e outros instrumentos de ferro, armas de fogo, tecidos, roupas etc.). Aos poucos foi crescendo o número de mestiços, filhos de pais portugueses e mães indígenas, falando a língua das mães e dos demais parentes, todos estes indígenas, já que do lado paterno os avós, tios e primos ficavam em Portugal. Embora, quando crescidos, os rapazes fossem atraídos para as atividades dos pais, nem todos aprenderiam bem a língua destes, mas todos falavam normalmente a de suas mães e demais parentes com quem haviam convivido.

A língua geral paulista

No primeiro século da colonização, esse fenômeno foi mais intenso e mais duradouro no planalto de Piratininga, em São Paulo, primeiro território interior para o qual se deslocou a ação colonizadora. Aí o número de mestiços, chamados então de mamelucos, cresceu tanto usando a língua tupi (ligeiramente modificada pelo convívio com a portuguesa) que esta foi difundindo-se e passou a ser chamada *língua geral*, hoje mais especificada como *língua geral paulista* (LGP). Os mamelucos passaram a integrar as expedições ou bandeiras dirigidas mais para o interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, levando consigo o uso das duas línguas, português e língua geral, e atribuindo nomes ora numa, ora na outra aos lugares por onde passavam. Assim é que uma toponímia em língua tupi-guarani, a língua geral paulista, se fixou em uma ampla área onde povos tupis-guaranis não tinham estado, como Minas Gerais (p. ex., Itajutiba < *itájútýba*, 'lugar de muito ouro'; Itinga < *'ýtínga*, 'rio branco'; Ipatinga < *'ýupátínga*, 'lagoa branca'; Itapeva < *Itápéba*, 'lajes'; Itapecerica < *itápésyrýka*, 'laje escorregadia'; Itaú < *itá'ý*, 'rio das pedras'; Itacolomi < *itákurumĩ*, 'menino de pedra'; Uberaba < *'ýberába*, 'rio brilhante'). Como os bandeirantes criavam povoados nos lugares onde se deixavam ficar, a LGP ficou sendo falada nesses povoados em concorrência com a língua portuguesa e esta, por sua vez, foi também marcada por esse convívio não só em Minas Gerais, mas igualmente no interior paulista, em Goiás, Mato Grosso e no norte velho do Paraná.

A LGP, derivada do tupi, tendo-se expandido assim, com a ação dos bandeirantes, pelo interior de São Paulo e Minas Gerais, por Goiás e Mato Grosso e pelo nordeste do Paraná, vigorou da segunda metade do século XVI até a

segunda metade do século XIX. Seu declínio e o consequente exclusivismo do português, nessas regiões, deveram-se principalmente à progressiva extinção dos indígenas tupis e à crescente introdução ou imigração, naquelas regiões, tanto de escravos africanos e de mestiços de outras áreas do Brasil quanto, em meados do século XIX, de novos colonos europeus.

A língua geral amazônica

O emprego da expressão "língua geral do Brasil" por Hervás (veja "Línguas tupi e tupinambá") deveu-se certamente ao uso da mesma nos documentos dos jesuítas portugueses, na segunda metade do século XVII e na primeira do século XVIII, para designar a língua falada pelos mamelucos, isto é, pelos mestiços de pais portugueses e mães indígenas – sobretudo de mães tupinambás do Pará – e seus descendentes. Essa língua, que se tornou corrente nos povoados e nas missões do Estado do Grão-Pará – cada vez mais heterogêneas pela inclusão de índios de diferentes línguas – ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, foi-se diferenciando da língua dos tupinambás, aquela que então era chamada *língua brasílica*. No final do século XVII e início do XVIII já eram compilados pelos missionários vocabulários e gramáticas da *língua geral*, assim como confessionários nessa língua, que já estava sensivelmente mudada em relação à das obras escritas para os índios tupinambás.

Constituíram-se, portanto, duas línguas gerais: a língua geral paulista (LGP), oriunda do tupi de Piratininga, e a língua geral amazônica (LGA), desenvolvida a partir do tupinambá do Pará. A segunda língua geral, a de base tupinambá, prevalece, ao longo do vale do rio Amazonas, desde o século XVII até hoje. Note-se que a colonização portuguesa da Amazônia desenvolveu-se com grande independência em relação à administração da costa leste e nordeste. No Pará, a colonização portuguesa começou só no século XVII, após a expulsão dos franceses do Maranhão, com uma nova administração, a do Estado do Maranhão e Grão-Pará, independente da administração do Estado do Brasil. Aí multiplicaram-se rapidamente os mestiços falando a língua dos tupinambás, os quais inicialmente foram chamados de mamelucos, como os do Sul, depois também de *tapuias*, pronúncia portuguesa de um termo de sua própria língua, *tapy'ýia*, na qual significava 'índios'. Assim que foi distinguindo-se da língua falada nas aldeias dos tupinambás, a língua desses mamelucos do norte

ou tapuias passou a ser chamada também de "língua geral", expressão que na Amazônia se tornou corrente nos séculos XVII, XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX. Com o avanço da ação colonizadora ao longo do grande rio, a LGA foi-se estendendo de leste para oeste, até o Solimões e Marañón, e para o noroeste, pelo rio Negro, tendo mesmo penetrado no Peru, na Colômbia e na Venezuela (onde é chamada *yeral*) e tendo sido, por largo tempo, a principal língua de contato dos índios de diferentes línguas com os não-indígenas. A situação social da LGA nos séculos XVIII e XIX era comparável à que tem tido até agora, no Paraguai, o *guaraní paraguayo*, também chamado *yopará* ('mistura'), que é a língua majoritária da população e que é aprendida pelos indígenas quando entram em contato com os não-indígenas.

Na primeira metade do século XIX, em 1835, pouco após a Independência do Brasil, iniciou-se na Amazônia uma rebelião popular contra os comerciantes portugueses, que continuavam dominando o comércio e as relações sociais, a rebelião que ficou conhecida como a Cabanagem. Essa rebelião, que se estendeu desde Tefé, no Alto Amazonas, até Belém, foi combatida pelas forças da Marinha, que trataram como rebeldes os falantes da LGA e os exterminaram ao longo do grande rio, tendo criado grandes vazios demográficos que, poucos anos depois, determinaram a necessidade de importar trabalhadores do Nordeste, os quais eram falantes exclusivos do português, para a coleta da borracha. A LGA ficou sendo falada ainda em algumas comunidades, mas fixou-se principalmente na bacia do rio Negro, o grande afluente setentrional do rio Amazonas, onde se tornou a língua materna de uma porção ponderável de indígenas, sobretudo das etnias baré e baniwa, mas conhecida e utilizada também por muitos indígenas da etnia tukano.

Ao longo de todo esse tempo ela não deixou de ser a língua dos mestiços ou caboclos amazonenses e passou a ser considerada, pelos indígenas de diversas etnias, como a língua dos "brancos" (isto é, não-indígenas) por excelência, a qual era necessário dominar para entender-se e negociar com estes. Assim como em outras regiões algumas comunidades têm perdido o uso da língua nativa em favor da portuguesa, houve também povos que perderam sua língua em favor da LGA. Tal é, por exemplo, o caso dos barés e de parte dos baniwas, na bacia do rio Negro, para os quais a LGA é agora sua primeira língua. Nos últimos anos tem-se firmado mais e mais o uso do nome nheengatu para referir-se à LGA (nela mesma *je'ẽŋatú*, literalmente "língua boa"), o qual recentemente foi utilizado na lei municipal de São Gabriel da Cachoeira, AM, que a cooficializou no maior município do Brasil.

Em que diferem as línguas gerais

Em contraste com a LGA, que ficou registrada em documentos vários ao longo de cerca de quatrocentos anos, da LGP temos muito poucos documentos. A maioria dos documentos da LGA deve-se à atividade dos missionários, sobretudo os jesuítas no século XVII e os capuchinhos no século XVIII (após a expulsão dos primeiros pelo governo português). Já na colonização do interior de São Paulo e regiões vizinhas, nos séculos XVI e XVII não houve atuação missionária da mesma natureza e ali prevaleceu a organização de expedições para a conquista de territórios e de mão de obra indígena, as bandeiras, formadas em grande parte com os mamelucos de Piratininga, falantes da LGP. Houve muito pouco estímulo para a composição de catecismos e vocabulários nessa língua. Os poucos manuscritos são do fim do século XVIII ou início do XIX.

Ambas as línguas gerais, convivendo com a língua portuguesa e sendo faladas em contextos socioculturais bastante diferentes daqueles em que antes eram faladas as línguas tupinambá e tupi, afastaram-se em sua evolução mais ou menos sensivelmente das suas respectivas matrizes indígenas. Aliás, o contato linguístico de uma e outra foi não só com o português, mas também, em distintas situações e proporções, com várias línguas indígenas. A LGP teve contato mais bem conhecido com a língua bororo (da família linguística boro-ro), mas provavelmente também com outras, como a kaingang no oeste paulista e no norte do Paraná e a panará (kayapó do sul) no sul de Goiás, sudoeste de Minas Gerais e oeste de São Paulo (ambas da família linguística jê). A LGA, em seu deslocamento para oeste, desde o Baixo até o Alto Amazonas, terá tido múltiplas situações de contato linguístico, sendo que as mais recentes e mais intensas foram com línguas das famílias aruak e tukano, mais particularmente o baré, o baniwa e o tukano, no Alto Rio Negro. As duas línguas gerais man-tiveram, entretanto, as principais características morfossintáticas da família tupi-guarani e quase todo o léxico original.

Na fonética e fonologia, as mudanças são mais marcadas nas fases mais recentes da LGA. Nesta o conjunto de seis vogais orais típico da família tupi-guarani foi reduzido a quatro vogais: *i*, *e*, *a*, *u*. As vogais *u* e *o* do tupinambá fundiram-se em *u* (tupinambá *osó* > LGA *usú*, 'ele vai'; tupinambá *ipukú* > LGA *ipukú*, 'é comprido') e também as vogais *ɨ* e *i* do tupinambá fundiram-se em *i* (tupinambá *opitá* > LGA *upitá*, 'ele fica'; tupinambá *pirá* > LGA *pirá*, 'peixe').

Na morfologia, diversos sufixos – que em tupinambá tinham várias formas fonológicas segundo os ambientes em que ocorriam – tornaram-se uniformes,

com a generalização de uma só forma (p. ex., o sufixo aumentativo do tupinambá *-wasú* depois de vogais e *-usú* depois de consoantes; na LGA somente *-asú*). Houve também reduções no plano morfológico: em tupinambá, como em grande número de línguas da família tupi-guarani, distinguiam-se nas orações transitivas, por meio de prefixos distintos, ações reflexivas e ações recíprocas, isto é, aquelas em que os sujeitos agem sobre si mesmos e aquelas em que os sujeitos agem uns sobre os outros; os respectivos prefixos eram *je-*, 'reflexivo', e *jo-*, 'recíproco' (*o-je-juká*, 'eles se matam a si mesmos, eles se suicidam', mas *o-jo-juká*, 'eles se matam uns aos outros'). Na LGA apagou-se a distinção entre reflexivo e recíproco, ambos expressos pelo prefixo *ju-* (*u-ju-juká*, 'eles se suicidam' e também 'eles matam uns aos outros'; *pe-ju-karãi*, 'vocês se coçam cada um a si mesmo' e também 'vocês se coçam uns aos outros'), mudança que pode ser vista como influenciada pelo português, que só distingue ação reflexiva de ação recíproca por meio de expressões mais específicas (eles se matam *cada um a si mesmo* e eles se matam *uns aos outros* ou *mutuamente*). Outra redução que pode ter sido influenciada pelo português, um caso não morfológico, mas lexical, é a eliminação dos verbos posicionais, dos quais o tupinambá tinha quatro: *'am*, 'estar em pé'; *in ~ en*, 'estar sentado'; *jub ~ ub*, 'estar deitado'; *ikó ~ ekó*, 'estar em movimento, viver'. Na LGA subsistiu só o último, que passou a significar simplesmente 'estar'. É interessante notar que o verbo *estar* do português é também o sobrevivente de uma redução dos verbos posicionais de uma fase mais antiga desta língua, que era o latim.

Vejamos um breve confronto entre o tupinambá do século XVII, a LGA do século XVIII e a LGA do início do século XX (frase extraída de três catecismos das respectivas épocas):

Século XVII: *abá pe erima'é Tupã o-i-monháng-ypý ybý-pór-amo?*
quem int antigamente Deus 3pSuj-3pObj-fazer-primeiro terra-morador-como
Século XVIII: *abá pe erima'e Tupána o-monháng-ypý ybý-póra ráma?*
'quem int antigamente Deus 3p-fazer-primeiro terra morador para
Século XX: *awá ta'á Tupána u-munhã kuxi'íma iwí púra aráma?*
quem int Deus 3p-fazer antigamente terra morador para
'Quem antigamente Deus criou primeiro como/para morador da terra?'

Nessa frase aparecem apenas duas diferenças entre a LGA do século XVIII e o tupinambá. Por um lado, no verbo transitivo *monháng*, 'fazer', não ocorre o prefixo *i-* de referência ao objeto e, por outro lado, a forma do chamado caso predicativo (com o sufixo *-amo*) do nome composto *ybýpór*, 'morador da terra', foi substituída pelo caso nominativo (com o sufixo *-a*) e a relação expressa pelo caso predicativo veio a ser dada por uma nova posposição de finalidade *ráma*. A frase que em tupinambá dizia "na qualidade de morador da terra" passou a dizer "para (ser) morador da terra". Já a versão mais recente na LGA do início do século XX não só mostra claramente algumas das mudanças fonéticas que passaram a caracterizar a LGA mais recente, como a mudança da consoante *b* em *w* (*abá* < *awá*; *ybý* > *iwí*) e mudança das vogais *o* em *u* e *y* em *i* (*o-* > *u-*; *monháng* > *munhã*; *póra* > *púra*; *ybý* > *iwí*), mas também a substituição da partícula interrogativa átona *pe* pela partícula acentuada *ta'á* (proveniente do tupinambá *ta'é*) e do advérbio *erima'é*, 'antigamente', por *kuxi'ima* (proveniente do tupinambá *kweséje'ým*) e o deslocamento dessa da posição pré-verbal para uma posição pós-verbal.

Algumas das principais diferenças morfossintáticas entre o tupinambá puro, a língua brasílica e as línguas gerais são (cf. Rodrigues, 1996: 12-13):

(1) Redução do sistema de casos, com a generalização do antigo caso argumenativo em *-a*, já sem função sintática. Isso quer dizer que a oposição entre tupinambá *i-po'ýr*, 'ele tem contas (de colar)', e *i-po'ýr-a o-pab*, 'as contas dele se acabaram', em que *ipo'ýra* é um nome em função de argumento, aqui de sujeito, desaparece. *Po'ýra* continua sendo a palavra para 'conta (de colar)' em todos os contextos sintáticos.

(2) Apagamento, nas línguas gerais, da distinção entre posse reflexiva (por exemplo, *o-pinda*, 'seu próprio anzol', *o-py*, 'seu próprio pé') e não reflexiva de 3ª pessoa (*i-pinda*, 'o anzol dele/ dela/deles/delas', *i-py*, 'seu pé dele etc.'). Conserva-se a forma não reflexiva para as duas funções.

(3) Nas línguas gerais, reduziu-se o sistema original de distinções dêiticas de pelo menos cinco demonstrativos a dois: dos demonstrativos tupinambá *ko*, 'este (que se vê); *ang*, 'este (que se vê ou não); *kué*, 'esse (que se vê)'; *aê*, 'aquele'; e *aipó*, 'aquele (que não se vê)', ficaram *ko* ,'este', e *aê*, 'aquele, aquela, aqueles, aquelas, aquilo'.

(4) Mudança da ordem básica dos constituintes nucleares da oração, de SOV para SVO, por exemplo, de tupinambá *Pindobusu meru o-juka* ('Pindobuçu matou uma mosca') a *Pindobusu o-juka meru*.

(5) Desenvolvimento de sufixos de pluralização. O tupinambá, como as outras línguas tupis-guaranis, carecia da categoria de número. *I-pinda* podia significar 'tem anzol (um ou vários, sem distinção específica)'. Pela pressão do português se desenvolveram marcadores de número, na língua geral amazônica *-itá*, do tupinambá *-etá*, 'ser muitos'.

(6) Criação de um verbo 'ter' a partir do tupinambá *a-rekó*, 'fazer estar consigo', já que 'eu tenho duas flechas' significa que 'duas flechas estão comigo'. O tupinambá exprimia a ideia de 'ter alguma coisa' pelo uso predicativo do nome, neste caso 'flecha'. A marca da pessoa (a posse) indicava-se pelo pronome pessoal: *sjé r-u'úb mokõj*, 'eu flecha dois', significava 'existem duas flechas com respeito a mim' ou seja 'eu tenho duas flechas' (cf. Rodrigues, 1996: 12). Já na língua brasílica a expressão comum era *Xe a-rekó u'úba mokõj*, no nheengatu é *a-rikú mukũj uiwa*.

Os exemplos de mudanças mostram que se abandonaram rapidamente aquelas categorias gramaticais que não tinham correspondência em português, algumas até na língua brasílica, que, em geral, ficara menos afetada pelo contato com o português.

A situação na costa leste e nordeste

Embora na costa leste ao norte do Rio de Janeiro também tenha havido mestiçagem produzindo falantes bilíngues da língua tupinambá e do português, já no século XVI esse fenômeno foi atenuado devido a quatro fatores principais: (a) as grandes epidemias de doenças europeias, que em pouco tempo mataram dezenas de milhares de índios; (b) as guerras de extermínio promovidas pelos portugueses contra os caetés, os tupinambás da Bahia e os tupinambás do Rio de Janeiro, mas também contra os tupiniquins do sul da Bahia e do Espírito Santo, assim como, no século XVII, contra os potiguaras de Pernambuco e da Paraíba; (c) o apresamento e a submissão de milhares de indígenas para o tra-

balho forçado nos engenhos de açúcar e outras propriedades dos portugueses; (d) a migração de grandes contingentes de índios tupinambás para o interior, deslocando-se para a bacia amazônica, para escapar ao terror implantado pelos governadores da Bahia e de Pernambuco; (e) o estímulo à vinda de casais portugueses já formados e à importação de órfãs de Portugal para casar com os colonos no Brasil. A soma desses fatores contrasta nitidamente com o desenvolvimento das relações entre os colonizadores do leste brasileiro, por um lado, e os do sudeste e os do norte, por outro lado. No Brasil oriental não houve a oportunidade para desenvolver-se o uso da língua indígena por uma comunidade mestiça e ali, portanto, ainda que tenha havido portugueses que falavam o tupinambá, não se firmou nenhuma "língua geral".

Influências das línguas tupi e tupinambá no português do Brasil

Fonologia

Além do grande enriquecimento do léxico, de que foi dada uma amostra anterior, não é fácil identificar modificações sofridas pela língua portuguesa falada no Brasil por influência de uma das línguas indígenas. Por um lado, o português do Brasil é um mosaico de variedades fonético-fonológicas, morfossintáticas, estilísticas e lexicais, ainda carente de documentação, análise e descrição. Por outro lado, o estado atual dessas variedades já é o produto de reajustes e reorganizações associados a migrações e à ampliação e intensificação do ensino escolar, num espaço de tempo de perto de cinco séculos. Assim sendo, poucas associações podem ser feitas entre fenômenos das línguas tupi e tupinambá e fenômenos correspondentes em variedades regionais do português do Brasil. Por exemplo: no âmbito da fonética, dada a inexistência de consoantes laterais nas duas línguas indígenas em questão, e também nas línguas gerais delas derivadas, é possível que a isso se deva a substituição da lateral álveo-palatal *ʎ* <lh> pela aproximante palatal *j* ([ˈpaʎa] > [ˈpaja], 'palha'), ou que isso tenha reforçado uma tendência já presente em algumas variedades do português europeu. Mais complicada, entretanto, é a situação com respeito à consoante lateral alveolar *l*, a qual foi alterada no fim de sílaba, mas conservada

no início de sílaba: *alta* [ˈalta] > [ˈaɾta] ou [ˈaɻta] ou [ˈawta], mas *lata* [ˈlata], mala [ˈmala]. Dificuldade adicional ocorre quando as línguas influenciadoras divergem, como no caso da consoante vibrante alveolar *r*. Tanto o tupinambá como o tupi tinham o som [ɾ], "vibrante" (rótico) simples ou *flap*, como o do português *caro* [ˈkaɾnu], mas não tinham o som *r*, vibrante (rótico) múltiplo sonoro, como em *carro* [ˈkaru], que pode ter sido substituído pelo vibrante simples sonoro ɾ (*caro* [ˈkaɾu], pelo fricativo velar sonoro [ɣ] ([ˈkaɣu]), pelo fricativo velar surdo [x] ([ˈkaxu]) ou pelo fricativo glotal surdo [h] ([ˈkahu]), variantes que ocorrem efetivamente em diversas variedades do português do Brasil. Em posição final, o tupinambá tinha o "vibrante" simples (p. ex., *ajúr*, 'eu vim', *ere'ár*, 'você caiu'), mas o tupi e a LGP tinham "zero" (ausência de som) nessa posição (*ajú* 'eu vim', *ere'á* 'você caiu'), logo, é possível que a situação do tupi e da LGP se correlacione com a de algumas variedades do português nas áreas em que este conviveu com aquelas línguas (p. ex., *parar* [paˈɾar] > [paˈɾa]). Entretanto, é claro que a ausência do *r* final nas regiões em que se falava o tupinambá não se pode explicar pelo contato com essa língua.

Gramática

No âmbito gramatical, uma diferença entre o português, por um lado, e o tupi e o tupinambá, por outro, é a flexão de número nos nomes, obrigatória naquela língua e inexistente nestas. A alternância portuguesa entre formas singulares e formas plurais está associada a um processo de concordância sintática que, entre outras coisas, determina que os especificadores e os qualificadores de um nome apresentem a mesma flexão do nome a que se referem (*Aquela gata preta é mansa. Aqueles gatos pretos são mansos*). No português falado do Brasil, ou em grande número de suas variedades, houve mudança nesse processo: a flexão de plural não se aplica aos nomes, nem a seus qualificadores, mas só aos especificadores (*Aqueles gato amarelo são manso*). É possível que a ausência de flexão de número nos nomes das línguas tupi e tupinambá tenha contribuído para a alteração da regra de concordância portuguesa.

Outra diferença morfológica entre essas línguas está na flexão de pessoa nos verbos. Tanto o português como o tupi e o tupinambá flexionam os verbos para a distinção da pessoa de seus sujeitos, mas na primeira dessas línguas a flexão é sufixal, ao passo que nas duas línguas indígenas é prefixal: a parte final do verbo não varia para concordar com o sujeito. Comparando o

português com o tupi e o tupinambá (idênticos neste detalhe): port. *fico* = t. *apytá*; port. *ficas* = t. *erepytá*; port. *fica* ou *ficam* = t. *opytá*; port. *ficamos* = t. *japytá* ou *oropytá*. Por outro lado, em tupi e tupinambá a flexão verbal de pessoa só se dá em certas situações sintáticas, mas não em outras. Por exemplo, nas orações iniciadas por um adjunto circunstancial – de tempo, de lugar, de modo etc. – em vez da flexão pessoal ocorre a flexão relacional, que não faz referência à pessoa do sujeito, mas apenas à anteposição imediata ou não da palavra sujeito à palavra verbal: *kwesé sjé reków*, 'ontem eu estive'; *iké pajé reków*, 'aqui o pajé esteve'; *iké seków*, 'aqui esteve ele'; *tápe jané reków*, 'na aldeia estivemos nós'; *tápe seków*, 'ele esteve na aldeia' ou 'eles estiveram na aldeia'. Só a primeira ou então as duas diferenças podem ter contribuído para a redução da flexão sufixal de pessoa nos verbos em grande número de variedades do português do Brasil: *eu fico*, *tu fica* ou *você fica*, *ele fica*, *nós fica*, *vocês fica*, *eles fica*.

Notas

[1] O mais amplo dicionário desses empréstimos, excetuados os topônimos, é o de Antônio Geraldo da Cunha (1978), que sob o nome tupi engloba as palavras oriundas do tupi, do tupinambá e das duas línguas gerais.

[2] Para leitura das palavras das línguas tupi e tupinambá observem-se as seguintes convenções: *b* no início de sílaba tem o som fricativo bilabial sonoro [β], mas no fim de sílaba tem o som oclusivo bilabial sonoro [b] em flutuação com o surdo [p]; *r* no início de sílaba tem o som *flap* alveolar sonoro [ɾ], mas no fim de sílaba tem esse mesmo som em flutuação com o oclusivo alveolar surdo [t]; ' representa o som oclusivo glotal [ʔ]; *s* representa o som fricativo alveolar surdo [s], mas também o fricativo álveo-palatal surdo [ʃ], quando precedido pela vogal *i*; *m*, *n* e *ng* representam os sons nasais bilabial [m], alveolar [n] e velar [ŋ], respectivamente, os quais têm realizações pós-oralizadas, [mb], [nd] e [ŋg], diante de vogais orais nas sílabas tônicas e pré-tônicas; *w* representa a vogal assilábica posterior arredondada [w]; *j* representa a vogal assilábica anterior não arredondada [j], a qual se realiza como consoante nasal álveo-palatal [ŋ] quando precede vogal nasal ou nasalizada por consoante nasal que se lhe segue; *y* representa a vogal central alta não arredondada [ɨ]; *e* e *o* são vogais médias abertas, [ɛ] e [ɔ] respectivamente; o acento agudo <´> marca as vogais orais de sílabas acentuadas; o til <˜> marca as vogais intrinsecamente nasais [ĩ] [ɨ̃] [ũ] [ẽ] [ã] [õ] (sempre acentuadas).

Bibliografia

ANCHIETA, Joseph de (1595). *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra.

ARAÚJO, Antonio de (org.) (1618). *Catecismo na lingoa brasilica*. Lisboa.

_____ (1685). *Catecismo brasílico da doutrina christãa, pelo P. Antonio de Araújo, emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholameu de Leam*. Coimbra.

AYROSA, Plínio (ed.) (1938). *Vocabulário na língua brasílica*. São Paulo.

CASTILHO, Pero de (1937). *Os "nomes das partes do corpo humano pella língua do Brasil". Texto tupi-português e português-tupi do séc. XVII.* Editado por Plínio Ayrosa. Coleção do Dep. de Cultura de São Paulo, v. 14. São Paulo.

CUNHA, Antônio Geraldo (1978). *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.* São Paulo: Melhoramentos; Editora da Universidade de São Paulo.

EDELWEISS, Frederico G. (1947). *Tupís e guaranis: estudos de etnonímia e linguística.* Publicações do Museu da Bahia, n. 7. Bahia: Secretaria de Educação e Saúde.

FERNANDES, Florestan (1949). *A organização social dos tupinambá.* São Paulo: Instituto Progresso Editorial. [2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963]

FIGUEIRA, Luís (1621). *Arte da lingua brasilica.* Coimbra.

_____ (1685). *Arte de grammatica da lingua brasílica do P. Luis Figueira.* Coimbra.

GATTI, Carlos (1985). *Enciclopedia guaraní-castellano de ciencias naturales y conocimientos paraguayos.* Asunción: Arte Nuevo Editores.

HERVÁS, Lorenzo (1785). *Catalogo delle lingue conosciute e notizia della loro affinità e diversità.* Cesena.

_____ (1800). *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas.* I. Madri.

LORENZI, Harri (2002). *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.* I. 4. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum.

MAGALHÃES, J. V. Couto de (1876). *O selvagem.* Rio de Janeiro: Typographia da Reforma.

MARCGRAVE, Jorge (1942). *História natural do Brasil*, trad. de J. P. de Magalhães. São Paulo.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von (1863-67). *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens.* 2 v. Leipzig: Friedrich Fleischer.

MÉTRAUX, Alfred (1928). *La religion des tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus tupi-guarani.* Paris: Librairie Ernest Lerou.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1959a). Contribuição para a etimologia dos brasileirismos. *Revista Portuguesa de Filologia* 9, 1-54.

_____ (1959b). *Phonologie der Tupinambá-Sprache.* Tese de doutorado, Universidade de Hamburgo.

_____ (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.* São Paulo: Loyola.

_____ (1996). As línguas gerais sul-americanas. *Papia* 4.2, 6-18.

_____ (1997). Descripción del tupinambá en el período colonial: el arte de José de Anchieta. In: ZIMMERMANN, Klaus (org.). *La descripción de las lenguas americanas en la época colonial.* Frankfurt/M: Vervuert, 371-408.

SILVA, João Domingos Wolff da (1995). *Os topônimos brasileiros oriundos do tupinambá e sua adaptação fonológica ao português.* Brasília: UnB, diss. de mestrado.

STEINEN, Karl von den (1942): *Durch Central-Brasilien.* Leipzig: F. A. Brockhaus. [Trad. brasileira por C. B. Cañabrava, *O Brasil central.* São Paulo: Companía Editora Nacional, 1942].

TOVAR, Antonio (1986). *El lingüista español Lorenzo Hervás. Estudio y selección de obras básicas.* I. *Catalogo delle lingue.* Madri: Sociedad Española de Librería.

Anchieta 1595 e Figueira 1621. Representações da gramática do tupinambá

Roland Schmidt-Riese

Aproximação

A gramática surgiu no Brasil em 1549, precisamente o ano em que chegaram os jesuítas. A ordem fundada por Inácio de Loiola, confirmada pelo papa em 1540, tornou-se, de fato, uma ordem de ensino, entusiasmada com as ideias da educação humanística e dirigente de um número de colégios que aumentou, em toda a Europa, a um ritmo vertiginoso. Mas a situação brasileira era diferente. A gramática que surgiu no Brasil, ao chegarem os jesuítas, foi a gramática do tupinambá. A transplantação das instituições educativas e científicas europeias para a América foi lenta no caso da colonização portuguesa. A educação era uma preocupação de segunda ordem. Na Europa, por seu lado, o ensino da gramática era equivalente ao ensino do latim, já que se ensinava o latim mediante a gramática e que o objeto da gramática era normalmente o latim. A gramática das outras línguas clássicas, grego e hebraico, era marginal e a das próprias línguas europeias, incipiente. Mesmo quando orientada, no caso das línguas clássicas, para fins de erudição, para o estudo e a produção de textos, a finalidade do ensino de segundas línguas era a aprendizagem destas. No caso das línguas europeias, a aprendizagem estava orientada para a competência falada. Mas um interesse de erudição também não deixava de existir: por exemplo, comprovar que escrever uma gramática do português era possível. E, além disso, provar que as línguas

europeias podiam ser gramaticalizadas tinha um valor simbólico e político. Uma língua que tinha gramática era garantia de sustentabilidade de qualquer processo cultural. Podia sustentar não somente a evangelização, mas ainda uma literatura de projeção universal.[1]

No Brasil, a investigação sistemática das estruturas linguísticas elegeu um objeto inteiramente novo, o tupinambá. Evidentemente que também no Brasil o ensino de uma segunda língua era finalidade dominante, como, em função do interesse na época, era exatamente o caso das línguas europeias dotadas de uma gramática. Como na Europa, também no Brasil a curiosidade intelectual se debruçava sobre o experimento: será que o tupinambá tinha gramática e que, daí, era possível escrever uma gramática do tupinambá? A finalidade da aprendizagem de línguas podia servir a interesses diversos na Europa; contudo, no Brasil, ela estava bem definida. Aqui os jesuítas escreveram gramáticas para que outros jesuítas pudessem aprender as mesmas línguas, para predicar, para ouvir confissão, oferecer os sacramentos, em resumo, para evangelizar nessas línguas. Mas essa finalidade da aprendizagem incidia pouco no processo epistêmico da produção das gramáticas.

Em comparação com a situação europeia, temos aqui que constatar duas diferenças importantes: primeiro, na Europa, os autores eram, em muitos casos, falantes nativos das línguas que eles descreveram em uma gramática, o que não era o caso no Brasil. Antes de escrever uma gramática do tupinambá era preciso, portanto, aprender o tupinambá. Segundo, as diferenças estruturais entre o latim e o tupinambá eram bem maiores do que as que existiam entre o português e o latim. Mesmo assim, a base de categorias era a mesma nos dois casos. Era a tradição latina, na Europa e no Brasil, a que pôs à disposição dos autores todo um sistema de categorias gramaticais a serem pesquisadas nos materiais da língua-alvo.

Escrever uma gramática do tupinambá sem ser falante nativo dessa língua era uma maneira de fazer as línguas se encontrarem. A chegada e a permanência de portugueses no Brasil provocaram a necessidade da comunicação cotidiana entre eles e os nativos, isto é, na faixa litoral, normalmente entre eles e os tupinambás. Em consequência, ocorreram processos de aprendizagem parciais, nos dois sentidos. Os jesuítas, sobretudo os autores das gramáticas, procuraram não só aperfeiçoar a própria aprendizagem, mas também estabilizar essa aprendizagem mediante a reflexão, a análise e a representação explícita das estruturas. O português entrou, ao lado do latim, no processo de reflexão, porque o procedimento mais comum de análise era o comparativo.

De fato, o português entrou não somente no processo de reflexão, mas ainda na representação do tupinambá. As gramáticas foram escritas em português. Mesmo quando os exemplos apresentam o tupinambá, o texto da gramática está em português. Algumas indicações podem se dar em latim. Isto é, o texto de qualquer gramática tem dois níveis, o nível dos materiais comentados, nível de objeto, e o nível do comentário, o metanível. O tupinambá ocupa o nível de objeto, o português ocupa o metanível. Esses dois níveis refletem os dois níveis da sociedade colonial, composta de uma sociedade tecnicamente dominante, a invasora, e outra tecnicamente dominada, a autóctone. Como a língua da sociedade dominante ocupa o metanível da gramática e a língua da sociedade dominada ocupa o nível de objeto, gramáticas como aquelas do tupinambá poderiam ser chamadas gramáticas coloniais.

Nos dois itens a seguir, vamos apresentar as duas gramáticas coloniais do tupinambá. Serão referidos alguns dados biográficos dos autores, informações sobre as circunstâncias que lhes permitiram acessar dados linguísticos, sobre as finalidades epistêmicas, didáticas e políticas dos textos e das publicações. A comparação entre Anchieta e Figueira levará a uma conclusão sobre as transformações na gramática do tupinambá, determinadas pelo desenvolvimento da sociedade colonial, mas também, em grande medida, pela mudança das exigências epistêmicas da sociedade europeia e metropolitana.

Anchieta

José de Anchieta nasceu provavelmente em 1534, em Tenerife, a família do pai sendo de origem vasca, de Azpeitia/Guipúscoa, cidade situada ao pé do castelo dos Loiola. Inclusive, a família poderia estar aparentada com a do fundador dos jesuítas. José de Anchieta cursa estudos de humanidades em Coimbra, a partir de 1548, e ali se faz membro da Companhia de Jesus, em 1551. Dois anos mais tarde, em 1553, viaja para Salvador da Bahia. Não volta mais para a Europa. Em 1597, morre em Reritiba, no Espírito Santo, sendo declarado apóstolo do Brasil por João Paulo II em 1980.[2]

Junto com Manuel da Nóbrega, nesse período provincial do Brasil, Anchieta torna-se fundador do núcleo jesuítico no interior da costa de São Vicente, chamado São Paulo de Piratininga, em janeiro de 1554. Os dois jesuítas lançam um novo centro de evangelização, no meio do território indígena, tendo

a ordem chegado ao Brasil somente cinco anos antes, em 1549. Até a chegada de Anchieta, parece ter sido Juan de Azpilcueta Navarro, também de origem vasca, quem mais trouxe progresso à aprendizagem da língua mais falada nos territórios explorados, isto é, do tupinambá. Daí em diante, seria Anchieta a desempenhar esse papel. Ele escreve, em carta do dia 20 de março de 1555:[3]

> Quanto à lingoa, eu estou nella algum tanto adiante, ainda que hee muyto pouco para o que soubera se me não occuparão em insinar grammatica, todauia tenho toda a maneira della por arte, e para mym tenho entendido quasi todo o modo della. Não a ponho em arte porque não haa quá a quem aproueite, somente aproueito me eu della, e aproueitarseão os que de lá vierem, que souberem grammatica.

A passagem revela vários aspectos que merecem comentário. Um deles é que Anchieta, em São Paulo, dá aula de latim e não fica mesmo entusiasmado com a tarefa. Os alunos não fazem progresso. Nota-se aqui um matiz de arrogância, apoiado em cinco anos de estudos em Coimbra, universidade das mais ambicionadas da época. Anchieta teve, sem sombra de dúvida, uma formação humanística excelente. Aprendemos ainda que o projeto que realmente lhe interessa é o estudo da língua nativa. Diz que domina essa língua em grau avançado e que poderia sem problema organizar seu conhecimento numa gramática. Se não passou a realizar esse texto ainda, é porque a gramática (ele diz "arte") não serviria ninguém, já que não há na província brasileira (ou em Piratininga) quem entenda de gramática (em geral). O provincial tem um ponto de vista diferente. Nóbrega poderia ter pedido a Anchieta que escrevesse a gramática que este somente tinha pensado. O fato é que, em 1556, Nóbrega leva um manuscrito da gramática de Anchieta para Salvador da Bahia.

Anchieta permanece em São Paulo onze anos. De 1565 em diante, está no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e na Bahia, todos centros importantes da colonização. Anchieta é provincial de 1576 a 1587. Em São Paulo, para obter dados linguísticos, preferiu trabalhar com informantes na idade infantil e, de fato, em São Paulo ainda não podia ter havido nativos bilíngues adultos. Mas deve-se levar em conta que Anchieta já passou algum tempo nos centros coloniais assentados e que seguramente teve acesso aos conhecimentos sobre a língua, estabelecidos pelos jesuítas que chegaram antes. Por outro lado, viveu mais de trinta anos em territórios onde era falado o tupinambá. Daí teve ocasião de conferir os dados obtidos em São Paulo com os hábitos linguísticos observados em outras áreas. De fato, no texto publicado, Anchieta descreve

o limite dialetal que a investigação moderna identifica como divisório entre o tupinambá (a leste), e o tupi (a oeste), com início em Angra dos Reis:

> [...] ha alguma differença na pronunciação, & o vso de diuersas partes do Brasil sera o milhor mestre. Porque desdos pitiguáres do Paraîba atê os tamôyos do Rio de Ianeiro pronuncião inteiros os verbos acadabos [acabados] em consoante, vt *Apâb, Acêm, Apên, Aiûr* (Anchieta, 1595: fol. 1v).

O autor não parece atribuir maior importância a essa variação dialetal.[4] No material que oferece, a gramática observa o uso majoritário do tupinambá. Anchieta poderia ter modificado seu texto no período em que ele mesmo esteve entre grupos tupinambás (dos quais fazem parte os potiguaras e tamoios que ele menciona). Porém, não há evidência de ele ter continuado a trabalhar em sua gramática. O texto mantém ainda certos traços provisórios quando é impresso em Coimbra, isto é, poucos anos antes do falecimento do autor. As ambições do autor e as necessidades da província brasileira não deviam ser decisivas na hora de passar o manuscrito para a imprensa. A impressão foi, sobretudo, consequência da conjuntura política pela qual passou a ordem. Em 1594, concluiu-se em Roma a quinta congregação geral, a que finalmente aprovou a *Ratio studiorum*, o regulamento do currículo geral dos colégios que recomendou a gramática de Manuel Álvares para o ensino do latim. A Companhia de Jesus teve um interesse crescente em evidenciar sua competência em matérias d'além-mar. Também em 1595 saiu, junto à gramática de Anchieta, a gramática mexicana de Antonio del Rincón, sendo essas duas as primeiras gramáticas jesuíticas coloniais. Anchieta nem escreve um prólogo ao leitor como é costume na época.

O interesse teórico domina o interesse didático na gramática de Anchieta. É possível observar essa preferência na maneira como o texto é organizado. O autor dispõe de uma série de modelos, mas não segue de perto nenhum deles. A distribuição básica dos 16 capítulos observa uma lógica ascendente, que obedece a um critério teórico. Começa com as partes mínimas, as letras, passando pelas sílabas e palavras às entidades mais abrangentes, isto é, às partes da oração e sua sintaxe. Os títulos dos capítulos anunciam nomes, pronomes, verbos e preposições.[5] O impressor tratou o início do primeiro capítulo dedicado aos verbos da mesma maneira que o próprio início da gramática, colocando uma letra inicial muito elaborada. Desse modo, marcou o início de outra parte do texto.[6] O capítulo que trata das preposições parece fechar o ciclo das partes

da oração. Os capítulos que seguem têm por objeto assuntos mais obscuros da flexão e da sintaxe. Situam-se em um nível diferente, de acordo com a ordem do currículo medieval que prevê esses temas para o segundo grau, a classe média.[7] Todos esses critérios de repartição – a ordem ascendente dos níveis de estruturação linguística (as partes da gramática na terminologia da época), a tripartição entre itens nominais, verbais e indeclináveis, o ensino em dois ciclos, básico e avançado – não se evidenciam com claridade. Anchieta não procura dar uma imagem convincente da língua, convincente na medida em que a ordem das estruturas tratadas coincida com a tradição.

Projetar as categorias tradicionais sobre as estruturas do tupinambá é o *modus operandi* adotado por Anchieta, no entanto não é esta a finalidade que o motiva. Inclusive, ele admite que, para enfocar um termo tupinambá, várias categorias tradicionais podem ser incidentes, em função da sintaxe em que aparece o termo. Até mesmo várias categorias podem ser justificadas com vistas a uma mesma estrutura sintática projetada pelo termo, em consequência de enfocar a estrutura como nominal ou verbal. Esses diferentes enfoques, o autor faz entender, são induzidos pelo português ou pelo latim. O tupinambá não varia. É resistente à distinção:[8]

> *Eìmebê, yanondê, rirê*. Estas tres quer lhe chamemos adverbios, que significão, Antequam, Postquam, quer praeposições, Ante, post, pouco vay nisso, porque como o infinitiuo he propriamente, o nome significans actionem verbi, delle se vsa onde nos metemos no portugues, que, vt supra, vt, Quero que morras, quero teu morrer, ou tua morte. Assi, antes que morras, depois que morreste, ou morreres. O mesmo he antes ou depois de teu morrer, *xereõ eîmebê, xereõ yanondê*. Ante meum mori vel morte*m*, vel Antequam moriar, morrer, &c. & mais claro fica o vso dellas chamandolhe praeposições porque nao tem mais que ir logo ao Infinitiuo (Anchieta, 1595: fol. 44v–45r).

A preocupação de Anchieta com a adequação teórica e descritiva e sua despreocupação com a facilidade do ensino e da memorização já não correspondem às exigências da sociedade europeia no momento da impressão da gramática, quarenta anos após sua redação. O interesse científico que deixa questões em aberto foi aceito em meados do século XVI, mas já não no final deste.

Figueira

Figueira nasceu provavelmente em 1574 em Almodôvar/Alentejo. Viaja para o Brasil em 1602, onde em 1607 inicia a missão do Maranhão e Grão-Pará, junto com Francisco Pinto. Pinto é morto por índios no Maranhão já em 1608. Figueira permanece na região até 1620, ano em que volta para Portugal. Sua gramática sai da imprensa em Lisboa logo no ano seguinte, em 1621, podendo assim Figueira vê-la impressa. Volta para o Maranhão em 1643, mas morre neste mesmo ano. Parece ter sido morto por índios, como Pinto, ao chegar após um naufrágio. A gramática tupinambá de Figueira teve uma história editorial de sucesso. Foi reimpressa na íntegra pelo menos duas vezes no período colonial, em 1687 e em 1795, em Lisboa.[9]

Figueira, como Anchieta, trabalha numa região situada na frente da colonização e teve no Maranhão contato com falantes do tupinambá. A povoação tupinambá bilíngue no Maranhão ainda não era adulta, exatamente como era aquela tupi em Piratininga, na época de Anchieta. Por outro lado, o processo colonial no Brasil em seu conjunto tinha feito progresso. A povoação bilíngue deveria ter crescido de modo geral, e Figueira passou vários anos nos centros coloniais da costa central antes de sair para o Maranhão. Também não reclama ter trabalhado com informantes no Maranhão. O título de sua gramática é *Arte da lingua brasilica*. Ao compará-lo com o título de Anchieta (*Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*), o de Figueira é mais simples a dois respeitos. Por um lado, a língua que Anchieta define em termos geográficos parece ter nome próprio em Figueira, língua brasílica.[10] Por outro lado, *Arte da lingua brasilica* corresponde a um formato de título que é recorrente nas gramáticas coloniais a partir de Bertonio (1612), sobretudo nas jesuíticas.[11] O formato do título promete um programa de ensino conciso, ordenado, suficiente.

Uma nova gramática de qualquer que seja a língua deve se justificar levando em conta as gramáticas existentes. Figueira, em seu prólogo ao leitor, não fala de Anchieta. Esse silêncio é surpreendente, porque Figueira poderia ter querido formar, junto com Anchieta, uma tradição da gramática do tupinambá. O silêncio é, portanto, indício de uma vontade de ruptura. Começar do zero, desde a necessidade da conversão. Figueira apresenta o projeto da arte como se ainda não houvesse arte. Ao mesmo tempo, admite que seus informantes principais foram filhos de portugueses nascidos no Brasil, recrutados para a Companhia de Jesus:

> O gosto, & desejo, que sempre tiue de saber esta lingua, pera ajudar a estos pobres brasijs, & a falta, que auia de arte, pera ella se aprender, me obrigarão a querella saber, & aprender de raiz por fundamentos & regras, que busquei, consulta*n*doas & dandoas a examinar a indios naturais, & padres grandes linguas nascidos, & criados entre os mesmos indios do Brasil (Figueira, 1621: "Prologo ao leitor").

Pelo contrário, Manoel Cardoso fala de Anchieta em sua aprovação da arte de Figueira. Atribui àquele o mérito da primeira proposta, mas a Figueira o mérito de ensinar com clareza. De fato, ter escrito primeiro é o único mérito de Anchieta. Cardoso acha terrível a gramática de 1595, *diminuta e confusa*, isto é, detalhada e inacessível. Agradece a Figueira por oferecer uma alternativa. Cardoso parece transmitir um alívio geral:

> Na ordem, & disposição das cousas, que propoem, na claresa das regras, & preceitos, que de nouo dâ pera as formações dos verbos, & seus modos, & te*m*pos, na mudança que faz de algu*n*s delles, & outras cousas curiosas, que de nouo acrescentou, fica a obra muy proueitosa & curiosa, & se deue ao p*adre* Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua brasilica costumão ter: não obstante a arte do p*adre* Ioseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta, & confusa, como todos experimentamos; & se cousa ha de lingua do Brasil, que com mais proueito se possa imprimir he esta arte pera o fim sobredito (Figueira, 1621: "*Aprovacam* de Manoel Cardoso").

Figueira ordena as matérias do mesmo modo que Manuel Álvares (1572) em sua gramática do latim. Não tem capítulos nem partes. Mesmo assim, começa com a flexão regular e prossegue com as oito partes da oração, na ordem de Nebrija (1481), como Álvares. Curiosamente, na hora de identificar as oito partes numericamente, segue a tradição mais profunda, a de Prisciano.[12] Figueira oferece uma sintaxe independente, mas, diferentemente de Álvares, não organiza sua discussão em função das partes da oração. Conclui com uma discussão da prosódia, muito breve, mas novamente de acordo com Álvares. Em conjunto, mediante a anteposição da flexão, a completude das oito canônicas partes da oração, as discussões separadas de sintaxe e prosódia, Figueira difere de Anchieta na medida em que obedece a um modelo concreto, o de Álvares. Este orientou-se, até recorrendo a textos intermediários, pelo manual mais difundido da Idade Média, Villa Dei (1893 [1200]). Em suma, Figueira seleciona o modelo mais reconhecido como efetivo na aprendizagem. A etapa do experimento humanístico, que inspirou Anchieta, passou.

No entanto, não é por acaso que o âmbito em que Figueira mais difere de Álvares é a sintaxe. O tupinambá dispõe de recursos morfológicos que tornam inoperantes uma série de categorias sintáticas estabelecidas e exigem, pelo contrário, uma análise adequada a elas. Anchieta nem tenta escrever uma sintaxe à parte. Figueira leva em conta os fatos do tupinambá.

Conclusão

Os autores das gramáticas coloniais do tupinambá têm à sua disposição a tradição gramatical latina em toda sua diversidade. No entanto, manejam essa oferta do horizonte da retrospecção de formas diferentes um do outro. Anchieta tenta aplicar as categorias tradicionais, mas dá conta das zonas estruturais do tupinambá que oferecem resistência. Dá conta para ele, mas também para o leitor. Figueira, ao contrário, quer orientar seu leitor, evitando contradições. Seleciona para a organização do texto um modelo concreto, o de Álvares, gramática latina recente e própria da ordem jesuítica, mas no fundo orientada por um modelo medieval. A representação do saber torna-se prioritária com respeito ao critério da adequação das categorias às estruturas. Poderíamos dizer que a didática obtém prioridade. E também que o desafio intelectual que o tupinambá constitui para a gramática ocidental se vê pacificado.

(Agradeço os comentários de Mathias Arden e as sugestões de Alessandra Castilho Ferreira da Costa.)

Notas

[1] Entre as duas primeiras gramáticas do português, pode-se apreciar um maior interesse no experimento intelectual em Oliveira (1536), uma maior consciência política em Barros (1540).

[2] Para dados biográficos dos dois autores, veja González Luis (1994), Navarro (1996), Ramalho (1999), Rodrigues (1997), Rosa (1999), Rosa (1992, 1995, 1997), Zwartjes (2002), assim como O'Neill (2001).

[3] Citado conforme Rosa (1999: 157).

[4] Aryon Rodrigues, quem primeiro propôs distinguir entre tupi e tupinambá, afirma: "Isto significa que o tupinambá e o tupi têm mais propriedades linguísticas em comum do que um e outro têm com o guarani. Se as línguas de um mesmo subgrupo, ou mesmo de subgrupos distintos, devem ser chamadas de 'línguas' distintas ou de 'dialetos' de uma mesma 'língua' é questão muito relativa, porque relativos são os conceitos de 'língua' e de 'dialeto' [...]" (Rodrigues, 1996: 7). Sobre essa distinção também Dietrich (1998: 442-493).

[5] Curiosamente, são encontradas exatamente essas quatro partes da oração na gramática mexicana de Rincón, do mesmo ano.

[6] De fato, precede um capítulo sobre a "construção mais particular dos pronomes e nomes", isto é, sobre a sintaxe nominal. O primeiro capítulo sobre o verbo trata da flexão. Anchieta divide sua gramática em uma parte nominal, uma verbal e fala depois dos termos indeclináveis. Poderia se tratar de um vestígio da tripartição entre nome, verbo e partes indeclináveis, tradicional na gramática hebraica e evidente da disposição de Olmos (1547).

[7] Uma distribuição que claramente reflete os graus primeiro e segundo medievais pode-se apreciar em Molina (1571).

[8] Para estruturas do tupinambá, Barbosa (1956) e Navarro (1998).

[9] Sendo declarada a edição de 1795 como *quarta* em seu subtítulo.

[10] *Brasílica* não é bem nome próprio. Mamiani (1699) reduz esse termo novamente ao significado relacional, quando denota o kariri como *lingua brasilica da naçam kiriri*.

[11] Entre os jesuítas, seguem esse modelo, ao lado de Figueira, Torres Rubio (1616) e (1619) e Carochi (1645). Mamiani (1699) poderia ter previsto como título *Arte da lingua kiriri*. É a variante que aparece no interior do livro, no começo do texto.

[12] É assim quando diz "participio, terceira parte da oração" (fol. 62r) – terceira em Prisciano, mas quarta em Nebrija, Alvares e Figueira. Alvares segue Nebrija em seu primeiro livro, mas Prisciano no segundo.

Bibliografia

Textos

Alvares SJ, Manuel (1572). *De institutione grammatica libri tres*. Olyssipone: excudebat Ioannes Barrerius, Typographus Regius.

Anchieta SJ, Ioseph de (1595). *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Com licença do Ordinario & do Preposito geral da Companhia de Iesu. Coimbra: per Antonio de Mariz.

Barros, Ioam de (1540). *Grammatica da lingua portugueza com os mandamentos da santa Madre Igreja*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigium.

Bertonio SJ, Ludovico (1612). *Arte de la lengua aymara. Con una silva de phrases de la misma lengua y de su declaracion en romance*. Iuli en la prouincia de Chucuyto: por Francisco del Canto, en la casa de la Compañia de Iesus.

Carochi SJ, Horacio (1645). *Arte de la lengua mexicana. Con la declaracion de los adverbios della*. Mexico: por Iuan Ruyz.

Figueira SJ, Luis (1621). *Arte da lingua brasilica*. Lisboa: por Manoel da Silua. [*Arte de grammatica da lingua brasilica*, Lisboa: na officina de Miguel Deslandes, 1687]. [*Arte da grammatica da lingua do Brasil. Quarta impressão*. Lisboa: na Officina Patriarcal, 1795.]

Mamiani SJ, Luiz Vincencio (1699). *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri*. Lisboa: na officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Mag[estade].

Molina OFM, Alonso de (1571). *Arte de la lengua mexicana y castellana*. Mexico: en casa de Pedro Ocharte.

Nebrija, Elio Antonio de (1481). *Introductiones latinae*. Salmanticae: s.e.

Oliveira, Fernam de (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germam Galharde.

Olmos OFM, Andres de (1547). *Arte para aprender la lengua mexicana*. San Andres de Hueytlalpan [manuscrito; *Arte de la lengua mexicana*, 2 v. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica; Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1993].

Priscianus Caesariensis (1961 [1527]). *Institutionum grammaticarum libri XVIII*. In: Keil, Heinrich (org.). *Grammatici latini*. 8 v. Leipzig: Teubner. [fac-símile Hildesheim: Olms 1961: II, 1855, e III, 1859, 1-384.]

Rincon SJ, Antonio del (1595). *Arte mexicana*. Mexico: en casa de Pedro Balli.

Torres Rubio SJ, Diego de (1616). *Arte de la lengua aymara*. Lima: por Francisco del Canto.

_____ (1619). *Arte de la lengua quichua*. Lima: por Francisco Lasso.

Villa Dei, Alexander de (1893 [1200]). *Doctrinale*. [Das Doctrinale des Alexander de Villa Dei, *Monumenta Germaniae Paedagogica* 12, editado por Dietrich Reichling].

Estudos

Barbosa, A. Lemos (1956). *Curso do tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

Dietrich, Wolf (1998). Amerindische Sprachen und Romanisch. In: Holtus, Günter; Metzeltin, Michael; Schmitt, Christian (org.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. VII. Tübingen: Niemeyer, 419-499.

González Luis, Francisco (1994). La gramática de la lengua tupí de José de Anchieta y su dependencia de la gramática latina. In: Escavy Zamora, Ricardo; Hernández Terrés, José Miguel; Roldán Pérez Antonio (org.). *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística. Nebrija V. Centenario*. II. Murcia: Universidad de Murcia, 101-114.

Navarro, Eduardo de Almeida (1996). José de Anchieta e Luis Figueira. Mestres da língua tupi na "era das gramáticas". São Paulo: USP, tese de doutoramento.

_____ (1998). *Método moderno de tupi antigo*. Petrópolis: Vozes.

O'Neill, Charles E. (2001) (org.). *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús, biográfico-temático*. 4 vols., Romae: Institutum Historicum Societatis Iesu.

Ramalho, Américo da Costa (1999). José de Anchieta em Coimbra. In: Castro, Silvio; Simões, Manuel G. (org.). *La scrittura e la voce. Atti del convegno internazionale sui gesuiti José de Anchieta e António Vieira*. Padova: Cleup, 93-102.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1996). As línguas gerais sul-americanas. *Papia* 4.2, 6-18.

_____ (1997). Descripción del tupinambá en el período colonial: el "arte" de José de Anchieta. In: Zimmermann, Klaus (org.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt a.M.: Vervuert, 371-400.

Rosa, Luciano Caetano da (1999). Considerações em torno da "arte de grammatica" de Anchieta. In: Castro, Silvio; Simões, Manuel G. (org.). *La scrittura e la voce. Atti del convegno internazionale sui gesuiti José de Anchieta e António Vieira*. Padova: Cleup, 155-177.

Rosa, Maria Carlota (1992). Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII. Que descreveram? *Papia* 2.1, 85-98.

_____ (1995). Acerca das duas primeiras descrições de língua geral. *Amerindia* 19-20, 273-284.

_____ (1997). As línguas bárbaras e peregrinas do novo mundo segundo os gramáticos jesuítas. Uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras. *Revista de Estudos da Linguagem* 6.2, 97-149.

Zwartjes, Otto (2002). The description of the indigenous languages of Portuguese America by the Jesuits during the colonial period. The impact of the Latin grammar of Manuel Alvares. *Historiographia Linguistica* 29.1-2, 19-70.

Os primeiros empréstimos tupis no português do Brasil

Volker Noll

As primeiras influências que o Brasil exerceu sobre a língua portuguesa se encontram no vocabulário. A aceitação de empréstimos, sobretudo substantivos, é a forma mais direta de interferência linguística. Brasileirismos dos tempos antigos são empréstimos das línguas indígenas que se limitam quase exclusivamente ao tupi, então difundido nas regiões litorâneas. Estes empréstimos aparecem inicialmente só como brasileirismos quanto à sua origem, o que encontra um paralelo histórico na denominação *língua brasílica*. Eles se incluem nos empréstimos que o português recebeu na época das descobertas, bem como os de línguas africanas e asiáticas.[1] Do ponto de vista atual é preciso diferenciar, em relação a isso, entre exotismos efêmeros do léxico da época, que se encontram em parte nos relatos de viagem, e que, entretanto, se tornaram obsoletos, e palavras definitivamente lexicalizadas.

Em contato com o Novo Mundo, o espanhol já registrou em 1492 o primeiro testemunho de uma língua indígena. As palavras *canoa* e *hamaca*, 'rede',[2] anotadas no diário de bordo de Colombo (26 de outubro, 3 de novembro), são empréstimos do taino, antigamente falado no Caribe, dos quais o termo *canoa* foi acolhido já no dicionário espanhol-latim de Nebrija (c. 1495). Em contraste com os indianismos antigos do espanhol, os primeiros empréstimos portugueses do Novo Mundo não são conhecidos de maneira geral.

A *Carta* de Pero Vaz de Caminha[3] de 1 de maio de 1500 não possui, como primeiro documento sobre o Brasil, nenhum vocabulário tupi. No contexto da *Carta*, porém, fica em aberto a questão sobre a etimologia da palavra "tubaram" ('tubarão'), atestada pela primeira vez neste texto (Cortesão, 1994: 137). No espanhol, o primeiro testemunho é datado de 1519 (DCECH, *s.v. tiburón*). A palavra aparece, no entanto, já em 25 de janeiro de 1493, no diário de bordo de

Colombo (Colón, 1992 [1492-93]: 202), que existe hoje somente numa cópia tardia de Bartolomé de las Casas. Embora não haja dúvidas sobre a origem indígena da palavra, remontá-la ao tupi, como fazem Friederici (1960, *tiburón*) e Corominas e Pascual é pouco convincente (DCECH, *s.v. tiburón*: "quizá tomado, por conducto del port., del tupí *uperú* o *iperú*, con aglutinación de una *t-* que en este idioma funciona a modo de artículo"). Contra isto depõem:

(1) O testemunho espanhol de 1493, que exclui uma intermediação do português.

(2) A forma do suposto étimo tupi *iperú*, *ipperú*, *ipero* (Friederici, 1960), visto que no século XVI não existe nenhuma razão para uma sonorização do *-p-* em português.

(3) O uso contextual da palavra na *Carta*: "depois de pasarmos o rrio, foram huuns bij ou biij d eles amdar antre os marinheiros que se recolhiam aos batees, e levaram d aly huum tubaram, que Bartolameo Dias matou; e levava lh o, e lançou o na praya" (Cortesão, 1994: 134-135). É muito provável que "tubaram" fosse conhecido em Portugal, caso contrário a palavra teria sido esclarecida, como é o caso dos primeiros indianismos do espanhol. Quanto à citada canoa, Colombo explica: "Vinieron en aquel día muchas almadías o canoas a los navíos a resgatar cosas de algodón filado y redes en que dormían, que son hamacas" (Colón, 1992 [1492-93]: 130).

(4) Em 1516, Petrus Martyr de Angleria (Anghiera) relata sobre o oeste da ilha Hispaniola acerca dos índios e de um "piscis qdã ab eis dict[9] Tiburon[9] q̨ hoĩem ĩ ictu dẽtis secat mediũ & vorat" (Angleria, 1966 [1516]: 132). Também Bartolomé de las Casas fala de peixes "que los indios llamaron *tiburones*" (DCECH, s.v. *tiburón*). Portanto, *tiburón* é, com grande probabilidade, um empréstimo que provém do Caribe, como, por exemplo, o espanhol/português *cacique*.[4]

Os documentos posteriores a Caminha que narram sobre a descoberta e a natureza do Brasil tampouco refletem o contato linguístico com os índios tupis. Trata-se da *Carta del maestre Johan*, em espanhol com interferências portuguesas, que se dirige ao rei de Portugal, escrito por Johan, como participante da expedição de Cabral,[5] bem como o relatório de 1501, conhecido como *Relação do piloto anônimo*, publicado em italiano e erradamente atribuído a um português, de nome desconhecido, que também participara na viagem de descoberta.[6]

Os escritos de Américo Vespúcio, como a carta endereçada a Lorenzo di Pierfrancesco de' Medici, de 1502, e o relato conhecido como *Mundus novus* dos anos de 1503-1504, tampouco contêm vocábulos indígenas.[7] O mesmo se consta no primeiro testemunho francês que descreve a expedição ao Brasil, de Binot Paulmier de Gonneville, a partir de Honfleur (1503-1505) e que após o retorno deste a Ruão, em 1505, ficou conhecido como *Relation authentique*.[8]

No ano de 1511 existe, finalmente, no diário de bordo da nau Bretoa o primeiro documento que contém indicações pormenorizadas sobre um carregamento a bordo no Brasil. O diário foi descoberto por Varnhagen, em 1844, na Torre do Tombo, em Lisboa (Teixeira e Papavero, 2009: 187) e é um documento importante para se avaliar o significado econômico da futura colônia, que já se esboçava. Na listagem de animais que cada membro da tripulação trazia consigo do Brasil, foram mencionados, ao lado de papagaios, macacos e gatos, os nomes específicos de duas espécies: "It. ho capytam trespapagayos e dous toys e hu gato e sam p. todos bj peças [...] It. ho mestre dous gatos e hu çagoym e sam p. todos iij peças" (Nau Bretoa, 1511: 108).

Com este registro, *tuim* (tupi *tuĩ*, 'periquito') e *sagui* tornaram-se as primeiras palavras do Brasil, documentadas em português,[9] que provêm do tupi.[10]

Poucos anos após a viagem da nau Bretoa, o italiano Pigafetta participou da viagem de Magalhães ao redor do mundo (1519-1522), que o conduziu, em 1519, também à costa brasileira. No anexo de seu relatório de viagem, que foi conhecido sob o título *Primo viaggio intorno al globo terracqueo*, Pigafetta nos transmite uma lista de palavras das línguas da América do Sul e da Ásia Oriental. Entre elas encontram-se doze palavras designadas como "vocaboli del Brasile". Alguns destes vocábulos como "canoe" e "hamac" devem ser agrupados com o taino caribenho "hui" e "pinda", porém, provêm do tupi (Pigafetta, 1800 [1519-21]: 191) e podem ser identificados como *uí* ('farinha') e *pindá* ('anzol').[11]

Uí aparece no português do Brasil somente em 1781 na forma *uiçu* ('farinha de peixe torrada') (DENF, *s.v.*). *Pindá* existe hoje com dois significados: (1) 'ouriço-do-mar' e (2) 'variedade de anzol, entre indígenas do Norte do Brasil' (cf. Houaiss, *s.v.*). A conexão entre os significados de 'ouriço-do-mar' (1587) e 'anzol' (1899; Houaiss, *s.v.*) resulta do uso dos espinhos do animal como anzóis ou de sua forma pontiaguda. A palavra contribuiu também para a formação de diversos compostos que, conforme o significado, caracterizam, por um lado, o ouriço-do-mar negro (*pindá-preto*, *pindaúna* < tupi *pindá* + *una*, 'preto') e, por outro lado, se referem a diferentes aparelhos de pesca (*pindacuema*, *pindapoia*, *pindá-siriri̇ca*, *pindauaca*; cf. Houaiss, *s.v.*).

As duas palavras transmitidas por Pigafetta apontam, já em 1519, para uma peculiaridade na documentação dos indigenismos brasileiros, pois pertencem a uma lista de designações que são testemunhadas antes em fontes estrangeiras e só depois em portuguesas. Assim, as notas da viagem de reconhecimento das águas costeiras brasileiras de Pero Lopes de Sousa (Diário, 1530-1532), que precede a fundação de São Vicente, não contêm nenhum vocabulário tupi. Até a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, e dos jesuítas na recém-fundada capital Salvador, em 1549, não é documentado, em português, nenhum outro substantivo de origem indígena.

O dicionário Houaiss remete para essa época somente os dois adjetivos gentílicos *maranhense* (1531) e *pernambucano* (1535) (Houaiss, *s.v.*). Com isto, permanece questionável se *Maranhão* provém de fato do tupi, visto que o espanhol conhece o nome Marañón que, com seu significado concreto 'cajueiro', é difundido na América hispânica como topônimo e, além disso, designa, no Peru, um dos mananciais do Amazonas.

A indicação de Koppel (1986: 31), conforme a qual Damião de Góis, em 1541, no seu escrito latino *Hispania* mencionaria produtos brasileiros nas últimas duas folhas, manifesta-se como sendo falsa. Na obra, fala-se somente de pau-brasil, enfeites com penas, redes (*lecti pensiles*), assim como de papagaios, cercopitecos e macacos, sem que designações específicas fossem nomeadas (cf. Góis, 1541: s.p.). Por volta do ano 1540, é conhecido um pequeno vocabulário tupi-francês com o nome de "Le langaige du Bresil", que foi redigido por Jehan Lamy. Como empréstimos aceitos mais tarde (veja a seguir), encontram-se *cauim* ("caouin") e *tapir* ("tappire") (cf. Dalby e Hair, 1966).

Com a chegada dos jesuítas sob a direção de Manuel da Nóbrega, começa-se, no Brasil, a literatura jesuítica, que é documentada em numerosas cartas, cuja publicação se deve a Serafim Leite (cf. Leite, 1956-58 e *Cartas do Brasil*, 1955 [1545-68]). Na primeira década, encontram-se testemunhos para o alimento básico *mandioca* e para a farinha dela extraída, *carimã*, que hoje é denominada de modo genérico como *farinha*. Quanto às frutas tropicais, mencionam-se *mangaba*, *ananás* e *goiaba*. A palavra *mandioca* aparece pela primeira vez em 1551 na tradução espanhola de uma carta redigida em português pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1549, na Bahia, porém o original se perdeu (*Cartas do Brasil*, 1955 [1545-68]: 60; 442).[12]

É de se admirar que a designação generalizada no Brasil hoje para o ananás, a saber, *abacaxi* (*Ananas comosus*), que também provém do tupi e se distingue fenotipicamente do *ananás* ('abacaxi branco'; *Ananas sativus*) seja

somente testemunhada por volta de 1767 (DENF, *s.v.*). Isso se deve, sem dúvida, a uma tipificação consecutiva da denominação,[13] pois também o guarani utiliza hoje *avakachi* em lugar de *ananá*. No espanhol, difundiu-se *ananá(s)* (tupiguar. *naná*) no século XVI sob a influência do português (haja vista a prótese do *a*-), de modo que se usa *ananá* hoje na Argentina e no Uruguai, enquanto a fruta em outros lugares se chama *piña*, devido à sua estrutura externa.

No âmbito das ideias religiosas aparecem *tupã*, 'designação tupi do trovão', *pajé*, 'curandeiro', bem como *caraíba* com a significação de 'curandeiro' e 'branco entre índios'. Neste contexto, o emprego da designação *tupã* para 'Deus' na catequese dos índios, que se fazia na língua deles, podia ser vantajosa.

Quanto aos animais, encontra-se inicialmente somente menção – e isso fora da literatura jesuítica – ao *tamaru*, 'espécie de crustáceo grande', e à *tunga* (*zunga*). Mais tarde se tornou conhecido no Brasil como bicho-de-pé, o qual se aninha como parasita incômodo na sola do pé.[14] Com a forma *maracajá-açu*, 'ocelote', literalmente 'gato-do-mato grande', aparece pela primeira vez o adjetivo sufixoide funcional *-(gu)açu* (tupi *-asú*, *-usú*, 'grande') que, no português brasileiro, integra cerca de 269 formações (cf. Houaiss).

Com referência à documentação geralmente escassa dos indigenismos, Rizzini (1988: 145) aponta para o fato de que os jesuítas eram exortados a não detalhar sobremaneira as coisas mundanas em suas cartas. A parcimônia de testemunhos se explica, por conseguinte, por um lado, pela necessidade carente, cunhada por interesses espirituais, de querer comunicar as peculiaridades do mundo profano. Por outro lado, tampouco fora do clero, ninguém tinha tomado ainda nenhuma iniciativa de agir como cronista. Ao contrário do Brasil, o reino colonial espanhol já dispunha, na metade do século XVI, da *Historia general y natural de las Indias*, de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, que lista cerca de quinhentos indigenismos.

Nos anos de 1557-1558, efetuou-se uma modificação significativa relativamente à situação dos cronistas. Hans Staden, proveniente de Homberg, na região de Hessen (Alemanha), tinha empreendido duas viagens para o Brasil, sobre as quais relata em sua *Wahrhaftige Historia* ("História verdadeira") de 1557. Os franceses, que já desde o começo do século XVI regularmente aportavam no Brasil, erigiram o forte Coligny em 1555, na baía do Rio de Janeiro, o qual resistiu até a tomada dos portugueses em 1567. Ao meio ambiente brasileiro da colônia francesa referem-se os relatos de André Thevet (*Les singularités de la France Antarctique*, 1997 [1557])[15] e de Jean de Léry (*Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, publicada pela primeira vez em 1578).[16]

Trinta anos antes que a literatura portuguesa se estabelecesse de maneira definitiva com o *Tratado descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa, as obras de Staden, Thevet e Léry (seu material remonta a 1558) documentaram os primórdios etnográficos da descrição da terra, que também transmitem um vasto vocabulário tupi. Estas fontes superam de longe as até então esporádicas referências dos jesuítas a respeito da fauna, flora e vida indígena e testemunham, como que antecipando, os empréstimos que o português testifica por escrito na maior parte das vezes por volta do final do século XVI ou posteriormente.

Deve-se partir do fato de que o vocabulário tupi transmitido por Staden, Thevet e Léry no século XVI pertencia preponderantemente também ao léxico dos europeus que viviam no Brasil. Quanto a Staden e Léry, poder-se-ia supor inicialmente, tendo em vista os tupinismos, que sua vida entre os indígenas não se comparava com a dos colonos. O material de Thevet, que foi orientado em sua composição pelas informações dos franceses residentes no Brasil, testemunha, porém, que a comparação com respeito ao vocabulário de origem tupi é procedente.

Testemunhos em Hans Staden

Em sua primeira viagem ao Brasil, de janeiro a abril de 1549, Hans Staden havia permanecido em Pernambuco. As impressões decisivas do país, que culminavam na sua descrição detalhada dos habitantes e de seus hábitos, foram obtidas em sua segunda viagem (1550-55). Como infante, chefiava uma fortificação, a serviço dos portugueses, próxima a São Vicente (SP), quando na passagem do ano de 1553-54 foi aprisionado pelos tupinambás. Durante quase um ano, encontrou-se nas mãos dos canibais, aprendendo também a sua língua. Seu relato sobre o tempo que viveu como prisioneiro transmite, a par de numerosos topônimos indígenas e de algumas frases na língua tupinambá, cerca de cinquenta tupinismos. Apresentamos aqui as palavras ainda hoje correntes no Brasil juntamente com a primeira ocorrência em português (cf. Houaiss, *s.v.*) e a forma transmitida por Staden.[17]

Lema português	Datação	Staden (1557)	Significado
abati m.	1587	*abbati*	'milho'
acangatara f.	s. XX	*kannittare*	'adorno de penas'
acauã (*macaguã*) f.	1587	*mackukawa*	'espécie de falcão'
anhangá m.	c. 1584	*Ingange*	'diabo'
beiju m.	a. 1576	*byyw*	'bolo de massa de mandioca'
buriqui (*muriqui*) m.	c. 1594	*pricki*	'espécie de macaco'
capivara f.	1560*	*cativare*	'roedor'
carimã f.	1554	*keinrima*	'farinha de mandioca'
cauim m.	c. 1584 (DHPT)	*kaawy*	'bebida de mandioca cozida e fermentada'
cipó m.	1587	*sippo*	'liana'
enduape m.	1851	*enduap*	'adorno de penas'
guará m.	1560*	*uwara*	'flamingo'
jaguar m.	1610	*jau ware*	'onça'
jenipapo m.	c. 1574	*junipappeeywa*	'fruto do jenipapeiro'
jetica f.	c. 1631 (DHPT)	*jettiki*	'batata-doce'
mandioca f.	1549*	*mandioca*	'mandioca'
maracá m.	1561	*tammerka*	'matraca; objeto de culto'
moquém m.	1554	*mokaen*	'grelha onde se moqueia a carne/o peixe'
muçurana f.	1587	*mussurana*	'espécie de cobra' (St: 'corda')
paca f.	a. 1576	*backe*	'roedor'
pajé m.	1551	*paygi*	'curandeiro, adivinho'
petume m.	1587	*bittin*	'tabaco, fumo'
piracema f.	1560*	*pirakaen*	'tempo de desova'
piracuí m.	1876	*pira kui*	'farinha de peixe'
pirati m.	s.a.	*bratti*	ictiol. 'tainha, muge(m)'
poracé m.	1693	*a prasse*	'dança indígena'
saruê m.	1899	*serwoy*	'sariguê, opossum'
taiaçu m.	1618	*teygasu dattu*	'javali'
tatu m.	1560*	*dattu*	'mamífero com o corpo protegido por uma couraça'
tucum m.	1587	*tockaun*	'espécie de palmeira'
tunga f.	1587	*attun*	'bicho-do-pé'

Na transcrição das palavras indígenas, evidencia-se em Staden uma certa discrepância com relação às designações originais, que devem ser entendidas em conexão com a origem alemã de Staden (dialeto da região de Hessen) e as convenções ortográficas da época. Neste aspecto, os cronistas portugueses e franceses tiveram uma tarefa mais fácil, visto que puderam transmitir, por exemplo, também as nasais e a acentuação do tupi.

O material de Staden reflete a relação imediata com a vida cotidiana. Dessa forma, testemunha, por exemplo, a palavra tupi *inĩ*, que designa a rede típica das culturas indígenas. O português nunca aceitou esta palavra, enquanto, em espanhol, se impôs uma designação do taino, a saber, *hamaca*. No alemão, aliás, a palavra *Hängematte* (lit. 'esteira pendurada') é uma transposição por etimologia popular do espanhol *hamaca*.

Quanto à alimentação, Staden menciona, ao lado da mandioca, pela primeira vez o milho, que na designação *abati* (tupi *abati*, 'milho; arroz') só pôde difundir-se regionalmente no português brasileiro (Houaiss, *s.v.*). Comparando as formas, chama a atenção o fato de Thevet não registrar a palavra com <b>, mas com <u> ou <v>. Isso corresponde à sua percepção da fricativa bilabial [β] do tupi.

Em conexão direta com a mandioca e com o milho está o *cauim*, um estimulante obtido por meio da fermentação. Trata-se de uma denominação genérica que se refere também a bebidas alcoólicas à base de diversas frutas. Staden, Thevet e Léry mencionam o *cauim*, na literatura portuguesa (c. 1584) é traduzido por 'vinho', no século XVIII também por 'aguardente' (cf. DHPT, *s.v.*). É notável a datação tardia da palavra (1781) no dicionário Houaiss.

Fora isto, Staden nomeia o *beiju*, 'bolo de massa de tapioca ou de mandioca', dos quais hoje ainda há diferentes tipos (*beijucica*, *beijucuruba*, *beiju-membeca*, *beiju-moqueca*, *beijuteica*). *Piracuí* (tupi *pirá*, 'peixe', + (*k*)*uí*, 'farinha') não se deve confundir com a ração para animais, mas é preparado na Amazônia em iguarias finas (bolinhos, quibe de piracuí). No português, *piracuí* só é testemunhado em 1876. O peixe utilizado na fabricação desta farinha se chama *tainha* ou, como atestado em Staden, *pirati*. É bastante comum nas águas litorâneas brasileiras e entra, para desovar, nas cabeceiras dos rios. O tempo propício para a pesca é denominado *piracema* e significa, portanto, hoje no Amazonas, também 'cardume'.

Com o nome de *jenipapo*, Staden cita uma planta, de cujo suco os índios obtinham uma tinta negro-azulada para a pintura corporal. Hoje, prefere-se fa-

bricar desta fruta compotas, sucos e licores. A forma apresentada por Staden, *junipappeeywa*, apresenta uma ligação com o tupi *ybá* ('fruto, planta, árvore'). Além dela, Staden atesta com o nome *cipó* (tupi *isá*, 'galho', + *pó*, 'mão') uma palavra típica da floresta, que na Europa, via de regra, é conhecida pela forma correspondente *liana* (< fr. *liane*; ing. *liana*). No Brasil, há mais de cem derivações e composições de *cipó* (cf. Houaiss). Com o termo *tucum*, Staden menciona também pela primeira vez um tipo de palmeira endêmica do Brasil que, como tantas outras numerosas espécies, tem suas utilidades.

Da fauna, Staden menciona o *buriqui*, o grande primata da América (que também se chama, na maioria das vezes, *muriqui* ou *mono-carvoeiro*); o *guará*, o íbis vermelho sul-americano; a *paca*, um roedor aparentado com o *aguti*, citado por Thevet e de proporções menores, e o *taiaçu*, 'javali'. Como Thevet e Léry, Staden cita ainda o *tatu* e a *capivara*.

Digno de nota é também a referência ao *jaguar*, atestado pela primeira vez por Staden e Léry, que em português não é documentado antes de 1610. Isso se deve claramente ao fato de haver disponível a denominação específica *onça* (lat./gr. *lynx*). A associação de um signo linguístico já existente com ampliação do significado aparece por vezes na denominação da fauna e da flora do Novo Mundo. Assim, o espanhol da América Central e do norte da América do Sul recorre, analogamente, ao vocábulo *tigre*. Como o espanhol *tigre*, o português *jaguar* não se refere à espécie negra (*onça-preta*), mas à *onça-pintada*, que é também a denominação comum. Visto que o significado da forma inicial *jaguara* era ambígua em tupi ('onça; cachorro'), para tirar o sentido equívoco, formou-se a composição *jaguara* + *etê* (tupi *-etê*, 'verdadeiro') que gerou a forma portuguesa *jaguaretê* (c. 1584). No espanhol da região do Prata, usa-se comumente *jaguareté*, visto que o significado da forma básica tinha se estreitado em guarani, desde o século XVII, para o de 'cão', que hoje é designado pelo guarani *jagua*.

Por *maracá*, descrito por Staden e Léry, entende-se uma matraca feita de cabaça que se difundiu não só no Caribe, como denominação de um instrumento de percussão (esp. *maraca*), mas também se internacionalizou. Staden destaca a função no culto de que dispunha o maracá entre os índios. Designações para danças (*poracé*) e ornamentos de pena (*acangatara*, *enduape*), citados por Staden, são de natureza mais específica e foram documentados somente com um considerável atraso no português. *Petume* e *moquém* serão discutidos, em razão de seu desenvolvimento especial, respectivamente nas seções sobre Thevet e Léry.

Testemunhos em André Thevet

O franciscano e cosmógrafo André Thevet veio à baía de Guanabara (RJ), em 1555, com Nicolas Durand de Villegagnon, comendador da colônia francesa, permanecendo, em terra, contudo, somente seis semanas. Em seu relato de viagem, *Les singularités de la France Antarctique*, publicado em 1557 e, mais tarde, ampliado em sua *Cosmographie Universelle* (1575), explica cerca de setenta tupinismos. Para o português, limitamo-nos aqui à indicação das palavras mais frequentes do relato de Thevet, que, até 1557, ainda não haviam sido testemunhadas.

Lema português	Datação	Thevet (1557)	Significado
caju m.	c. 1584	*acajou*, fr. *anacardier*	'cajueiro'
canindé m.	s. XX	*carindé*	'arara'
cutia (*acuti*, *aguti*) m.	c. 1584	*agoutin*, fr. *agouti*	'aguti'
cauim m.	c. 1584 (DHPT)	*cahouin*	'bebida de mandioca cozida e fermentada'
jacaré m.	1560*	*jacare absou*, fr. ø	'caimão'
jenipapo m.	c. 1574	*génipat*, fr. *génipa*, *prune de cythère*	'fruto de jenipapeiro'
pacova f.	a. 1576	*pacona*, fr. ø	'banana'
quati (*coati*) m.	c. 1584	*coati*	'mamífero de focinho longo'
tapir m. (*tapira* f.)	1851 (1560*)	*tapihire*, fr. *tapir*	'anta'
tatu m.	1560*	*tatou*	'mamífero com o corpo protegido por uma couraça'
tucano m.	c. 1584	*toucan*	'ave de bico muito volumoso e longo'

Com "acajou" Thevet designa o cajueiro, cuja fruta apresenta uma curvatura característica e que, em português, se chama *caju* e em francês, *noix de cajou*. Por extensão, pode-se também referir à árvore em português como *caju*, para a qual, porém, em regra se usa a forma derivada *cajueiro* (1585; Houaiss, *s.v.*). A forma francesa (com prótese do *a*-) remonta ao étimo tupi (*akaju*) e também existe em português como *acaju*. Esta variante é, contudo, ambígua, pois o português *acaju* pode também designar o mogno (< ing. *mahogany*). Em francês, *acajou*, depois de uma fase de ambiguidade (s. XVII-XIX), passou a significar hoje exclusivamente o mogno (tanto a árvore como a madeira).

Com o termo *pacova* (*pacoba*; cf. tupi *oba*, 'folha'), Thevet designa a banana, cujo nome da África Ocidental ainda não era usual. Thevet indica a

bananeira também como tendo uma afiliação indígena na forma "paquouere". Nisso reside, contudo, um erro, dado que se trata evidentemente já da derivação portuguesa *pacoveira* (com o sufixo *-eira*, cf. *bananeira*), que, em português, por sua vez, somente é documentada em 1618 (Houaiss, *s.v.*).

A já testemunhada *mandioca* (tupi, *manı̲'oka*) aparece em Thevet e Léry sob uma variante especial (Thevet: *manihot*, Léry: *maniot*). A variação de formas com e sem <d> provém do tupi, que realiza a consoante pré-nasalizada *nd* <n̲> também como [n]. A grafia com <h> tem ligação provavelmente também com a pronúncia, visto que Thevet, valendo-se da representação da glotal ainda realizada no francês do século XVI (em palavras de origem germânica), distingue evidentemente o golpe de glote homorgânico <'> [ʔ] existente no tupi. É bastante notável a terminação *-ot*, que contrasta com *-oca* e, com isso, apresenta um interessante paralelo com a forma guarani *mandi'o(g)*, estando a zona de fala guarani mais ao sul. Na forma francesa que aparece em Thevet (atualmente se diz *manioc*), baseia-se também o nome científico *Manihot esculenta*.

Uma curiosidade no relato de Thevet é o francês *pétun*, 'tabaco, fumo', que só é difundida regionalmente no português sob a forma *petume*. A palavra foi aceita em francês, formou a derivação *pétuner*, 'fumar, aspirar rapé' e foi, até o século XVII, um concorrente terminológico para *tabac*. No século XIX, cunhou-se, com a mesma base, o termo francês *pétunia*, como nome de gênero das petúnias endêmicas da América do Sul, que é, como o tabaco, uma solanácea e é cultivada como planta ornamental na Europa. Sob a forma *petúnia*, esta palavra foi devolvida ao português. *Pétun* era considerado um arcaísmo no francês *standard* já no século XVIII, mas se estabeleceu na língua bretã (bret. *butun*, 'tabaco, fumo'; *butunat*, 'fumar'; *butuner*, 'fumante'; *butuneg*, 'campo de tabaco'). A participação dos bretões nas expedições ao Brasil é conhecida. O próprio Villegagnon, o fundador do forte Coligny, por exemplo, provinha da Bretanha.

A palavra *jacaré* (em Thevet: "*jacare absou*" com o sufixoide aumentativo *-açu*) merece menção especial. Do ponto de vista terminológico, tanto os espanhóis no Caribe como os portugueses tomaram nota do fato de que no Novo Mundo se encontrava um tipo especial de crocodilo, a saber, o caimão (esp. *caimán* < taino). A espécie designada por Thevet chama-se hoje também *jacaré-açu* e é a maior espécie deste réptil com seus até seis metros de comprimento. Em francês, a palavra não conseguiu estabelecer-se.

Com *canindé* (Thevet: *carindé*), também chamada *arara-de-barriga-amarela*, menciona-se, pela primeira vez, uma das grandes espécies de

psitacídeos (a arara). Fora isto, Thevet se refere ao estranho e bicudo tucano, juntamente com uma ilustração.

Para o até então não citado tapir, dispunha-se já em português de uma palavra, *anta* (< ár. *lamṭ*, 'espécie de antílope'). Ela é, ainda hoje, a mais corrente, enquanto tapir entrou na terminologia científica (cf. *Tapirus terrestris*). No português, *tapir* só é atestado em 1851/1856 (DHPT).

Testemunhos em Jean de Léry

Um esforço especial de descrever o estranho mundo do Brasil e compreendê-lo terminologicamente é apresentado na *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, de Jean de Léry. O huguenote Jean de Léry chegou em 1557 com um grupo de pessoas na Colônia francesa da baía de Guanabara e permaneceu dez meses no país. Seu relato é, em comparação com o de Thevet, mais autêntico, visto que ele se baseia em observações próprias e não nasceu de uma compilação de conhecimentos, da qual Thevet foi dependente, devido à sua breve estada lá. Claude Lévi-Strauss caracterizou a obra de Léry como "*bréviaire de l'ethnologue*".

Como Staden, Léry passou vários meses entre os índios e dominava o tupi, o que se manifesta no capítulo XX, "Colloque de l'entrée ou arrivée en la terre du Brésil", um diálogo de mais de dez páginas, produzido na forma de um guia de conversação em tupi e em francês com explicações gramaticais. A *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, cuja primeira edição se perdeu durante as guerras francesas de religião, foi publicada em 1578.

Em Léry, transmite-se o espírito da época dos descobrimentos no trato com a linguagem. Seu modo de proceder é influenciado pelos cronistas espanhóis, dentre os quais se refere repetidamente a Francisco López de Gómara (*Historia general de las Indias*, 1552). Fora do "Colloque de l'entrée", ele nomeia e explica cerca de 130 tupinismos. Também aqui nos limitamos – excetuando o material do qual já se tratou – a relacionar algumas palavras de interesse, que em Portugal, em parte, ainda não haviam sido documentadas.

Lema português	Datação	Léry (1972 [1578])	Significado
aí m.	1560*	*hay*, fr. *aï*	'bicho-preguiça'
aipim m.	a. 1576	*aypi*, fr. ø	'mandioca-doce'
arara f.	1576	*ara*	'arara'
jaguar m.	1610	*jan-ou-are*, fr. *jaguar*	'onça'
moquém m.	1554	*boucan*	'grelha onde se moqueia a carne/o peixe'
sarigüê f.	1560*	*sarigoy*, fr. *sarigue*	'opossum'
tunga f.	1587	*ton*, fr. ø	'bicho-do-pé'

Com o vocábulo *aipim*, Léry atesta um tipo de mandioca que também é chamada de *macaxeira* ou *mandioca-doce* (*Manihot palmata*), porque ela contém, em comparação com a *mandioca*, menos cianureto. Do âmbito das comidas preparadas provém a designação *moquém*, uma grelha para torrar peixe ou carne. Já é testemunhado em 1554 nas cartas jesuíticas (Houaiss, *s.v.*). No Caribe, os espanhóis receberam do taino um vocábulo para uma armação correspondente (esp. *barbacoa*, ing. *barbecue*). A forma *boucan* em Léry apresenta uma adaptação do tupi *mokaẽ*, que se desenvolveu em francês de uma maneira especial. Enquanto o português atesta uma derivação (*moquear*) somente em 1763, Léry já usa *boucaner*, *boucané* e *boucanerie* ('lugar onde se moqueia'). No século XVII, a derivação *boucanier* tornou-se a designação dos desbravadores de florestas franceses no Haiti, os quais torravam sua carne segundo o costume indígena e traziam como arma um *fusil boucanier* ('espingarda'). Depois de reiterada ampliação de significado, reconhecia-se, com *boucanier*, o termo geral para aventureiros e saqueadores nos trópicos, também transmitido para o inglês *buccaneer*. A palavra francesa *boucanière* significa – neste contexto de vida inquieta – 'prostituta'.

Enquanto com o termo *tuim* já se mencionava em 1511 uma espécie brasileira de papagaio, o nome da grande *arara* aparece somente em Jean de Léry. Isto talvez se deva ao fato de que havia disponível, para uma denominação mais genérica, o termo *papagaio*, já atestado no século XIII, o qual remonta indiretamente ao árabe *babbaġā'*.

O bicho-preguiça conservou em francês o nome tupi apontado por Léry como denominação zoológica (*aï*), enquanto, na linguagem comum, foi substituído pela característica comportamental evidente deste ser vivo (a preguiça). Em português, *aí* (Anchieta, 1958 [1560]: 222; "aîg") possivelmente não se impôs, exceto em compostos (*aí-mirim*; tupi *mirĩ*, 'pequeno'), devido à interferência com o advérbio de lugar homônimo.

A grafia do testemunho de Léry para o gambá aponta para uma particularidade fonética. Léry anota a palavra com <-oy> ("sarigoy"), o que corresponde a *sariguê* em português (1560; var. *sarigueia*, *saruê*; cf. Houaiss, *s.v.*). Isto comprova que o ditongo francês <oi>, no século XVI, ainda se pronunciava [ˈwɛ]. A designação hoje corrente, *gambá*, é também de origem tupi, mas aparece em português somente em 1817 (Houaiss, *s.v.*). As circunstâncias permitem supor que há com *sariguê* e *gambá* um deslocamento de designações, como com *ananás* e *abacaxi*.

Ao lado destes tupinismos correntes, Léry documenta outras palavras, como, por exemplo, *airi* ('espécie de palmeira' – em Thevet: *haïri*), que são documentadas em português, em parte, só mais tarde (port. *airi* , c. 1607; DHPT, *s.v.*).

Empréstimos posteriores a 1560

Numa carta de São Vicente, José de Anchieta atesta, em 1560, uma tendência para descrever a natureza do Brasil. Embora se trate de um texto latino, os tupinismos contidos na carta são considerados como primeiros testemunhos portugueses pelo dicionário Houaiss.

Com o termo *timbó*, Anchieta nomeia uma planta de cujo suco os índios retiravam um veneno que paralisava os peixes, de tal modo que podiam ser pegos à mão. Hoje esta palavra, em português brasileiro, tem também o significado de 'moleza'. No contexto da pesca, chama a atenção o fato de que o vocabulário tupi atestado até aquela época em português não tenha ainda registrado nenhuma espécie de peixe autóctone.

Anchieta nomeia pela primeira vez algumas espécies de cobras,[18] das quais *sucurijuba* (contém tupi *juba*, 'amarelo'), sob a forma abreviada *sucuri*, nos é conhecida. O nome se refere à característica deste réptil de contornos parcialmente amarelados de surpreender sua vítima por meio de um bote rápido. A *jararaca* (p. ex., *jararaca-pintada*, no Pantanal) é temida como cobra peçonhenta, uma vez que procura a proximidade das moradias dos humanos. Em *boipeba* (atual *boipeva*, 'espécie de cobra') e *boicininga*, 'cascavel', é possível identificar a palavra tupi *mboia* para serpente. Isso é o caso também da cobra mítica *boitatá* (+ tupi *tatá*, 'fogo'), mencionada por Anchieta, Thevet e Léry. Está associada com os fogos-fátuos que aparecem, por exemplo, nos

pântanos, devido a gases incandescentes. Do âmbito mítico, Anchieta relaciona, além disso, *ipupiara*, 'monstro marítimo', e *curupira*, um ser demoníaco com a estatura de um anão que protege a floresta.

Após Staden, Thevet e Léry, Anchieta cita *capivara*, *piracema*, *sariguê*, *tapir* e *tatu*, bem como *aí*, *guará* e *jacaré* (que o dicionário Houaiss não reparou serem os primeiros testemunhos nos escritos de Anchieta). Outros primeiros testemunhos em Anchieta são *tamanduá* e *guainumbi*. Para o último termo, difundiu-se mais tarde o neologismo expressivo *beija-flor* (1813; Houaiss, *s.v.*), que forma hoje a base de mais de setenta compostos/espécies (*beija-flor-branco*, *beija-flor-canela*).

Por volta de 1570, surgiu com o *Tratado da terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gândavo, natural de Portugal, a primeira obra que, na literatura portuguesa, se dedica exclusivamente ao Brasil e traz traços sistemáticos de uma descrição da Colônia referente à terra.[19] Em 1576, Pero de Magalhães Gândavo publicou a *História da Província Santa Cruz*, que é entendida, todavia, não como obra histórica, porque detalha, no primeiro plano, as circunstâncias e a natureza do país. Ambas as obras trazem apenas quinze novos testemunhos de tupinismos que, em parte, também tinham sido nomeados em Staden, Thevet ou Léry. No entanto, a obra transmite, pela primeira vez, nomes em português de peixes endêmicos. O dicionário Houaiss anota, com relação ao *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa* (DENF), a palavra *baiacu* (1576). Além disso, a *História* contém *tambuatá* (cf. "Mayacú", "Tamoatá"; Gândavo, 1980b [1576]: 115-116), sem datação indicada no dicionário Houaiss.

Os tupinismos atestados nas fontes até 1570 podem ser ordenados em diferentes categorias. Distinguem-se: (1) manutenção preponderante da designação genuinamente portuguesa com difusão regional do tupinismo (*milho – abati*; *onça – jaguar*; *rede* [ø *inî*]; *cardume – piracema*), (2) substituição da designação consecutivamente tipificada do tupinismo (*ananás – abacaxi*; *sariguê – gambá*), (3) documentação notavelmente protelada em português (*canindé*, *piracuí*), (4) desenvolvimento desviante da palavra em português e em francês (*moquém* – fr. *boucan*; *petume* – fr. *pétun*) e (5) volta do termo via o francês (fr. *pétunia* > port. *petúnia*) inclusive a terminologia científica (*Manihot*; *Tapir*).

Derivações geonímicas do tupi aparecem raramente antes de 1570. Contudo, nos dicionários disponíveis, os termos onomásticos são considerados, via de regra, como subordinados. Além disso, a sua etimologia é frequentemente difícil de remontar, o que, no caso dos tupinismos, se deve ao problema da

segmentação dos constituintes. Assim, a palavra *carioca*, 'habitante do Rio de Janeiro', remontaria ao tupi *kari'oka* < *kara'i oka*, 'casa(s) do(s) branco(s)' = *oka*, 'casa' (Nascentes, 1952: *s.v.*). Já Léry cita, no "Colloque de l'entrée", a colônia "Kariauh" (cap. XX). O primeiro testemunho em português ("os que vyerão da Carioca"; Anchieta, 1958 [1560]: 195) é igualmente um topônimo. Substantivos como *camucim*, 'vaso, urna' (cf. *Camocim*, CE), e *guará*, 'flamingo' (cf. *Guarajuba*, BA, MG < tupi *guará* + *juba*, 'amarelo'), trouxeram também uma contribuição à toponímia brasileira.

Entre os tupinismos registrados no período antigo, encontram-se ainda alguns que devem ser ordenados, nomeadamente, quanto ao seu uso no meio indígena. É o caso da palavra *jetica* ('batata-doce'), testemunhada por Staden, mas não mencionada por Thevet nem por Léry. Visto que o português não registra o primeiro testemunho antes de 1631 (Cunha, 1989) e hoje, além disso, usa o termo *batata-doce*, é de se supor que *jetica* tem afiliação indígena. *Piracuí* 'farinha de peixe' (1876; Houaiss, *s.v.*) é ainda mais tarde testemunhado na documentação portuguesa, embora já tivesse sido atestado em Thevet e Léry, bem como em Staden.

Basicamente deve-se considerar que podem acontecer transposições areais, as quais afetaram palavras inicialmente mais difundidas (*curumim*; *piracuí*) que hoje, por exemplo, se restringem à presença na região amazônica onde índios falantes de tupi penetraram no século XVII. Uma revisão da história de cada palavra poderia esclarecer as circunstâncias precisas.

Os testemunhos de tupinismos que surgiram no espaço de tempo entre a descoberta do Brasil e o *Tratado da terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gândavo, por volta de 1570, dão a impressão de aleatoriedade da base documental portuguesa. No contexto dos testemunhos de Staden, Thevet e Léry surge um quadro diferenciado. Torna-se claro, perante o trabalho de compilação de Thevet, que a comunicação oral da antiga sociedade colonial na comunhão com a natureza do dia a dia era permeada de numerosos tupinismos.

A partir de 1583 aparecem os tratados "Do clima e terra do Brasil" e "Do princípio e origem dos índios do Brasil", de Fernão Cardim. Com estas obras também um jesuíta começa a descrever o Brasil mais minuciosamente. Os escritos resumidos com o título de *Tratados da terra e gente do Brasil* (Cardim, 1980 [1583 ss.]) incluem, segundo o dicionário Houaiss, 67 novos tupinismos, o que quantitativamente, em comparação com Léry, é ainda pouco. Com o *Tratado descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa, a literatura portuguesa consegue, por finais do século XVI, dar o passo decisivo

na documentação sistemática da fauna e da flora do Brasil, bem como dos hábitos indígenas. A obra apresenta 179 primeiros testemunhos do tupi (cf. Houaiss, "pesquisa de datação").

Devido à situação das fontes lexicográficas, é quase impossível, antes do século XIX, traçar uma diferença precisa entre os brasileirismos de proveniência e os que se formaram no decurso do desenvolvimento da variedade brasileira, uma vez que o termo *brasileirismo* subentende ambas as categorias. Um ponto de convergência entre a definição do termo como empréstimo do tupi e a formação da variedade brasileira é o seguinte: deve-se tomar em consideração que os empréstimos tupis da fauna e flora ocorriam, sem dúvida, em maior número e de maneira mais diferenciada, no mundo dos colonos brasileiros, do que no uso linguístico de Portugal. Sob este ponto de vista, a diferenciação lexical do português no Brasil começou já no século XVI.

Notas

[1] Para a Ásia, cf. *Glossário luso-asiático* (Dalgado, 1982 [1919]).

[2] Cf. Cólon (1992 [1492-93]: 125, 130).

[3] Cf. Dias, Vasconcellos e Gameiro (1921-24 II: 85-99), Capistrano de Abreu (1929: 287-307), Castro (1985), Cortesão (1943, 1994: 127-141).

[4] Cf. Marcus (1987).

[5] Cf. Dias, Vasconcellos e Gameiro (1921-24 II: 100-105), Ribeiro; Araújo Moreira Neto (1992: 56-57), Cortesão (1994: 143-4).

[6] Cf. a versão italiana (Berchet, 1892: 83-86; Ramusio, 1979: 949-956) e a tradução portuguesa (Dias, Vasconcellos e Gameiro, 1921-24 II: 106-117; Cortesão, 1994: 145-166).

[7] O material de Vespúcio se encontra em Pozzi (1984; cf. 75-85, 87-121). Ao contrário do que diz a apresentação de Waldseemüller na *Cosmographiae Introductio* de 1507, Vespúcio empreendeu não quatro, mas somente duas viagens ao Novo Mundo. Os relatos do Brasil se referem à viagem de 1501 (cf. Ramusio, 1978: 657-658).

[8] Cf. Julien, Herval e Beauchesne (1946).

[9] Ambrósio Fernandes Brandão descreve estes animais nos *Diálogos das grandezas do Brasil* da maneira que se segue: "*tuins*, de pequeno corpo e mui lindos, que explicam arrazoadamente tudo o que lhes ensinam", "os formosos e lindos *sagüins* que se criam nesta província, donde os levam para Portugal, com serem lá estimados pelo seu bom cabelo, pequeno corpo, feições do rosto e viveza dos espíritos" (Brandão, 1997 [1618]: 173; 204).

[10] *Tuim* "ave psitaciforme, [...] tem coloração geral verde [...]"; *sagui* "designação comum às espécies de primatas, da família dos calitriquídeos, com cinco gêneros e várias espécies em território brasileiro [...]" (Aurélio, *s.v.*). O francês também tomou emprestado *sagui* (DDM: 1537, s.v. *sagouin*). Cf. Friederici (1960, *saguin*; *tuim*), Cunha (1989, *s.v.*).

[11] Neiva (1940: 3-4) também aponta para *uí* e *pindá*. A atribuição de "tun", por Cardoso ("*tun*, por *tunga*, bicho de pé"; 1961: 41), revela-se, contudo, errada, visto que a correspondente italiana em Pigafetta é "buono" (1800 [1519-21]: 191).

[12] O espanhol, por sua vez, recebeu a palavra emprestada do guarani. É atestada em 1527 em Enrique Montes (*mandioque*) (cf. Ribeiro e Araújo Moreira Neto, 1992: 112).

[13] Cf. esp. *durazno* (ilhas Canárias e América hispânica) para *melocotón*, 'pêssego'.

[14] Já na lista dos "vocaboli del Brasile" de Pigafetta se encontra "tun" (1800: 191), que Cardoso (1961: 41) associa ao bicho-do-pé ("*tun*, por *tunga*, bicho-de-pé"), embora a correspondente italiana, em Pigafetta seja "*buono*" (1800 [1519-21]: 191).

[15] A obra é datada algumas vezes como sendo de 1558. Segundo Lestringant, apareceu, porém, já uma edição em 1557 (cf. Thevet, 1997 [1557]).

[16] Também o infante Ulrich Schmidel, proveniente de Straubing (Baviera) que permaneceu de 1534 a 1553 na região do Prata, entrou no território brasileiro em sua marcha de Assunção a São Vicente. Em seis meses, percorreu mais de mil quilômetros, antes de empreender a viagem de volta para casa a partir do litoral. Ao contrário de outras contribuições, seu relatório, publicado em 1567 (*Wahrhaftige Historien einer wunderbaren Schiffart* – "Histórias verdadeiras de uma viagem marítima maravilhosa") não informa, além do termo *mandioca* (*mandeoch*), nenhum vocabulário específico tupi-guarani (cf. Schmidel, 1962 [1567]: 48).

[17] A datação é fornecida pelo dicionário Houaiss (*s.v.*), se não estiver marcada diferentemente. As indicações com * são testemunhos indiretos da carta perdida de Nóbrega de 1549 (*Cartas do Brasil*, 1955 [1545-68]: 60; 62) e de um texto latino de Anchieta (1560).

[18] Já Staden tinha citado a *muçurana*, uma espécie não peçonhenta de serpente. No entanto, a palavra aparece em Staden em sentido figurado e designa entre os índios um cordão grosso com o qual amarravam seus prisioneiros.

[19] O dicionário Houaiss indica o *Tratado da terra do Brasil* com "a. 1576". Em fontes da literatura brasileira é datado, em regra, por volta de 1570 (cf. Gândavo, 1980: 11).

Bibliografia

Abreu, João Capistrano de (1929). *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro.

Anchieta, Pe. Joseph de (1958 [1560]). Do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes, Roma. In: Leite, Serafim (org.). *Monumenta Brasiliae*. III (1558-1563). Roma: Hist. Soc. Jesu, 202-236.

Angleria, Petrus Martyr de. (1966 [1516]). *Opera. Legatio Babylonica. De orbe novo decades octo. Opus epistolarum*. Introduction Dr. Erich Woldan. Graz, Akademische Drucks- und Verlagsanstalt, 35-268. [as três primeiras décadas datam de 1516].

Aurélio, Anjos, Margarida dos; Ferreira, Marina Baird (org.) (2004). *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 5.11. Regis Ltda.

Berchet, Guglielmo (1892). *Fonti italiane per la storia della scoperta del nuovo mundo*. I. Carteggi diplomatici. Roma.

Brandão, Ambrósio Fernandes (1997 [1618]). *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3. ed. Recife: Massangana.

Cardim, Fernão (1980 [1583 ss.]). *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Itatiaia.

Cardoso, Armando Levy (1961). *Amerigenismos*. I. Rio de Janeiro.

Cartas do Brasil (1955 [1545-68]). *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera omnia)*. Com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite, S. J. Coimbra.

Castro, Sílvio (1985): *O descobrimento do Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha. Introdução, atualização e notas*. Porto Alegre: L&PM.

Colón, Cristóbal (1992 [1492-93]). Diario del Primer Viaje. In: *Textos y documentos completos*. Edición de Consuelo Varela. Nuevas cartas. Edición de Juan Gil. Madrid: Alianza, 95-218.

Cortesão, Jaime (org.) (1943). *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro.

_____ (1994). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil. Obras completas* VI. Lisboa: Nacional.

DALBY, D.; HAIR, P. E. H. (1966). "Le langaige du Brésil": a Tupi Vocabulary of the 1540s. *Transactions of the Philological Society.* sem v., 42-66.

DALGADO, Sebastião R. (1982 [1919]). *Glossário luso-asiático.* 2 v. Hamburg: Buske.

DCECH. COROMINAS, Juan; PASCUAL, José A (1980-91). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico.* 6 v. Madrid.

DDM. DAUZAT, Albert; DUBOIS, Jean; MITTERAND, Henri (1998). *Nouveau dictionnaire étymologique et historique.* 5. ed. Paris: Larousse.

DENF. CUNHA, Antônio G. da (1991). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.* 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DHPT. CUNHA, Antônio G. da (1989). *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.* 3. ed. São Paulo: Melhoramentos.

DIÁRIO (1530-32). Diario da navegação de Pero Lopes de Sousa (de 1530 a 1532). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 24, 1861, 9-74.

DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELLOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque (org.) (1921-24). *História da colonização portuguesa do Brasil.* Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. 3 v. Porto: Litografia Nacional.

FRIEDERICI, Georg (1960 [1947]). *Amerikanistisches Wörterbuch und Hilfswörterbuch für den Amerikanisten. Deutsch-Spanisch-Englisch.* 2. ed. Hamburg: Cram; De Gruyter.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães (1980a). *Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz.* São Paulo: Itatiaia.

_____ (1980b [1576]). *História da Província Santa Cruz.* In: Id. *Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz.* São Paulo: Itatiaia, 67-146.

GÓIS, Damião de (1544 [1541]). *Hispania Damiani a Goes equitis Lusitani.* In: *Damiani a Goes eqvitis lvsitani aliqvot opvscvla.* Louanii, ex officina Rutgeri Rescij. [sem paginação] [de Goes]

HOUAISS. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (org.) (2001). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva.

JULIEN, Ch.-A.; HERVAL, R.; BEAUCHESNE, Th. (org.) (1946). *Les Français en Amérique pendant la première moitié du XVI^e siècle. Textes des voyages de Gonneville, Verrazano, J. Cartier et Roberval.* Paris: P.U.F.

KOPPEL, Susanne (1986). *Brasilien-Bibliothek der Robert Bosch GmbH. Katalog.* I. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt.

LEITE, Serafim (org.) (1956-58). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil [1538-1563].* 3 v. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

LÉRY, Jean de (1972 [1578]). *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil autrement dite Amérique, contenant la navigation et choses remarquables, vues sur mer par l'auteur; le comportement de Villegagnon en ce pays-là, les mœrs et façons de vivre étranges des sauvages américains; avec un colloque de leur langage, ensemble la description de plusieurs animaux, herbes et autres choses singulières, dont on verra les sommaires dans les chapitres au commencement du livre.* Le tout recueilli sur les lieux par Jean de Léry, natif de la Margelle, terre de Saint-Sene, au duché de Bourgogne. Etablissement du texte et glossaire de Michel Contat. Postface de Jean-Claude Wagnières. Lausanne: Bibliothèque Romande.

MARCUS, Raymond (1987). L'arawak dans le lexique luso-brésilien. *Arquivos do Centro Cultural Português* 23, 145-155.

NASCENTES, Antenor (1952). *Dicionário etimológico da língua portuguesa. II (Nomes próprios).* Rio de Janeiro.

NAU BRETOA (1511). Roteiro de Duarte Fernandes, e mais documentos officiaes, relativos á viagem da Náo Bretoa até Cabo Frio em 1511. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 24, 1861,* 96-111. [e "Llyuro da náoo bertoa que vay pera a Terra do brazyll de que som armadores bertolameu marchone e benadyto morelle e fernã de lloronha e francisco miz que partio deste porto de Lix.ª a xxij de feureiro de 511". In: DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELLOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque (org.) (1921-24). *História da colonização portuguesa do Brasil.* Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. 3 v. Porto: Litografia Nacional, 343-347.]

NEIVA, Artur (1940). *Estudos da língua nacional.* São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Nacional.

NOLL, Volker (2008). *O português brasileiro. Formação e contrastes.* São Paulo: Globo.

PIGAFETTA, Antonio (1800 [1519-21]). *Primo viaggio intorno al globo terracqueo, ossia raggualio della navigazione alle Indie orientali per la via d'occidente*, fatta dal cavaliere Antonio Pigafetta, patrizio vicentino. Milano.

POZZI, Mario (org.) (1984). *Il mundo nuovo di Amerigo Vespucci. Vespucci autentico e apocrifo.* Milano: Serra e Riva.

RAMUSIO, Giovanni Battista (1978-79). *Navigazioni e viaggi.* I. Torino: Einaudi, 1978. II. Torino: Einaudi, 1979.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (org.) (1992). *La fundación de Brasil. Testimonios 1500-1700.* Caracas: Ayacucho.

RIZZINI, Carlos (1988 [1946]). *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822*, com um breve estudo geral sobre a informação. Meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria etc., com numerosas ilustrações. São Paulo: Imprensa Oficial.

SCHMIDEL, Ulrich (1962 [1567]). *Wahrhaftige Historien einer wunderbaren Schiffart* [sic]. Graz: Akademische Druck- und Verlags-Anstalt. [veja-se também OBERMEIER, Franz (org.) (2008). *Reise in die La Plata-Gegend (1534-1554). Viaje al Rio de la Plata y Paraguay.* Kiel: Westensee.]

SOUSA, Gabriel Soares de (1971 [1587]). *Tratado Descritivo do Brasil em 1587.* 4. ed. São Paulo: Nacional.

STADEN, Hans (1557). MAACK, Reinhard; FOUQUET, Karl (org.) (1964 [1557]). *Hans Stadens Wahrhaftige Historia.* Marburg: Trautvetter & Fischer Nachf. [veja-se também OBERMEIER, Franz (org.) (2007). *Warhaftige Historia. Zwei Reisen nach Brasilien (1548-1555). História de duas viagens ao Brasil.* Kiel: Westensee.]

TEIXEIRA, Dante, M.; PAPAVERO, Nelson (2009). *Os primeiros documentos sobre a história natural do Brasil. Viagens de Pinzón, Cabral, Vespucci, Albuquerque, do Capitão de Gonneville e da Nau Bretoa.* 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

THEVET, André (1997 [1557]). *Le Brésil d'André Thevet. Les singularités de la France Antarctique (1557).* Edition intégrale établie, présentée & annotée par Frank Lestringant. Paris: Chandeigne.

O papel do tupi na formação do português brasileiro

Wolf Dietrich e *Volker Noll*

Tupinambá e línguas gerais

Na primeira metade do século XVI, a língua mais divulgada na costa brasileira era o tupinambá, então chamado de língua brasílica pelos portugueses. Esta língua se falava entre casais de portugueses com mulheres indígenas e seus filhos mestiços. O tupinambá foi usado também nas atividades dos missionários capuchinhos e jesuítas do século XVI e no início do século XVII. Os primeiros empréstimos do tupinambá no português já se deram naquela época. Os jesuítas do século XVII passaram a chamar esta língua de uso comum de língua brasílica ou língua do Brasil (cf. Rodrigues, "Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil", neste volume). A denominação língua geral, utilizada no século XVII, referia-se, sobretudo, à ampla difusão da língua. Contudo, do ponto de vista linguístico, já não designava o tupi genuíno, mas uma forma modificada desta língua. Em contraste com as *lenguas generales* da zona hispânica da América, que denominavam línguas veiculares indígenas difundidas suprarregionalmente (p. ex., o quéchua), trata-se, sob o termo língua geral, de variedades que surgiram no Brasil devido à mestiçagem da população a partir do século XVII. Independentemente da missão dominicana, jesuítica e franciscana inicial, tornaram-se uma forma do tupi mais evoluída e simplificada, sobretudo na sua fonética e na morfossintaxe.

Na literatura, a língua geral é, por vezes, caracterizada como equivalente ao tupi (p. ex., em Silva Neto, 1986: 30, 51) ou como construto dos jesuítas. Ambas as posições são inexatas. A designação *tupi* (< *tupinambá*) surgiu no século XVIII e se referia inicialmente à língua dos índios tupinambás

(do Pará), para diferenciar a forma genuína do seu tupi da língua geral amazônica (cf. Rodrigues, 1986: 100) que se formou no curso da expansão portuguesa na bacia do rio Amazonas nos séculos XVII e XVIII. Por muito tempo, serviu também como língua de comércio entre brancos e índios aloglotas. A partir do século XIX foi chamada de nheengatu.[1] Conforme Rodrigues (1986: 103), a língua geral amazônica de hoje (nheengatu) difere não só da língua tupinambá (ou língua brasílica), mas também da língua geral amazônica do século XVIII.

Na época colonial, fora dos centros administrativos como, por exemplo, Salvador, a língua geral era mais popular que o português, que se impôs no interior só na segunda metade do século XVIII. Este fato contribuiu para fazer do tupi um elemento constitutivo do português brasileiro,[2] particularmente na terminologia da fauna e flora do Brasil. Está presente em inúmeros nomes de rios e topônimos em todo o Brasil. Diz o padre Antônio Lemos Barbosa, um dos estudiosos do tupi dos anos 50 do século XX, no prefácio a seu *Curso de tupi antigo*, que o conhecimento "sequer superficial" desta língua "faz parte da cultura nacional" (Barbosa, 1956: 9).

Até hoje, falam-se, no território brasileiro, umas 170 línguas indígenas (Rodrigues, 1986: 18) à margem do que nós chamamos de civilização. Porém, todas elas contam um número de falantes relativamente pequeno, ou até muito pequeno. Na atualidade, estas línguas não têm influência nenhuma no português, mas, pelo contrário, são contaminadas pelo português e, em muitos casos, pouco a pouco abandonadas pelas nações indígenas assimiladas pelo mundo moderno. Entre as numerosas línguas extintas, a que teve maior importância na história da língua portuguesa no Brasil foi a tupi, a língua de várias tribos da costa brasileira na primeira época da colonização. Trata-se de um dos grandes ramos da família linguística tupi-guarani que, desde o século XV, estava em plena expansão, avançando, em várias migrações, do sul para o norte. A língua destas tribos, apesar da enorme dispersão geográfica, mostrava pouca diferenciação interna. Faziam parte delas os tapés da costa do atual Uruguai, os cariós ou carijós que se estendiam desde a ilha de Santa Catarina até a costa de São Paulo, os tupinambás ou tamoios da costa do Rio de Janeiro e da Bahia, os tupiniquins do Espírito Santo, os caetés e potiguaras ou pitiguaras das costas situadas entre a Paraíba e o Piauí e os tobajaras do Maranhão.

O tupi foi escolhido, já em 1549, ano da fundação da cidade de Salvador da Bahia, pelos jesuítas para a catequização dos índios. Foi essa língua, na variedade tupinambá da região de Salvador, que os primeiros padres, Manuel de Nóbrega e, mais ainda, João de Azpilcueta Navarro, aprenderam e ensinaram

ao jovem José de Anchieta, chegado ao Brasil em 1553 para participar dos trabalhos da catequese. A fim de facilitar a missão, mas também para afastar os índios de suas crenças e de sua vida costumada em pequenos núcleos caracterizados pela organização circular das casas, os missionários mandaram construir aldeias grandes onde as casas eram distribuídas por ordem retilínea, em analogia com as cidades portuguesas. A língua veicular para os índios de tribos diferentes e os missionários era unicamente o tupinambá, descrito e reduzido em arte de gramática pelo próprio José de Anchieta – a primeira gramática do tupi, publicada em Coimbra em 1595. Era a língua não somente da catequese, mas também da vida de todos os dias e das distrações espirituais, por exemplo, das obras teatrais compostas pelo próprio padre Anchieta.

Anchieta, que mais tarde foi chamado de "padre da missão brasileira", não se demorou muito tempo em Salvador, mas partiu para a região de São Vicente quatro meses depois da sua chegada. Foi ali que ele aperfeiçoou seus conhecimentos do tupi (cf. Rodrigues, 1997: 373-374). Embora ele deva ter conhecido as variações diatópicas do tupi, não se detém muito nas diferenças linguísticas entre o Norte e o Sul na sua gramática. Porém, parece que a gramática não foi escrita na região de São Paulo, onde Anchieta permaneceu onze anos, senão na Bahia, para onde regressou mais tarde, dado que ele descreve a pronúncia da costa nordestina (Rodrigues, 1997: 374). Discutiu-se muito, na linguística ameríndia, o problema da autenticidade das anotações dos primeiros descritores de línguas indígenas. Criaram, nas suas gramáticas, uma língua artificial, estandardizada, talvez até simplificada, ou se anotaram fielmente a língua falada na região? Rodrigues (1986: 99-109) insiste que a descrição de autores como Anchieta tinha que ser fiel porque, caso contrário, a fala dos missionários teria parecido ridícula nos ouvidos dos próprios indígenas. De qualquer maneira, a ideia de poucos missionários serem capazes de modificar ativamente a estrutura da língua das dezenas de milhares de índios que os rodeavam é absurda. Por conseguinte, Rodrigues distingue da língua das missões a língua geral falada pelos portugueses que viviam com mulheres índias, sobretudo a partir do século XVII.

> Foi nas áreas mais afastadas do centro administrativo da Colônia (que era a Bahia) que se intensificou e generalizou o uso da língua brasílica como língua comum entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços – e escravos (inclusive africanos), os índios tupinambá e outros índios incorporados às missões, às fazendas e às tropas: em resumo toda a população, não importa qual sua origem, que passou a integrar o sistema colonial (Rodrigues, 1986: 101).

A concepção da língua das missões, do tupinambá, diferenciada das línguas gerais impuras, divulgadas nas áreas afastadas do centro administrativo e falada por mestiços, não era usual nos estudos tupinológicos até a metade do século XX. Foi Frederico Edelweiss (1947, e 1969: 69-73) quem a introduziu na discussão. Rodrigues (1986: 99-109; 1996: 6-10, e sua contribuição neste volume) distingue duas línguas gerais, a língua geral paulista (LGP), pouco documentada,[3] e a língua geral amazônica (LGA). Na costa leste e nordeste do Brasil, estabeleceu-se um contato intenso entre portugueses e indígenas no século XVI, resultando daí passarem muitos termos tupinambás para o português, naquela época. Mas não se formou uma língua geral entre o Rio de Janeiro e o Piauí, principalmente pelo extermínio dos tupinambás, tupiniquins, potiguaras etc. por parte dos portugueses, pelas epidemias de varíola e pela "maciça importação de escravos africanos e a continuada imigração de portugueses" (Rodrigues, 1996: 11). O que se chama a língua brasílica da região baiana não foi uma língua geral, mas o tupinambá relativamente puro que falavam os filhos mestiços de pais portugueses e mães indígenas. A língua geral paulista e a língua geral amazônica eram línguas mestiçadas porque aportuguesadas em certa medida na fonologia (perda da vogal central /ɨ/, que coincide com /i/ no Norte, com /u/ na região de São Paulo) e por terem perdido certos recursos gramaticais e sintáticos da língua indígena original. Contudo, não se trata de línguas crioulas, já que conservaram não só o léxico, mas também as estruturas morfossintáticas fundamentais do tupi.

As línguas gerais afastadas dos grandes centros coloniais, a paulista e a amazônica, floresceram até meados do século XIX, época em que a afluência de colonos europeus era ainda escassa. A bandeira paulista do século XVII levou a língua geral a áreas onde nunca tinham estado tupinambás, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no sul do Brasil, deixando vestígios duradouros, por exemplo, na toponímia. Ante a crescente imigração portuguesa da segunda metade do século XVIII e as europeias do século XIX, as línguas gerais foram se extinguindo cada vez mais, até desaparecerem no século XIX. Só o nheengatu se mantém até hoje como língua dos caboclos e de várias tribos indígenas do Alto Rio Negro (cf. Taylor, 1985).

Discussão da influência do tupi no português brasileiro

Depois desta breve exposição dos fundamentos históricos, coloca-se a questão sobre a influência da língua brasílica e das línguas gerais no português brasileiro[4] assim como a probabilidade da transmissão destas influências até a língua atual. Para responder tal questão é preciso compreender que não há continuidade na presença da língua brasílica da época colonial até a época moderna. Não só deixou de se falar a língua brasílica da costa, no decurso do século XVIII, mas também os últimos falantes da língua geral paulista foram absorvidos pelas grandes massas de novos imigrantes portugueses a partir dos séculos XVIII e XIX, já para não falar nas vagas de alemães, italianos, polacos, árabes (sobretudo libaneses e sírios) e de outras nações nos séculos XIX e XX. Todos estes imigrantes aprenderam o português e não puderam continuar a tradição tupi anterior.

Autores como Teodoro Sampaio (1987 [1901]), Clóvis Monteiro (1926; 1959: 75-136), Adaucto Fernandes (1961: 50-51), Plínio Ayrosa (1967), Francisco da Silveira Bueno (1973) e Antônio G. da Cunha (1999: 18), para mencionar os mais distintos, insistiram repetidamente num possível substrato tupi para explicar certas particularidades da pronúncia brasileira. Naturalmente é fácil criticar hoje estas gerações de estudiosos, porque todos eles eram preponderantemente filólogos dos documentos do tupi antigo dos jesuítas antes de conhecerem o nheengatu vivo das áreas extremas da Amazônia ou uma das línguas tupis-guaranis que se falam ainda hoje no Alto Xingu, no Pará, no Maranhão, no Amapá, em Rondônia ou numa das partes do Estado do Amazonas. Para os linguistas modernos, porém, que fazem estudos de campo destas línguas, é evidente que os filólogos citados careciam de conhecimentos concretos tanto das regras morfofonemáticas como da morfossintaxe das línguas desta família. O pioneiro da aplicação de métodos linguísticos modernos às línguas indígenas brasileiras e, em especial, ao tupinambá da época jesuítica, desde os anos 1950, foi Aryon Rodrigues.

Na intenção de dar uma resposta à questão exposta no início desta seção, temos que começar pela negativa: não há influência tupi nem na fonética, nem na morfologia do português brasileiro. Veremos que as particularidades discutidas que distinguem o português brasileiro do português europeu se explicam

por evoluções internas, não por influência da língua brasílica. Esta só se reflete no léxico e nos nomes (toponímia, hidronímia, coronímia e antroponímia).

Na discussão sobre as influências estruturais no português brasileiro (excetuando o campo do léxico), as características fonéticas seguintes foram atribuídas ao contato linguístico com o tupi (e, aliás, na maioria, também às línguas africanas):

(1) a entoação brasileira;
(2) a nasalização heterossilábica (port. bras. [kɐ̃.ma] *vs.* port. eur. [kɐ̃. ma]);
(3) a desfonologização da língua popular de /ʎ/ > /j/;
(4) a queda dos /r/, /l/ finais;
(5) a neutralização da língua falada de /r/ e /l/ > /R/, por exemplo, em final de sílaba;
(6) a africativização de /t/, /d/ diante de [i] > [tʃ], [dʒ];
(7) a assimilação progressiva na língua falada de [nd] > [n];
(8) a africada [tʃ] para a grafia <ch>: *chave* ['tʃavi];
(9) a quebra generalizada de encontros consonantais (*flor* > *fulô*).

A questão de uma influência das línguas gerais na fonética e fonologia do português brasileiro é discutida detalhadamente por Noll (2008: 213-218). Em princípio, todas as línguas têm uma tendência imanente à mudança que foi denominada por Sapir como *drift* (port. *deriva*). Tal mudança pode ser provocada (*trigger effect*) ou fomentada, em casos particulares, por fatores externos, como isolamento, contato linguístico e migração. No português brasileiro, não existe, porém, nesses casos particulares, nenhuma prova substancial de mudança linguística condicionada preponderantemente por sistemas alheios.

(1) A entoação frasal brasileira, mencionada como traço distintivo desde Gonçalves Viana (1892: LII), carece de um julgamento possível, pela falta de qualquer tipo de fundamentação, tanto no português de Portugal como no português brasileiro.
(2) A nasalização heterossilábica conservada no português brasileiro foi característica do português até o século XVII e, além disso, era amplamente divulgada em Portugal ainda no começo do século XX (Leite de Vasconcellos, 1987: 75). Embora a nasalização regressiva ocorra também no tupi, não é típica da região de maior concentração

de língua brasílica, isto é, da costa que se estende entre São Vicente e o Nordeste do Brasil. Quando muito, poderia ter tido um efeito convergente.

(3) A desfonologização, na língua popular, da oposição de /ʎ/ : /j/ > /j/ corresponde a uma evolução interna de muitas línguas românicas. A oposição foi abandonada na história do romeno e do francês, a queda é amplamente divulgada no espanhol, sobretudo no espanhol americano, e ela se nota também no nordeste de Portugal (Trás-os-Montes; cf. Leite de Vasconcelos, 1987: 107). No espanhol paraguaio, em contrapartida, é justamente a manutenção do fonema /ʎ/ que foi atribuída à influência do guarani, apesar de este fonema não existir no inventário tradicional do tupi-guarani. No Paraguai, ao contrário, foi integrado pela influência do espanhol da época colonial.[5]

(4) Quanto à queda dos /r/, /l/ finais, é possível apontar circunstâncias linguísticas análogas no espectro de variedades do espanhol meridional. Além disso, a perda do /r/ final aparece em dialetos portugueses do Norte, do centro e do Sul do país (cf. Naro e Scherre, 2007: 122). Dado que, no português brasileiro, há também formas aspiradas de /-r/ [-x -h], não se trata exatamente de uma questão de manutenção ou de perda. Ao contrário, existe uma fase intermediária nesta evolução que não concorda com a situação no tupi. Isto se torna mais claro ainda quando se leva em conta que o /r/ final se manteve na língua geral. O tupi, por seu lado, só carece do fonema /l/, o que poderia, quando muito, ter facilitado ainda a queda final da lateral na língua popular.

(5) A neutralização de /r/ e /l/ > /R/ em posição pré-consonantal aparece também no Noroeste de Portugal (Minho). Visto que o tupi não conhece o fonema /l/, a substituição por [r] seria uma consequência natural, não fosse o fato de um grupo consonantal com [l] não corresponder à estrutura fonológica do tupi. No *Vocabulário português-brasílico*, publicado por volta de 1700, aparece *arapineta* proveniente do português *alfinete* (cf. Castro, 1984: 362), o que evidencia a ruptura do encontro [rp] > [rap] ao lado da substituição do /l/ e do /f/.

(6) A africativização de /t/ e /d/ > [tʃ], [dʒ] é, no português brasileiro, uma evolução fonética recente que provavelmente não ocorreu antes

do século XIX. Além disso, é típica dos centros urbanos, o que se nota, por exemplo, em Salvador, em contraposição ao interior baiano (cf. Noll, 2008: 66-69, 235-236). A aparição tardia, assim como o caráter urbano da africativização, dá testemunho contra qualquer filiação indígena do fenômeno.

(7) O desenvolvimento de [nd] > [n] é um fenômeno de assimilação difundido, também conhecido de dialetos portugueses (cf. Naro e Scherre, 2007: 122) e do italiano meridional, que mostra diversas afinidades com as línguas ibero-românicas. No português brasileiro, a evolução não se pode explicar pelo tupi, sendo naquela língua [nd] um dos nexos mais frequentes, por exemplo, em *a-cendub*, 'eu ouvi', no *Vocabulário na língua brasílica* (VLB, II: 61), *cendû*, 'entender, escutar, ouvir...', no *Diccionario portuguez-brasiliano e brasiliano-portuguez* do século XVIII (Ayrosa, 1934: 221). Por conseguinte, um empréstimo como, por exemplo, *mandioca* conservou o nexo <nd> em português.

(8) A africada [tʃ], correspondente à grafia <ch> (*chave* [ˈtʃavi]), se apresenta como um arcaísmo que foi conservado também no Norte de Portugal, enquanto, no século XVII, se desenvolveu para [ʃ], no centro e no Sul do país. Visto que o tupi dispõe da fricativa [ʃ] (grafada como <x>), não haveria razão para uma substituição [ʃ] > [tʃ]. Para Rodrigues de Souza (2001: 53), a africada é até um traço da "semicrioulização do português em Mato Grosso", embora, até o século XVII, [tʃ] correspondesse à pronúncia comum do português.

(9) A ruptura de nexos consonantais (*flor* > *fulô*) também se testemunha em Portugal (cf. Leite de Vasconcelos, 1987: 100). O surgimento do mesmo fenômeno nos séculos XIX-XX (*táxi* → [ˈtakis], *pneu* → [piˈnɛu̯]) sugere o desenvolvimento imanente no português brasileiro. Contudo, a estrutura silábica CV do tupi poderia ter tido um efeito convergente em certos casos.

Os exemplos mencionados mostram que a mera comparação estrutural não serve por si só para deduzir uma afiliação indígena. Isto é válido, sobretudo, quando se considera que a atribuição dupla dos elementos indígenas e africanos, associada à maioria dos casos apresentados, parece quase arbitrária e permutável. Todas as características do português brasileiro, com exceção do léxico – ao qual se conferem influências indígenas –, podem ser explica-

das, em relação ao seu desenvolvimento, como simplesmente portuguesas ou românicas. Apesar disso, uma influência externa concorrente não se exclui, por fim, em casos particulares.

Influência da língua brasílica no léxico

No campo dos empréstimos, o português brasileiro dispõe de elementos das línguas indígenas desconhecidos ou, menos usuais, do português europeu. Esse léxico, tido geralmente como típico do português brasileiro, não tem, no entanto, nenhum papel no âmbito do vocabulário básico. Entre os empréstimos indígenas, há preponderantemente tupinismos, o que se explica pela difusão histórica desta língua.[6]

É só no vocabulário e nos nomes próprios (toponímia, hidronímia, coronímia, antroponímia) que a influência da língua brasílica no português brasileiro comum é indiscutível, assim como a do nheengatu, no português regional amazônico. É claro que, ao lado dos tupinismos geralmente divulgados no português brasileiro, ocorrem também diferenças regionais. Assim, *açaí* e *buçu* são espécies de palmeiras da Amazônia, das quais *açaí* é antes conhecido como fruto, ao passo que *buçu* nessa região é usado especialmente para a construção de casas. *Umbu* é uma fruta do Norte e Nordeste do Brasil que se conhece menos, por exemplo, no Rio de Janeiro. No entanto, muitas vezes é difícil saber com certeza a origem de uma determinada palavra, se vem da língua brasílica, da língua geral paulista, língua geral amazônica ou do nheengatu.

Em relação aos empréstimos do tupi, o *Aurélio eletrônico* (v. 5.11) enumera, para o português brasileiro, 2.533 verbetes, e o dicionário Michaelis 3.238, enquanto os *Dicionários PRO da língua portuguesa* de Portugal apontam apenas 504 palavras. O total de tupinismos é avaliado, no português brasileiro, incluindo os topônimos, em 10 mil. Chaves de Melo (1971: 43) fornece esse número, invocando uma informação pessoal de Artur Neiva. No *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (Cunha, 1999: 10) fala de 60 mil topônimos, incluindo, contudo, denominações repetidas.

O vocabulário indígena, tratado num artigo de Dietrich (1998), se destaca por conter, em grande parte, substantivos oxítonos que são geralmente incomuns em português. Estes se referem quase exclusivamente ao ambiente

original dos indígenas: (a) nomes de frutos e plantas (*jenipapo*, 'fruto do jenipapeiro'; *cipó*, 'liana'), (b) fauna (*jacaré*, 'caimão'; *tamanduá*, 'urso-formigueiro'), (c) formas de paisagem (*igapó*, 'mata cheia de água'; *igarapé*, 'rio pequeno'), (d) topônimos (*Itapuã*, BA; *Parati*, RJ), (e) hidrônimos (*Mucuri*, *Paranaíba*), (f) antropônimos: sobrenomes (*Oiticica*), prenomes femininos (*Jacira*, *Jaciara*).

No decurso da evolução, aconteceram certas adaptações dos tupinismos ao sistema fonológico do português: por exemplo, a vogal central baixa /ɨ/ passa geralmente a /i/, algumas vezes a /u/, sobretudo ao sul de Angra dos Reis (RJ) (cf. Rodrigues, 1995: 235-237); a fricativa palatal /j/ passa à fricativa alveolar [ʒ], segundo o modelo do português, quando a letra <j> se pronuncia [ʒ]. A oclusão glotal /ʔ/, marcada pela apóstrofe na ortografia usada pelos linguistas a partir do século XX, por exemplo em *kapi'i*, 'capim', que aliás não se anotava nos vocabulários da época colonial, descurou-se na passagem da língua geral para o português. A nasalização da vogal final em casos como *cupim* < *kupi'i*, *capim* < *kapi'i*, *surubim* < *surubi*, *amendoim* < *mandubi*, *aipim* < *aipi'i*, *urucum* < *uruku* não está ainda bem explicada. As consoantes finais do tupinambá conservaram-se na língua brasílica (por exemplo em *a-je-upir*, '1p-voz reflexiva-alçar', 'eu subi'), muitas vezes com o acréscimo do sufixo átono *-a* do caso argumentativo que tinha perdido a sua função, como em *jagwár-a* > *jaguara*, 'cão'. A vogal central baixa /ɨ/ se escreve <y> na ortografia das línguas tupis-guaranis usada pelos linguistas e também na ortografia oficial do guarani do Paraguai.

Fazer a etimologia das palavras de origem tupi, isto é, de uma das línguas gerais, não é sempre fácil, já que se observam muitas corruptelas das palavras originais e várias mudanças fonéticas, nem sempre explicáveis facilmente (cf. Cunha, 1999). É evidente que os dicionários disponíveis das línguas gerais não apresentam necessariamente as formas que estão na base das palavras que passaram à língua comum portuguesa.

Motivação dos empréstimos. Fontes lexicográficas

A motivação dos falantes do português para adotarem termos da língua brasílica, da língua geral paulista, da língua geral amazônica ou do nheengatu é dada pela necessidade de denominarem objetos e realidades desconhecidas na tradição portuguesa, mas típicas da natureza e da vida no Brasil. Assim é

natural que a grande maioria dos termos de origem tupi pertença à linguagem setorial da fauna, flora, natureza e cozinha. Geralmente são nomes, poucas vezes adjetivos ou verbos. Mas é evidente que o grande número de termos muito específicos destas línguas setoriais não é documentado nos vocabulários da língua geral do século XVIII, razão pela qual muitas vezes é preciso, para darmos uma etimologia possível, reconstruirmos a forma autêntica do tupinambá (t.) e não a da língua geral.

Os vocabulários mais importantes são os seguintes: O *Vocabulário na língua brasílica* (VLB) é o documento mais antigo. É conservado num manuscrito de 1621 publicado só no século XX (VLB, I e II). Infelizmente, a língua de base é o português, não o tupinambá. Do final do século XVIII temos o *Diccionario portuguez-brasiliano e brasiliano-portuguez*. A primeira parte é um pequeno vocabulário português-língua geral do Maranhão, escrito provavelmente pelo franciscano frei Onofre, antes de 1751, no Maranhão. Não se conhece bem a origem da segunda parte, língua geral-português, que tem uma história complicada de várias publicações parciais no século XIX: Plínio Ayrosa publicou as duas partes em 1934 (Ayrosa, 1934). Sobre a história lexicográfica da língua geral amazônica informam vários artigos contidos na publicação recente de um manuscrito encontrado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cf. Barros e Lessa, 2006).

Exemplos da fauna

(a) Mamíferos: *tatu*, *tamanduá* < t. *tamandu'a*; *jaguar* < t. *jagwar*, 'onça', *jaguara*, 'cão', < t. *jagwár-a*, 'onça + sufixo de caso argumentativo, sem função na língua geral', *jaguareté*, 'onça pintada', < t. *jagwar-ete*, 'onça + sufixo de intensidade', 'verdadeiro'; *maracajá* < t. *mbarakajá*, 'gato-do-mato'; *capivara* < t. *kapi'i-gwár-a*, 'capim-pertencente + a-sufixo de caso', 'habitante do capim'; *paca* < t. *pák-ha*, 'acordar + sufixo nominalizador', 'aquele que está desperto'; *suçuarana* < t. *sywaçu-a(b)-rana*, 'veado-pelo-como', 'parecido à pele do veado'.

(b) Serpentes e cobras: *jararaca* < t. *jararák-a*; *sucuri* < t. *sukuri*, 'anaconda', com as subespécies *sucurijú* < t. *sukuri-jub*, 'sucuri amarela', cf. *sucuri-amarela*, *sucurijuba* < t. *sukuri-júb-a*, 'sucuri-amarela + sufixo de caso'; *surucucu* < t. *surukuku*, '*Lachesis muta*', e *surucucutinga* < t. *surukuku ting-a*, 'surucucu-branca + sufixo de caso';

jiboia < t. *'y mboi-a*, 'água-serpente + sufixo de caso', 'serpente de água', e muitos outros compostos com o elemento *boi-* < t. *mboj*, 'cobra', como *boiaçu*, 'sucuri', 'mito ofídico', 'a constelação do Serpentário', < t. *mboi-açu*, 'serpente-grande', *boiguaçu*, 'sucuri, sucuri-amarela', < t. *mboi-gwaçu*, 'serpente-grande', com as variantes *boioçu, buiuçu, boiçu* e *boiúna* < t. *mboi-un-a* 'serpente-preta + sufixo de caso'.

(c) Peixes: *surubi*, com as variantes usuais na Amazônia, *surumi, surumbi* < t. *surubi*; *parati*, 'espécie de tainha' < t. *parati*; *camurim* < t. *kamburí*, 'robalo, camurim'; *piranha* < t. *pi(ra)-rãi-a*, 'peixe-dente + sufixo de caso', 'peixe-dente'. Um certo número de nomes dos peixes amazônicos explicam-se a partir da língua geral amazônica: *tambaqui* < LGA *tambaki*, *tucunaré*, provavelmente de LGA *tukũ*, 'tucum', + *a-re*, 'cair-passado', 'peixe [que come as frutas] da palmeira tucum caídas [na água alta, na época das cheias]'; *pirarucu* < LGA ou t. *pira-(u)ruku*, 'peixe-urucum, 'peixe avermelhado como de urucum'.

(d) Aves: *surucuá* < t. *suruku'a*; *urubu* < t. *urubu*; *urutau* < t. *urutau*; *tucano* < t. *tukán-a*, 'tucano + sufixo de caso'.

(e) Insetos: *cupim* < t. *kupi'i*; *mangangá* < VLB *mãgãga*, 'besouro', *muquirana* ou *mucurana*, 'piolho', < t. *mokyrán-a*, VLB *moquigrana* (com a grafia <ig> para /i̇/) 'piolhos do corpo humano'; *uruçu* < t. *eiru-uçu*, 'abelha grande', VLB *eiruçu*, 'abelha', *saúva* < t. *ysa'úb-a*, VLB *ygçauba*, "a [formiga] ruiva e grande q. come as prantas" (VLB, I: 142).

Exemplos da flora

(a) Plantas baixas e arbustos: *capim* < t. *kapi'i*, VLB *capij*, 'erva qualquer'; *cipó* < t. *ysypó*, com muitas subespécies (*cipó-bravo, cipó-caboclo, cipó-de-são-joão*) e derivados em português *(cipoada, cipoal*); *taquara* < t. *takwár-a*, VLB *tacoara*, "cana brava, oca por dentro... Tem muitas espécies. *Tacoaruçu, Tacoapenima, Tacoapoca, Tacoajoçara, Tacoarî*" (VLB, I: 65); *timbó* < t. *timbó*, 'designação comum a várias plantas usadas para tinguijar', VLB "*Timboguaçu, Timbopiriãna, jbîratimbo. Yapicai* barbasco, não tem gênero; e o sumo de cada hum destes Tinguî" (VLB, I: 51); *tingui* e o verbo *tin-*

guijar < t. *tingy*, 'espuma ou sumo de algumas plantas que se usa para tinguijar'; *petume*, *petima*, 'fumo-de-jardim', < t. *petym-a*, 'tabaco, fumo de tabaco + sufixo de caso', cf. também *petúnia*; *caá*, 'mate, plantas em geral', < *ka'á*, 'mato, vegetação'.

(b) Árvores: *ipê* < t. *ype*, 'casca' (com várias subespécies *ipê-amarela, ipê-rosa*); *tabebuia* < t. *ta(b)-bebúi-a*, 'cabelo-leve-sufixo de caso', 'madeira leve como um cabelo'; *jacarandá* < t. *jakarandá*, *genipapo* e *genipapeiro* < t. *nhandy-pab-á*, 'gordura/azeite-todo-fruto', 'fruto de gordura completa', cf. Ruiz de Montoya (1639: 242): "*ñandĭpabá*, fruta conocida con que se pintan, ..., *ñandĭpabĭ*, el arbol"; *babaçu* < t. *bab-açu*; *buriti* < t. *mbyrytí*; *tucum* < t. *tukum*, VLB *tucum* (cf. VLB, II: 63, s.v. *palma* ou *palmeira*); *tucumã* < t. *tukumbá*; *carnaúba* < t. *karandá-ýb-a*, 'árvore carandá + sufixo de caso'; *pindó* < t. *pindó*; *taxi* e *taxizeiro* < LGA *taxi*, 'espécie de formiga', cf. t. *tacyb*, 'espécie de formiga'.

(c) Frutas: *urucum* < t. *uruku*, 'substância tintorial de cor vermelha que os indígenas extraíam do fruto de certas árvores'; *guaraná* < LGA *mawé waraná*; *araçá* < t. *araçá, açaí* < t. *açaí*; *cupuaçu* < t. *kupu-açu*, 'cupu grande'; *maracujá* < t. *mborukujá* (cf. Ruiz de Montoya, 1639: 217, *mburucuîa*); *caju* < t. *akaju*; *abacaxi*, documentado em Ayrosa (1934: 133) *abacaxii*, é de origem controvertida.[7]

Exemplos de termos para formações de terreno e paisagens

Caatinga, *catinga*, 'vegetação típica do Nordeste brasileiro', < t. *ka'a ting-a*, 'mata branca + sufixo de caso'; *igapó* < t. *y-apó*, 'charco, pântano' (com a grafia jesuítica <ig> para /i̇/, como em *igarapé* < *yar-apé*, 'canoa-caminho', 'caminho da canoa').

Exemplos de termos da cozinha

Mandioca < t. *mandi'óg-a*, 'mandioca + sufixo de caso';[8] *tapioca* < t. *typy'og-a*, 'espremer o cozido tirando-o do caldo', cf. VLB "Farinha da mesma agoa da mandioca crua coalhada – *Tigpîaca* l. *Tigpiogcui* porque a agoa se chama *Tigpâca* l. *Tigpîoca*" (cf. VLB, I: 135);[9] *abati*, 'milho', < t. *abati*; *mingau* < t. *minga'ú* < *mi-ka'u*, 'o que se come'; *pirão* < t. *mi-ndypyr-õ*, 'o ensopado';

manipueira, 'suco leitoso de mandioca ralada', < t. *mani-pwér-a*, 'mandioca-passado-sufixo de caso', 'o que foi mandioca'; *tucupi*, 'molho da cozinha do Norte do Brasil', < t. *tyku-pyr*, 'reduzir o líquido-part. pass.', 'destilado'.[10]

Pseudossufixos e elementos composicionais

No tupinambá, como nas línguas gerais, observam-se sufixos derivativos que provêm parcialmente de nomes de qualidade: Assim, t. *gwasú*, *wasú*, 'grande, importante', aparece como sufixo, *-açu*, tanto nas línguas gerais como nas palavras e nos topônimos que passaram ao português brasileiro: por exemplo, *tamanduá-açu*, 'espécie grande de tamanduá', *boiaçu*, 'jiboia grande', mas também em sintagmas como *chefe açu*, sinônimo de *morubixaba*, *murumuxaua*, *tubixaba* e outras designações dos caciques indígenas. O dicionário Houaiss contém 273 formações brasileiras com (-)*açu*. Além disso, o sufixo aparece em topônimos como *Mogi-Guaçu* (SP), *Itajaí Açu* (SC) e hidrônimos (*Iguaçu*).

O sufixo (-)*mirim*, 'diminutivo, pequeno', que pode ser classificado também como adjetivo, é associado, preponderantemente, a nomes de plantas e animais (*tamanduá-mirim*, *cajá-mirim*; também *paraná-mirim*, 'o menor dos dois braços em que um rio se divide'. O dicionário Houaiss relaciona 94 formações, das quais nem todas têm um caráter diminutivo (cf. Michaelis, s.v. *paumirim*, 'árvore de enorme porte, da flora amazônica'). *Mirim* aparece ainda como componente de topônimos e, de forma geral, está mais entranhado no Sul do que no Norte do Brasil (*Parati Mirim*, RJ; *Lagoa Mirim*, *Itajaí Mirim*, SC; *Guajará-Mirim*, RO; *mangará-mirim*, 'mangarito, erva da família das aráceas' etc.).

O sufixo *-rana* < t. *rán-a*, 'parecido, semelhante', que se tornou sufixo só nas línguas gerais, significa a semelhança com alguma coisa, por exemplo, *imburana*, 'que é semelhante ao imbu', mas não o é; *suçuarana*, 'onça-parda, jaguaruna' (cf. subtópico "Exemplos da fauna", item "Mamíferos"); *muquirana*, 'piolho do corpo humano, pessoa desprezível', < t. *mokyrana*, VLB "piolhos do corpo humano – *moquigrana*" (VLB, II: 73).[11] No dicionário Houaiss, encontram-se 208 formações com *-rana*, de origem tupi. Neste contexto, é interessante constatar que existem até formações híbridas como *algodãorana* "planta (*Pavonia paniculata*) da fam. das malváceas, nativa da Amazônia, de que se extraem fibras têxteis" (Houaiss, *s.v.*).

Além disso, os tupinismos formam, às vezes, composições seriais. O dicionário Houaiss relaciona cerca de 170 palavras que se compõem do elemento *pirá*, 'peixe', e que se referem a peixes ou à pesca (*piracema*, 'cardume de peixes'; *piracuí*, 'farinha de peixe'). Desta maneira, podem-se ainda ordenar, do ponto de vista do significado, muitos outros elementos de composições (*igara-*, 'canoa'; *iguá-*, 'musgo'; *itá-*, 'pedra'; *pará-*, 'rio').

Fraseologia

Além dos substantivos, encontramos alguns verbos denominais, como, por exemplo, *capinar*, 'limpar de capim'; *jiboiar*, 'digerir em paz como uma jiboia'; *pererecar*, 'andar de um lado para outro (como as pererecas)', < *perereg*, 'ir aos saltos', + *-(h)a*, 'nominalizador', 'quem vai aos saltos'. A fraseologia é o setor da língua que mais testemunha o caráter popular da herança linguística das línguas gerais: *estar/andar na pindaíba* < t. *pindá*, 'anzol', + *ýb-a*, 'cabo, mastro + sufixo de caso', 'vara de pescar'; *estar no tipiti* (veja a explicação de *tipiti* na nota final 9); *andar ao atá*, 'andar a esmo, sem rumo', < t. *watá*, 'andar'; *chorar pitanga* < língua geral *pitanga*, 'vermelho' (cf. Ayrosa, 1934: 276) < t. *pytang-a*, 'vermelho + sufixo de caso'; *ser pacova* < t. *pakób-a*, 'banana'; *lamber embira*, 'passar miséria, não ter o que comer', *meter/passar nas embiras*, 'recolher preso, amarrar', < t. *-ybyr-a*, 'estopa, estopento', cf. VLB "estopa – *ygbigra*. Estopenta cousa ser – *xerîbîr* como tucũ, & in 3.a persona *cigbir*" (VLB, I: 129); Ayrosa (1934: 313): "*Xerybir* – estupenda cousa ser".

Elementos da língua geral paulista

As poucas palavras que, provavelmente, se devem à influência da língua geral paulista são, por exemplo, as seguintes (cf. Dietrich, 1998: 490): *jacá*, 'cesto de taquara ou cipó para carregar', < tupi de São Vicente *ajaká*, 'cesto de taquara', cf. guarani *ajaká*, 'cesto'; *socar*, 'moer no pilão', < *soká*, 'moer no pilão';[12] *cutucar* < *kutuk* < *kutug*, 'picar, furar';[13] *aíva*, 'sem valor, insignificante, indisposto', < *aíb-a*, 'ruim + sufixo de caso'; *mirim* < *mirĩ*, 'pequeno'.

Influência da língua brasílica na onomástica

Ao contrário do léxico, os nomes próprios de lugares, rios, praias, campos, serras e pessoas, na sua grande maioria, não têm sua origem em uma das línguas gerais da época colonial, mas foram criados mais tarde, quando a língua geral já não se falava. Neste sentido, o "tupi" é, na tradição brasileira – como o latim e o grego antigo nas ciências –, uma fonte virtual, um depósito de raízes lexicais que serve, neste caso, para formar, para não dizer construir, topônimos, hidrônimos etc. Diferindo das formações científicas internacionais, os nomes próprios não são sempre descritivos ou funcionais, mas podem fazer alusão a um evento da fundação do lugar ou um fenômeno que ignoramos. Nem sempre conhecemos o sentido dos topônimos – ainda menos o do nome de um rio – ou a base histórica da língua geral correspondente. Os colonos e fundadores de vilas e cidades dos séculos XIX e XX geralmente criaram os topônimos a partir dos vocabulários existentes da língua brasílica, sem conhecer as regras morfossintáticas do tupinambá, combinando palavras soltas segundo regras imaginadas, o que é outro fator desconcertante na interpretação de topônimos ditos de origem "tupi". Resultou desta tradição brasileira que topônimos de origem "tupi" se encontrem também fora da expansão da língua brasílica no Brasil colonial, por exemplo, em regiões do interior como Goiás.

Muitos topônimos se explicam facilmente a partir da língua brasílica ou do nheengatu, outros não, porque nem as bases nas línguas gerais eram uniformes, nem os modos de adaptação à fonética portuguesa, obviamente, eram sempre os mesmos. Um topônimo com *Ita-* pode derivar da raiz frequente *ita*, 'pedra', como *Itanhaém* (SP) e *Itanhém* (BA) < t. *ita*, 'pedra', + *nha'em*, 'pote, vaso, panela', 'pote de pedra'; *Itapetininga* (SP) < t. *ita*, 'pedra', + *pe(b)*, 'chato', + *tining*, 'seco', + sufixo de caso , 'laje seca'. Também pode se basear numa análise linguística errada, como no caso de *Itajaí* (SC), < t. *tajá*, 'tajá, tajurá, tinhorão', + *'y*, 'rio', 'rio dos tajás', com o acréscimo de *i-* para chegar ao elemento *itá* tão frequente. Além disso, observamos casos de apócope da vogal átona inicial, comum em tupinambá e na língua brasílica, como em *Taubaté* < t. *itá*, 'pedra', + *yvaté*, 'alto', 'pedra alta'.[14]

O exemplo das variantes *Camucim*, *Camocim* e a *Bahia de Camocim* (CE); *Camuci* (PI) e *Cambuci* (RJ) < t. *kamosí*, *kambosí* (provavelmente variantes re-

gionais), 'pote',[15] + *'y* 'água, rio', 'rio dos potes' (cf. Silva, 1993: 41) demonstra a variação na evolução fonética regional. Sem querermos entrar em detalhes da provável pronúncia regional histórica dos fonemas do tupinambá, pode-se dizer que /m/ se conserva em todos os contextos fônicos sobretudo no Norte, enquanto no Sul se realiza [m] em contexto nasal, [mb] em contexto oral. O resultado da adaptação de [mb] ao português pode ser [m], como em *Mogi das Cruzes, Mogi-Guaçu, Mogi Mirim* (SP), < t. *mboj*, 'cobra', + *'y*, 'água, rio', 'rio das cobras', mas também [b], como em *Boaçu* (BA), *Boiaçu* (RR), < t. *mboj-açu*, 'cobra grande', *Boiçucanga* (SP), < t. *mboj-(a)çu*, 'cobra grande', + *(a)káng-a*, 'cabeça-sufixo de caso', 'cabeça da cobra grande'.

Exemplos da toponímia

Anhangabaú (vale na cidade de São Paulo) < t. *anháng*, 'gênio mau das matas', + *amba'y*, 'umbaúba, imbaúba', 'figueira-do-inferno', 'gênio-umbaúba'; cf. Ayrosa (1934: 206), *Anhangabayg*, 'rio de São Paulo'.

Araçui (ES) < t. *guyrá-açu*, 'ave-grande', + *'ý*, 'água', 'rio da(s) harpia(s)' (cf. da Silva, 1993: 35).

Baurú (SP) < língua geral *mba'e ruru* < t. *mba'e ryru*, 'canastra', 'cornucópia'.

Buranhém (BA) < t. *ybyrá nha'em*, 'pote/copo de madeira'.

Butantã (SP) < t. *ybý-tatã*, 'terra-duro', 'terra dura'.

Camboriú (SC) < t. *kamburi 'ý*, 'camurim, robalo d'água', 'rio dos camurins', cf. *Lago de Camorim*, perto de Jacarepaguá (RJ).

Curitiba (PR), *Curituba* (SC) < t. *kuriý*, 'pinheiro', + *týb-a*, 'plantação + sufixo de caso', 'pinhal'.

Guaratinguetá (SP) < t. *guyrá-ting*, 'ave-branca', + *-etá*, 'quantidade', 'muitas garças'.

Iguatemi (MS) e nome de centros de compras em muitas cidades brasileiras, provavelmente < t. *yar*, 'canoa', *yga* na língua brasílica, + *tĩ*, 'nariz', + *-mi*, 'diminutivo', 'canoa de proa pequena'.

Ijuí (RS) < t. *y-júi 'y*, 'espumante rio', 'rio espumante'.

Ipanema (bairro do Rio), *Upanema* (RN), < t. *'y paném-a*, 'água inútil/imprestável + sufixo de caso', 'rio inútil (sem peixe)'.

Ipiranga (parque no centro de São Paulo), < t. *'y piráng-a*, 'água + vermelha + sufixo de caso', 'rio vermelho', cf. *Itapiranga* (AM), 'pedra vermelha'.

Itabuna (BA) < t. *tab-ún-a*, 'aldeia-preto-sufixo de caso', 'aldeia preta'.

Itaquaquecetuba (SP) < t. *takwá(r)*, 'taquara', + *kysé*, 'faca', + *týb-a*, 'plantação, acumulação', 'acumulação de taquaras cortantes'.

Itumbiara (GO) < t. *ytu*, 'cachoeira' (cf. VLB, I: 62, *s.v. jgtu*), + *mbiara*, 'caça', 'cachoeira da caça'.

Jacarepaguá (subúrbio do Rio) < t. *jakaré*, 'jacaré', + *pygua*, 'enseada, baía', 'enseada do jacaré'.

Piracicaba (SP) < *t. pirá*, 'peixe', + *syk-áb-a*, 'chegar-nominalizador locativo-sufixo de caso', 'lugar da chegada dos peixes'.

Praia da Pituba (perto de Salvador, BA) < t. *(ka)pi'i týb-a*, 'capim acumulação + sufixo de caso', 'praia do capinzal' (cf. Silva, 1993: 77).

Ubatuba (SP) < t. *u'ub-a týb-a*, 'cana de flecha + suf. de caso acumulação + suf. de caso', 'lugar de muita cana de flecha' (cf. Silva, 1993: 84); *Ubaitaba* (BA) < t. *u'úb-a táb-a*, 'aldeia da cana de flecha'.

Exemplos da hidronímia

Muitos nomes de rios, de vilas e cidades baseiam-se em t. *pará* e *paranã*, 'rio caudaloso', sem que se conheça até hoje a diferença (semântica ou dialetal?) entre os dois termos:

Paraíba < t. *pará* + *aíb-a*, 'ruim-sufixo de caso', 'rio mau', *Parnaíba, Paranaíba* < t. *paranã-aíb-a*, 'rio mau'.

rio Paranapanema < t. *paranã* + *paném-a*, 'inútil-sufixo de caso', 'rio imprestável'.

rio Ivaí < t. *'ý vaí* ('rio ruim', sendo *vaí* a forma meridional que corresponde ao *aíb* do Norte).

rio Iguaçu < t. *'ý guaçu*, 'água enorme'.

rio Uruguai < t. *uruguá*, 'caracol de água doce', + *'ý*, 'água, rio'.

rio Ibicuí < t. *ybý*, 'terra', + *ku'í*, coisa moída, farinha, farelo', 'rio das areias'.

Exemplos da antroponímia

Os nomes de pessoa de origem "tupi", isto é, de uma das línguas gerais, têm duas tradições: uma é a tradição folclórica, por exemplo, do bumba meu boi do Nordeste brasileiro, na qual aparecem figuras mitológicas como o *Jaraguá*, < t. *(kapi'i) jaraguá*, 'espécie de erva (que serve para forragem dos bovinos)', ou a *Caipora*, < t. *ka'a i-pór-a*, 'mato 3ª pessoa-conteúdo/habitante-sufixo de caso', 'habitante do mato'.[16] *Curupira* é um ente fantástico das matas que engana e confunde os caçadores e tem enormes potências sexuais. A forma "breve" *Curupi* não só corresponde ao guarani, mas também se encontra como topônimo (*Gurupi*, TO) e hidrônimo (*rio Gurupi*, divisória entre Pará e Maranhão). A tradição folclórica do *Curupi* se conhece também na região guaranítica da Argentina e do Paraguai.

A outra tradição, mais recente, é a do Brasil colonial e pós-colonial, sobretudo a da regência de Dom Pedro II depois da Guerra do Paraguai (1864-70). Naquela época tornaram-se moda nomes "tupis" para marcar a oposição ao guarani paraguaio. Uma listagem de 355 nomes de origem indígena é apresentada por Neiva (1940: 105-108). Estes nomes em geral são de criação artificial, como os nomes literários de José de Alencar, *Iracema*, < t. *eíra sem-a*, 'mel sair-sufixo de caso', 'que saiu do mel', e de seu filho *Moacyr*, < t. *mbo-asy*, 'causar dor', para expressar o significado 'quem saiu das dores (da mãe). O *-r* final não tem explicação no tupinambá, nem na língua geral. Outro nome tornado popular é *Juçara*, *Jussara*, tomado do apelativo *juçara* ('espécie de palmeira, *Euterpe edulis*, a que dá o palmito'), *juçara-hýva* em nheengatu. Os nobilitados do Império receberam títulos que se referiam a terrenos com nomes "tupis", como *barão de Baependi*, também topônimo no MT, < t. *mba'e pyndý*, 'coisa limpada', 'clareira', ou *barão de Itambi*, também topônimo no RJ, < t. *itã*, 'concha', + *-'í*, 'diminutivo', 'conchinha'. Atualmente, estes sobrenomes de nobres aparecem como nomes de ruas do Rio de Janeiro.

Notas

[1] Nheengatu < tupinambá *nhe'ẽ*, 'fala, língua', + *katu*, 'bom, forte, vigoroso, válido, autêntico'.

[2] A presença do termo tupi como termo da memória coletiva dos brasileiros, até a atualidade, manifesta-se, por exemplo, no título do dicionário do tembé, uma língua tupi-guarani do Maranhão, que não tem nada a ver com a tradição da língua brasílica. Trata-se da obra de Max H. Boudin (1978), *Dicionário de tupi moderno (dialeto tembé-ténétéhara do alto do rio Gurupi)*.

[3] A respeito da documentação da língua geral paulista, veja-se Buarque de Holanda (1996). Outros chamam a língua geral paulista também de "tupi austral".

[4] Para a influência do tupi, cf. Monteiro (1926), Raimundo (1926), Sampaio (1931), Raimundo (1934), Mendonça (1936), Ayrosa (1937; 1938), Neiva (1940), Elia (1948), Silveira Bueno (1953), Rodrigues (1958-59), Fernandes (1961), Silveira Bueno (1963), Ayrosa (1967), Chaves de Melo (1971), Silveira Bueno (1973), Elia (1979), Gregório (1980), Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1980), Bordoni (1984), Robl (1985), Silva Neto (1986), Sampaio (1987), Elia (1994), da Cunha (1999), García-Medall (2001), Silveira Bueno (2008).

[5] Na época colonial, o Paraguai fazia parte do vice-reinado do Peru. No espanhol americano, fora do Paraguai, o /ĸ/ se manteve até hoje no norte limítrofe da Argentina, na Bolívia assim como em regiões andinas da Venezuela, do norte do Equador e do Peru.

[6] O português brasileiro conhece também indigenismos que não remontam ao tupi, como, possivelmente, *maceió* ('lagoeiro, no litoral, formado pelas águas do mar nas grandes marés, e também pelas águas da chuva' – cf. dicionários Aurélio, Houaiss, *s.v.*). Excetuando conhecidos peregrinismos que, em sua maioria, foram transmitidos pelo espanhol (cf. Aurélio, s.v. *cacique*, 'chefe temporal das tribos indígenas brasileiras'), a origem desses indigenismos não pode frequentemente ser determinada de maneira exata. Também na toponímia surgem, ao lado dos tupinismos, numerosos nomes de outras línguas indígenas brasileiras (*Amapá*, *Xingu* – cf. Caldas Tibiriçá, 1985: 123-152).

[7] A etimologia t. *yba-kati*, 'fruta recendente', não é convincente, já que pressupõe a desnasalização do t. *kating*, 'que recende', que não se explica (cf. *catinga* < t. *kating*, 'fedor').

[8] As vogais finais sonoras *-b*, *-g* do tupinambá empregadas nas formas nominais absolutas em alguns casos se tornaram surdas nas línguas gerais ainda quando se lhes acrescentou o sufixo *-a* do caso argumentativo. Isso demonstra que o acréscimo se generalizou a partir da forma absoluta quando o sufixo já perdera a sua função sintática de marcar o argumento da oração, em oposição aos complementos circunstanciais.

[9] No verbete precedente do VLB, descreve-se o processo da fabricação da tapioca, com a documentação de dois outros termos da língua geral que passaram para o português brasileiro: "Farinha dagoa s. de mandioca cortida – *Üîpúba*: esta se espreme no tepeti (*tipiti* < t. *typy-ty*, 'fundo-líquido', 'líquido do fundo') e passa pella urupema. (*urupema* < t. *urupém-a*, 'peneira de palha [em que se passa a farinha de mandioca]')' (cf. VLB, I, 135).

[10] Como se vê, no Norte, a vogal central baixa /ɨ/, articulatoriamente entre /u/ e /i/, passa tanto a /u/ como a /i/ no português, sem que se possa diagnosticar uma regra.

[11] No guarani paraguaio, *mokyrã* significa 'piolho da roupa'.

[12] Cf. guarani *soká*, 'pau para pisar'; *jo-so*, 'moer, pisar'; guarani do Chaco (chiriguano) *mbaesóka*, 'pilão'; tupinambá *jo-sok*, 'pisar, moer'; nheengatu *soka*, 'pisar'.

[13] Cf. tupinambá *ai-kutuk*, 'eu furei', guarani e mbyá *ai-kutũ*, chiriguano e guarayo *ai-kútu*, nheengatu *kutuka*, 'bater, ferir'.

[14] Por todas estas razões, as obras existentes sobre toponímia brasileira (cf. Caldas Tibiriçá, 1985), mas também sobre etimologia lexical (cf. Cunha, 1999, cuja 1ª edição é de 1978; Silveira Bueno, 2008, 1ª edição de 1982), têm um valor precário. A primeira obra de valor científico é a de Wolff da Silva (1993).

[15] Compare-se guarani *kambuchi*, 'cântaro', guarani do Chaco (chiriguano) e guaraio *kambúchi*.

[16] É possível que o termo *caipira*, 'que vive no interior, pessoa rústica', tenha a sua origem em t. *ka'a i-pýr-a*, 'mato 3ª pessoa-que é perto de-sufixo de caso', 'que vive perto do mato'.

Bibliografia

AURÉLIO, ANJOS, Margarida dos; FERREIRA, Marina Baird (org.) (2004). *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 5.11. Regis Ltda.

AYROSA, Plínio M. da Silva (org.) (1934). *Diccionario portuguez-brasiliano e brasiliano-portuguez*. São Paulo (Revista do Museu Paulista, tomo 18).

_____ (1937). *Termos tupis no português do Brasil*. São Paulo.

_____ (1938). Subsídios para o estudo da influência do tupi na fonologia portuguesa. *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo, 679-696.

_____ (1967). *Estudos tupinólogos*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros.

Barbosa, Padre Antônio Lemos (1956). *Curso de tupi antigo. Gramática, exercícios, textos*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

Barros, Cândida; Lessa, Antônio Luis (org.) (2006). *Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado*, Cidade do Pará (Belém), 1771. MS 81 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Transcrição paleográfica e notas. CD-Rom. 167 págs. Disponível em: <http://www.temple.com.br>. Acesso em 23 jul. 2010.

Bordoni, Orlando (1984). *A língua tupi na geografia do Brasil*. Campinas.

Boudin, Max H. (1978). *Dicionário de tupi moderno (dialeto tembé-ténétéhara do alto do rio Gurupi)*. 2 v. São Paulo: Ceach.

Bueno, Francisco da Silveira (1953). Influências do tupi no português do Brasil. *Jornal de Filologia* 1, 109-120.

_____ (1963). Les langues indigènes du Brésil et leur influence sur le portugais. *Orbis* 12, 227-240.

_____ (1973). El sustrato indígena y el superestrato africano en el portugués del Brasil. *Actas de la primera reunión latinoamericana de lingüística y filología (Viña del Mar, Chile, enero de 1964)*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 396-409.

_____ (2008). *Vocabulário tupi-guarani-português*. 7. ed. São Paulo: Vidalivros.

Castro, José A. (1984). Língua, sociedade e cultura no Brasil. *Miscelânea de estudos literários. Homenagem a Afrânio Coutinho*. Rio de Janeiro: Pallas, 343-366.

Cruz, Aline da (2005). *O resgate da língua geral. Modos de representação das unidades linguísticas da língua geral brasílica e do tupi austral na obra de Martius (1974-1868)*. São Paulo: USP, diss. de mestrado.

Cunha, Antônio Geraldo da (1999). *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos e Universidade de Brasília.

Dicionários pro da língua portuguesa. Porto: Porto Editora, 2005. [versão eletrônica]

Dietrich, Wolf (1998). Amerikanische Sprachen und Romanisch. In: Holtus, Günter et al. (org.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. VII, 428-499.

_____ (1999). A importância do tupi na formação do português do Brasil. In: Gärtner, Eberhard; Hundt, Christine; Schönberger, Axel (org.). *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt/M.: TFM, 153-172.

_____ (2004). Mexikanische und brasilianische Toponymie indianischen Ursprungs. In: Noll, Volker; Thiele, Sylvia (org.). *Sprachkontakte in der Romania. Zum 75. Geburtstag von Gustav Ineichen*. Tübingen: Niemeyer, 203-222.

Edelweiss, Frederico (1947). *Tupis e guaranis:* estudos de etnonímia e linguística. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde.

_____ (1969). *Estudos tupis e tupi-guaranis:* confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana.

Elia, Sílvio (1948). Influências indígenas no português do Brasil. *Boletim de Filologia* 2, Rio de Janeiro, 219-224.

_____ (1979). *A unidade linguística do Brasil (condicionamentos geoeconômicos)*. Rio de Janeiro: Padrão.

_____ (1994). Portugiesisch: Brasilianisch. O português do Brasil. In: Holtus, Günter et al. (org.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. VI. 2, 559-575.

Fernandes, Adaucto (1961). Influência tupi na formação do idioma português falado no Brasil. *Revista de Portugal. Língua Portuguesa* 26, 50-68.

García-Medall, Joaquín (2001). Notas sobre los tupí-guaranismos del portugués del Brasil. In: Calvo Pérez, Julio (org.). *Contacto interlingüístico e intercultural en el mundo hispano. V Jornadas internacionales de lenguas y culturas amerindias. Contacto interlingüístico e intercultural*. Valencia, 8-12 de noviembre de 1999. València: Universitat de València. II, 459-477.

Gregório, Irmão José (1980). *Contribuição indígena* [sic] *ao Brasil. Lendas e tradições – Usos e costumes. Fauna e flora – Língua – Raízes. Toponímia – Vocabulário*. 3 v. Belo Horizonte.

Holanda, Sérgio Buarque de (1996 [1936]). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Houaiss, Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles; Franco, Francisco Manoel de Mello (org.) (2001). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva.

Mendonça, Renato (1936). *O português do Brasil. Origens – Evolução – Tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Melo, Gladstone Chaves de (1971 [1946]). *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

Michaelis. *DICMAXI. Michaelis português. Moderno dicionário da língua portuguesa*. Versão 1.0. dts Software, 1998.

Monteiro, Clóvis (1926). *A influência do tupi no português*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & Cie.

_____ (1959). *Português da Europa e português da América:* aspectos da evolução do nosso idioma. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

Naro, Anthony J.; Scherre, Maria M. Pereira (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

Neiva, Artur (1940). *Estudos da língua nacional*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Nacional.

Noll, Volker (2008). *O português brasileiro. Formação e contrastes*. São Paulo: Globo.

Raimundo, Jacques (1926). *Influência do tupi no português*. Rio de Janeiro.

_____ (1934). O elemento brasileiro no português. In: *Miscelânea scientificae literária dedicada ao doutor J. Leite de Vasconcellos*. I. Coimbra, 491-524.

Robl, Affonso (1985). Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular no Brasil. *Revista Letras* 34, 155-179.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1958-59). Contribuição para a etimologia dos brasileirismos. *Revista Portuguesa de Filologia* 9, 1-54.

_____ (1986). *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

_____ (1995). O nome Curitiba. In: Chmyz, Igor; Westphalen, Cecília; Rodrigues, Aryon Dall'Igna (org.). *Curitiba: origens, fundação, nome*. Curitiba: Boletim Informativo da Casa Romário Martins 21/105, 225-248.

_____ (1996). As línguas gerais sul-americanas. *Papia* 4, 6-18.

_____ (1997). Descripción del tupinambá en el período colonial: el arte de José de Anchieta. In: Zimmermann, Klaus (org.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 371-400.

Ruiz de Montoya, Padre Antonio, S.J. (1639). *Tesoro de la lengua guaraní*. Madri: Iuan Sanchez.

Sampaio, Teodoro (1931). A língua portuguesa no Brasil. *Revista de Philologia e de Historia* 1, 465-472.

_____ (1987 [1901]). *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Editora Nacional.

SILVA, João Domingos Wolff da (1993). *Os topônimos brasileiros oriundos do tupinambá e sua adaptação fonológica ao português*. Brasília: UnB, diss. de mestrado.

SILVA NETO, Serafim da (1986). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença.

SOUZA, Ulisdete Rodrigues de (2001). A semicrioulização do português em Mato Grosso. *Papia* 11, 51-57.

TAYLOR, Gerald (1985). Apontamentos sobre o nheengatu falado no Rio Negro, Brasil. *Amerindia* 10, 5-23.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas (1985). *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. Santos: Traço.

VASCONCELLOS, José Leite de (1987 [1901]). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 3. ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar; LUZ, Maria A. Mendes da (1980). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves (1892). *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VLB. *Vocabulário na língua brasílica* [1621]. 2 ed. rev. e confrontada com o ms. fg. 3144 da Bibl. Nacional de Lisboa, por Carlos Drummond. 2 v. São Paulo: USP, v. *A-H*, *Boletim* 23, n. 137, 1952, v. *I-Z*, *Boletim* 26, n. 164, 1953.

ZAMBONIM, Devino, J. (1993). O português em relação à língua franca *nheengatu*. In: *XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Université de Zurich (6-11 avril 1992)*. III, 473-482.

O Brasil Colônia entre a língua geral e o português

Volker Noll

Pontos de partida para a colonização do Brasil

Os pontos de partida para a colonização do Brasil foram as zonas litorâneas e arredores, o que teve consequências iminentes para a formação do português brasileiro. Já no ano de 1600 existiam as fundações de Natal, Filipeia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa), Igaraçu, Olinda, São Cristóvão, Salvador da Bahia de Todos os Santos, Santa Cruz (Santa Cruz Cabrália), Porto Seguro, São Jorge dos Ilhéus, Nossa Senhora da Vitória (Vitória), Espírito Santo (Vila Velha), São Sebastião do Rio de Janeiro, Santos, São Vicente, São Paulo de Piratininga, Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém e São João Batista de Cananeia (cf. Azevedo, 1956: 12-14). No Nordeste e Norte foram fundadas, em 1612, São Luís (francesa até 1615) e, em 1616, Belém.

Quando Manuel da Nóbrega chegou ao Brasil em 1549, ano da fundação de Salvador, deparou-se com alguns índios que falavam o português (cf. Leite, 1965: 216). Isso parece um símbolo da evolução linguística nas cidades do litoral, onde o português esteve arraigado desde o começo da colonização. Como primeiros centros, formaram-se as capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente (São Paulo), depois as do Rio de Janeiro e do Maranhão. A ligação entre as regiões afastadas se realizava inicialmente por via marítima. Continuou-se a explorar a terra a partir das regiões costeiras. O centro de Pernambuco irradiou-se para Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Até o primeiro quartel do século XVII, grandes porções da costa leste e nordeste foram despovoadas dos índios de modo que não se formou nenhuma língua geral, típica dos interiores, sobretudo de São Paulo e da bacia do Amazonas nos séculos XVII e XVIII. Estas formas de tupi evoluído e simplificado, originadas na mestiçagem da população, são conhecidas como a língua geral paulista (LGP) e a língua geral amazônica (LGA). No século XVII, os bandeirantes bilíngues de São Paulo avançaram para o Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais (Elia, 1966) à procura de ouro e de escravos índios. Estas expedições, no entanto, não conduziram à difusão do português, uma vez que o objetivo dos empreendimentos não era povoamento.

A ligação com o interior brasileiro se dava principalmente na região entre Natal e Salvador, no Nordeste, assim como em São Vicente, no Sudeste. Na Bahia e em Sergipe, a criação de gado ampliou-se na área do Rio São Francisco no sertão, e a região foi, nos séculos XVII e XVIII, a mola-mestra das nascentes ligações entre Norte e Sul. O ciclo do gado foi um momento decisivo para a integração do interior (interiorização) e a territorialização do Brasil.[1] Para estabelecer a ligação entre o Maranhão e a Bahia, dependia-se da via terrestre pelo Piauí e Pernambuco por causa das correntes marítimas desfavoráveis.

No começo do século XVII, Ambrósio Fernandes Brandão incluiu um comentário sobre a qualidade do português do Brasil em seus *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618):

> Alviano: Tudo isso tenho bem enxergado nas pessoas com quem conversei; demais que os acho a todos mui bem falantes.
>
> Brandônio: Assim é, porque já vos disse que o Brasil era academia aonde se aprendia o bom falar (Brandão, 1618: 214-215).

Nesta obra, que se refere às circunstâncias e à natureza do país, principalmente nas capitanias de Pernambuco e da Paraíba, as afirmações de Brandônio, senhor de engenho, depõem a favor de uma presença manifesta do português na colônia daquela época.

Áreas da língua geral

O surgimento das línguas gerais, no século XVII, ocorreu, por um lado, devido ao afastamento paulatino das uniões de brancos e de mulheres indíge-

nas do ambiente indígena genuíno, por outro lado, os mestiços perante este contexto recebiam também a função de transmissores desta forma linguística para com os índios aloglotas e brancos (cf. Rodrigues, 1993: 96). A relação entre o tupi genuíno e a língua geral da região amazônica foi comentada pelo padre Daniel, como se segue:

> *Porém, como os primeiros, e verdadeiros topinambares já quase de todo se acabaram, e as missões se foram restabelecendo com outras mui diversas nações, e línguas, se foi corrompendo de tal sorte a língua geral topinambá, que já hoje são raros, os que a falam com a sua nativa pureza [...] de sorte está viciada, e corrupta que parece outra língua diversa* (Daniel, 1757-76: 225).

No entanto, a opinião, disseminada em parte na literatura especializada, de que a língua geral ocupava um lugar central como meio de comunicação entre os habitantes do Brasil até a promulgação do *Diretório dos Índios* (1757) e da expulsão dos jesuítas, precisa – aliás, assim como a ideia de um amplo uso da língua geral entre os negros – ser avaliada regionalmente, de forma diferenciada, em cada caso. Naro e Scherre partem de um "predomínio quase total da 'língua geral' – um pidgin ou koiné simplificado de origem tupi – até pelo menos o início ou meados do século XVIII" (1993: 438). Sampaio fala, com respeito ao uso do tupi e do português, de uma proporção entre falantes que, até o início do século XVIII, atingia uma relação de três para um na colônia (1987: 69).

Ora, a situação nas regiões litorâneas era diferente da zona de influência da língua geral paulista ou da língua geral amazônica. O fato de que nas zonas litorâneas centrais do Brasil não se tenha formado nenhuma língua geral própria é, neste contexto, bastante significativo e depõe a favor da disseminação generalizada do português. Não vamos abrir a discussão sobre os "indícios de *língua geral* no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII" (Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva, 2006). Porém, a utilização do termo *língua geral*, bastante comum na época, por oficiais da Câmara da Vila de Olivença (município de Ilhéus, BA) não determina se se tratava de um remanescente da língua brasílica da costa ou de uma língua geral fora dos territórios conhecidos. Segundo Rodrigues (1996), devido a causas sócio-históricas, tal língua geral não se constituiu no litoral entre o Rio de Janeiro e o Piauí. A história da colonização testemunha que, nestas regiões, amplos trechos do litoral tinham sido despovoados de nativos, já no século XVI, ou propositadamente, ou por eles haverem sido vítimas de epidemias (Rodrigues, 1996: 11-12). Os escravos negros, que no final do século XVI, com o início do tráfico do comércio, chega-

vam à terra, quase não tinham oportunidade de travar contatos mais próximos com o tupi na Bahia. Além disso, existe um documento de 1561, mostrando que os negros queriam falar português com os jesuítas (cf. Leite, 1938-50 I: 479). No entanto, a situação era diferente no Norte do Brasil. Numa carta de 1759, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará se pronuncia sobre o conhecimento da língua geral de dois negros em Belém: "[...] foy over debaixo daminha janella dous negros dos que proximamente seestão introduzindo da costra da Africa, fallando desembaraçadamente a sobredita lingua enão comprehendendo nada da portugueza" (cf. Ferreira Reis, 1958: 497).

Na região de São Paulo que era radicada de forma autóctone com os índios no interior e que serviu como ponto de partida para as expedições dos bandeirantes, a situação era comparável. A respeito disso, testemunham as declarações de Antônio Vieira, datadas de 1694, sobre a importância da língua geral nas famílias, embora o português, por volta do fim do século XVII, também estivesse aí implantado: "[...] as famílias dos portugueses, e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola [...]" (Vieira, 1694, apud Silva Neto, 1986: 51).

Depreende-se da correspondência do governador Artur Sá e Meneses, datada de 1698, que em São Paulo sobretudo as mulheres e os empregados falavam a língua geral.

> [...] a mayor parte daquella gente se não explica em outro ydioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos, e desta falta se experimenta irreparavel perda, como hoje se ve em São Paulo como o nouo vigario que veio provido naquella Igreja, o qual há mister quem o interprete (Sá e Meneses, 1698, apud Buarque de Holanda, 1996: 123-124).

Isso se deve, entre outras coisas, ao fato de que as mulheres não participavam do ensino de ler e escrever. A constituição do meio linguístico se torna clara quando se leva em conta que a oeste, o guarani, língua aparentada com a língua geral, ainda hoje é a língua do povo no Paraguai. Um outro dado específico permite a declaração do governador Antônio Pais de Sande, que, em 1692, apontou para o fato de que as crianças aprendiam primeiramente a língua indígena e somente depois a portuguesa.[2] Isso significa obviamente que, no final do século XVII, o português também estava implantado em São Paulo.

Quanto aos bandeirantes, existem testemunhos que levam a concluir que o português era, entre eles, mais divulgado do que se costumava afirmar. Em relação à língua geral, está documentada uma carta do bispo de Pernambuco, datada de 1697, na qual se caracteriza o bandeirante Domingos Jorge Velho, também do ponto de vista linguístico. Como comandante de uma bandeira de São Paulo, Domingos Jorge Velho tinha destruído o Quilombo dos Palmares, no Nordeste do país, a pedido do governo. Na opinião do bispo, Domingos Jorge Velho era comparável com um selvagem e precisava da ajuda de um intérprete, porque nem sequer conseguia falar adequadamente ("nem falar sabe").[3] Afinal, é o fato de o bandeirante – como cristão e apesar de seu casamento – viver rodeado de sete supostas concubinas que deve ter ocasionado a caracterização drástica, em todos os pontos, feita pelo bispo. Na verdade, Domingos Jorge Velho evidentemente falava não só o português, mas também assinava documentos (cf. Buarque de Holanda, 1996: 126; Monteiro, 1994: 164). Entre eles encontra-se uma carta dirigida ao rei e lavrada pelo próprio punho, datada de 15 de julho de 1694 (cf. Ennes, 1938: 204-207).

As afirmações de Joaquim Ribeiro (1946: 165 ss.) fornecem mais argumentos a favor da divulgação do português entre os bandeirantes. Segundo ele, a transmissão do vocabulário do século XVI para o dialeto caipira de São Paulo não teria sido possível se o português ali não tivesse sido implantado desde muito cedo. Além disso, não existem documentos redigidos pelos bandeirantes em tupi. Visto que se conhecem topônimos tupis em regiões onde somente poderiam ser espalhados por meio das investidas dos bandeirantes, Chaves de Melo parte do fato de que os bandeirantes – que também tinham índios genuínos em suas tropas – eram bilíngues (Chaves de Melo, 1971: 42, n. 12).

O *Diretório dos Índios* (1757)

Na região amazônica, desenvolveu-se a língua geral, que se difundiu nos séculos XVII e XVIII antes do português, a partir da região genuinamente tupi do Pará em direção ao oeste. Uma carta do rei aos jesuítas de Belém, datada de 1688, "ordenando-lhes o ensino da língua geral também aos filhos dos portuguêses" (Edelweiss, 1969: 34), dá provas, nesta formulação, de que o português era falado, naquela região, pelo menos em Belém.

Os jesuítas presentes na Amazônia se dedicavam à sua tarefa missionária. Mantiveram a sua prática da catequese, que se realizava na língua dos índios,

até meados do século XVIII. Por meio da separação dos indígenas em aldeias (de repartição), eles buscavam um certo isolamento dos nativos, os quais queriam proteger de influências externas nocivas, ao mesmo tempo que os sabiam sob sua influência.

Para promover a exploração do Norte brasileiro, que, entre 1621 e 1775, formava uma unidade administrativa independente com o nome de Estado do Maranhão e Grão-Pará, foi preciso mão de obra local. Os jesuítas, com suas aldeias indígenas, eram, contudo, um obstáculo ao desenvolvimento da economia, além de usufruírem benefícios com suas atividades. Desta conjuntura é que nasceu, por fim, o desejo de serem desempossados. Em 1720 havia, só no Pará, 63 aldeias com mais de 54 mil índios (Bessa Freire, 1983: 54). Os problemas se esboçavam já no decorrer do século XVII, quando o povo do Maranhão se revoltara contra os plenos poderes dos jesuítas e, em 1663, conseguiram a sua deposição temporária (Beozzo, 1983: 95-96).

Ademais, no começo do século XVIII, impôs-se a convicção no Brasil de que seria útil para o progresso da colônia uma consolidação do português no ensino, o qual continuava nas mãos dos jesuítas. Assim, o governador-geral João de Lencastro, em 1702, propôs ao rei que fossem fundados dois seminários para moços e moças índias de 4 a 12 anos "com condição de que nos seminarios se não havia de fallar outra lingoa mais do que a portugueza" (Castro, 1986: 303). Outrora em Portugal também se documentavam esforços para que fosse usado o português na educação dos índios. Em 1722, Lisboa recomendava ao governador do norte do Brasil que introduzisse clérigos com bons conhecimentos linguísticos e que deveriam ensinar os índios em português: "[...] se encomenda que os missionários que houverem de por nas aldeias, sejam muito práticos na língua dos índios, como fazem os padres da Companhia de Jesus; e ensinem aos mesmos índios a língua portuguesa" (cf. Leite, 1938-50 IV: 311).

Em 1727, o rei decretou numa carta ao governador do norte do Brasil uma proibição da língua geral nas colônias e nas aldeias indígenas: "[...] os índios que são da administração de suas regiões sejam bem instruídos na língua portuguesa [...]" (Bessa Freire, 1983: 56). Este interdito, contudo, não chegou a ser implementado.

Em 1750, os territórios portugueses no Pará e rio Negro (Amazonas), a oeste da Linha de Tordesilhas, foram oficialmente reconhecidos pela Espanha no Tratado de Madri, segundo o princípio do *uti possidetis*, aprovando assim o domínio existente.[4] Com isso, Portugal julgou necessário assegurar-se das suas

possessões, aumentando a sua presença na região amazônica, que apresentava um vazio demográfico considerável. O assentamento de colonos e o fomento das atividades econômicas precisaram de mão de obra, que continuava sendo ligada, no entanto, com as aldeias dos jesuítas. O desejo de proteger os índios, por um lado, e as necessidades de satisfazer os colonos, por outro, foram, nos séculos XVII e XVIII, pontos de partida da política indigenista contraditória de Portugal. O objetivo da legislação era, em princípio, a intenção declarada já na lei de 1609 de que todos os índios do Brasil, batizados ou não, deveriam ser livres e remunerados, de acordo com o trabalho efetuado (Beozzo, 1983: 94). Isso ia, na mesma medida, contra os interesses dos jesuítas e dos colonos. No entanto, na vida cotidiana do norte do Brasil, o fato de retirar a custódia dos índios aos jesuítas aumentou as possibilidades para ataques contra os índios, atos que, ao fim e ao cabo, foram raramente punidos. Quando o marquês de Pombal, em meados do século XVIII, recebeu autorização de regência absolutista, mandou nomear seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Mendonça Furtado pôs fim aos privilégios dos jesuítas e retirou-lhes tanto os poderes temporais quanto os eclesiásticos.[5]

As medidas para a administração e a exploração do território foram publicadas, em 1757, no *Diretório dos Índios*. Quanto à importância do aspecto linguístico deste documento, foi exagerado nas interpretações filológicas do século XX. Conforme J. H. Rodrigues, o *Diretório* "tinha como um dos seus principais objetivos vulgarizar a língua portuguesa" (Rodrigues, 1985: 33) e conduziu à "vitória da língua portuguesa no Brasil colonial", o que sugere o título do artigo deste autor. Apesar de referir-se à língua, o *Diretório* é um manifesto preponderantemente econômico: só três dos 95 artigos tocam no assunto da língua e do ensino (parágrafos 6, 8 e 9). Para terminar com a instrução jesuíta em língua geral e para civilizar os índios, o parágrafo 6 determina que o ensino das crianças deve ocorrer exclusivamente em português. Nas aldeias, o uso do português também seria obrigatório para todos os nativos que pudessem seguir uma instrução.

> 6 Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as naçoens, que conquistáraõ novos dominios, introduzir logo nos póvos conquistados o seu proprio idiôma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da lingua do principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo principe. Observando pois todas as naçoens

> polîdas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da lingua, que chamaráõ geral; invençaõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeiçaõ, em que até agora se conserváraõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principáes cuidados dos directores, estabelecer nas suas respectivas povoaçoens o uso da lingua portugueza, naõ consentindo por modo algum, que os meninos, e meninas, que pertencerem às escólas, e todos aquelles indios, que forem capazes de instrucçaõ nesta materia, usem da lingua propria das suas naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da portugueza, na forma, que sua magestade tem recõmendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruina espiritual, e temporal do Estado" (Almeida, 1997: Apêndice, 3-4).

O *Diretório dos Índios* foi confirmado, em 1758, pelo rei, aplicado em toda a extensão do Brasil e permaneceu em vigor por apenas quatro décadas. Após um atentado contra o rei, os jesuítas, tidos como os culpados, tiveram de abandonar Portugal e suas possessões em 1759. Um desenrolar análogo de fatos ocorreu no reino colonial espanhol.[6] Os objetivos do *Diretório*, que, de fato, só tiveram uma importância para o Pará e para a Amazônia, fracassaram, contudo, com relação à economia, à demografia e à política cultural. A substituição da língua geral pelo português não foi, por fim, nenhuma consequência de um planejamento implementado pelo *Diretório*, mas ocorreu indiretamente por causa do colapso da atividade missionária (MacLachlan, 1971-72: 360, 370).

Portanto, é impensável que, sem a promulgação do *Diretório dos Índios*, o Brasil talvez fosse optar pela língua geral ou conservá-la em amplas porções do país. Por volta de 1776, a repartição da população total atingia, nas áreas tradicionais da língua geral, 0,6% no Rio Negro (Amazonas), 3,5% no Pará e 7,5% em São Paulo, sendo Minas Gerais (20,5%), a Bahia (18,5%), Pernambuco (15,4%) e o Rio de Janeiro (13,8%) as capitanias mais populosas do Brasil (Alden, 1984: 603). Independentemente da questão da educação e da alfabetização do povo, são estas regiões populosas e aportuguesadas que tinham decidido da evolução linguística do Brasil bem antes da suposta "vitória da língua portuguesa" em virtude da promulgação do *Diretório dos Índios*. Além disso, o destino linguístico de um país não se determina em quilombos isolados, no fundo das minas de ouro ou no meio da mata tropical. Antes de mais nada, acontece, se houver condições, nos centros econômicos e administrativos, que, no Brasil, se formaram no litoral e nos interiores vizinhos, desde o século XVI, com a indústria açucareira (Bahia, Pernambuco) e os escravos ladinos.

Ao encontro da Independência

No começo do século XVIII, as minas de ouro e diamante de Minas Gerais desencadearam um forte afluxo de povoamento, o que fez a população crescer, entre 1690 e 1790, de 300 mil para 3 milhões de habitantes, os quais urbanizaram a região e a tornaram abastada. Pelo ciclo do ouro, consequentemente, foram também atingidos Goiás e Mato Grosso (Elia, 1966: 196). Nas regiões meridionais, foram explorados, no século XVIII, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, partindo-se do litoral. Até meados do século XVIII, as regiões ocidentais deste território ainda estavam sob influência espanhola. A partir do segundo quartel do século XIX, a colonização de amplas regiões do interior do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul se realizou com falantes, principalmente de alemão e de italiano (Rodrigues, 2006: 153).

Na região amazônica, o português divulgou-se depois do Tratado de Madri (1750), no entanto, de maneira bastante lenta, suplantando a língua geral, que o precedera nos séculos XVII e XVIII. Em meados do século XVIII, a língua geral servia ainda de língua de comércio aos índios aloglotas que a aprendiam. Comenta o padre Daniel: "*a que aprendem as novas nações, que vão saindo dos matos*" (Daniel, 1757-76: 225). Um século depois, em 1852, Silva Araújo e Amazonas afirmou sobre a divulgação da língua geral:

> He a universal interprete em toda a provincia do Pará. Falla-a toda a nação indigena, que se relaciona nas povoações. Nas idades falla-se da porta da sala para dentro; e nas villas e demais povoações, exceptuada pauxis no Baixo Amazonas, he a unica, não por se ignorar a portugueza, mas porque, constrangidos os indigenas, os mamelucos, em falla-la pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a geral, respondem por esta se se lhes pergunta por aquella" (Silva Araújo e Amazonas, 1984 [1852]: 104).

Na mesma altura, o botânico inglês Alfred Wallace, que tinha viajado pela Amazônia de 1848 a 1852, informa de Belém do Pará e do Baixo Amazonas:

> Os [índios] que atualmente vivem na cidade do Pará e em todos os demais trechos do Baixo Amazonas já estão há muito civilizados. Tendo esquecido a língua de seus antepassados, hoje falam o português e são conhecidos pela denominação de *tapuias* [...] (Wallace, 1979 [1853]: 291).

Em virtude da lusitanização da Amazônia, alguns topônimos indígenas foram substituídos (p. ex., Tapajós > Santarém; Pauxis > Óbidos). Foram decisivos também, para a evolução linguística da região, 500 mil colonos do

árido Nordeste brasileiro, que imigraram para lá durante o ciclo da borracha entre 1872 e 1910 (Bessa Freire, 1983: 70).

No Maranhão, que com São Luís já no século XVII era um centro de colonização, o português estava arraigado há mais tempo, como afirma frei Francisco dos Prazeres, por volta de 1819, na *Poranduba maranhense*:

> Prezentemente a lingua corrente no paiz é a portugueza; os instruidos a falam muito bem; porem entre os rusticos ainda corre um certo dialecto (1), que, em quanto a mim, é o rezultado da mistura das linguas das diversas nações, que têm abitado no Maranhão: elles a falam com um certo metal de voz, que o faz muito agradavel ao ouvido (Prazeres, c. 1819: 139-140).

Com relação a São Paulo, Buarque de Holanda aponta para o fato de que as alcunhas dos moradores, no século XVII, eram cunhadas ainda preponderantemente em língua indígena (p. ex., Gaspar Vaz da Cunha, "o Jaguaretê"), as quais, durante o século XVIII, desapareceram quase completamente.[7] Em 1828, o pintor viajante Hercules Florence afirmou que a língua geral ainda era falada em São Paulo, de forma esporádica e somente na geração mais velha: "Em São Paulo, há sessenta anos, as senhoras conversavam nessa língua, que era a da amizade e da intimidade doméstica. Ouvi-a ainda da bôca de alguns velhos" (Florence, 1948: 281).

O uso da língua geral recuou, portanto, em São Paulo, sobretudo na segunda metade do século XVIII. O português também estava divulgado nesta região, todavia, como vimos, já há muito tempo, naquela época.

Com a chegada da Corte ao Brasil (1808), foi aqui introduzida a impressão tipográfica. No mesmo ano, fundou-se o primeiro jornal no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Estes acontecimentos marcam um passo decisivo na história do português brasileiro. Antes, quase não circulavam livros no país, não havia imprensa, porque todas as obras eram censuradas e impressas em Portugal. Com as mudanças ocorridas no início do século XIX, o português do Brasil se manifestou definitivamente na língua escrita. Este fato teve como consequência uma primeira regularização da língua que, até lá, tinha dependido quase só da fala e do uso escrito de poucos instruídos.

No final da época colonial, conforme as pesquisas de Alden (1984: 607), a cota da população indígena era de 1,5% na Bahia, 1,8% em Minas Gerais, 2% no Rio de Janeiro, 3% em São Paulo e 5% no Maranhão. As percentagens mais altas se encontravam no Pará, com 20%, e no Rio Grande do Sul, com 34%. Quanto à língua geral, ela desapareceu da região paulista nas primeiras

décadas do século XIX. Na Amazônia, naquele século, a língua geral iniciou uma nova etapa da sua evolução sob o termo *nheengatu* ('fala boa'). Embora minguasse significativamente depois de 1850, o nheengatu conseguiu manter-se no Alto Rio Negro, onde é falado, hoje em dia, por apenas 3 mil pessoas (cf. Dietrich, "O tronco tupi e as suas famílias de línguas", neste volume). Trata-se de descendentes de índios aloglotas que tinham adotado o nheengatu na sua função de língua de comércio com os brancos.

Notas

1 "A maior significação, porém, do ciclo do gado, é a que lhe advém da circunstância de ter proporcionado a ligação geográfica dos movimentos de expansão partidos da Bahia e de São Vicente, de Pernambuco e do Maranhão. Unidos, no norte de Minas, no primeiro caso, no interior do Piauí ou do Ceará, no segundo, por intermédio dos *passadores de gado* processou-se a verdadeira união terrestre do Sul, Centro, Leste e Nordeste" (Vianna, 1980: 214-215).

2 "[...] os filhos primeiro sabem a língua do gentio do que a materna" (Pais de Sande, 1692, apud Buarque de Holanda, 1996: 124).

3 "Este homem he hum dos mayores salvages com q.ẽ tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo lingoa, porq.ẽ nem falar sabe, nem se differença dos mais barbaro tapuya, mais q.ẽ em dizer q.ẽ he christão, e não obstante o haverse cazado de pouco, lhe assistem sete indias concubinas, e daqui se pode inferir, como procede no mais" (Ennes, 1938: 353).

4 Portugal, por seu lado, renunciou aos direitos de navegação na região do rio da Prata.

5 "Para Mendonça Furtado o mais desesperador era que, praticamente, todo o comércio havia escorregado para as mãos dos religiosos [...]" (Beozzo, 1983: 52).

6 Em 1767, os jesuítas foram expulsos da América espanhola e o espanhol foi ali determinado, por meio da *Cédula de Aranjuez*, em 1770, como a língua única (Rosenblat, 1964: 209).

7 Encontram-se também formações híbridas. Assim, o governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel era chamado de Casacuçu (*casaco* + *-çu* < tupi *-asú*, *-usú*, 'grande'), "porque trazia constantemente uma casaca comprida" (Buarque de Holanda, 1996: 128).

Bibliografia

ALDEN, Dauril (1984). Late Colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America. II. Colonial Latin America*. Cambridge: CUP, 601-660.

ALMEIDA, Rita Heloísa de (1997). *O diretório dos Índios. Um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: UnB.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e (1984 [1852]). *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto Amazonas*. Manaus: As. Comercial do Amazonas.

AZEVEDO, Aroldo de (1956). *Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo.

BEOZZO, José O. (1983). *Leis e regimentos das missões. Política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes (1997 [1618]). *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3. ed. Recife: Massangana.

Castro, José A. (1986). Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira. In: Coutinho, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. 6 v. Rio de Janeiro: Eduff, I, 258-385.

Couto, Jorge (1995). O poder temporal nas aldeias de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a Coroa (1751-1759). In: Silva, M. B. Nizza da (org.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa.

Daniel, Pe. João (1757-76). Da língua que se deve falar nas missões do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional* 95.2: 224-227. [faz parte da obra *Tesouro descoberto no rio Amazonas*].

Edelweiss, Frederico G. (1969): *Estudos tupis e tupi-guaranis. Confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Brasiliana.

Elia, Sílvio (1966). O português do Brasil. Aspectos coloniais. In: *Homenaje. Estudios de filología e historia literaria lusohispanas e iberoamericanas para celebrar el tercer lustre del Instituto de Estudos Hispánicos, Portugueses e Iberoamericanos de la Universidad de Utrecht*. La Haya: Van Goor, 185-208.

Ennes, Ernesto (1938): *As guerras nos Palmares (Subsídios para a sua história). I. Domingos Jorge Velho e a "troia negra" (1687-1700)*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.

Florence, Hercules (1948 [1828]): *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos.

Freire, José Bessa (1983): Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira. *Amerindia* 8: 39-83.

Holanda, Sérgio Buarque de (1996 [1936]): *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Leite, Serafim (1938-50): *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Lisboa; Rio de Janeiro.

_____ (1965). *Suma histórica da companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal), 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Lobo, Tânia C. Freire; Machado Filho, Américo Venâncio Lopes; Mattos e Silva, Rosa V. (2006). Indícios de "língua geral" no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: Lobo, Tânia; Ribeiro, Ilza; Carneiro, Zenaide; Almeida, Norma (org.). *Para a história do português brasileiro. VI: Novos dados, novas análises*. II. Salvador: EDUFBA, 609-630.

MacLachlan, Colin (1971-72): The Indian Directorate: Forced Acculturation in Portuguese America (1757-1799). *The Americas* 28: 357-387.

Melo, Gladstone Chaves de (1971): *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro.

Monteiro, John Manuel (1994): *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Naro, Anthony J.; Scherre, Maria M. Pereira (1993): Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA* 9 (n. especial), 435-455.

Prazeres, Frei Francisco dos (c. 1819). Varnhagen, Francisco A. de (org.). Poranduba maranhense ou relação historica da provincia do Maranhão. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* 54, 1891, 9-184.

Reis, Artur C. Ferreira (1958). A língua portuguesa e sua imposição na Amazónia. *Revista de Portugal. Língua Portuguesa* 23, 491-500.

Ribeiro, Joaquim (1946). *Folklore dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1993). Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA* 9 (n. especial), 83-103.

_____ (1996). As línguas gerais sul-americanas. *Papia* 4, 6-18.

_____ (2006). As outras línguas da colonização do Brasil. In: Cardoso, Suzana A. Marcelino; Mota, Jacyra Andrade; Mattos e Silva, Rosa V. (org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 143-161.

Rodrigues, José H. (1985). A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. In: Rodrigues, José H. *História Viva*. São Paulo: Global, 11-39. [The Victory of the Portuguese Language in Colonial Brazil. In: Hower, A.; Preto-Rodas, R. A. (org.). *Empire in Transition. The Portuguese World in the Time of Camões*. Gainesville: Univ. of Florida Press, 1985, 33-64.]

Rosenblat, Ángel (1964). La hispanización de América. El castellano y las lenguas indígenas desde 1492. *Presente y futuro de la lengua española*. II. Madrid, 189-216.

Sampaio, Teodoro (1987). *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Nacional.

Silva Neto, Serafim da (1986). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença.

Vianna, Hélio (1980). *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo.

Wallace, Alfred R. (1979 [1853]). *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: Itatiaia.

Variedade do português brasileiro na trilha das bandeiras paulistas. O que há de indígena em *corpora* do projeto Filologia Bandeirante

Sílvio de Almeida Toledo Neto
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida

A história social das regiões eleitas pelo projeto Filologia Bandeirante[1] leva-nos a criar a seguinte expectativa ou hipótese: do contato linguístico ocorrido naquele vasto território, por volta dos séculos XVII e XVIII, derivaria uma variedade com pelo menos algumas características de línguas africanas e, principalmente, do substrato indígena, seja do tronco tupi ou tupi-guarani – base da dita "língua geral" da costa brasileira –, seja do tronco macrojê – do qual nenhuma das línguas foi considerada como base dessa "língua geral" nascida em terras paulistas. Por essa via caminham quase todos – se não todos – os estudos acerca da língua portuguesa quando tratam da formação do português do Brasil.[2]

Para constatarmos até que ponto sustenta-se a hipótese criada por essa deriva, filtramos dos *corpora* oral e escrito coletados pela equipe do projeto Filologia Bandeirante aspectos da(s) variedade(s) do português do Brasil no(s) caminho(s) das bandeiras paulistas. Considerando as especificidades dos materiais analisados, isto é, escrito e oral, dividimos o texto em dois blocos: *De scriptis* e *De verbis*.

De scriptis (sobre a escrita). Palavras de origem indígena em documentação publicada pelo projeto Filologia Bandeirante: alguns exemplos

Palavras de origem indígena registram-se no português desde os primeiros escritos referentes ao Brasil. Já a partir de 1511, no *Livro da nau Bretoa*, documentam-se os primeiros empréstimos indígenas em português, anos antes, portanto, da fundação da primeira vila, São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, em janeiro de 1532.[3] Desde esse *terminus a quo* até o presente, cresceu e proliferou o vocabulário formado por palavras indígenas, como pode comprovar, por exemplo, uma consulta às diversas abonações do *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, de Antônio Geraldo da Cunha (1998), que alinham a recolha de tupinismos feita a partir de amplo acervo de textos que se estendem do século XVI ao XX. É o léxico, portanto, um dos mais fortes traços da influência de línguas indígenas sobre o português, desde que aporta em terras brasileiras.

Dentro de um quadro tão amplo é possível incluir, ao menos em parte, a documentação manuscrita recolhida pelo projeto Filologia Bandeirante. Em parte, porque o recorte é outro. Um dos objetivos do projeto é a publicação de textos manuscritos que datem da segunda metade do século XVII a fins do século XVIII e que tenham relação com o movimento das bandeiras. A partir desse recorte cronológico e temático, chega-se a um vasto acervo, variado não só quanto ao tempo e ao assunto, mas também quanto à espécie documental, autoria e data tópica. Parte da documentação recolhida já se encontra publicada e soma pouco mais de oito mil linhas de texto corrido, dividido em cerca de uma centena de documentos.[4] Há publicados, por exemplo, alvarás, bilhetes, cartas, consultas, diários, informações, inventários, provisões, requerimentos e testamentos. São diversos os autores e os destinatários, pesando aqui, notadamente, a cultura do escriba. Há desde escribas profissionais, como são os autores materiais de documentos lavrados em cartório, até punhos menos experientes, que escrevem, por exemplo, alguns dos recibos acostados a inventários. Podem ainda esses papéis proceder de diferentes lugares, como Lisboa, Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, Rio das Velhas, São Paulo, São Vicente, Rio de Janeiro, Taubaté, entre outros.

Em meio a tal riqueza de fontes manuscritas, encontram-se textos que, por força do gênero a que pertencem e do assunto de que tratam, documentam ocorrências de empréstimos indígenas. Com base em critério cronológico, apresentam-se a seguir exemplos de palavras indígenas identificadas em documentos dos séculos XVII e XVIII que já tenham sido publicados no âmbito do projeto Filologia Bandeirante. Um exame de conjunto por século permite subdividir as ocorrências de acordo com o campo semântico a que pertencem.[5] A esse olhar mais amplo e exemplificativo deve-se suceder futuramente um estudo mais minucioso que venha a relacionar, a partir de recolha exaustiva, as palavras de origem indígena com autoria, gênero textual e local de produção de cada documento.

No conjunto de documentos seiscentistas, a categoria de empréstimos indígenas que mais ressalta é a dos topônimos, alguns dos quais perduram até os dias de hoje. Vejam-se exemplos:

> hauendo dehir quintar se | o ouro que alli seacha aCasada moeda sita naCapitania deSaõ paulo | ficariaõ os moradores dadita Villa de**paranagua** empedidos deopo-| derem faser
>
> (Treslado de confirmação, 1650: l. 1007-09)

> Andre f*ernandez* da**parnayba** naõ foy **asabaraboçu** antes muy | Desuiado aoutro sertaõ abuscar som*en*te gentio
>
> (Informação, 1651: l. 1082-83)

> no termo destauilla de saõ fran*cis*co daschagas em aparagem | A que chamaõ **yuna** sitio e fazenda dodefuntodominguos | gomes
>
> (Testamento e inventário de Domingos Gomes, 1671, l. 2839-41)

> hũ Capaõ chamado **unhayBa** – mais sem Brassas deterra[s] par | tindo Com terras doCapitaõ gasparCardozo preto
>
> (Testamento e inventário de Domingos Gomes, 1671: l. 2888-90)

Seguem-se aos topônimos palavras com poucas ocorrências, como são as que distinguem etnias:

> deClaro que tenho dois negros offiçiais defereiro asaber | hũo do gentio daterra por nome Lazaro e outro **tapanhuno** | por nome asenço
>
> (Testamento de Bartolomeu da Cunha Gago, 1685, l. 2378-79)

> e que sabiam por lhes haver refferido, e descuberto hum **Tapuya** seu amigo, | que no primeyro descuydo em que achassem a minha infanteria os ouveram de matar
>
> (Cópia de carta do mestre de Campo Manuel A. de Morais Navarro, 1699: l. 3782-84)

Tapanhuno é como se denominava o escravo negro residente no Brasil (Houaiss, *s.v.*). Deriva do tupi *tapui'iuna*, 'escravo negro'. *Tapuia*, segundo Houaiss (2001, *s.v.*) é como denominavam-se os grupos indígenas que não falavam línguas do tronco tupi e que habitavam no interior do país. Deriva de *ta'pii*, 'índio considerado bárbaro pelos demais'. Em ambos os casos, denominam-se falantes de outras línguas, em contato com os falantes de português.[6]

Mais raros são os casos que já parecem perfeitamente incorporados à língua, de que só se encontrou uma ocorrência do seguinte exemplo:[7]

> e so | bretudo com **tocaias**, e astucias desunindo todas estas nasçoens daquella união | em que sempre seconcervavaõ, da qual rezultou o dano que nos fizeraõ
>
> (Cópia de carta do Mestre de Campo Manuel A. de Morais Navarro, 1699: l. 3844-45)

O gênero textual estará diretamente relacionado à relativa escassez de palavras indígenas nos documentos, uma vez que já são prolíficas desde o século XVI.

Para o século XVIII, encontra-se um maior número de ocorrências de palavras indígenas e variam os campos semânticos, graças aos gêneros de texto publicados. Salienta-se entre os demais textos publicados o *Diário da navegação*, escrito em 1769 por Teotônio José Juzarte, que descreve o roteiro fluvial de Araritaguaba, hoje Porto Feliz (SP), até a praça de Iguatemi, próximo à atual cidade de Iguatemi (MS).[8] Predominam no texto os hidrônimos de étimo indígena, que também são registrados em outros textos publicados da época:[9]

> por | Rios Caudelózos, eperigózos como saõ o Rio **Tie=** | **té** oR*i*o grande **Paraná**, eo Rio **Gatemy**
>
> (l. 852)

> chegamos a huã Caxueira chamada **A=**| **baramanduaba** q*ue* quer dizer em Portuguez | a onde cahio hũ Padre
>
> (l. 1159-60)

> e chegamos á Caxueira de | **Baruiry mirim**, cuja fica ao principio de | huã Ilha q*ue* esta no meyo do R*i*o bastantem*en*te | comprida
>
> (l. 1333-34)

> passa=| mos a Caxueira chamada **Guaimicanga** | que quer dizer em Portuguez óssos de velha
>
> (1376-77)

> cujo lugar se cha=| ma pela lingoa da terra o posso de | **Pirataraca**, cujo temião m*ui*to passar os | antigos por dizerem havia aly hum grã=| de bicho
>
> (l. 1517-19)

> seguimos navegando chegamos ahuã caxu= | eira chamada **Icacoara guassú**, que quer dizer em | Portuguêz ondas grandes
>
> (1523-24)

> desde o Salto Grande té | quazi oRio **Mbotetey** o q*ua*l ficavizinho, e ao Sul do Rio **Taqua- | ry**
>
> (Reflexões do brigadeiro José Custódio, 1772: l. 3092-93)

Na formação de alguns nomes há os adjetivos *guaçu* e *mirim*, respectivamente 'grande' e 'pequeno', ainda registrados na modalidade padrão atual do português brasileiro.

Segundo Rodrigues (2006: 148), a abundante toponímia tupi-guarani em áreas que não foram habitadas por povos dessa filiação linguística reflete a expansão produzida pelas bandeiras paulistas.

Note-se que, em vários casos, há tradução em português, indício de que o texto teria como destinatário um leitor que desconhece línguas indígenas. No caso específico do *Diário*, poderia o fato estar relacionado a modificações sociais e políticas ocorridas na Capitania de São Paulo ao longo do século XVIII, que causaram o declínio da língua geral.[10]

Continua nos documentos setecentistas a numerosa ocorrência de diversos topônimos de origem indígena. Dão-se exemplos retirados do *Diário* de Juzarte:

> Povoado=| res, os quaes se transportaraõ da Capital de Saõ Paulo p*ara* o Porto de **Araraytaguaba**
>
> (l. 858-59)

> e hir | para aquellas Minas rompendo pela | Povoaçaõ de **Gatemy**, por onde nunca | ninguem foi
>
> (l. 2011)

> Luis de Araújo Cou= | ra *que* seguia com seu negócio p*ar*a o **Cuyabá**
> (l. 2010-11)

> fica em grande segurança toda a nossa fronteira desde aSerra de | **Maracayû** de Mato Grosso
> (l. 3215-16)

A descrição da fauna e da flora é um dos campos mais ricos em palavras de origem indígena. Algumas palavras já serão mais familiares, enquanto outras são menos conhecidas, porque são mais recentes. Entre os exemplos a seguir, Cunha (1998) já registra a maior parte em textos do século XVI, enquanto *pacu* só ocorre em fonte do século XVIII:

> darei noticia como saõ **jararacas**, cascaveis, co=| rais, e sobre tudo os grandes, e monstruózos | **sucuriz.**
> (l. 979-80)

> Tem estes Rios seos peixes em certas con=| junturas, a saber Dourados grandes **Iaús** | tambem grandes, e outros peixes aq*ue* cha=| maõ **Pacús**
> (l. 984-985)

> Há outros muitos bichos como saõ **Capivaras**, que | saõ como hũ porco evivem na agoa
> (l. 1000)

Dos nomes de plantas nos exemplos a seguir, *cipó* já ocorre em textos do século XVI, enquanto as outras formas são de registro mais recente:

> e Raizes das arvores com | correntes de ferro, eoutras com gróssos **si=| pós**
> (l. 1217-18)

> e tem a | sua agoa sempre cobérta de humas | hervas chamadas **Agoapés**
> (l. 1891)

> fa=| bricadas da mesma sorte de parede de | maõ, eos tétos de **Capim**
> (l. 2469-70)

> eo seu mayor Comercio | hé huã herva q*ue* tem chamada **Congo=| nha**
> (l. 2480-81)

Dentre os termos que designam formas de paisagem, é recorrente *itaipava* ou *itaupava*, 'série de rochas que vão de uma margem à outra de um rio e provocam o desnivelamento da corrente' (Houaiss, s.v. *Itaipava*). Veja-se exemplo:

passando m*ui*tas **Itaupavas**, tambem perigo=| zas , e muitas voltas de R*i*o
(l. 1185-86)

A denominação de diferentes etnias é outra categoria em que são empregadas palavras de origem indígena:

hũ Indio de nasçaõ **Bororó** Cazado com | huã India da mesma nasçaõ
(l. 1058-59)

pas=| samos pela Barra do R*i*o Verde q*ue* | sóbe ao Ésnorueste, e vem das Cam | panhas do Gentio **Cayapó**
(l. 1912-14)

Hé esta Campanha abun=| dante do Gentio **Cauan**, e Cavalleiro
(l. 2482)

a passaõ os Indios Cavaleiros ou | **Guaycuruz** para vir aosCampos da Vacaria.
(Reflexões do brigadeiro José Custodio, 1772: l. 3094-95)

O conjunto de exemplos apresentado reitera que a presença linguística indígena nos documentos dos séculos XVII e XVIII publicados no âmbito do projeto Filologia Bandeirante revela-se de modo inegável no léxico, relacionado quase que exclusivamente ao ambiente original dos indígenas, conforme afirma igualmente Noll (2008: 98), referindo-se de modo geral ao vocabulário indígena.

De verbis (sobre o oral). Algumas realizações no nível fonológico: hipótese de manutenção

Sobre dados da modalidade oral, dos estudos já concluídos, a maior parte do trabalho centra-se no nível fonológico.[11] Cotejando descrições do português coletado em outros sítios urbanos ou rurais seja no Brasil, seja em Portugal, o

que apresentamos aqui teve como base as gravações feitas em parte do território do Estado de Mato Grosso, caracterizada como microrregião da cidade de Cuiabá. Essa microrregião compõe o chamado Vale do Cuiabá.

Independentemente do aspecto analisado, é imprescindível ter na esteira da discussão sobre o rastro indígena no português corrente brasileiro – que não é nova, o que podemos considerar *conservação*, que denotaria resistência ao contato, e *inovação*, que denotaria o contrário.

O tema *conservação vs. inovação* é objeto do texto de Cunha (1986), o qual – partindo da tese a respeito da unidade e arcaicidade do português do Brasil de Silva Neto (1963) e retomando fenômenos que têm sido considerados como prova de seu caráter conservador e anticlássico apresentados por Melo (1971) – procura mostrar que, "se o mito da unidade tem sido desmentido pela publicação de atlas linguísticos, o mito da arcaicidade parece mais resistente". Isso, na prática, quer dizer: o português do Brasil tem a tendência a manter-se mais no estrato anterior ao contato indígena. Cabem interrogações e exclamações.

Temos todos consciência de que o português do Brasil não é um retrato fiel das variedades portuguesas que por aqui foram aportando desde o século XVI. No entanto, pelo que colhemos em pesquisas de campo desde o início do projeto Filologia Bandeirante, em 1996, a resistência do "mito" da conservação ou manutenção de traços anteriores ao contato com indígenas brasileiros – dentre eles, o período arcaico da língua no português do Vale Cuiabano, assim como no resto do Brasil – tende a ser confirmada, como conclui Cunha (1986).

Mas não em todos os níveis da língua! E essa conclusão também deve ir além do patamar mitológico, por si mesma. Os resultados devem estar alicerçados em observações tratadas cientificamente.

Levando em conta a situação linguística no início da colonização, conforme Cunha (1986), o português, precariamente, começou a ser difundido no Brasil em 1532 com a instituição de capitanias hereditárias, e, desde a chegada dos portugueses no século XVI, avançando pelos séculos XVII e XVIII, é certo que vieram indivíduos das distintas regiões de Portugal que, naturalmente, falavam a língua com as variedades do seu tempo, com matizes mais conservadores ou mais inovadores conforme as áreas de procedência. De um modo geral é passado como verdade que o Norte português é conservador e se contrapõe a um Sul inovador. A norma sulista, que representava um modelo seletivo, tinha maior poder de expansão, não precisando, portanto, ser a do maior número de falantes nele radicados para se impor no Brasil.

Cunha (1986: 202) diz ainda que "não apenas a língua culta, mas também a língua comum dos brasileiros, funda-se nessa neológica norma sulista dos séculos XVI e XVII", facilmente demonstrável assim na fonologia como na morfologia e na sintaxe, e que as divergências encontradas entre aquela e a atual norma brasileira são devido a posteriores evoluções, tanto paralelas quanto distintas, em virtude, principalmente, do contato com outras línguas, como as dos índios e as trazidas pelos africanos.

No decorrer desses séculos, as condições socioculturais no Brasil, principalmente em regiões interioranas, foram mais propícias à conservação ou manutenção do que a renovação ou inovação. Isto, no dizer de Cunha (1986), é "de uma evidência que dispensa maior comprovação", porque, tendo vivido mais de trezentos anos sem contato duradouro com outros povos, sem imprensa, sem núcleos culturais de importância e com pouquíssimas escolas, o Brasil foi alcançando nesse vasto período algumas das etapas que consequentemente levam os povos aos "estados linguísticos paralisantes".[12]

No caso do Vale Cuiabano, que passou a ter vulto a partir da mineração – mais propriamente no início do século XVIII, quando várias entradas foram organizadas, partindo a maioria delas de São Paulo –, as condições socioculturais não eram muito diferentes das evidenciadas por Cunha (1986). Passada a época da mineração fértil, os muitos vilarejos surgidos pelos caminhos bandeirantes e monçoeiros entraram em decadência e, de certa forma, foram afastados de outros centros, implicando carência de contatos com outras culturas. Assim permaneceram com seus costumes, manifestações culturais e religiosas e, consequentemente, com a variedade linguística próxima daquele tempo. Esse estado, chamado por Cunha (1986: 203) de "imobilismo cultural", ainda muito sensível em regiões do interior brasileiro, contribuiu para encontrarmos ainda hoje, no falar cuiabano, pelos menos alguns fenômenos no nível fonológico pertencentes a estágios antigos da língua portuguesa – do arcaico ao século XVIII –, quase todos comuns também no português popular falado no Brasil. Estamos fazendo referência aos fenômenos presentes em estágios anteriores do português que, depois do estado de variação, foi substituído pela(s) forma(s) concorrente(s). Portanto, trata-se de realizações que deixaram de ser usuais, frequentes, recorrentes, nas normas ou variedades atuais da língua descritas no Brasil e em Portugal. Falta, neste estudo, o cotejo mais apurado e sistemático das variedades do português da África e da Ásia, incluindo os crioulos de base portuguesa.

Concluímos, enfim, que a vertente do conservadorismo no português do Brasil, pelo que observamos nos *corpora* do Filologia Bandeirante, aplica-se mais à segunda articulação da língua, ao nível fonológico. Como é do conhecimento comum, e já ratificado pelos documentos escritos, é no nível lexical que inovações são mais evidenciadas. Portanto, é no sistema aberto da língua, e não no fechado ou gramatical, como é o fonológico, que o gene indígena se mostra com mais contundência.

Com base na literatura da história da língua portuguesa (LITHL), incluindo documentos manuscritos do século XVIII (MS18), destacamos algumas realizações vocálicas e consonantais levantadas, aqui, como hipótese de manutenção em variedades do português do Brasil. O objetivo é, considerando a história social, reafirmar o ponto de vista de que na variedade cuiabana e, por extensão, no português do Brasil é possível registrar, no estágio contínuo de variação, a manutenção de fenômenos do sistema fonológico descritos com mais frequência em fases históricas anteriores da língua portuguesa, desde o galego-português. Quer dizer: são realizações que não surgiram exclusivamente em território brasileiro. Portanto, não devem ser consideradas como influências de línguas indígenas nem africanas no português do Brasil.

Realizações vocálicas

VOGAL ORAL TÔNICA /e/ > REALIZAÇÃO [ɛ]

O abaixamento do timbre nas realizações de [ˈbɛbu] <bebo> e [ˈmɛtʃu] <mexo> no falar cuiabano, dependendo do ponto de vista de quem analisa, pode constituir caso de arquifonema vocálico em posição tônica – em que a oposição fonêmica entre /e/ e /ɛ/ se neutraliza – ou pode ser considerado simplesmente caso de alomorfia a ser observado apenas no nível fonético.

Esse fenômeno, na LITHL, conforme Maia (1986: 342), está presente nas atuais variedades da região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho e em grande parte das variedades modernas do galego e é considerado como resultado da conservação de antigas formas nas quais, por hipótese, a metafonia não atuou.

VOGAL NASALADA TÔNICA /aN/ > REALIZAÇÃO [aː]

As realizações de /aN/ em [ˈkaːmenɐ] <câmera>, [kɐ̃ˈtaːnu] <cantando>, [ˈlaːmĩnɐ] <lâmina>, e [ˈlaːmɐ] <lama> desnasalado, com timbre aberto, baixo,

em sílaba alongada, na variedade cuiabana, também são registradas, conforme Maia (1986: 316-317), na atual variedade de Entre-Douro-e-Minho, região caracterizada pelo seu conservadorismo e feição arcaizante.

Esses exemplos podem provar que também no Brasil, pelo menos na área estudada, podemos registrar a oposição do timbre aberto e fechado na vogal *a* seguida de consoante nasal. Fato que não é assim tão reconhecido. Teyssier (1997: 81), por exemplo, afirma que "na pronúncia mais corrente não existe no português do Brasil a oposição entre os timbres abertos e fechados", dentre outras, da vogal *a* seguida de uma consoante nasal: "ocorre, nesse caso, apenas o timbre fechado". Se tomarmos os mesmos e únicos exemplos de que se utilizam Teyssier (1997: 81), Maia (1986: 314), e Silva (1991: 49), diríamos, como eles, que no Brasil não há essa oposição de timbre no *a* tônico seguido de sílaba em cujo ataque ou *onset* há fonema nasal.

No falar do Vale Cuiabano, a princípio, também não há oposição fonológica entre as primeiras pessoas do plural no presente e no perfeito dos verbos da primeira conjugação, como se faz na língua da zona central de Portugal: [ɐ̃]mos, fechado, para o presente, e [a]mos, aberto, para o perfeito. Em ambos os tempos, via de regra, o *a* apresenta-se nasalado com timbre fechado. Entretanto, essas realizações nasaladas e fechadas podem apresentar-se, como os exemplos destacados, com o *a* aberto, assemelhando-se ao português da região de Entre-Douro-e-Minho que para esses dois tempos verbais só conhece a terminação [a]mos.

Essa variação no português cuiabano é possível porque o que está em jogo não é a distinção entre os referidos tempos verbais. O fenômeno extrapola esse nível morfofonológico. A tendência ao alongamento e, por consequência, à manutenção do timbre aberto dessa vogal, neutralizando assim sua eventual nasalidade, deve-se a um recurso estilístico em que a palavra é afetada de um valor expressivo.

No trecho seguinte, donde foi extraído o último exemplo, fica evidente o motivo pelo qual o colaborador recorre a esse recurso para expressar no seu discurso o esforço que fez trabalhando (sem remuneração) na chuva e na lama.

> [ew ĩtrej la trabajẽnu direjtu ew tirãnu lejti kũɐ tʃuvara:dɐ ũa la:mɐ
> u kuĩa tudu mɔʎa:du]
> <Eu entrei lá trabalhando direito. Eu tirando leite com uma chuvarada, uma **lama**, o curral todo molhado>

VOGAL ORAL ÁTONA /i/ > REALIZAÇÃO [e]

O abaixamento do timbre, com realização [e], na fala do cuiabano, foi registrado em sílaba pré-tônica inicial: [eɻˈmɐ̃w], [eɻˈmõw], [eɻˈmõ] <irmão>, [eɻˈmɐ̃] <irmã>, [eɻmɐ̃ˈdadi] <irmandade>; e também medial: [deveɻˈʃɐ̃w] <diversão>, [defeˈɾẽti] <diferente>.

Nos MS18, esse fenômeno é frequente: deligencia, mellitares, creaçaõ, prezionar, cometiuâ, cegueria, deficultozo, noteciarem, destricto, enacçessivel, princepe, offeciaes. Mas há também: diligencia, militares, criaçaõ, prisseonaraõ, comitiva, ceguiria, difficultozo, noticiarem, districto, inacçessivel, principe, officiaes. Pode-se, por isso, inferir que seja apenas uma variação no nível da escrita, não caracterizando, necessariamente, variação na fala. Porém, levando em conta as realizações atuais, somadas às considerações da LITHL, listamos os alofones [e] e [i] para o fonema /i/ no período do século XVIII.

Na LITHL, a realização [e] para /i/ inicial, segundo Vasconcelos (1901: 102), é característico dos falares meridionais portugueses. A realização [e], conforme registra Cruz (1991: 35), é muito generalizada na linguagem popular de Portugal, particularmente em Monsanto e em vários falares do Alentejo, do Algarve e nos Açores. No Brasil, Penha (1997: 61-67) também o registra no falar rural do sul de Minas e em mais de vinte escritores dos séculos XVI e XVII. Assim como Penha (1997), Cruz (1991: 28) considera o fenômeno como traço de pronúncia antiga.

Pela generalização do fenômeno apontada por Cruz (1991: 35) na variedade popular portuguesa, não consideramos manutenção o abaixamento de timbre de /i/, realizado [e], como um todo, porque se caracteriza como estágio de variação com o fone [i]. Restringindo, porém, esse fenômeno a vocábulos isolados, como [eɻˈmɐ̃w] e derivados, também o listamos entre os exemplos de manutenção no falar do Vale do Cuiabá.

As realizações consonantais

ALVEOLAR LATERAL /l/ > REALIZAÇÃO [ɾ]

O fenômeno do rotacismo pode ser observado, na variedade cuiabana, em todas as ocorrências dos grupos consonatais /bl/: [asẽbɾɛjɐ] <assembleia>, /kl/: [kɾubi] <clube>, /gl/: [gɾɛbɐ] <gleba>, e /pl/: [dupɾɐ] <dupla>.

Nos MS18 encontramos apenas um exemplo grafado de rotacismo: *balças* ao lado de *barças*. Esses vocábulos foram encontrados em vias diferentes de um mesmo documento escrito por um mesmo punho.

Na LITHL, a passagem de [l] a [ɾ] no grupo formado por consoante + /l/ é destacada por Huber (1986 [1933]: 143). Da mesma forma, Penha (1970: 33) confere que esse é um fenômeno do português antigo que se repete em falares interioranos no Brasil. Embora esse fenômeno seja registrado por Vasconcelos (1901), que o identifica explicitamente como traço de variedades regionais do português do Brasil, em especial do português caipira descrito por Amaral (1976 [1920]: 52), Cunha (1986: 211) lembra que o rotacismo representa uma tendência românica muito difundida, tendo sido mesmo uma evolução normal dos grupos de /l/ do latim para o português, tais como as formas arcaicas *craro*, de *claru*, e *fror* ou *frol*, de *flore*. Portanto não pode ser tomado como influência exclusiva do contato entre o português e as línguas indígenas brasileiras, que, no máximo, somando-se a outras variáveis sociais, podem ter contribuído para que esse fenômeno panromânico tenha prevalecido com maior ou menor intensidade numa e noutra região do Brasil.[13]

PALATAIS FRICATIVAS /ʃ/ E /ʒ/ > REALIZAÇÕES /tʃ/ E /dʒ/

As consoantes fricativas palatais surda /ʃ/ e sonora /ʒ/, no falar cuiabano, com frequência são realizadas, respectivamente, como africadas surda /tʃ/ e sonora /dʒ/, independentemente do contexto interno: [tʃegɐ] <chega>, [batʃu] <baixo>, [petʃi] <peixe>, [detʃavɐ] <deixava>, [tʃuvɐ] <chuva>; [lõdʒi] <longe>, [dʒẽti] <gente> [adʒudɐ] <ajuda>, [odʒi] <hoje>, dentre outras ocorrências.

Na LITHL, conforme Maia (1986: 468), o sistema fonológico galego-português possuía as fricativas (pré-)palatais surda /ʃ/ e sonora /ʒ/, bem como as africadas palatais surda /tʃ/ e sonora /dʒ/.[14] Os grafemas que representam cada uma dessas consoantes nos textos analisados por Maia (1986) são os seguintes: invariavelmente, a africada surda /tʃ/ aparece grafada com <ch> e a fricativa surda /ʃ/ com <x>; a africada ou fricativa sonora /dʒ/ ou /ʒ/ estão indistintamente grafadas com *gi*, *yy*, *yi*, *gh*, *i*, *j*, *y* e *g*.

Huber (1986 [1933]: 99-100) sugere que o /ʃ/, doravante *ch*, provavelmente tinha o valor de um /tʃ/, doravante *tch*, que, pelo menos numa parte de Portugal, se transformou em *ch*, talvez ainda na época do português arcaico. Reconhece também que no norte de Portugal ainda na década de 1930 se pronunciava o *ch* como o espanhol e italiano *tch*, enquanto no sul, a partir

do Mondego e ao norte deste rio, ao longo da costa litoral, quase por toda a parte até Viana, o *ch* soa aproximadamente como o francês *ch*. Huber ainda cita Oskar Nobiling (1903-04: 130), que supõe que a mudança *tch* > *ch* só se deu depois do século XVI, argumentando que "nalgumas partes do interior do Brasil" se pronuncia *tch* e que a língua dos colonizadores portugueses na segunda metade do século XVI constitui a base do português brasileiro.

Silva Neto (1960: 67-90) trata do *tch*, ao lado do /dʒ/, doravante *dj*, quando o considera como traço da pronúncia caipira. Ele começa com uma relação cronológica dos estudos que documentaram *tch* no falar caipira de São Paulo: Júlio Ribeiro (1881, *Grammatica portugueza*), Eduardo Carlos Pereira (1919, *Gramática histórica*) e Amadeu Amaral (1920, *O dialeto caipira*), que interpretaram essa realização como uma conservação da antiga africada portuguesa. Apresenta também a área abrangida pelo *tch*: São Paulo, Mato Grosso e litoral do Paraná, verificando que "a base humana que cobre essa vasta zona, de colonização devida às bandeiras paulistas, é constituída de *caipiras*, isto é, básica e ordinàriamente [sic] descendentes de mamelucos, mestiços de homem branco e mulher índia". Na caracterização do caipira, ele ressalta que a sua cultura, quer na parte material, quer na espiritual, mostra numerosos traços de procedência indígena e que as comunidades caipiras, no interior do país, constituem o desenvolvimento e a sobrevivência dos antigos aldeamentos indígenas e antigos povoados de mamelucos e mestiços de toda a sorte. O objetivo de Silva Neto, porém, é interrogar se, indubitavelmente, estará mesmo correta a relação entre o *tch* do norte de Portugal e o presumido *tch* regional brasileiro e se "poderá realmente dizer-se que tal fonema foi trazido pelos colonizadores no século XVI". A interrogação está embasada em informações contidas nos trabalhos de Saint-Hilaire, Batista Caetano, Plínio Ayrosa, Curt Nimuendajú e outros, de que tanto o *tch* quanto o *dj*, correntes na boca dos caipiras da destacada área geográfica, também são fonemas encontrados na chamada *língua geral*: a língua dos índios tupis-guaranis e outros (como os kaingangues) que, ao lado do português, foi falada por um longo período (que caracteriza o período de bilingualismo), sendo substituída pela língua dos colonizadores (mais especificamente, pelo falar caipira) por volta de 1768. Considerando a base humana, a área geográfica e o fato de esse fonema não aparecer em outras regiões do Brasil, Silva Neto (1960) alerta que não se pode afirmar com segurança que o *tch* seja uma permanência da africada portuguesa e que seja possível que esse fonema, do falar caipira paulista, "constitua o resultado e a continuação de uma pronúncia de aloglotas". Essa hipótese, a

princípio, pode ser aplicada ao *tch* cuiabano em virtude do processo histórico da região. É o próprio Silva Neto (1960) que estabelece a afinidade do *tch* caipira paulista com o do Mato Grosso. Para isso recorre a exemplos extraídos de Roquete Pinto (s.d., *Rondônia*, p. 90), de Karl von den Steinen (s.d., *Brasil central*, p. 142) e de Mansur Guérios (1956, *Letras*, p. 196). O primeiro ouviu "co*tch*o". O segundo registrou frase do tipo "eu a*tso* [sic] bom". O terceiro verifica a realização de *tch* e *dj* em Cuiabá, Corumbá (MS), Poconé, Cáceres, Rosário d'Oeste, Diamantino, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Barão do Melgaço.

Em se tratando de traços antigos, hipoteticamente, presentes na fala de hoje, é força concordar com Silva Neto (1960: 88), tratando das africadas: "seria fácil e cômodo" considerar que o *tch* caipira, também presente em outras variantes e dialetos portugueses, ou qualquer que seja o fenômeno linguístico, levantado como permanência de um português antigo reduzida ao emprego regional, necessariamente, o seja. É preciso – como pretendeu o projeto Filologia Bandeirante –, antes de qualquer afirmação absoluta, buscar uma explicação particular e histórica. Isso implicou percorrer, dentre outros caminhos antigos, a rota bandeirante e monçoeira e, respectivamente, em buscar também explicação na base humana que habitou e habita o território.

Neste particular, estamos de acordo com o "movimento de reativação da linguística histórica",[15] surgido nos anos 1980, que se apresentou como novidade por pretender uma atuação interdisciplinar. Essa atuação é defendida por Hymes (1993: 431-453), que, comentando ensaios cujo foco principal é a história social da linguagem, se coloca na condição de linguista trabalhando em Antropologia e espera que a interdisciplinaridade seja uma preocupação efetiva em qualquer estudo das ciências humanas. Diz ele que

> Várias disciplinas podem fornecer estudos sobre a vida contemporânea e culturas diferentes. A História também é uma fonte de casos, e muito necessária. As situações que ela pode abordar são valiosas por si só e como perspectiva. Linguistas, antropólogos, sociólogos e outros podem fazer suposições que não são verdadeiras e se espantar com muitos fatos que não são novos sem a contribuição que a História Social pode dar (Hymes, 1993: 431).

E ratifica sua posição pró-interdisciplinaridade dizendo que, se tivesse que escrever sobre a história social da linguagem, em qualquer tempo, faria o que sempre fez: incitar antropólogos, sociólogos e folcloristas a ficarem atentos aos detalhes linguísticos e, por outro lado, incitar linguistas a reconhecerem a base e os ingredientes sociais em seus trabalhos.

Se, parafraseando Brandão (1991: 5), todo ser humano expressa suas ideias, as ideias da comunidade, geração e tempo a que pertence através da língua, dela se utilizando "de acordo com a tradição que lhe foi transmitida", todo falante é "usuário e agente modificador de sua língua", contribuindo, assim, para a sua constante variação e mudança, porque nela imprime "marcas geradas pelas novas situações com que se depara" no seu dia a dia. Então, é "na língua que se projeta a cultura de um povo".

E não apenas a cultura, como também a história social pode ser investigada através das realizações linguísticas desse povo. Câmara Jr. (1975: 268-269) lembra que "a língua é uma parte da cultura que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente". É através da cultura que a língua opera e é por intermédio da língua que a cultura subsiste. Portanto, conforme Brandão (1991: 6),

> a língua, só existiria para englobar a cultura, comunicá-la, transmiti-la. Daí infere-se que, para o real conhecimento de um grupo humano, não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário observar a forma particular de ele representar a realidade que o circunda.

No entanto, infere-se também que a recíproca não só é verdadeira como também necessária. Para o igual "real conhecimento" da língua de uma comunidade, não basta centrar a pesquisa na descrição, análise e história interna dessa língua. É preciso observar a "história", os "costumes", o "ambiente", enfim, a história social e cultural da comunidade que a usa. Quer dizer: não se deve ignorar nem a história externa, nem a descrição e análise da estrutura interna da língua – sincrônica e diacronicamente. É ainda pelo que diz Brandão (1991: 6) – que um indivíduo pode ser identificado social e culturalmente pela entonação, pronúncia, escolha lexical e também pelos traços morfológicos e sintáticos "que lhe são peculiares" – que os argumentos dos pesquisadores simpáticos ao enfoque dado às pesquisas linguísticas de cunho social, voltadas para o falante, são mais reafirmados.

O importante em tudo isso é não fomentar discussões de caráter unilateral sob o risco de polarizar uma questão (o estudo linguístico) que, nesta posição, continuará imprimindo, conforme Hymes (1993: 431), "a sensação de que, apesar da difusão de uma 'revolução da Linguística' atual, no mundo intelectual, todos falam sobre a linguagem, mas não se chega a lugar algum".

Embora tenhamos de concordar com Silva Neto (1960) no que diz respeito à manutenção de traços de uma língua antiga na atual, pelo menos em Mato Grosso, na área delimitada para a pesquisa, que é o Vale do Cuiabá, as

realizações *tch* e *dj*, e demais outras consideradas aqui como manutenção e, por isso, não se trataria de fenômenos de gene indígena, segundo a já referida literatura, são pertencentes a uma ou mais fases da língua portuguesa e permanecem correntes até hoje na expressão oral de muitos cuiabanos, provavelmente porque encontraram por lá um ambiente propício que tem, na sua base linguística, línguas indígenas, em particular o bororo, que possuem tais realizações não como fones, mas como fonemas.

A diferença é que o *tch* mato-grossense corresponde, na escrita, a grafias de etimologias diferentes: ao dígrafo *ch* e também ao *x*. Em Portugal, nas áreas em que se registra a conservação da antiga africada, a correspondência se dá apenas com o *ch*, resultado dos segmentos latinos /kl/, /fl/ e /pl/, que, palatalizados, deram origem, no português arcaico, à africada palatal surda /tʃ/, respectivamente, *clave* > *chave*: [tʃ]*ave*, *flamma* > *chama*: [tʃ]*ama*, *pluvia* > *chuva*: [tʃ]*uva*.

Isso, a princípio, pode até reforçar a hipótese de que o *tch* de Mato Grosso não é uma simples manutenção da africada arcaica, como se dá em Portugal, mas sim, como quer Silva Neto (1960), uma reinterpretação do fonema na pronúncia de aloglotas, em cujas línguas de origem existe também uma africada palatal surda.

Entretanto, fazendo uma análise simples dos fatos, por analogia, como explicar a presença de outros fenômenos, seguramente do português antigo e também observados nos MS18 já citados, como a corriqueira ocorrência do rotacismo e demais fenômenos vocálicos? Se são fenômenos de uma fase anterior da língua portuguesa, por que não considerá-los como tal? Como foram trazidos do português europeu para o português do Brasil e como se conservaram por aqui são questões que podem ser resolvidas pela História Social da Língua.

A realização da africada /tʃ/ do *ch* gráfico, em regiões mal delimitadas de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, neste último agora já bem delimitada – o Vale do Cuiabá –, é vista por Cunha (1986: 205) como uma pronúncia que já era mais geral no século XVI. Diz ainda que, mesmo não havendo acordo entre os linguistas quanto às causas da existência dessa africada em áreas brasileiras, prefere ver nela um arcaísmo pelas razões que aponta Révah (1958: 391-392, 395-398) e (1959: 304-306): (a) pertencer ao sistema fonológico do português quinhentista; (b) estar documentada hoje em áreas altamente conservadoras de Portugal e do Brasil; e (c) não ser um dos fonemas fundamentais do tupi antigo. Informa ainda que também para Révah (1958, 1959) a realização da

africada paralela /dʒ/ representa "um notável arcaísmo" com vitalidade restrita a certas regiões do Portugal quinhentista.

Mesmo considerando *tch* e *dj* segmentos bastante comuns tanto nas línguas jês quanto nas tupis-guaranis, e apesar de todas essas línguas terem tido grande contato com o português, a hipótese de Silva Neto (1960) não deixa de ser especulativa e polêmica. O fato é que no português arcaico essas realizações também aconteciam, bem como acontecem no castelhano e em vários dialetos do português europeu atual. Optamos por considerá-las como manutenção no português do Brasil.

Para que isso seja definido direito, seria preciso fazer uma análise distribucional do fenômeno. Pela teoria gerativista, a influência fonológica, no caso de superposição de línguas, ocorre enquanto processos, e não enquanto segmentos. É o caso da palavra portuguesa *pizza*, realizada pi[ts]a. Essa africada alveolar só ocorre nessa palavra. Portanto, não é produtivo na língua. Trata-se de um empréstimo de fonema que teve de vir junto com a palavra como um todo – no sentido do signo saussureano. Outro caso muito diferente é o da vibrante retroflexa – que não focamos neste texto. Trata-se de um fenômeno que é produtivo no português, logo não se tomou emprestado um segmento, mas um processo de retroflexão.[16] Esse processo, entretanto, não é comum nas línguas tupis-guaranis, logo não poderia ser atribuído a nenhuma delas a presença da retroflexão no português caipira. A retroflexão, aliás, é comum às línguas jês – nenhuma das quais foi considerada como língua geral no Brasil. Temos aí, conforme Waldemar Ferreira Netto (mimeo), um nó para resolver. Provavelmente contra a língua geral, mas a favor das línguas jês na influência do português caipira.

Considerações finais

Cabe muito mais na discussão sobre o grau de inclinação do caráter conservador – que denotaria resistência ao contato português-línguas indígenas – *versus* inovador do português do Brasil – que denotaria o contrário. Sabemos que não é de hoje que estudos sobre a evolução histórica do português vêm apontando traços antigos no português corrente no Brasil, dando-lhe, assim, matiz de variedade conservadora em oposição à inovadora europeia. O que, na prática, quer dizer que o português do Brasil tem a tendência a manter-se mais no estrato anterior ao contato indígena.

Considerando, no entanto, o mote deste capítulo (o que há de indígena no português do Brasil, via material coletado pelo projeto Filologia Bandeirante), é obvia a conclusão, já mencionada no corpo do texto, de que a vertente do conservadorismo no português do Brasil, pelo que observamos nos *corpora* do referido projeto, aplica-se mais à segunda articulação da língua, ao nível fonológico. E, como é do conhecimento comum e ratificado pelos documentos escritos, é no nível lexical que inovações são mais evidentes. Portanto, é no sistema aberto da língua, e não no fechado ou gramatical, como é o fonológico, que o gene indígena se mostra com mais contundência.

Diríamos, para pausar e não encerrar o assunto, que há de se reconhecer que em pesquisa linguística – principalmente quando se discute a variedade de uma dada língua, correndo o risco de lhe imprimir um único selo ou caracterizá-la por apenas uma de suas multifaces – o que se pode destacar, dentro do redemoinho da variação e mudança infinitas de uma língua, são tendências para o maior ou menor grau de inclinação para uma ou outra de suas faces. Aí, por ser a língua produto da ação histórica e sociocultural de seus falantes, podemos rumar por caminhos distintos, quão distinta seja essa ação histórica, social e cultural.

Notas

1 Este texto é dedicado ao professor Heitor Megale (*in memoriam*), que coordenou o projeto Filologia Bandeirante (1996-2000) financiado pela Fapesp. Trata-se da constituição de um projeto temático de equipe para coleta de material linguístico, acompanhado de estudos para identificação, análise e tabulação de traços dos aspectos fonológico, morfológico, sintático e semântico pertencentes a uma ou mais fases da língua portuguesa, provavelmente preservados em localidades situadas nas trilhas das bandeiras paulistas de fins do século XVII, com repercussão ao longo do século XVIII. Quer dizer: geograficamente a pesquisa cobriu os territórios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O projeto teve como objetivo documentar e descrever aspectos linguísticos do português na área indicada, propiciando aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo, com a hipótese de que a língua ali documentada apresenta traços do português do tempo dos bandeirantes (Cohen et al., 1997: 79-94).

2 Para citar, cronologicamente, os mais antigos: Holanda (1936) e (1986); Silva Neto (1963); Melo (1971); Câmara Jr. (1975); Houaiss (1992); Rodrigues (1993), Ribeiro (1995).

3 Para mais detalhes sobre fontes que documentam empréstimos indígenas para o português, ver Noll (2008: 131-182).

4 Ver Megale e Toledo Neto (2005) e Megale, Toledo Neto e Fachin (2009).

5 Na transcrição dos exemplos, respeitam-se as normas semidiplomáticas dos textos publicados, indicando-se os números das linhas na edição. Os textos do século XVII estão em Megale e Toledo Neto (2005), e os do século XVIII, em Megale, Toledo Neto e Fachin (2009).

6 Em várias passagens dos textos estudados, há referências que evidenciam o contato entre diferentes etnias, o que pode servir de base para hipóteses sobre a prática do português e de outras línguas. Por exemplo, no testamento de Bartolomeu da Cunha Gago, de 1685, quando distingue os escravos negros dos indígenas (l. 2363-66): "deClaro que tenho Seis almas esCrauas tapanhunos emul[a]tos eClaro que pes[u]o Sento esincoenta peças do gentio da terra | Com Suas familias de que naõ Sei Sertame*n*te Onumerro p*a*ra | Oque me Reporto ao que diser minha molher".

[7] A primeira ocorrência recolhida por Cunha data de 1667 (1998, *s.v.*).

[8] Para uma descrição mais pormenorizada sobre o conteúdo do *Diário*, ver Souza e Makino (2000: 12-19).

[9] No conjunto de documentos já publicado para o século XVIII, os empréstimos indígenas devem ser hidrônimos em sua maior parte. Por exemplo, do fol. 53v. ao 55r. do *Diário* de Juzarte, há uma lista de 46 nomes de cachoeira, com a respectiva tradução, não sendo apenas três de origem indígena.

[10] Conforme Monteiro (2004: 51): "A língua geral – ou seja, o tupi falado – sofreu um declínio rápido no século XVIII, em função da queda da população indígena, da presença mais marcante de portugueses e africanos em São Paulo e da política pombalina que não só promovia o uso do português como também expulsou os jesuítas".

[11] Ver Santiago-Almeida (2000) e (2009), Zambotto-Lima (2005), Cohen (2006).

[12] O que se considera aqui é a variedade brasileira produto da convivência do português europeu com as línguas indígenas e africanas somente, sem levar em conta outras situações posteriores de contatos pelos quais passaram determinadas regiões brasileiras como, por exemplo, com a língua de migrantes italianos, dentre outras.

[13] Veja Zambotto-Lima et al. (2009: 293-305).

[14] Veja também Prista (1994: 183-226).

[15] "Reativação" porque, ao contrário do século XIX, os estudos linguísticos do século XX até os anos 1980 tinham como foco principal de interesse a teoria e descrição, enquanto a comparação e história encontravam-se em segundo plano. (Coseriu, 1980: 3-4).

[16] Ver Cohen (2006: 74-83).

Bibliografia

AMARAL, Amadeu (1976 [1920]). *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

BLUTEAU, Raphael (1712-28). *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo (1991). *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Editora.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.) (2009). *História do português paulista*. I. Campinas: Unicamp/Publicações IEL; Fapesp.

COHEN, Maria Antonieta (2006). O "R" retroflexo no português brasileiro: descrição e percurso histórico. In: RAMOS, Jânia M. (org.). *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da Anpoll*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 74-83.

_____ et al. (1997). Filologia bandeirante. *Filologia e linguística portuguesa* 1, 79-94.

COSERIU, Eugênio (1980). *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

CRUZ, Maria Luisa Segura da (1991). *O falar de Odeleite*. Lisboa: INIC; CLUL.

CUNHA, Antônio Geraldo da (1998). *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo; Brasília: Melhoramentos; UnB.

CUNHA, Celso Ferreira da (1986). Conservação e inovação no português do Brasil. *O Eixo e a Roda* 5, 199-230.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____ (1986). *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (1990). *Monções*. São Paulo: Brasiliense.

HOUAISS, Antônio (1992). *O português no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan.

_____ (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

HUBER, Joseph (1986 [1933]). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HYMES, Dell (1993). Posfácio. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: Unesp, 431-53.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (org.) (2005). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (org.) (2009). *Caminhando mato dentro: documentos do ouro do século XVIII*. São Paulo: Espaço Editorial.

MELO, Gladstone Chaves de (1971). *Iniciação à filologia e à linguística portuguêsa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

MIRANDA, Leodete; AMORIM, Lenice (2000). *Mato Grosso: atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas.

MONTEIRO, John M. (2004). Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial*. I. São Paulo: Paz e Terra, 21-67.

NOBILING, Oskar (1903-04): Die Nasalvokale im Portugiesischen. *Die Neueren Sprachen* 11, 129-153.

NOLL, Volker (2008). *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo.

PENHA, João Alves Pereira (1970). *A arcaicidade da língua popular brasileira*. Franca: Unesp, tese de doutoramento.

_____ (1997). *Português rural de Minas numa visão tridimensional: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos*. Franca: Unesp.

PINTO, Zélio Alves (org.) (2002). *Cadernos paulistas: histórias e personagens*. São Paulo: Senac; Imesp.

PRISTA, Luís (1994). Tentativa de cenário para tš > š. *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. Lisboa: Colibri, 183-226.

RÉVAH, Israel S. (1958): L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Bahia - 1956. Rio de Janeiro, 387-402.

_____ (1959): Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XV-XVIII siècles? *Actas do III Colóquio internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, I, 273-291.

RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro. A formação e sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1993). Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Delta* 9.1, 83-103.

_____ (2006). As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 143-161.

SAMPAIO, Teodoro (1987). *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; INL.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo (2000). *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. São Paulo: USP, tese de doutoramento.

_____ (2009). *Vogais do falar ribeirinho cuiabano*. São Paulo: USP, tese de livre-docência.

SILVA NETO, Serafim da (1960). *Língua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

_____ (1963). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1991). *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo: Contexto.

SLEMIAN, Andréa et al. (1995). *Cronologia de história do Brasil*. São Paulo: USP.

SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (org.) (2000). *Diário da navegação*. São Paulo: Edusp; Imesp.

TEYSSIER, Paul (1997). *História da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Sá da Costa.

VASCONCELOS, José Leite de (1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud.

ZAMBOTTO-LIMA, Criseida Rowena (2005). *Aspectos fonético-fonológicos conservadores no falar de Mata-Cavalo*. Cuiabá: UFMT, diss. de mestrado.

ZAMBOTTO-LIMA, Criseida Rowena et al. (2009). O vigor do rotacismo na Baixada Cuiabana. In: MORAIS, Maria A. C. R. T; ANDRADE, M. L. da C. V. de O. (org.). *História do português paulista*. II. Campinas; São Paulo: Unicamp/Publicações IEL; Fapesp, 293-305.

O uso do tupi na Capitania de São Paulo no século XVII. Indícios na vida de um jesuíta "língua"

Cândida Barros

No Brasil colonial, o bilinguismo português-tupi foi nomeado diferentemente segundo a categoria social do indivíduo que dominasse as duas línguas. Se fosse indígena ou africano, era chamado de ladino ("[o índio Miguel da Silva] ladino em língua espanhola e portuguesa" (Leite, 1938-50 VI: 358). Se fosse branco, era língua. Este foi o termo usado na Companhia de Jesus para nomear o jesuíta bilíngue ("nesta Capitania [São Vicente] nos proveo de instrumentos para isso, que são alguns irmãos-linguas, e por estas razões nesta Capitania nos ocupamos mais que nas outras" (Nóbrega 1553, apud Leite, 1956 II: 16).

Este capítulo é sobre um jesuíta "língua", o paulista Belchior Pontes (1644-1719). O objetivo será usar sua história de vida para um exercício de análise sociolinguística histórica sobre o emprego do tupi em dois contextos sociais no século XVII: no ambiente doméstico das famílias dos colonos na Capitania de São Paulo e na Companhia de Jesus. A relação entre os dois contextos se deve a que a Companhia de Jesus recrutava seu pessoal bilíngue entre os colonos daquela região.

Belchior Pontes será analisado com base na sua identidade de jesuíta língua e de paulista. Como um jesuíta língua, Belchior Pontes ilustrará formas de recrutamento de indivíduos com domínio de tupi pela Companhia de Jesus no século XVII. Como um paulista bilíngue, a história de vida de Belchior Pontes será o ponto de partida para propor a hipótese de que as amas de leite

indígenas foram responsáveis pela manutenção do tupi no ambiente doméstico das famílias brancas nesse período.

A proposta de usar as histórias de vida como fonte documental para a Sociolinguística se inspira na prosopografia, método historiográfico de estudo de biografias coletivas. Essa metodologia investiga grupos de indivíduos que compartilham características sociais comuns (Ferreira, 2002). Seu uso na Sociolinguística permitiria conhecer formas de bilinguismo em uma comunidade por meio do estudo das biografias de indivíduos com competência em mais de uma língua. Aqui não haverá uma biografia coletiva dos jesuítas línguas nem de paulistas do século XVII. O objetivo será ilustrar formas de domínio do tupi na Companhia de Jesus e levantar hipóteses sobre a caracterização linguística de São Paulo no século XVII a partir da trajetória desse paulista.

A caracterização linguística do ambiente doméstico dos colonos paulistas no século XVII foi um tema de discórdia entre estudiosos. Sérgio Buarque de Holanda (1978), no seu artigo clássico "A língua geral em São Paulo" de 1945, realçou o uso do tupi no espaço doméstico dos colonos devido aos casamentos interétnicos. Marilza de Oliveira (2000), centrando sua pesquisa no estudo de fontes notariais relativas às mulheres paulistas do século XVII, concluiu pelo uso do português que os casamentos tinham sido entre portugueses ou descendentes deles. Frente a esse debate, o estudo sobre os jesuítas línguas paulistas poderá trazer subsídios para conhecer formas de uso do tupi naquele contexto.

Fontes biográficas a respeito de Belchior Pontes

O livro *Vida do veneravel padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil*, publicado pelo padre Manoel de Fonseca (1703-1772) em 1752, é a fonte biográfica disponível sobre o jesuíta língua paulista. Em 1771, a obra foi confiscada pela Mesa Censória (Silva, 1860). Sérgio Buarque de Holanda (1978) foi o responsável por introduzir esse livro à discussão sobre a situação linguística de São Paulo no período colonial.

Manuel Fonseca (1703-1772) nasceu em Portugal e esteve em São Paulo, entre 1743 até 1748, como professor no colégio jesuítico (Taunay, 1932). Sua carreira na Ordem como professor foi diferente do seu biografado, que teve uma formação abreviada na área de Letras e atuação como missionário de índios.

Fonseca não conheceu o biografado, mas soube dele pelo que ouviu contar quando foi professor em São Paulo. A biografia foi escrita através dos relatos e consultas às pessoas e aos párocos da capitania de São Paulo. A ênfase da narrativa sobre Belchior Pontes diz respeito aos seus poderes de premonição, de evitar trovões, de leitura de pensamentos, e de tornar-se invisível (Fonseca, 1932 [1752]: 125, 145).

São poucas as datas na biografia de Belchior. Sabe-se que nasceu em 1644, às margens do rio Pirajuçara, em um sítio da família, de poucos recursos e extensa em número de filhos (15 irmãos) (Fonseca, 1932 [1752]: 4). Quando criança, foi estudar na escola dos jesuítas em São Paulo, onde foi alfabetizado, mas retornou à casa dos pais para ajudar na lavoura. Em 1667, com 23 anos, quis entrar na Ordem, mas não foi aceito porque os jesuítas davam preferência para aqueles que estavam desde meninos no colégio. Com a entrada do padre Francisco de Avelar como provincial, Belchior Pontes foi aceito por causa de seu domínio do tupi.

Pontes fez seu noviciado no Colégio da Bahia e foi admitido em 1670. Devido aos seus conhecimentos de tupi, foi mandado para São Paulo. Foi missionário por mais de quarenta anos e também confessor dos paulistas, mas não assumiu a função de pregador, pela sua fraca formação em Letras.

O jesuíta língua Belchior Pontes e a política de formação de um quadro bilíngue na Companhia de Jesus no século XVII

A política jesuítica de evangelização nas línguas vernáculas dos catecúmenos tornou necessária a formação de um quadro interno de membros com conhecimento dessas línguas, para evitar a intermediação do discurso cristão por intérpretes estranhos à Ordem. No Brasil, o conhecimento do tupi no interior da Ordem não foi extensivo a todos os seus membros. Nos catálogos jesuíticos anuais, apenas alguns jesuítas eram identificados como tendo domínio do tupi. A competência nessa língua se tornou uma forma de especialização, tendo levado a trajetórias internas diferenciadas entre aqueles membros que eram professores nos colégios, e que estavam isentos de aprender

tupi (a exemplo de Manuel de Fonseca, autor da biografia de Pontes), e aqueles bilíngues que eram recrutados para atuar como missionários. Esses últimos tinham sua formação em Letras abreviada, como ocorreu com Belchior Pontes.

Houve duas tendências na Companhia de Jesus na maneira de formar um quadro bilíngue tupi. Uma delas defendia o recrutamento de indivíduos nascidos no Brasil que já tivessem o domínio do tupi. A outra corrente, contrária à entrada dos colonos, se propunha a formar um quadro de missionários com jesuítas vindos da Europa.

Um exemplo de provincial favorável ao recrutamento de colonos com conhecimento da língua indígena foi o padre José da Nóbrega (mandato entre 1549-1559). Ele defendia o ordenamento dos colonos como coadjutores espirituais pelo domínio de tupi que detinham, ainda que não tivessem instrução em latim, como no caso do "idiota" (= sem conhecimento de latim) Manuel Chávez (1514-1590).

> Manuel de Chaves he bom filho e mui humilde, e que tem servido muito a seus irmãos, e o milhor lingoa que temos: trabalhei de o encaminhar a ser clerigo pois sabia o latim da terra: se ho for, sera mui idiota, mas entre outros que mais saibão se sofre; este podera ser coadjutor espiritual depois de ordenado (Nóbrega 1557, apud Leite, 1956 II: 418).

A preferência pelos nascidos no Brasil para a função de língua em detrimento dos jesuítas vindos dos colégios da Europa se devia a que esses últimos nunca chegavam a dominar o tupi, além do conhecimento suficiente apenas para a confissão. O indivíduo nascido no Brasil, por sua vez, era identificado como sendo falante "quase natural" do tupi.

> [...] se não fôssem eles [os sujeitos nascidos no Brasil], mal se poderia conseguir o fim que cá se pretende; porque como a língua brasílica lhes é a êles quási natural, teem muita graça e eficácia e autoridade com os Índios para fazer-lhes práticas das coisas da fé e lhes persuadem tudo o que é mister para tê-los quietos e contentes. [...] e os que veem de Portugal, ainda que aprendam a língua, nunca chegam a mais que entendê-la e poder falar alguma coisa, pouca, para ouvir confisão, nem acabam tanto com os índios (Cristovão Correia, 1584, apud Leite, 1938 II: 433).

A procedência geográfica dos indivíduos nascidos no Brasil recrutados como línguas na Companhia de Jesus no século XVI é um indicador das regiões onde os colonos mantinham conhecimento do tupi devido à relação de contato

com a população indígena. Esse era o caso do Espírito Santo, de Porto Seguro e principalmente da região de São Paulo, como afirmava o jesuíta Fernão Cardim: "[...] os filhos dos portugueses cá nascidos, o sabem melhor que o português, assim homens como mulheres, principalmente na capitania de São Vicente" (Cardim 1939 [1583 ss.]: 171).

Outra tendência presente na Companhia de Jesus foi a de recusar a entrada das pessoas bilíngues nascidas no Brasil e de dar preferência à formação de um quadro de missionários com jesuítas oriundos dos colégios da Europa. O aprendizado do tupi entre esses últimos se daria por imersão através de estadas nas missões e com auxílio de gramáticas, dicionários e textos pastorais em tupi. Essa política foi defendida por vários padres-gerais, tais como Everardo Mercuriano em 1577, Claudio Aquaviva em 1606, 1618, 1619, e Mucio Vitellecshi (Leite, 1938 VII: 37). A posição dos padres-gerais foi a de limitar a entrada dos nascidos no Brasil ao número de quatro por ano, porém, ao longo dos séculos, a prática dos provinciais no Brasil foi de ultrapassar essa quantidade.

Um exemplo de proibição à entrada dos nascidos no Brasil na Ordem ocorreu em 1663, durante o curto período no qual Jacinto de Magistris foi visitador (Leite, 1938 VII: 37). Ele denunciou que os provinciais no Brasil haviam excedido o limite de quatro. Por exemplo, o padre Simão de Vasconcelos havia recebido 26 ao longo do seu mandato entre 1655 e 1658, o padre Baltazar de Sequeira, 18 entre 1658 e 1662, e o padre José da Costa, 13 entre 1662 e 1664 (Leite, 1938, VII: 37). Para Magistris, deveriam ser enviadas para o Brasil seis pessoas formadas nos colégios jesuíticos em Portugal para se ocuparem das funções de missionário (Leite, 1938 VII: 34). Magistris acabou sendo deposto do cargo de visitador pelos jesuítas no Brasil, fato cunhado como "jacintada" e caracterizado por Leite como de crise de autoridade no interior da Província do Brasil (Leite, 1938 VII: 33).

Belchior Pontes esteve exposto a essas duas tendências em relação a como formar um quadro bilíngue na Companhia de Jesus. Na primeira tentativa de Pontes entrar na Ordem em 1667, foi recusado pela idade e pela falta de estudos, durante o governo do visitador Antão Gonçalves (1666-1668), que tinha vindo para resolver os problemas internos entre os jesuítas depois da deposição de Magistris. Posteriormente, com a entrada do provincial Francisco de Avelar em 1669, Belchior Pontes foi aceito na Ordem por causa de seus conhecimentos de tupi. Dessa vez não foi considerado como empecilho o seu desconhecimento de latim ("sua insuficiência em Letras") (Fonseca, 1932 [1752]: 22) ou de não ser um bom pregador para púlpito (1932: 30).

> Nem foy de menos estimação no conceito daquelle grande Prelado [Francisco de Avelar] a noticia que teve, da muita pericia da lingua brasilica, de que o tinha dotado o ceo, julgando que era sujeito a proposito, e talhado para a necessidade daquelles tempos, nos quaes, sendo grande a messe, lhe não sobravão os obreiros (Fonseca, 1932 [1752]: 24).

Belchior Pontes entrou na Ordem para ser missionário em São Paulo ("Olharão para São Paulo, e julgarão apto para aquelle paiz; porque o ser maduro nos annos, e perito na lingua brasilica, tão necesaria naquellas partes"; Fonseca, 1932 [1752]: 26). O recrutamento de Belchior Pontes na Companhia de Jesus para a função de língua aponta para a continuidade, no século XVII, da política jesuítica iniciada no século anterior em relação à criação de um grupo bilíngue nascido no Brasil, com pouca formação em latim, para assumir funções de especialista da evangelização dos índios (Barros 1998; Castelnau-L'Estoile, 2000).

O estudo de uma única biografia não permite dizer que todos os jesuítas nascidos no Brasil no século XVII soubessem tupi, mas indicaria que todos aqueles recebidos na Ordem já na idade adulta e com sua educação formal abreviada foram destinados para a função de língua. Permaneceria no século XVII, portanto, o caráter de especialista do língua no interior da Ordem, de maneira semelhante ao ocorrido no século XVI.

Outros línguas paulistas na Companhia de Jesus no século XVII

Belchior Pontes não foi o único jesuíta língua paulista no século XVII. O quadro a seguir contém outros missionários bilíngues nascidos em São Paulo naquele século. Esses nomes foram levantados nos volumes de Serafim Leite dedicados à biobibliografia de alguns jesuítas. É uma amostra parcial e não representativa dos jesuítas línguas paulistas desse período, mas aponta a trajetória particular de alguns deles na Ordem.

Nome	Nascimento	Entrada	Morte	Observações
Fonseca, Diogo	1650	1667	1706	missionário, sabia a língua (Leite 1938 VIII: 253)
Morais, Francisco de	1601	1621	1681	"sabe a língua destes índios muito melhor que eles mesmos" (padre Inácio Sequeira, apud Leite, 1938 VI: 507) Considerado um dos grandes sertanistas do seu tempo (Leite, 1938 VI: 408)
Morais, Manuel	1596	1613	1651	"Sabe com perfeição a língua brasílica" (1631, apud Leite, 1938 V: 363)
Oliveira, Simão de	1650	1667	1723	Sabia a língua dos índios admiravelmente; Responsável pela aprovação do catecismo tupi de Antônio Araújo (1686)
Pontes, Belchior	1644	1670	1719	Sabia a língua (Leite, 1938 IX: 65)
Ribeiro, Antônio	1615	1637		"é excelente na língua brazilica e pregador" (Fonseca, 1892: 410)
Toledo, Francisco de	1694	1712	1784	Sabia a língua, pregador (Leite, 1938 IX: 156)

Entre os jesuítas citados no quadro, Simão de Oliveira e Francisco de Morais foram encaminhados para a região Sul (Leite, 1938 VIII: 144). Antônio Ribeiro foi mandado para a Amazônia em 1654. O padre Antônio Vieira o definiu como "o melhor [prático na língua] de todos" entre aqueles que haviam chegado para a nova Colônia, ou ainda de "Marco Túlio" (Vieira, 1971: 371-373), imagem recorrente para nomear a oratória em tupi de algum jesuíta.

Vieira havia sido o responsável pela ida de jesuítas bilíngues do Brasil à Amazônia como solução para a formação de um quadro de missionários naquela região. Em inúmeras cartas escritas entre 1652 e 1654 ao rei, ao provincial do Brasil e ao padre-geral, Vieira havia pleiteado reiteradamente que os línguas fossem enviados para a Amazônia devido ao conhecimento de tupi que possuíam. Um dos desejos de Vieira era de que Francisco de Morais, o mesmo que havia ido em expedições para o Sul, fosse para a Amazônia (Leite, 1938 VIII: 381).

> Muito estimara eu que meu condiscípulo do curso, o padre Francisco de Morais, quisera, ao menos por alguns anos, vir ser apóstolo deste novo mundo, onde não só com sua grande eloqüência e espírito nos facilitasse e vecesse as primeiras empresas, e com seu exemplo nos fosse diante, e nos ensinasse o que haver dos fazer (Vieira, 1971: 279).

Manuel de Morais foi enviado para o Nordeste. Ele teve uma trajetória inusitada, ao se tornar língua dos holandeses. Morais era um mestiço da vila de São Paulo (Alden 1996). Em 1626, durante a invasão holandesa, Antônio Vieira enviou-o para o Nordeste para entrar em contato com os índios (Leite, 1938 v: 338). Foi preso pelos holandeses e enviado para a Holanda (Franco, 1976: 60), onde se casou e se converteu ao protestantismo. Foi condenado pela Inquisição em 1642. Morais escreveu uma lista lexical tupi e um extrato de gramática baseado em Anchieta, publicado no livro de Jorge Marcgravio em 1648 (Machado, 1967 [1759]).

Em suma, São Paulo continuou sendo origem de jesuítas línguas no século XVII, que atuaram em todas as fronteiras das colônias portuguesas na América, no Sul, no Nordeste e no Norte. Suas funções foram de especialistas em tupi, o que incluía atuação como sertanistas para a Ordem, ao participarem de expedições geridas pelos jesuítas. À exceção de Manuel de Morais, identificado como mameluco (mestiço), todos os demais jesuítas línguas do quadro anterior eram de família de portugueses ou de seus descendentes. O domínio que eles apresentaram do tupi, anterior à entrada na Ordem, é um indício de que essa língua continuou sendo de conhecimento das famílias brancas daquela Capitania.

O paulista Belchior Pontes e a instituição da ama de leite indígena no ambiente doméstico

Os paulistas do quadro anterior, incluídos nele Belchior Pontes, entraram na Companhia de Jesus já sabendo tupi. Segundo Fonseca, esse conhecimento da língua era comum aos paulistas em geral ("[em São Paulo] os naturaes, como os portugueses com o commercio do gentio, de que se servião, a tinhaõ connaturalizado [a língua brasílica]" (Fonseca, 1932 [1752]: 26).

Excetuando o padre mestiço Manuel Morais, o conhecimento de tupi por parte dos jesuítas paulistas da lista não ocorreu devido a casamentos interétnicos. Surgem as perguntas sobre com quem e em que fase da vida eles teriam aprendido a língua tupi. Responder a essas questões subsidiaria o debate sobre se o tupi tinha uso no ambiente doméstico das famílias paulistas no século XVII.

A explicação de Buarque de Holanda para o uso doméstico do tupi nas famílias paulistas era pela prática do casamento interétnico entre colonos e índias. Porém o estudo de Marilda de Oliveira (2000) aponta que os casamentos interétnicos não eram mais comuns no século XVII em São Paulo. A relação entre colonos e índios não era mais de aliança pelo casamento, mas de escravidão (Monteiro, 1994: 55).

Uma hipótese formulada a partir de Belchior Pontes é a de que a instituição responsável pela manutenção do tupi na casa dos colonos paulistas teria sido a ama de leite indígena. Dessa forma, o ambiente doméstico não se resumiria ao casal e aos filhos, representados pela instituição do casamento, mas também pela presença da mulher indígena como serviçal, que mantinha relações próximas com o filho dos colonos desde o nascimento.

A pista sobre a ama de leite no livro de Fonseca é uma passagem em que ele relata que os pais no interior da Capitania de São Paulo estabeleciam casas na cidade para os filhos serem educados pelos jesuítas e os deixavam aos cuidados de uma índia. Esse foi o caso de Belchior. Quando foi estudar no colégio dos jesuítas, seus pais haviam deixado o jovem e seus irmãos aos cuidados de uma índia, para que eles pudessem frequentar as escolas.

> [...] porque os que pertendem aproveitar os filhos com as letras, cuidando muito em lhes buscar casa em que morem na cidade, os entregao ao cuidado de huma India, deixando-os totalmente a discrição do tempo, e dos annos, tirando a maior parte delles o fructo de os ver augmentados em vicios, e pouco aproveitados nas letras as que inclinavao (Fonseca, 1932 [1752]: 40).

Dessa forma, a fase de aprendizado do português escrito nos colégios dos jesuítas foi também um período de exposição ao tupi no ambiente doméstico por meio da índia responsável pelas crianças na ausência dos pais. A presença dessas mulheres na vida dessas crianças não ocorria apenas na fase escolar, mas desde o nascimento, pela menção de Fonseca de que elas "lhes dão o leite". A tradução em tupi do verbete "ama que cria" em um dicionário português-tupi de São Paulo em 1621 era *mocãbuara*,[1] 'aquela que amamenta', reforçando que a presença da mulher indígena junto ao filho do colono se iniciava desde o nascimento.

Fonseca não menciona explicitamente que as amas de leite tenham sido as responsáveis pelo conhecimento de tupi por parte de Belchior Pontes. Essa hipótese a respeito do papel linguístico da ama de leite foi construída a partir

de dados referentes à região de Belém no período colonial. Os depoimentos das autoridades jesuíticas naquela cidade afirmavam que o costume das famílias paraenses de terem amas de leite indígenas tinha levado a que o tupi prevalecesse como língua de contato na primeira metade do século XVIII.

> Os moradores nascidos no Pará, sabem primeiro fallar a lingua dos índios, do que a portuguesa: por que como não bebem, nem se crião com outro leite mais, que com o das índias, com o leite bebem tambem a lingua, nem fallao outra, senão depois de andar alguns annos na escola e tratarem com os portugueses, que vão de Portugal, e com esta comunicação (padre Jacinto de Carvalho, apud Mello Moraes, 1860: 322-323).

Os dicionários tupis setecentistas da Amazônia registram a presença da mulher indígena no ambiente doméstico nos verbetes "índia de leite", "leiteira" ou "ama que cria". Sua glosa em tupi foi *cunha pitanga mocabuçara* (1771).[2] Em todos eles, há a referência ao amamentar como sendo o período da entrada da mulher indígena adulta na casa dos colonos, cuidando e alimentando seus filhos.

As amas de leite indígenas em Belém eram procedentes das missões jesuíticas próximas à cidade, como Mortigura, localizada na foz do rio Tocantins. A ida dessas mulheres para a casa do colono ocorria depois de terem filhos, portanto já na idade adulta e com competência em tupi. As tarefas da ama de leite na casa dos colonos envolviam lavar, cozinhar, limpar, buscar lenha e água, além de criar os filhos dos colonos desde os primeiros dias de vida (Daniel, 1976 [1757-76]: 213).

O número de amas de leite por família dependia da quantidade de filhos que o colono possuía ("tantas as amas quantas são os partos" 1718; *Livro grosso do Maranhão*, 1948 [1647-1745]: 170). Os cidadãos, grupo com maior *status* social, eram aqueles que tinham direito garantido de receberem essas mulheres nas suas casas ("ordeno nelle que na repartição das índias de leite se dem estas somente aos cidadãos", *Livro grosso do Maranhão*, 1948: 170).

O privilégio dos cidadãos em receber amas de leite indígenas apontaria que a faixa social mais alta entre os colonos seria aquela com maior exposição ao tupi através do contato dessas mulheres indígenas em suas casas. Portanto, o maior domínio do tupi entre os colonos ocorreria entre os cidadãos, grupo favorecido em receber amas de leite. Extrapolando essa situação para São Paulo, poderíamos considerar que as famílias com maior número de escravos, como Amadeu Bueno, que Fonseca (1932 [1752]: 106) menciona possuir trezentos índios, estariam entre aquelas que teriam uma maior exposição ao tupi

no ambiente doméstico. Quanto maior a existência de serviçais indígenas nas casas paulistas, maior o conhecimento da língua tupi.

O tema da ama de leite em São Paulo é ainda uma hipótese a exigir maiores estudos a partir dos inventários de índios na região.

Conclusão

A história de vida de Belchior Pontes foi o ponto de partida para um exercício de análise sociolinguística sobre o bilinguismo português-tupi na Companhia de Jesus e no ambiente doméstico das famílias paulistas no século XVII. A trajetória de Belchior Pontes como padre língua "idiota" (sem conhecimento de latim) apontou para a continuidade da política de recrutamento de colonos nascidos no Brasil com conhecimento de tupi para a função de missionários bilíngues, apesar de não possuírem educação formal exigida para o cargo de coadjutor espiritual.

O conhecimento do tupi anterior à entrada na Companhia de Jesus por parte dos membros originários da Capitania de São Paulo indicaria que as famílias dos colonos dessa região ainda mantinham o domínio dessa língua indígena no século XVII. Levantamos a hipótese de que o aprendizado da língua tupi por parte deles teria ocorrido pela presença da ama de leite indígena nas casas, e não pelo casamento interétnico. Em uma sociedade baseada na mão de obra indígena como a paulista, o escravo indígena também fazia parte do ambiente doméstico.

Por fim, a pesquisa sobre Belchior Pontes foi uma defesa dos estudos biográficos a respeito dos jesuítas línguas como forma de levantar quais as regiões coloniais forneceram um maior número de pessoal bilíngue para a Ordem, e dessa forma conhecer a distribuição geográfica do uso dessa língua entre as famílias dos colonos.

Os catálogos jesuíticos anuais são fontes documentais privilegiadas para o estudo de prosopografia dos membros com domínio do tupi na Companhia de Jesus. Esses documentos são organizados pelo nome dos jesuítas, e para cada um deles há informações sobre grau de educação, função, local e data de nascimento, e finalmente se possuíam conhecimento da língua tupi. O estudo diacrônico desses documentos permitiria acompanhar a trajetória interna dos indivíduos referidos como tendo conhecimento da língua, seu deslocamento

geográfico entre as missões, sua formação intelectual e graduação na hierarquia interna. O estudo sincrônico permitiria comparar as ocupações entre o grupo de jesuítas referidos como tendo conhecimento da língua com aqueles não identificados como tal.

Por fim, o resultado parcial do estudo da figura do língua jesuítico nascido no Brasil oferece uma possibilidade de síntese entre a posição de Buarque de Holanda (1978) e de Marilda de Oliveira (2000), apontando que o mundo doméstico paulista teria sido diglótico entre tupi e português, com diferentes graus de bilinguismo.

Notas

[1] Interlinearização de Ruth Monserrat: *mocãbuara: mo* [causativo], *kama* ['peito'], *u* / *'u* ['comer', misturado com *y* 'água' classicamente beber é *y'u*]. *Cambu* (ou *camby*, mais conservador) seria 'mamar', que passou a ser compreendido como leite (água do peito). *Mocambu*, 'fazer beber do peito' = 'amamentar'; *-ara* / *-çara*: sufixo de agente (aquele que).

[2] Interlinearizaçao de Ruth Monserrat: *cunha pitanga mocambuçara*, 'mulher criança amamentadora (= que amamenta) = ama de leite, nutriz' (Anônimo, 1771).

Bibliografia

Alden, Dauril (1996). *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond. 1540-1750*. Stanford University Press.

Anônimo (1771). *Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado*. Escrito na Cidade do Pará. Manuscrito. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Araújo, Antônio de (1686). *Catecismo brasilico da doutrina christãa, com o cerimonial dos sacramentos, & mais actos parochiaes*. Lisboa: Officina Miguel Deslandes.

Ayrosa, Plínio (1938). *Vocabulário na língua brasílica. Manuscrito português-tupi do século XVII*. Coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura.

Barros, Maria Cândida (1998). The Office of Língua (Interpreter): a Portrait of the Religious Interpreter in the Sixteenth Century. In: *Working Paper n. 98-25. International Seminar on the History of the Atlantic World, 1500-1800*. Cambridge: Harvard University.

Cardim, Fernão (1939 [1583 ss.]). *Tratados da terra e da gente do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Castelnau-L'Estoile, Charlotte (2000).*Les ouvriers d'une vigne stérile. Les jesuites et la conversion des Indien au Brésil. 1580-1620*. Lisboa: Centre Culturel Caloute Gulbenkian.

Daniel, João (1976 [1757-76]). *Tesouro descoberto no rio Amazonas*. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (2002). *História e prosopografia. x Encontro Regional de História. ANPUH-RJ. História e Biografias*. Rio de Janeiro: Uerj. Disponível em: <http://www. rj.anpuh.org/Anais/2002/Conferencias/Ferreira%20Tania%20M%20T%20B. doc>. Acesso em 24 jun. 2009.

FONSECA, Bento (1892). Catalogo dos primeiros religiosos da Companhia da vice-provincia do Maranhão com noticias históricas pelo jezuita Bento da Fonseca. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico* LV, 407-431.

FONSECA, Manuel (1932 [1752]). *Vida do veneravel padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da provincia do Brasil* / composta pelo padre Manoel da Fonseca, da mesma companhia [...]. Editada por Taunay, Afonso. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=5eZWAAAAMAAJ&dq=belchior+pontes+taunay&printsec=frontcover&source=bl&ots=dEgABQEjFE&sig=lMHRc7--fkW0HLqcwKA0RWuoFGk&hl=pt-BR&ei=tRvWSbKK-KJfKtgf7nbDhDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2#PPP13,M1. Acesso em 28 jun. 2009.

FRANCO, Afrânio (1976). *O índio brasileiro e a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Olympio.

HOLANDA, Sergio Buarque de (1978). *Raízes do Brasil*. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

LEITE, Serafim (1938-50). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

_____ (1956). *Monumenta Brasiliae (= Monumenta Historica S. I)*. Vols. 79/80/81/ 87. Roma.

LIVRO GROSSO DO MARANHÃO (1948 [1647-1745]). 1ª Parte. Anais da Biblioteca Nacional, v. 66. Rio de Janeiro.

MACHADO, Diogo Barbosa (1967 [1759]). *Bibliotheca lusitana, historica, critica, e cronologica. na qual se comprehende a noticia dos authores portugueses, e das obras, que compozeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente*; por Diogo Barbosa Machado. Lisboa.

MELLO MORAES, A. J. de (1860). *Corographia historica, cronoghaphica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira.

MONTEIRO, John (1994). *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, Marilza (2000). Relevância dos estudos genealógicos para a sócio-história da língua na trilha das bandeiras. In: MEGALE, Heitor (org.). *Filologia bandeirante. Estudos 1*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 49-64.

SILVA, Innocencio Francisco da Silva (1860). *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.

TAUNAY, Affonso E. (1932). Um hagiográpho luso-brasileiro obscuro. In: FONSECA, Manuel. *Vida do veneravel padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da provincia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.

VIEIRA, Antonio (1971). *Cartas do padre Antonio Vieira*. Coordenadas e anotadas por J. Lucio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional.

A língua guarani e o português no Brasil. Características nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste brasileiras

Valéria Faria Cardoso

Em linhas gerais, a maioria da população de países latino americanos é monolíngue em português ou espanhol. Todavia, há mais de quinhentos anos, desde que se deu o início da colonização das Américas, as línguas ameríndias (nativas) coexistem espacialmente com as tais línguas europeias, configurando, assim, uma situação de contato de línguas.

Por longo tempo, as línguas europeias e as línguas ameríndias têm coexistido em condições de típica diglossia. Esta diglossia na América Latina está associada a uma complexa estrutura sociopolítica existente desde os tempos da colonização.

O contato de línguas faz parte da história linguística e social da maioria das comunidades do mundo. Segundo Appel e Muysken (1989), o que diversifica os contatos de línguas são os contextos sociais em que ocorrem tais coabitações linguísticas, bem como os produtos gerados por essas coabitações.

Atualmente não se pode asseverar sobre o grau de contato entre o português e a grande maioria das línguas indígenas brasileiras, tendo em vista que boa parte dessas línguas ainda carece de estudos linguísticos e antropológicos, bem como ainda são quase inexistentes os estudos que se ocupam desse tipo de situação de contato linguístico.

Tal fato levou-nos a tratar de uma das situações de contato linguístico vivenciado ainda hoje no Brasil. No caso, consideramos o contato entre a língua guarani e a portuguesa, que coexistem nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste brasileiras.

Buscamos descrever, em específico, situações de influência linguística decorrentes do processo de empréstimo que, em geral, resultam em interferência fonética sujeita a adaptação e a acomodação, e em alterações no padrão morfológico e sintático na língua receptora. Desde já, vale enfatizar que relacionamos esse tipo de influência linguística ao tipo de situação de contato íntimo estabelecido entre o guarani (língua receptora/local) e o português (língua-fonte/estrangeira).

Breve cenário da situação de contato linguístico: o português e o guarani no Brasil

No Brasil, especificamente, no tempo de sua descoberta, falavam-se provavelmente mais de mil línguas indígenas. Hoje em dia, estima-se que no país sejam faladas cerca de 220 línguas além do português. Destas, cerca de 190 são indígenas e as demais vieram com imigrantes ao longo dos séculos XIX e XX. Considera-se também que o Brasil é um dos países com maior número de línguas ameaçadas de extinção, das 190 línguas indígenas, a grande maioria é falada por menos de 400 pessoas.

O processo de colonização do Brasil iniciou-se com o povoamento, a exploração e a dominação das atuais terras brasileiras por portugueses a partir do século XVI. Sabe-se que os colonizadores portugueses contataram os guaranis nas duas primeiras décadas do século XVI e que esse convívio foi se ampliando e intensificando nas décadas seguintes. O primeiro contato entre portugueses e os índios guaranis deu-se no litoral sul de São Paulo e, a partir daí, foram desbravando as comunidades mais meridionais, até a costa sul de Santa Catarina. Nos dois séculos que se seguiram, grupos guaranis foram alvo de práticas de escravização, caça por bandeirantes e objeto de ação missionária jesuítica. Durante esse período de colonização, para não se submeterem aos processos de "domesticação", os índios abandonaram as aldeias da costa atlântica.

No século XIX, os guaranis que escaparam dos colonos e das missões jesuíticas e conservaram sua autonomia estabeleceram-se num território que por muito tempo permaneceu inacessível. A partir do século XX, os estudos etnográficos, além de registrarem a presença de índios guaranis no litoral e a persistência de grupos guaranis em se fixarem na costa atlântica, permitiram

maior conhecimento de suas especificidades linguísticas e culturais, definindo as bases para a classificação de grupos guaranis na atualidade (Ladeira, 2004: 4). Esses aspectos reunidos e associados aos diversos movimentos migratórios dos guaranis permitem distinguir no território brasileiro pelo menos três grandes grupos e/ou dialetos guaranis: os nhandevas, os mbyás e os kaiowás.

Atualmente, os guaranis constituem-se numa população indígena expressiva, ocupando um espaço territorial que abrange vários países da América do Sul. O território ocupado pelos grupos guaranis compreende parte do Brasil, do Paraguai, da Argentina e da Bolívia. No Brasil, os grupos guaranis estão assim distribuídos: no litoral brasileiro (regiões Sul e Sudeste), as aldeias guaranis estão localizadas na faixa geográfica que se estende do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo e são formadas predominantemente por grupos familiares mbyás; já os kaiowás concentram-se, em sua maioria, no Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste; e os nhandevas convivem tanto com os kaiowás quanto com os mbyás, com aldeias em toda a porção centro-sul do país.

No que se refere à língua guarani, devemos considerar *a priori* a distinção comumente feita entre guarani antigo e guarani atual. Grannier (2002) assume o termo "guarani antigo" como sendo a denominação corrente para as variedades da língua guarani faladas e documentadas nos séculos XVII e XVIII em regiões sob o controle da Coroa espanhola, que correspondem hoje ao Norte da Argentina, ao Paraguai, e também ao Oeste e ao Sul do Brasil.

Quanto à língua "guarani atual", tem-se que não se pode estudá-la senão por meio de suas variedades, haja vista as implicações das dispersões geográfica, demográfica e linguística de seus falantes. Assim sendo, este capítulo busca tratar da língua guarani característica nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste brasileiras por intermédio de informações contidas em outras análises linguísticas realizadas para cada uma das variedades dialetais do guarani, a saber: para o mbyá, Martins (2003); para o nhandeva, Costa (2003) e Dooley (1982); para o kaiowá, Cardoso (2008) e José Filho (2000), e para um estudo comparativo das variedades, Dooley (1991).

Contato de língua e bilinguismo

É evidente que o contato linguístico possibilita a aparição de diversos fenômenos na fala do indivíduo bilíngue como resultado de sua familiaridade com mais de uma língua. De modo geral, entende-se por bilinguismo o uso

simultâneo de duas línguas distintas. Este fenômeno linguístico tem suscitado amplo debate entre estudiosos – linguistas, psicólogos, psicolinguistas etc. – além de ser tratado de acordo com o variar das abordagens teóricas.

Em seu *Languages in Contact*, Weinreich (1968, apud Carvalho, 1989) considera serem os falantes bilíngues a causa das interferências linguísticas e, consequentemente, dos empréstimos. Entretanto, quando duas línguas de estrutura bem diversa entram em contato, nenhuma ação modificadora se produz, a não ser empréstimos lexicais adaptados. Parece ser este o caso da maioria das línguas indígenas brasileiras e o português.

Carvalho (1989) tipifica o contato entre o português e o tupi (ou qualquer língua ameríndia) como sendo um contato formador de substrato linguístico. Contudo, nos remetemos a uma das teses de Mattoso para firmar que "não é possível falar em substrato indígena, dado que as línguas indígenas brasileiras são distintas tanto genética quanto tipologicamente" (Mattoso, 1963, apud Alkmim, 2005).

Em "O português brasileiro. Formação e contrastes", Noll (2008: 218) entende que o atual conhecimento acerca de possíveis influências linguísticas sobrevindas do contato entre línguas indígenas e o português brasileiro demonstra que no português não há, positivamente, influência de línguas indígenas (nem de línguas africanas), além daquelas relacionadas ao léxico e às expressões idiomáticas, uma vez que, nenhum desenvolvimento do português pode ser claramente classificado como sendo de origem indígena (ou africana).[1]

Assim sendo, tratar da "influência linguística" do guarani no português, só será possível no âmbito da descrição de fenômenos relativos à alternância de código (*code-switching*) decorrentes da situação bilíngue vivenciada nas comunidades indígenas guaranis. Entretanto, salientamos que aqui não se abordará este tipo de interferência linguística, restringindo-se ao estudo de influência linguística decorrente do processo de empréstimo gerado pela situação de contato entre as línguas guarani e português.

Descrição dos empréstimos: incorporação linguística do português no guarani

É comum uma língua tomar uma palavra emprestada de outra língua e incorporá-la em seu vocabulário. A esse processo dá-se o nome de empréstimo linguístico. Segundo Campbell (1999), o empréstimo linguístico não se restringe à incorporação de itens lexicais, uma vez que outros materiais

linguísticos como sons, regras fonológicas, morfemas gramaticais, padrões sintáticos, associações semânticas e estratégias discursivas, que têm origem em línguas estrangeiras, também podem ser emprestados.

O empréstimo implica em certo grau de bilinguismo, visto que resulta em um processo pelo qual uma língua (receptora) incorpora ao seu inventário léxico ou gramatical formas e padrões empregados em outra língua (fonte) com a qual mantém algum tipo de contato. Sabe-se que as línguas receptoras são geralmente línguas etnicamente minoritárias ou faladas por países econômica e politicamente dependentes.

Neste tópico, tratamos de empréstimos linguísticos resultantes do contato entre a língua-fonte (português) e a língua receptora (guarani). Para tanto, apontamos primeiro as estratégias que resultam em empréstimos lexicais:

(1) empréstimos de itens lexicais e gramaticais do português – situação em que um item do português é incorporado ao léxico do guarani;
(2) reconceituação ou extensão referencial – uso de palavras nativas guaranis com significado português, isto é, itens lexicais do guarani passam a se referir a novas entidades e situações conhecidas a partir do contato;
(3) criação lexical – formação de novas palavras com base semântica do português, criada para representar um novo conceito importado pela língua.

Em seguida, descreveremos outros tipos de empréstimos envolvendo itens gramaticais, além da mudança na ordem de palavras, que podem comportar mudanças sintáticas no guarani decorrentes do contato linguístico aqui estudado. Esclarecemos que, quando possível, identificamos os dados da língua guarani segundo suas variações dialetais utilizando as seguintes abreviações: para o nhandeva (nh), para o mbyá (mb) e para o kaiowá (k). Observe que os primeiros dados já apontam para este tipo de identificação dialetal. Em (1), mostramos casos de empréstimos de itens lexicais do português que foram incorporados de modo variável nos dialetos guaranis.

(1) a. *vycho / mbycho* (k) ~ *mymba* (nh) ~ *ymba* < 'animal doméstico'
b. *jakare* (k) ~ *siriri* (nh) ~ *jakare / pa'i* (mb) < 'jacaré'
c. *vaka / baka* (k) ~ *vaka/waka* (nh) ~ *vaka* (mb) < 'vaca'
d. *kavalu* (k) ~ *kavaju* (nh) ~ *kavaju* (mb) < 'cavalo / cavajo' (castelhano)
e. *vivero* < viveiro; *fita guasu* < fita de vídeo; *televizaw* < 'televisão'

Em (1a-d), temos exemplos de itens lexicais que podem ser identificados como sendo palavras mais antigas emprestadas do português, como *vycho*, 'bicho'; *vaka*, 'vaca'; *jakare*, 'jacaré', e *kavalu*, 'cavalo', que parecem refletir a adoção de nomes de animais que não eram "encontrados" ou "denominados" antes do contato com os portugueses. Já em (1e), os empréstimos são de palavras inseridas mais recentemente no léxico guarani.

No que se refere à variação dialetal, como a da palavra 'jacaré' (*jakare* [k e mb] ~ *siriri* [nh] ~ *pa'i* [mb]), podemos conjeturar que, no Brasil, coexistam situações de contato de línguas (língua/dialeto) que assinalam condições linguísticas desiguais, coexistindo diferentes níveis de contato. Por sua vez, estes níveis de contato podem, até mesmo, configurar diferenças quanto ao grau de bilinguismo entre os falantes dos três dialetos guaranis e o português.

Em (2), temos dados que exemplificam o uso de palavras nativas guaranis com significado ampliado por influência do contato com o português.

(2)	*item lexical guarani*	*conceito acrescido pelo contato*
	a. *inhãngue* < 'sua alma'	'sua foto'
	b. *py'a* < 'fígado'	'coração, tórax'
	c. *kuimba'e guive* 'de homem'	'masculino'
	d. *mitã'i hyru pe* 'criancinha na barriga'	'criancinha dentro do útero'

Podemos observar em (2) a *integração semântica* ocorrendo nos itens lexicais guaranis por meio do acréscimo de significação, decorrentes da *extensão referencial*.

Quanto à *criação lexical* (3), podemos verificar o uso deste recurso linguístico no discurso guarani, bem como o do empréstimo. Ambos coocorrendo de modo bastante produtivo.

(3)	*palavras do português*	*criação lexical*
	a. livro	*kwatia ne'e* (k) papel falar
	b. enfermeiro	*mba'asy nha-ngareko-ha* (k) doença nosso-curar -dor
	c. meu dinheiro	*cheviru* (k)
	d. remédio	*pohã* (k)
	e. comprar	*-jogwa* (k/nh)

Ainda com relação aos empréstimos lexicais guaranis, destacamos ocorrência de empréstimos tomados do castelhano (língua oficial nos demais países da América Latina). Em (4), podemos observar a influência linguística do castelhano junto aos dialetos guaranis falados no Brasil.

(4) a. *ohuga* < '(ele) joga'; *lusero* (k e nh) ~ *jasytata* (mb) < 'estrela'; *laguna* < 'rio, lagoa'
b. *tatá ipeliro* < 'el fuego es peligroso (fogo é perigoso)' (José Filho, 2000).

Embora haja empréstimos que sejam incorporados à língua guarani sem alterações de destaque, em muitos casos as palavras emprestadas são sujeitas a diferentes processos de alterações, que incluem adaptações/acomodações de natureza fonético-fonológicas, morfossintáticas e semânticas.

Do ponto de vista fonético-fonológico, é importante destacar as ocorrências de: (i) adaptação fonética (5); (ii) acomodação do padrão fonológico por acréscimo de consoantes epentéticas [ʔ] (a oclusiva glotal desvozeada, representada na grafia pelo diacrítico <'>), e [n] (a nasal alveolar vozeada, que ocorre em contextos nasais) (6a-b); iii) acomodação por recombinação do padrão silábico, bem como a adição do fonema [l] lateral alveolar vozeado (7).

(5) a. *vycho* ~ ***mb****ycho* < 'bicho, animal doméstico'
b. *vaka* ~ ***b****aka* ~ ***w****aka* < 'vaca'
(6) a. ***o'a****prende* < '(ele) aprende'; ***ro'a****sisti* < 'assistirmos'
b. ***inã****migo* < 'seu amigo'
(7) a. olumina < 'ilumina'; *ipeliro* < 'es peligroso'; luana (Luana); *televizaw* < 'televisão'

As adaptações fonéticas e as acomodações fonológicas comprovam os ajustamentos que a língua guarani promove ao tomar palavras emprestadas do português e incorporá-las ao seu léxico. Já o processo de adição de fonema legitima o intenso contato do guarani com as línguas europeias.

Em (8) trazemos um quadro apresentado por Dooley (1991: 8) que notifica uma mudança fonológica manifesta entre os dialetos guaranis, envolvendo a distribuição do fonema [h] fricativo glotal desvozeado):[2]

(8) A distribuição do fonema h

MEDIAL E INICIAL	INICIAL	NÃO OCORRE
avanẽém	mbyá	ñandeva
kaiwá		

A considerar o quadro apresentado por Dooley (1991), reiteramos a necessidade de estudos comparativos mais aprofundados que possam analisar o grau de contato linguístico existente entre estes dialetos guaranis e o português.

No que se refere ao processo de adaptação morfossintática, destacamos aqui a adaptação de verbos emprestados do português à estrutura morfológica verbal da língua guarani que se distingue da estrutura do verbo português, basicamente, por marcar a categoria flexional de número e pessoa prefixada à raiz verbal e não sufixada (9). Sublinhamos, ainda, o aditamento do morfema descontínuo de negação {nd(a)-...-i} do guarani em ambos os dados.

(9) a. *ndo**valei**ve* < 'não vale mais' (José Filho, 2000)
Nd -o -valer **-i** -ve
Neg-3ª-valer -neg-Int

b. *nẽ mediku ndo**kurai*** < 'nem o médico não cura'
nẽ mediku **nd** -o -kura-**i**
nem médico neg-3ª-curar-neg

Quanto aos nomes emprestados do português, ilustramos a acomodação destes em sintagmas posposicionais do guarani (10) e também a adaptação morfofonológica dos nomes que passam a marcar a categoria de posse (11).

(10) a. *aluno **ndive*** < 'com aluno'; *asude **gui*** < 'd(o) açude'
b. *kãmpo **pe*** < 'em campo'; *sidade **pe*** < 'n(a) cidade'

(11) a. *i-korasõsã* (k) ~ *i-py'a* (mb) < '(seu) coração'
b. *che-tio* (k e nh) ~ *t-uty* (mb) < 'meu tio/seu tio'

Além de itens lexicais, registramos empréstimos de itens gramaticais como conjunções (12 a-b) e de novas categorias morfológicas como a categoria de gênero e a de número nominal do português (13 a-b), que ocorrem com a adaptação de "velhos" morfemas da língua guarani.

(12) a. che ha'use gwaiaba **mas** cherai hasy < 'eu queria comer goiaba, mas meus dentes doem'
che ha'u-se gwaiaba mas che- rai hasyeu
comer-querer goiaba mas 1ªsg-dente doente

b. opama **então** upea nai)katui akontese < 'já terminou, então isso não pode acontecer'
o-pa -ma então upea na -ĩ) -katu -i akontese
3ª-terminou-já então isso neg-3ª-poder-neg acontece

(13) a. kuati-me[3] < 'quati macho'
quati-masc

b. inãmigo kwera < 'seus amigos'
in-amigo kwera
3ª-amigo plural

Segundo Thomason e Kaufman (1988, apud Gonçalves; Chimbutane, 2009), numa situação de contato entre uma língua estrangeira (fonte) e uma língua local (receptora), a mudança linguística nesta última verifica-se de forma mais sistemática na área do léxico, por meio de empréstimos lexicais. Estes autores admitem que, em caso de contato mais longo e consistente, as línguas locais podem incorporar também traços fonéticos, morfológicos e sintáticos.

Tal como previsto na teoria proposta por esses autores, os dados do guarani aqui descritos evidenciam a influência do português, sobretudo, manifesta no léxico. E quanto ao empréstimo manifesto na sintaxe, podemos, de igual modo, evidenciar mudanças sintáticas induzidas pelo longo contato com o português e também com o castelhano. A fim de não alongarmos esta descrição, citaremos apenas a mudança da ordem de palavras do guarani de SOV[4] para SVO, nos reportando, a princípio, ao texto de Dietrich (2009) e de Martins (2003).

Dietrich (2009: 9), ao tratar do "Cambio del orden de palabras em lenguas tupí-guaraníes", observa que, atualmente, há uma tendência à posposição, ou seja, ao uso da ordem SVO no guarani paraguaio. Segundo o autor, esta tendência deve-se à forte influência do castelhano, que, no caso do guarani paraguaio, o contato entre as línguas levou mais de quatrocentos anos.

Segundo Martins (2003: 163), a mesma tendência à posposição é observada junto a dados do mbyá oriundos de informantes jovens, indicando que o

processo de mudança de ordem também está ocorrendo em mbyá, possivelmente por influência do português.

Apresentamos (14) dados que ilustram a ocorrência da nova ordem preferêncial do guarani (kaiowá, nhandeva e mbyá), a ordem SVO.

(14) S V O

a. *jagwa oisu'u kunumî* < 'o cachorro mordeu o menino'
jagwa o- i-su'u kunumî
cachorro 3ª(A)-dir-morder menino-Acus

b. *xee a-ø-exa Maria pe* < 'eu vejo Maria' (Martins, 2003: 90)
eu 1sg-Rel-ver Maria

Temos que essa *mudança da ordem de palavras* do guarani de SOV para SVO tem sido entendida como manifestação de influência sintática promovida por línguas tipologicamente distintas, no caso as línguas europeias (português e castelhano) que estão em situação de contato íntimo há muito tempo.

Por fim, vale ressaltar que esse processo de *empréstimo sintático* em guarani, por implicar numa mudança tipológica (mudança na ordem de palavras) promovida por línguas tipologicamente distintas, se configura como mais um contraexemplo à hipótese de compatibilidade estrutural de Allan (1980, apud Harris; Campbell, 1995: 123), que postula haver influência sintática apenas quando duas línguas têm "uma boa dose de similaridade sintática", ou seja, quando ambas são tipologicamente semelhantes.

Considerações finais

Neste capítulo, de modo preliminar, tratamos da situação de contato linguístico entre o guarani e o português, línguas que coexistem nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste brasileiras. Compreendemos que, a depender do tipo de situação de contato de línguas, da intensidade deste contato, do tipo de interação e do grau de bilinguismo existente na sociedade, modificar-se-á a forma de adoção e adaptação de empréstimos linguísticos em uma e em outra língua.

O contexto sócio-histórico revela que a origem do contato entre o guarani e o português envolve um longo tempo, caracterizando o contato íntimo entre estas línguas. A natureza deste tipo de contato induz à adoção de empréstimos linguísticos envolvendo a ampliação lexical de ambas as línguas. De modo geral, pudemos notar que o contato íntimo entre o guarani e o português não produziu nesta língua nenhuma ação modificadora, a não ser empréstimos lexicais adaptados, o que corrobora com a ideia de que o contato entre línguas de estruturas bem diversas não produz mudanças gramaticais.

No que se refere à influência linguística do português no guarani, tida também por conta da situação de contato íntimo entre estas línguas, pudemos verificar uma ampla adoção de empréstimos linguísticos lexicais e não lexicais que ocasionaram inovações e mudanças linguísticas no guarani. A partir disso, sugerimos que as mudanças linguísticas ocorridas no guarani (principalmente a sintática), por implicar mudança em sua tipologia, sirvam de contraexemplo à ideia de que o contato entre línguas tipologicamente distintas não produz mudanças gramaticais.

Por fim, consideramos que a assimetria observada nos distintos níveis de influência linguística manifestas na língua portuguesa e na língua guarani resulta, basicamente, de mais dois fatores, para além do contato íntimo: o *sociopolítico*, uma vez que o uso da linguagem está intimamente ligado ao poder político, social e econômico da língua majoritária, bem como ao *bilinguismo social* presente nas comunidades indígenas guarani que, atualmente, parece difundir mais o bilinguismo do que o monolinguismo em determinadas situações da fala. No entanto, esse assunto de relevada importância deverá ser objeto de novos estudos sobre o contato entre a língua guarani e o português.

Notas

1 Nos séculos XVII e XVIII, quando se firmou o contato linguístico entre o guarani (antigo) e o português, ocorreu a maioria dos empréstimos de itens lexicais tomados pela língua portuguesa. Esses itens lexicais, em geral, pertencem ao campo semântico da fauna e da flora, além de topônimos, tendo em vista realidades desconhecidas e sem formas de nomeação dentro do léxico já existente no português. São exemplos: quati, abacaxi, Jaguapiru etc.

2 Vale informar que os nhandevas que vivem com o grupo kaiowá nas comunidades indígenas da região Centro-Oeste brasileira ainda usam o fonema [h].

3 O morfema {-me}, 'gênero masculino', vem de {-mena}, 'esposo'.

4 S = sujeito; V = verbo e O = objeto.

Bibliografia

ALKMIN, Tânia A. (2005). "Hipótese crioulista" de Mattoso para o português do Brasil. *Estudos da Lingua(gem)*. Vitória da Conquista, n. 2, dez. 2005, 105-114.

APPEL, René; MUYSKEN, Pieter (1989). *Language Contact and Bilingualism*. London: Edward Arnaold.

CAMPBELL, Lyle (1999). *Historical Linguistics: an introduction*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press. Chambers.

CARDOSO, Valéria F. (2008). *Aspectos morfossintáticos da língua kaiowá (guarani)*. Campinas: Unicamp, tese de doutoramento.

CARVALHO, Nelly (1989). *Empréstimos linguísticos*. São Paulo: Ática.

COSTA, Consuelo de Paiva Godinho (2003). *Nhandewa Aywu*. Campinas: Unicamp, diss. de mestrado.

DIETRICH, Wolf (2009): Cambio del orden de palabras em lenguas tupí-guaraníes. *Cadernos de Etnolinguística* 1.3, 1-11.

DOOLEY, Robert A. (1982). *Vocabulário do guarani: vocabulário básico do guarani contemporâneo* (dialeto mbüá do Brasil). Brasília: Summer Institute of Linguistics.

_____ (1991). Apontamentos preliminares sobre Ñandéva guarani contemporâneo. *Arquivo Linguístico* n. 197. Brasília: Summer Institute of Linguistics.

GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano (2009). Assimetrias da mudança linguística em situação de contato de línguas: o caso do português e das línguas bantu em Moçambique. In: CARVALHO, Ana M. (org). *Português em contato*. Madrid: Iberoamericana; Vervuert, 31-51.

GRANNIER, Daniele M. (2002). *Aspectos da morfossintaxe do guarani antigo*. Maceió: Ufal, tese de doutoramento.

HARRIS, Alice; CAMPBELL, Lyle (1995). *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

JOSÉ FILHO, Antonio (2000). *A língua dos kaiowá/guarani: interferências, empréstimos e xenismos*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, diss. de mestrado.

LADEIRA, Maria I. (2004). Terras indígenas e unidades de conservação na Mata Atlântica: áreas protegidas? *Revista Marandu* (eletrônica). Brasília, CTI.

MARTINS, Marci F. (2003). *Descrição e análise de aspectos da gramática do guarani mbyá*. Campinas: Unicamp, tese de doutoramento.

NOLL, Volker (2008). *O português brasileiro. Formação e contrastes*. São Paulo: Globo.

Os brasiguaios no Brasil. Aspectos fonéticos, gramaticais e lexicais

Wolf Dietrich

O fenômeno dos brasiguaios

Entendemos aqui por brasiguaios a população brasileira bilíngue em guarani e português que se compõe de imigrantes paraguaios ou descendentes de paraguaios que imigraram nas partes ocidentais do Brasil no decurso do século XX. Esta contribuição baseia-se nos resultados obtidos nas coleções de dados para o *Atlas linguístico guarani-românico* (*ALGR*) de Dietrich e Symeonidis (2009) no Brasil, realizadas na região da maior presença de brasiguaios bilíngues, isto é, no Mato Grosso do Sul e no oeste do estado do Paraná entre 1998 e 2004.[1] O *ALGR* segue o modelo do *Atlas diatópico e diastrático do Uruguai* (*ADDU*) de Thun e Elizaincín (2000). Distingue-se de todos os projetos anteriores pelo fato de incluir, pela primeira vez, o estudo de uma língua indígena sul-americana, o guarani. Trata-se efetivamente do contato entre o guarani e o espanhol tal como se apresenta no Paraguai e em partes limítrofes da Argentina, assim como entre o guarani e o português em partes limítrofes do Brasil. Em 2002, publicou-se um atlas prévio (*ALGR-Sociología*) que abrange só o Paraguai, mas com mais pontos explorados, e que se limita às questões sociolinguísticas (Thun, 2002). Todos os atlas linguísticos mencionados caracterizam-se pelo método pluridimensional, ou seja, pela distinção, em cada lugar explorado, de duas classes sociais, definidas pela extensão da instrução escolar, e de duas faixas de idade.[2]

O território que abrange o *ALGR* corresponde à antiga zona guaranítica, quer dizer, a zona de influência das missões jesuíticas dos séculos XVII e XVIII. Na geografia política de hoje, este território compreende a totalidade da República Paraguaia, as províncias argentinas de Corrientes, Misiones, e partes de Formosa, Chaco e Santa Fe; além disso, abrange parte do estado brasileiro do Mato Grosso do Sul que se estende entre Campo Grande, Dourados e a fronteira paraguaia. Da exploração da faixa da fronteira de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande de Sul resultou que, naquelas regiões, não há grupos significantes de falantes bilíngues guarani-português. No Paraná, só em lugares de fronteira, como Guaíra e Foz do Iguaçu, existem alguns falantes de guarani, graças aos contatos com o Paraguai. Em todo o sul do Brasil não se ficaram vestígios linguísticos da missão jesuítica. No sul do Mato Grosso do Sul o guarani entrou com os emigrantes paraguaios a partir de finais do século XIX. O termo "românico", que figura na denominação do "atlas guarani-românico", refere-se precisamente ao contato do guarani com duas línguas românicas, o espanhol e o português.

Hoje, o guarani é a língua materna de mais de 90% dos paraguaios e, a partir de 1992, a segunda língua oficial do país, ensinada nas escolas primárias e, em parte, nas secundárias, ao lado do castelhano. Na Argentina, segundo o resultado das nossas pesquisas, o guarani da província de Corrientes tem um caráter e uma evolução independente do Paraguai. É a língua cooficial naquela província desde 2004. Na província de Missiones a existência de falantes do guarani deve-se sobretudo à imigração de paraguaios, na província do Chaco, principalmente à imigração de correntinos e de paraguaios. Os falantes bilíngues do leste da província de Formosa são, na sua maioria, descendentes daqueles paraguaios que ali viviam quando o Paraguai teve que ceder esta parte de seu território à Argentina depois da sua derrota na Guerra da Tríplice Aliança, em 1874.

Com respeito ao Brasil, não tínhamos conhecimentos exatos, antes da primeira exploração realizada em território brasileiro em 1998, nem sobre a extensão, nem sobre a natureza da língua guarani e as suas interferências no português regional. Acabamos a coleção de dados nos municípios sul-mato-grossenses de Amambai, Ponta Porã, Caarapó, Dourados e Campo Grande. Sabemos que a situação da diglossia é mais ou menos a mesma em Bela Vista, Maracaju, Porto Murtinho, Aquidauana, Rio Brilhante, Ivinhema, Juti, Jatei, Fátima do Sul, Mundo Novo e até em Corumbá, para não falar da importante comunidade de São Paulo/SP. Quanto mais as cidades são vizinhas

do Rio Paraná, como, por exemplo, Naviraí, Bataiporã, Anaurilândia, mais os falantes bilíngues são raros. Em cada um dos lugares explorados, porém, os falantes bilíngues também não abundam. Muitos sabem um pouco de guarani, mas não têm conhecimentos suficientes para o interrogatório completo. Outros falam bem, mas não têm com quem conversar em guarani, faltando-lhes a comunidade linguística da sua terra.

Segundo a nossa experiência, existem dois tipos de falantes bilíngues no Mato Grosso do Sul: primeiro, o caso frequente do falante bilíngue isolado tanto da geração velha como da nova. Nesse caso, só um membro da família fala guarani, a parceira ou o parceiro, sendo em geral brasileiro, muitas vezes paulista, mineiro, sul-rio-grandense, sem conhecimentos do guarani. A língua da família é o português, ao passo que o guarani se fala só em ocasiões raras, no encontro com um irmão, uma irmã, a mãe ou com amigos na Associação Paraguaia da Terra, no melhor dos casos duas ou três vezes por mês. O guarani, neste caso, fica reduzido à memória do falante e, muitas vezes, palavras e expressões vão-se perdendo, faltando a introdução de outras, novas, no uso do falante. É um guarani que contém muitos arcaísmos (lembranças da língua da mãe, de expressões usadas antes pelos tios, aprendidas na escola etc.), mas a língua está morrendo, já que o falante vai se esquecendo das riquezas expressivas da sua língua.

O segundo tipo, mais raro, é o do guarani vivo da gente que está em contato permanente com paraguaios e que viaja constantemente ao Paraguai. De tudo isso concluímos que a presença do guarani é um fenômeno dos paraguaios emigrados, não dos brasileiros mesmos.

Assim como em Guaíra (PR), os jovens falantes do guarani no Mato Grosso do Sul são mais raros que os velhos. Em Ponta Porã, município brasileiro que faz ligação com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, a influência paraguaia é bastante sensível e os falantes do guarani não são raros, já que muitos deles vivem do lado paraguaio, em Pedro Juan Caballero. Entre estes "brasiguaios" é muitas vezes difícil delimitar a nacionalidade, já que os membros de uma mesma família costumam ter nacionalidade diferente.

A presença de falantes de guarani explica-se pela emigração paraguaia do século XX. Os conhecimentos do guarani, em alguns casos de lugares vizinhos da fronteira com o Paraguai, como Guaíra, Iguatemi, Amambai, Ponta Porã, estão ligados aos do espanhol, ao lado do português. Lá onde o guarani se transmite à geração nova, a tradição espanhola vai-se perdendo, entrando o guarani, dessa maneira, em contato direto com o português. O português está

presente também do lado paraguaio, em lugares fronteiriços como Saltos del Guairá, Capitán Bado, Pedro Juan Caballero e Bella Vista.[3]

Guarani e tupi

Embora os brasiguaios não sejam representantes da tradição tupi da costa atlântica do Brasil, a língua deles não é muito diferente do tupinambá do século XVI e da língua brasílica dos séculos XVII e XVIII. Trata-se, em muitos casos, de diferenças como as que existem entre o espanhol e o português ou entre o português medieval e o português moderno. No centro da gramática das línguas tupis-guaranis está, por um lado, a distinção entre verbos e nomes. Os verbos, intransitivos e transitivos, têm prefixos para indicar a pessoa do agente:

Guar. *a-puka* 'eu rio'	*ro-puka* 'nós rimos (eu e elas/eles, mas você(s) não)'
	ja-puka 'nós rimos (eu, você(s) e eles/elas)'
re-puka 'você ri'	*pe-puka* 'vocês riem'
	o-puka 'ele/ela, eles/elas riem'

As línguas tupis-guaranis distinguem o "nós" exclusivo, que exclui a pessoa do interlocutor, do "nós" inclusivo. Na terceira pessoa há uma mesma forma para singular e plural, para masculino e feminino. Os linguistas dizem que estas línguas não distinguem nem o número, nem o gênero ou sexo. Elas são diferentes do português e de outras línguas de origem europeia porque até os nomes podem formar predicados, como os verbos. Assim, essas línguas podem funcionar sem verbos existenciais, como *ser* e *ter*, e sem cópula nos predicados nominais. Neste caso, os nomes recebem a determinação pessoal nominal, que, à exceção das formas da 3ª pessoa, corresponde às formas átonas dos pronomes pessoais:[4]

Guar. *che kyse* 'eu faca', 'minha faca'	*ore kyse* 'nossa faca (excl.)'
	ñande kyse 'nossa faca (incl.)'
nde kyse 'tu faca', 'tua faca'	*pende kyse* 'vossa faca, faca de vocês'
	i-kyse 'sua faca (dele/dela, deles/delas)'

Para que uma destas expressões tenha o valor de predicado nominal, precede-lhe o sujeito, por exemplo: Guarani *Mario i-kyse*, 'Mário sua-faca',

ou melhor, 'existe a faca de Mário', 'Mário tem uma faca'. A marca *i-* da 3ª pessoa dá à expressão um valor predicativo. *Kua kuña i-puku*, 'esta mulher seu comprimento', 'esta mulher tem comprimento/altura', 'esta mulher é alta'.

Nestes exemplos não só vemos as estruturas básicas da sintaxe guarani, mas também uma distinção das classes de palavras bem diferente da do português. Não há indício morfológico ou sintático para distinguirmos entre substantivo e adjetivo, nem entre "ser" e "ter".

Tanto o tupinambá como a língua brasílica e também o guarani apresentam o fenômeno morfológico que os linguistas chamam de "flexão relacional". Trata-se de marcar, por prefixos, duas relações sintáticas diferentes. A primeira, marcada por *r-*, indica que o nome caracterizado por este prefixo é determinado pelo elemento nominal ou pronominal precedente. Marca a contiguidade destes nomes que formam um sintagma:

Guar. *Mário r-a'y* ('Mário CONT-filho', 'o filho de Mário')
che r-a'y ('eu CONT-filho', 'o filho de mim', 'meu filho')

O segundo exemplo evidencia que o que traduzimos por um adjetivo possessivo em português ("meu") não corresponde a esta categoria de palavras gramaticais, já que, em guarani, se trata da mesma construção sintática que existe na construção "genitiva" *Mário ra'y*, 'o filho determinado por Mário', 'o filho de Mário', (compare-se também o topônimo *Caarapó* do Mato Grosso do Sul, lugar de inquéritos do *ALGR*, parágrafo 1, que significa 'as raízes da erva-mate', do guarani *ka'a r-apo*, 'erva-mate CONT-raíz(es)').

O segundo tipo de flexão relacional é aquele que, geralmente marcado pelo prefixo *h-* em guarani, *s-* em tupinambá, indica que o nome não é contíguo ao precedente, mas que é predicativo, comparável à marca *i-* dos nomes não caracterizados pela flexão relacional: Guarani *h-aku*, tupinambá *s-akub-a*, 'faz calor, é quente'; guar. *h-asy*, tupi *s-asy*, 'existe seu dor/sua doença, dói/está doente'. Os prefixos *h-*, *s-*, que marcam a relação da 3ª pessoa, expressam também a posse da 3ª pessoa neste tipo de nomes: guar. *h-esa*, tupi *s-esa*, 'seu(s) olho(s)', guar. *h-esa h-asy*, tupi *s-esa s-asy*, 'seu(s) olho(s) está/estão doentes', 'ele(s)/ela(s) tem/têm uma doença dos olhos'.

Existe um terceiro tipo de flexão relacional, geralmente em *t-*, que justamente indica que não há relação sintática, nem de contiguidade, nem de 3ª pessoa ou de predicatividade. É a forma designativa, a forma dos dicionários: guar. *t-aku*, tupi *t-akub*, 'calor', *t-asy*, 'doença'. Em alguns casos, sobretudo nos

nomes de parentesco, o prefixo *t-* serve também para a expressão da posse da 3ª pessoa: tupi *t-a'yr-a*, 'seu filho'; *t-ajyr-a*, 'sua filha'; *t-ub-a*, 'seu pai'. Embora o guarani não tivesse nem consoantes finais nem casos, no guarani paraguaio moderno aparecem formas duplas como, por exemplo, *che r-a'y*, 'meu filho', mas *t-a'ýra*, 'filho', e até *i-ta'ýra*, 'seu filho'; *che r-ajy*, 'minha filha', mas *t-ajýra*, 'filha', *i-tajýra*, 'sua filha'; *che r-u*, 'meu pai', mas *t-úva*, 'pai', *i-túva*, 'seu pai'.

Uma particularidade do tupinambá e de outras línguas tupis-guaranis do centro e norte do Brasil era o funcionamento de casos nominais. O chamado caso argumentativo, marcado pelo sufixo átono *-a*, indicava a função sintática de sujeito ou objeto direto do verbo, ao passo que o sufixo não aparecia nos complementos circunstanciais, de lugar, de instrumento ou de modo, por exemplo. Na língua brasílica dos séculos XVII e XVIII, o sistema de diferenciação casual foi abandonado e o sufixo *-a* perdeu sua função, mas se conservou, em geral, na forma então invariável do lexema. Desta maneira aparece ainda hoje em inúmeros topônimos brasileiros como *Ipanema* (< *y-paném-a*, 'água/rio inútil (porque sem peixe)', *Uberaba* (< *y beráb-a*, 'água/rio brilhante'), *Curitiba* (< *kurïý týb-a*, 'plantação de pinheiros bravos', 'pinhal'), *Ubatuba* (< *u'ubá týb-a*, 'plantação de cana de flecha')[5] etc. A conservação da vogal átona final contribuiu para manter a consoante final original do tupinambá, perdida em outros casos. Estas formas as adotaram também os padres jesuítas do Paraguai que catequizaram os índios guaranis e "reduziram" sua língua em arte, fixando os usos vários numa gramática escrita. A gramática do tupinambá, da "língua mais falada na costa do Brasil", de autoria do padre Anchieta (1595), serviu de modelo para a gramática do padre Ruiz de Montoya (1993 [1640]). Daí que temos ainda no guarani paraguaio moderno formas como *óga*, 'casa', *okára*, 'exterior, gente do campo', e as palavras mencionadas anteriormente (*ta'yra*, *tajýra*, *túba*).

A língua dos brasiguaios

Particularidades fonéticas

A seguir vamos descrever os traços linguísticos concretos que resultam do contato linguístico da "zona guaranítica" brasileira. Esta análise

baseia-se nos resultados dos dados obtidos nos interrogatórios em Guaíra (Paraná) e Ponta Porã, Caarapó, Amambai, Dourados e Campo Grande (Mato Grosso do Sul).

Em primeiro lugar, podemos afirmar que o *ALGR* não é interessante somente para o guarani ou para os que quiserem estudar o contato linguístico particular. O atlas dá informações novas também sobre a fonética, a sintaxe e o léxico português de uma região brasileira pouco estudada até agora. Confirma o que Noll (2008) diz no manual sobre o português do Brasil de hoje e a sua história, no qual o autor dá mapas sobre a distribuição e extensão de fenômenos tão típicos como, por exemplo, o *chiamento*, isto, é a pronúncia da /s/ final e da /s/ implosiva como fricativa alveolar [ʃ], como em Portugal, no Rio e em outras zonas menores da costa de São Paulo e Santa Catarina e, além disso, em Cuiabá e em Belém, ao passo que a situação é mais complicada no resto da Amazônia (Manaus, Santarém) e no Nordeste, onde se observa uma diferença entre a posição final e a implosiva. Para a maior parte do Sul, Sudeste e do Centro (Goiás), Noll (2008: 65) indica a pronúncia arcaizante do /s/ implosivo como fricativa dental [s]. Sobre o oeste do Paraná e o sul e centro do Mato Grosso do Sul podemos dizer agora que se comportam como todo o Sul brasileiro, isto é, que também aí observamos a realização [s].

Com respeito à palatalização do nexo /t/ e /d/ mais vocal palatal, observamos outra atitude conservadora, análoga à da capital paranaense, Curitiba, quer dizer, a maioria dos informantes em Guaíra e Amambai mantém as oclusivas /t/ e /d/ em *noite*, *doente*, *pedir*, *dirigente* etc. e só algumas mulheres jovens realizam [ˈnojtʃi], [doˈẽtʃi], [peˈdʒir] etc., talvez pela influência da televisão de São Paulo. Nestas jovens observamos até palatalizações progressivas do tipo [vĩtʃiˈojtʃu] para *vinte e oito*, conhecidas também noutras regiões brasileiras. É sumamente significante, neste contexto, que a conservação da pronúncia [ˈnojt] etc. coincide com a redução da vogal /e/ final a um *schwa*, [nojtə], como em Portugal em *noite*, *doente*, *distante*, *praticamente*; não se observa o fechamento em [-i], com é geral em grandes partes do Brasil: [ˈnojtʃi], [doˈẽtʃi], [sɔˈmẽtʃi], senão na fala de algumas mulheres jovens.

A atitude conservadora respectiva encontra-se também numa minoria de falantes em Ponta Porã, Caarapó, Dourados e Campo Grande, mas só em falantes bilíngues. Ali parece ser uma característica destes falantes, que serve para distinguirem-se do sotaque paulista.[6]

Todos os informantes mantêm a oposição /j/ - /ʎ/ e /l/ - /ʎ/, não se apresentando nenhum caso da desfonologização tão popular no português brasileiro, a segunda ([l] em lugar de [ʎ], sobretudo na linguagem popular do Nordeste, isto é, na nossa zona não aparecem nem [mu'jɛ] nem [mu'lɛ] para *mulher* (cf. Noll, 2008: 75, 241-242). Este caráter conservador observa-se também na zona do contato guarani-espanhol, digamos, no Paraguai e na Argentina, onde o *yeísmo* é típico do espanhol regional da maior parte da América espanhola, com a exceção da zona guaranítica e das variedades andinas da Bolívia e do Perú, onde se explica pelo contato com o quéchua.[7] Na zona guaranítica, o fenômeno não se deve diretamente à influência do guarani, já que esta língua não tem um fonema /ʎ/, mas a conservação da oposição /j/ - /ʎ/ resulta da marginalização histórica da região, caracterizada por uma aversão aberta dos falantes às inovações rio-platenses.

A realização do fonema /r/ apresenta um problema complexo que vai se estudar de maneira sistemática no volume III (Fonética e Fonologia) do *ALGR* (em preparação). A impressão geral é que a geração nova dos informantes já adotou o chamado *r*-caipira em posição implosiva, quer dizer, a realização retroflexa, típica do interior do estado de São Paulo, que parece que se estende rapidamente, pois que existe outra vez um fenômeno semelhante, pelo lado hispanófono, em toda a zona de pesquisa. Não é uma influência do guarani, mas, ao contrário, é uma inovação que entra também no guarani. Faz diferença, porém, com o mundo hispanófono o fato de o /r/, em posição final, apresentar um enfraquecimento geral, com as variantes [-ʰ], [-ɹ] e [-ɻ]. Esta última realização, a retroreflexa, é a que se encontra, em variação espontânea com [-r], na fala da geração I, sendo [-r] a solução conservadora da geração II, pelo menos na maioria dos casos.

A realização [h] do fonema /r/ em posição inicial, tão geral no português brasileiro, é uma inovação na zona guaranítica do Brasil aqui mencionada, inovação essa que carateriza a fala dos jovens, ao passo que a geração II, na sua maioria, parece preferir parcialmente uma norma mais antiga, isto é [r̄] ou [h], mas não o [ʀ] da norma lisboeta. Os mesmos falantes da geração II conservam a oposição /r/ [r] - /r̄/ [ʀ] na posição intervocálica. Esta última oposição, perdida, em geral, na zona guaranítica espanhola pelo contato com o guarani, que não a conhece, parece manter-se melhor na zona guaranítica brasileira. Apesar da extensão de inovações fonéticas na geração nova, a região estudada apresenta geralmente um caráter bastante conservador, acentuando assim a posição marginal da zona no conjunto da realidade linguística brasileira.

Gramática e sintaxe

Com respeito à influência do guarani na fala dos que têm o guarani seja como língua materna, seja como segunda língua ao lado do português e, como já vimos, em muitos casos, ao lado do castelhano, não é sempre fácil decidir quais são os traços da língua popular e quais os da interferência ou do interestrato do guarani.[8]

Em primeiro lugar notamos certa insegurança com respeito ao gênero e número do substantivo, categorias que não existem no guarani. Exemplos disso são *as banana é bom*, *as banana é boa*, *uma bala prateado*, *uma cabeça enterrado*, *seu cachorro já cresceu todos*. É verdade que, na linguagem popular brasileira, a marcação do número é reduzida em comparação com a norma da língua-padrão, já que se faz somente uma vez por sintagma nominal (p. ex., *as beleza do lugá*[n]), mas isso não explica casos como os mencionados (*as banana é boa*; *seu cachorro já cresceu todos*), em que nem a cópula nem o adjetivo predicativo desprovido da marca do plural correspondem ao uso da linguagem popular, mas antes à sintaxe do guarani. No seguinte exemplo vê-se um caso da neutralização da oposição singular-plural, exemplo no qual o contexto indica claramente a intenção semântica do falante (tradução do guarani): *As duas menina são linda. Tem muito rapaz que quer levar ela para baile* (Guaíra, PR, classe baixa, geração II). Na realidade, o singular genérico do sujeito se reúne com a neutralização do número na forma *ela*, que no português popular do Brasil é a do pronome de complemento de objeto.

Observa-se também um uso "errado" da forma neutra *tudo*: *Seu cachorro já cresceu tudo/está já tudo grande*, como se *tudo* fosse o advérbio de *todo/toda*. Trata-se de uma forma hipercorreta, já que a forma neutra *tudo*, inovação bastante recente na morfologia portuguesa, como se sabe, não entrou na fala popular brasileira.

Em muitos verbos, o guarani apresenta um conceito local diferente do português, por exemplo, um conceito separativo com verbos como *soltar*, *largar* ou *perder*. Pode suceder que os falantes do guarani mantenham essa ideia quando lhes pedimos a tradução de uma expressão em português, por exemplo, em *Soltou/largou do seu cachorro*, *se perdeu/sumiu dele um documento*. Só alguns informantes, sobretudo da classe alta, traduziram por *Ele largou seu cachorro*, *perdeu um documento*, muitos, porém, até recusaram estas construções achando-as estranhas, preferindo *Ele soltou do seu cachorro* e *Se sumiu dele um documento*. Afirmações como *Um cachorro doente me mordeu*

na perna ou até *mordeu na minha perna* correspondem à sintaxe guarani e à sintaxe do interestrato dos falantes bilíngues, tanto que denunciaram orações da língua correta, por exemplo, *O cachorro mordeu minha perna*, como não comuns. O aspecto destinativo do guarani, que se usa em substantivos referentes a objetos que ainda não estão ao alcance da vista ou da mão, reflete-se em construções do tipo *Vou comprar para minha roupa*, solução espontânea de alguns informantes, sobretudo da geração II, ao lado da variante *Vou comprar a minha roupa*, solução proposta por dois informantes jovens. Porém, a expressão preferida da maioria dos falantes é a da norma portuguesa: *Vou comprar roupa para mim*, na qual a "destinação" se expressa não no complemento de objeto (*roupa*), mas no complemento circunstancial.

Léxico

Nesta seção vamos caracterizar o uso do léxico português dos falantes bilíngues guarani-português da zona aqui descrita. Trata-se de caracterizar o léxico destes falantes, todos informantes do *ALGR* (cf. Dietrich e Symeonidis, 2009), de maneira seletiva, baseando-nos em alguns mapas do *ALGR*, cujo foco é o léxico do corpo humano e de deficiências corporais. O objetivo da seleção dos termos, em geral muito específicos, foi analisar a disponibilidade léxica dos falantes, para detectar, por um lado, predileções ou restrições e, por outro, diferenças entre os grupos sociais e possíveis influências do guarani paraguaio. De uma maneira geral, o léxico português – neste caso muito específico – que usam os falantes bilíngues interrogados pelos autores e colaboradores do *ALGR* é o do português popular, caraterizado pela recusa de termos cultos, expressões típicas da vida urbana, por alguns traços arcaizantes e por algumas restrições devido à influência do guarani, que para certos falantes é a língua materna.

Os mapas 21 e 22 do *ALGR* referem-se às expressões para 'quem não tem os dois olhos ou tem só um olho' (mapa 21) e para 'estrábico' (mapa 22). Para o primeiro significado, o termo *caolho* apresenta uma distribuição interessante. Mais da metade dos 22 informantes (20 nas cinco localidades do Mato Grosso do Sul, 2 em Guaíra, PR) desconhece o termo. Parece que esse brasileirismo oriundo do Nordeste, composto do quimbundo *ka* ('pequeno') e *olho*, não é popular na zona brasileira do *ALGR*, mas se aprende na escola. Também no caso de *zarolho*, palavra que compreende os dois significados, 'quem só tem um olho' e 'estrábico', quase todos os informantes – com a exceção de dois

informantes idosos da classe social baixa – aceitam esta forma castiça, ao passo que ninguém mencionou a forma *zanolho*, mais regional, que poderia ser uma forma arcaizante do Nordeste brasileiro. Não se deve esquecer que a maioria dos habitantes do Mato Grosso do Sul é descendente de gaúchos. Muitos dos falantes bilíngues guarani-português, porém, aprenderam o português como segunda língua, isso significa que não dispõem de todos os registros da língua.

Estrábico é um termo da língua culta que ignoram quase todos os informantes da classe social baixa e também os jovens das duas classes sociais de Campo Grande, Ponta Porã e Amambai (MS). Os poucos falantes que não conhecem *estrábico*, *zarolho* e até *vesgo* usam *vísko*, que é a palavra espanhola, mas também o termo popular do guarani paraguaio moderno.

Os dentes molares do fundo da boca chamam-se *dentes do juízo* na língua moderna castiça, *dentes do siso* na língua tradicional. Os mapas 32.3 e 32.4 do *ALGR* mostram uma preferência para o termo moderno, o que se explica pelo fato de que o português dos termos específicos e da linguagem seccional foi aprendido na escola. Alguns falantes bilíngues que desconheciam ambos os termos propuseram termos descritivos como, por exemplo, *dentes do fundo*.

Os mapas 35.7 e 35.8 do *ALGR* apresentam expressões para a 'pessoa que não ouve ou que não ouve bem'. Todos os informantes conhecem *surdo*, mas ninguém, com a exceção de um falante idoso da classe alta de Dourados (MS), aceita *mouco*, palavra da linguagem "fina" de São Paulo, como opinam alguns. Da mesma maneira, a expressão *surdo que nem uma porta* é considerada própria da conversação elegante urbana, recusada pela maioria dos informantes bilíngues, que preferem uma linguagem natural, simples.

O pomo de Adão é uma parte do corpo humano que tem pouco interesse para os falantes do guarani e que, por isso, não tem uma designação única naquela língua. Guarani *Ajúra kangue* significa, literalmente, 'osso do pescoço', *ajúra tĩ*, 'ponta do pescoço'. A metade dos informantes aceita *pomo de Adão*, a outra não, preferindo geralmente *gogó*, voz popular derivada provavelmente de *goela*, ou *cogó*, confusão de *cogote* e *goela*, ou também *caroço* (cf. os mapas 41.4 e 41.5 do *ALGR*; cf. também o mapa 69 do *Atlas linguístico do Paraná*. Aguilera, 1994, com a mesma temática).

Os mapas 44.5-44.8 mostram a distribuição das respostas dadas à pergunta "Como se chama uma pessoa que tem as costas tortas?" A maioria dos informantes conhece e usa *cacunda* e *corcunda*, em construções como "tem cacunda", "tem corcunda", mas muitos usam *corcunda* também como adjetivo, como em "ele é corcundo". Nenhum dos informantes bilíngues do *ALGR* conhece

as palavras *giboso*, *gibudo*. O arcaísmo *giboso*, porém, é bem arraigado nos velhos centros de povoamento do Paraná, no sul e sudeste.

A pessoa que só tem uma mão chama-se *manca de mão*, *maneta*, *cotó* ou *tocó*. Pelo menos estas foram as sugestões propostas aos informantes bilíngues do *ALGR* (mapas 45.4- 45.7). *Maneta* foi a solução espontânea de três informantes de Amambai (MS), ao passo que a maioria dos informantes das outras localidades recusou o termo, preferindo alguns *manco de mão*. Poucos informantes aceitaram *cotó*, palavra que parece ser uma forma expressiva de *coto*, 'parte restante de membro do corpo humano amputado (braço ou perna)', menos ainda *tocó*, que parece ser a contaminação típica de alguns falantes bilíngues do espanhol *tocón* ('toco') com *coto* e *cotó*.

Na linguagem informal conservaram-se formas históricas, hoje arcaizantes, de certos termos da língua-padrão. Um destes, *umbigo*, é o tema dos mapas 62.3-62.8 do *ALGR*, nos quais se evidencia que as formas *embigo* e *imbigo* são populares na região, *imbigo* mais que *embigo*, ao lado de *umbigo*, que é a forma *standard* para todos, com a exceção de dois indivíduos idosos que só aceitaram *embigo* e *imbigo*. A forma *umbrigo*, que mencionaram alguns informantes de Ponta Porã, Amambai e Dourados, é uma forma aportuguesada do espanhol *umbligo*, testemunho da presença do espanhol na linguagem dos falantes bilíngues, já que o guarani falado sempre aparece ligado ao espanhol. Não se fala guarani sem hispanismos léxicos ou sem passar do guarani ao espanhol e sem voltar do espanhol ao guarani.[9]

Os mapas 55.7-55.11 do *ALGR* apresentam o tema do 'carocinho pequeno e doloroso da pele'. O termo culto *acne* foi aceito por muitos dos informantes, foi até a resposta espontânea de vários da classe social baixa, que o aprenderam na escola. É também verdade que muitos outros informantes, sobretudo da classe social baixa, afirmaram desconhecer a palavra. O termo geralmente oferecido como resposta espontânea foi *espinha*. A sugestão *cravo* foi aceita, embora se refira a um fenômeno dermatológico diferente. A maioria dos informantes não aceitou termos genéricos como *borbulha* e *grão*, que podem designar também o fenômeno da acne ou da espinha, provavelmente pela mesma razão que já observamos em outras ocasiões: os falantes bilíngues preferem usar em português um vocabulário reduzido, simples, já que o guarani lhes põe à disposição muitos conceitos, de modo que, em português, se contentam com um léxico não diferenciado em todos os sentidos. As duas línguas, em certo sentido, se completam, como se o esforço dos falantes de viver em dois mundos linguísticos não lhes deixasse energia – ou motivação – para se familiarizarem mais em cada uma delas.

Mais um exemplo desta moderação e sobriedade lexical é dado pelos mapas 56.4-56.7 do *ALGR*, cujo tema é a 'substância que se forma numa ferida ao secar-se'. Neste caso, o termo genérico *casca*, que pode se referir a vários tipos de camada ou cobertura rígida (de fruto, semente, pão, ovo e também de ferida), foi a solução mais geralmente aceita. Termos como *crosta*, *côdea*, *carepa* não correspondem ao uso dos informantes. Este resultado deve-se sobretudo ao fato de que a crosta de uma ferida é um fenômeno que não se denomina em guarani. É um conceito lexical inexistente nessa língua, de modo que os falantes também não usam palavras específicas que descrevem o fenômeno na outra língua, o português.

Conclusões

O que chamamos aqui de língua dos brasiguaios é o comportamento linguístico dos imigrantes paraguaios ou seus descendentes no sul do Mato Grosso do Sul e em cidades de fronteira do Paraná com o Paraguai, como Foz do Iguaçu e Guaíra. São falantes bilíngues que, além do português regional, falam o guarani paraguaio, seja ele o guarani de seus pais ou, se ainda têm contato com o Paraguai, o guarani atual do país vizinho. Este fundo linguístico e cultural lhes dá um comportamento linguístico específico em português que foi descrito neste capítulo, comportamento caracterizado em geral por uma certa reserva. Manifesta-se esta reserva numa pronúncia parcialmente arcaizante (cf. o tópico "Particularidades fonéticas") e numa sobriedade lexical que prescinde de um vocabulário esquisito e diferenciado (cf. "Léxico"). Na morfologia e sintaxe se manifesta uma certa insegurança linguística e uma preferência de estruturas sintáticas inspiradas do guarani (cf. "Gramática e sintaxe").

Notas

[1] Os inquéritos realizaram-se também em partes do Rio Grande do Sul, mas o resultado foi negativo. Não há ali brasiguaios bilíngues no sentido mencionado. Para os objetivos e a metodologia do *Atlas*, veja-se Thun; Aquino (2002) e Dietrich (2008).

[2] A classe social baixa é definida por uma escolaridade de seis anos, a classe alta, por uma instrução mais alta. A geração nova define-se pela faixa de 18 a 36 anos (geração I), a idosa, por uma idade superior a 50 anos (geração II).

[3] Trata-se de cidades separadas apenas por uma fronteira seca, lugares que se sobrepõem à fronteira internacional, mas isolados do território nacional correspondente. Os lugares inoficialmente gêmeos são, de sul a norte, Ypehi (Paraguai) e Paranhos (MS), Capitán Bado (Paraguai) e Coronel Sapucaia (MS), Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (MS), e Bella Vista (Paraguai) frente a Bela Vista (Brasil).

[4] Na ortografia oficial do guarani paraguaio, mas também na tradição da língua brasílica, desde os escritos do mesmo José de Anchieta, <y> representa a vogal central fechada /ɨ/, <ñ> a consoante nasal palatal, que corresponde ao espanhol e ao grafema <nh> do português. O apóstrofo <'> marca uma consoante específica de muitas línguas tupis-guaranis, a oclusão glotal. Esta consoante, inexistente em português, não se indicava ainda nem nos escritos dos jesuítas, nem na tradição da língua brasílica. Todas as vogais de línguas como o tupinambá, a língua brasílica e o guarani podiam e podem ser orais e nasais, a nasalidade sendo marcada pelo til: *ã, ẽ, ĩ, õ, ũ, ỹ*. Todas as palavras são agudas sem que isso se indique por um acento gráfico.

[5] A vogal central fechada /ɨ/, <y> na ortografia, inexistente em português, passou tanto a /i/ (*Curitiba*) como a /u/ no português (*Uberaba*), segundo a região e a época da adaptação.

[6] Uma atitude de demarcação comparável observa-se também nos falantes bilíngues de guarani e espanhol no nordeste argentino e no Paraguai. Aqueles falantes recusam, de maneira mais ou menos consciente, pronúncias progressivas caraterísticas de Buenos Aires e de toda a bacia do rio da Prata.

[7] O quéchua conhece a oposição /l/ - /ʎ/.

[8] Eu propus o termo "interestrato" (veja Dietrich, 2005) para designar as influências contínuas e ainda hoje permanentes numa situação de contato linguístico dado pela convivência de duas ou mais línguas num mesmo território, ao passo que tanto o substrato como o superestrato se referem a um estado linguístico acabado na história. O substrato é o conjunto de influências provocadas pelo fato de uma população abandonar a própria língua e adotar a língua dos invasores vitoriosos numa região determinada. A consequência de os falantes indígenas que adotaram a língua estrangeira dos invasores manterem, naturalmente, seus costumes articulatórios tradicionais é que a língua original dos invasores se transforma, na boca deles, numa língua fonologicamente diferente. O latim dos invasores romanos transformou-se, na boca dos lusitanos do oeste da península ibérica, no galego-português da Idade Média e no português moderno. O latim não sobreviveu na forma original. Neste sentido, o português brasileiro não resulta do substrato "tupi", já que não se formou a partir do português adotado pelos tupinambás. O tupinambá morreu com os tupinambás antes de eles adotarem o português. Paralelamente, o espanhol peruano não nasceu do espanhol adotado pelos indígenas quéchuas, já que eles, até hoje, não abandonaram o quéchua, mas o conservam como língua materna junto com a língua nacional, o espanhol. O conceito do interestrato quer tomar em consideração a situação das influências permanentes que duas línguas que convivem num país ou numa região exercem mutuamente uma sobre a outra. Na zona do bilinguismo guarani-espanhol e guarani-português, o guarani, em geral a língua materna dos falantes, exerce influência sobre o espanhol e/ou o português, ao passo que as duas línguas românicas não deixam de influenciar o guarani, na fonética, na sintaxe e no léxico.

[9] Neste sentido, o bilinguismo dos falantes é um bilinguismo duplo: ao bilinguismo guarani-português se acrescenta o bilinguismo que é a condição da existência mesma do guarani falado. Falar guarani, hoje, significa falar guarani e espanhol no mesmo discurso. O português se acrescenta fora desta combinação quase natural. Para a análise e explicação do fenômeno complicado do bilinguismo paraguaio, veja-se Zajícová (2009), capítulos 1-3.

Bibliografia

AGUILERA, Vanderci de Andrade (1994-96). *Atlas linguístico do Paraná*. v. I: *Atlas*, II: *Apresentação*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná – Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

ANCHIETA, P. Ioseph de (1595). *Arte de grammatica da lingoa mais vsada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz.

DIETRICH, Wolf (1998). Amerikanische Sprachen und Romanisch. In: HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian (org.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, artigo 480c, Tübingen: Niemeyer, 489-499.

_____ (1999). A importância do tupi na formação do português do Brasil. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (org.). *Estudos de história da língua portuguesa*, Frankfurt/Main: Teo Ferrer Mesquita, 153-172.

_____ (2000). Brasilianische Toponomastik am Beispiel der Ortsnamen des Staates Paraná. In: KLETTKE, Cornelia; FRANCO, António C.; HAMMERMÜLLER, Günther (org.). *Festschrift für Jürgen Schmidt-Radefeldt: Ästhetik der Texte – Varietät von Sprache. Beiträge zu Paul Valéry und zur Romanischen Philologie*. Tübingen: Gunter Narr, 117-131.

_____ (2005). Substrat, Superstrat, Adstrat, Interstrat. Zum Sprachwandel durch Sprachkontakt in der Neuen Romania. In: STEHL, Thomas (org.). *Unsichtbare Hand und Sprecherwahl. Typologie und Prozesse des Sprachwandels in der Romania. Beiträge zum Romanistentag Münster 1995*. Tübingen: Narr, 123-152.

_____ (2007). O léxico português dos falantes bilíngues da zona guarani brasileira. *XXIV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*, Aberystwyth (Grã-Bretanha), 2004. Actas organizadas por David Trotter. I. Tübingen: Niemeyer, 483-494.

_____ (2008). O projeto do atlas linguístico guarani-românico. In: NEGRI ISQUERDO, Aparecida (org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português. Brasil – Portugal*. Campo Grande: Editora da UFMS, 63-78.

DIETRICH, Wolf; SYMEONIDIS, Haralambos (2009). *Atlas linguístico guarani-românico*. I: *Léxico del cuerpo humano*. Kiel: Westensee.

KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo (org.) (2000). *Atlas linguístico-etnográfico da região sul do Brasil*. 2 v. Porto Alegre: UFRGS.

NOLL, Volker (2008). *O português brasileiro. Formação e contrastes*. São Paulo: Globo.

RODRIGUES, Aryon D. (1997). Descripción del tupinambá en el período colonial: el "arte" de José de Anchieta. In: ZIMMERMANN, Klaus (org.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 371-400.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio (1993 [1640]). *Arte de la lengua guaraní*. Edición facsimilar con introducción y notas por Bartomeu Melià, S. I., Asunción: Cepag.

SILVA DE ARAGÃO, Maria do Socorrro; MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de (1984). *Atlas linguístico da Paraíba*. I: *Análise das formas e estruturas linguísticas*. II: *Cartas léxicas e fonéticas*. Brasília.

THUN, Harald (2002). *Atlas lingüístico guaraní-románico. Sociología*. 2 v. Kiel: Westensee.

_____ ; AQUINO, Almidio (2002). *El atlas lingüístico guaraní-románico. Primeros resultados*. In: DÍAZ, Norma; LUDWIG, Ralph; PFÄNDER, Stefan (org.). *La Romania americana. Procesos lingüísticos en situaciones de contacto*. Madrid: Iberoamericana/ Frankfurt/M.: Vervuert, 9-39.

_____ ; ELIZAINCÍN, Adolfo (2000). *Atlas diatópico y diastrático del Uruguay*. Kiel: Westensee.

ZAJÍCOVÁ, Lenka (2009). *El bilingüismo paraguayo. Usos y actitudes hacia el guaraní y el castellano*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.

As relações históricas entre o português e o nheengatu nos universos urbano e rural da Amazônia

José Ribamar Bessa Freire

Chove forte na fronteira do Brasil, Peru e Colômbia. No hospital de Benjamin Constant (AM), no rio Javari, o vigia cochila. Seu radinho de pilha sintonizado na Nova Onda FM 104,9 anuncia a logomarca da emissora: "Aqui começa o Brasil". Um relâmpago risca o céu escuro. O trovão acorda vários doentes. Era a madrugada de terça-feira, 13 de novembro de 2007. Naquele mesmo instante, num leito do hospital, a índia kokama Alexandrina Cauamare, de 105 anos, indiferente ao trovão, permanece dormindo. Não ouve, na sequência, a programação da rádio em língua portuguesa. Ainda que ouvisse, pouco entenderia. Com sua morte, desaparece um dos últimos cem falantes da língua kokama.

Dona Alexandrina vivia na comunidade Novo Oriente. Trabalhou na roça até os 100 anos de idade. Casada com Antônio Cauamare, com quem se comunicava em kokama, teve 12 filhos, mas nenhum herdou a língua da mãe, porque desde cedo abandonaram a aldeia e foram morar na cidade. Uns foram para bem longe, outros ficaram ali perto, em Benjamin Constant.

Há alguns anos, os dois filhos que andavam desaparecidos em Rondônia telefonaram de Porto Velho para a Diocese de Benjamin Constant, pedindo notícias da mãe. O padre colocou o aviso no *bocão* – o serviço de alto-falante da paróquia. Dona Alexandrina, porém, nada entendeu, porque o *bocão* é monolíngue, como a rádio e as demais instituições locais, que só falam português.

"Aqui começa o Brasil", berra triunfante a Nova Onda FM. "Aqui começa o Brasil" – repete, como num eco, o *bocão*.

Os kokamas, parentes dos omáguas, ocupavam a calha central do Alto Solimões e a confluência do rio Amazonas com os rios Napo, Ucayali e Huallaga. No século XVI, organizados em grandes cacicados, construíam imponentes malocas, teciam mantas coloridas de algodão e redes de dormir, fabricavam canoas e instrumentos musicais, mantinham currais de tartarugas, torravam farinha, produziam alimentos em abundância, narravam seus mitos, constituindo a "civilização da mandioca", segundo denominação dos arqueólogos.

No período colonial, foram dizimados pelos espanhóis do Alto Amazonas e pelas tropas portuguesas, que vinham de Belém do Pará para escravizá-los. Em algumas gerações, grande parte deles migrou da língua kokama para a *língua geral amazônica* (LGA). No Império e na República, sofreram investidas dos patrões seringalistas. Uma parte se dispersou, então, pelos centros urbanos, misturando-se à sociedade regional, criando os filhos sem os valores e a consciência étnica de seus avôs. Mais uma vez trocaram de língua, abandonando a LGA e adotando o português. É o caso de muitos kokamas que moram hoje em Tefé e Manaus. É o caso, também, da filha de Santiago Moraes, que casou com um engenheiro civil e vive atualmente no Rio de Janeiro.

Outros, no entanto, resistiram, permanecendo camuflados nas comunidades, disfarçados de caboclos. Ninguém tinha interesse em ser identificado. Para continuar sendo índios, tinham que fingir que não eram. "A gente tinha muito medo, não ensinava a língua para os filhos, para que não fossem reconhecidos como índios, pois seriam humilhados, castigados e explorados", explica Francisco Samias, professor kokama. Clandestinos, os kokamas se tornaram tão invisíveis que Darcy Ribeiro considerou-os extintos desde 1946. Recentemente, os kokamas, seguindo o exemplo dos ticunas com quem conviviam, iniciaram o processo de etnização em 1986, quando a Funai foi à aldeia Sapotal interrogá-los. "Nós não somos índios", disseram alguns, pensando que podiam ser perseguidos como nos tempos passados. Mas um grupo seguiu Antônio Samias, que declarou: "Quem quiser ser branco, que seja. Mas eu sou kokama no céu, na terra e no inferno". Para não haver dúvidas, desandou a falar em seu idioma, a língua kokama, já com muitas marcas da LGA, fazendo justiça aos versos de Fernando Pessoa: "Minha pátria é minha língua".

A língua é uma marca identitária importante, embora não seja a única. Os kokamas buscaram recuperar e afirmar essa identidade, lutando pela demarcação de suas terras, em defesa da língua, da cultura, da saúde e da escola

diferenciada. Procuraram se pensar como cidadãos, com direitos diferenciados, o que foi facilitado pela Constituição do Brasil aprovada em 1988. Eles criaram a Coordenação de Apoio aos Índios Kokama (Coiama), que contribuiu para que mostrassem sua cara. Hoje, há kokamas no Peru (Yurimaguas, Pebas e Ramón Castilla), na Colômbia (ilha de Ronda e Letícia) e no Brasil. Só na região do Alto Solimões, em território brasileiro, são cerca de 20 mil kokamas, dos quais 15 mil já foram reconhecidos pela Funai, apesar da oposição de alguns prefeitos, para quem "eles não são mais índios porque estão vestidos, falam português e anseiam por bens materiais".

A língua, falada por aproximadamente cem velhos, está em perigo. Cada vez que morre um de seus falantes, como ocorreu com dona Alexandrina, em novembro de 2007, o alarme soa, porque não surgem novos falantes. Crianças e jovens desconhecem o idioma. Por isso, o kokama foi considerado "língua moribunda". Agora, com a assessoria da linguista da Universidade de Brasília, Ana Sueli Arruda Cabral, os kokamas estão tentando revitalizar a língua e colocá-la dentro da sala de aula, o que não é tarefa fácil.

"Em Santo Antônio do Içá, por enquanto só os velhos falam. Mas a situação vai mudar. Acho que tinha de ter um serviço de alto-falante em kokama, para ensinar o gingado da língua, a pronúncia e a figuração", propõe Leonel, aluno da Licenciatura Indígena. Eles estão retomando também a culinária, as canções acompanhadas por flauta (keno) e tamborim (totu) e o artesanato tradicional de tucum, fabricando bolsa, chapéu, pulseira, abano, pote, prato, como informa outra aluna do curso, Lúcia Kokama.

A situação dos kokamas é um ponto de partida interessante para discutir o processo de vida e morte das línguas na Amazônia, as políticas de línguas, o papel das cidades que se constituíram em cemitérios de línguas indígenas, o que nos encoraja a fazer também algumas considerações teóricas sobre a relação da língua com a identidade, a partir da atualização de um capítulo do livro *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia* (Bessa Freire, 2004a).

A representação da língua como "instrumento de comunicação" para "transmitir mensagens" – que parece fazer parte do senso comum – cede lugar a outras formas de simbolizá-la. Outra imagem relaciona a língua a normas e valores culturais, assim como a um conjunto de saberes que circulam nela. Podemos aceitar que a língua transmite significados e conotações sociais, especialmente se considerarmos que é nela que se elabora a memória coletiva (Appel e Muysken, 1996).

Por outro lado, existe também uma representação que estabelece a correlação entre língua e identidade. O problemático é que, quando interpretamos de forma essencialista, nós perdemos a complexidade e a riqueza própria de sua natureza histórica, que implica conflitos e violência, no caso da língua, de natureza simbólica. A Sociolinguística estabeleceu o conceito de *lealdade linguística* que, de certa maneira, atravessa essa relação com seu correlato antagônico. Os trabalhos nesta área reconhecem que a relação língua *vs.* etnicidade é variável, porque as línguas não são homogêneas. A reflexão que hoje se dedica às *ideologias linguísticas* reconhece que, de um ponto de vista bastante subjetivo, a língua funciona como símbolo por excelência da etnicidade, porque é entendida como o principal suporte de outras manifestações étnicas, especialmente as etnocategorias. Ao mesmo tempo, há linguistas que não reconhecem a relação entre língua e etnicidade como algo necessário e categórico.

O caso da Amazônia brasileira, especificamente da bacia amazônica, apresenta um interesse especial, porque além de ser uma das regiões de maior diversidade linguística é também o lugar onde o bilinguismo – entendido como o manejo de mais de uma língua pela população – está bastante disseminado.

Esta reflexão, que é de natureza histórica, vê um especial interesse nessa situação multilíngue como o conjunto de trajetórias e deslocamentos não apenas de territórios, mas, sobretudo, de processos de substituição de línguas. Nesse sentido, o trabalho dialoga com documentos de natureza diversa – relatos de viajantes e de missionários, censos, correspondência oficial, informes variados etc. – cujos registros oferecem pistas que dão uma dimensão do papel das línguas no ordenamento social da região. Por isso, dialoga também com a representação que estabelece a relação dos grupos étnicos com as línguas como um critério relevante para marcar identidades.

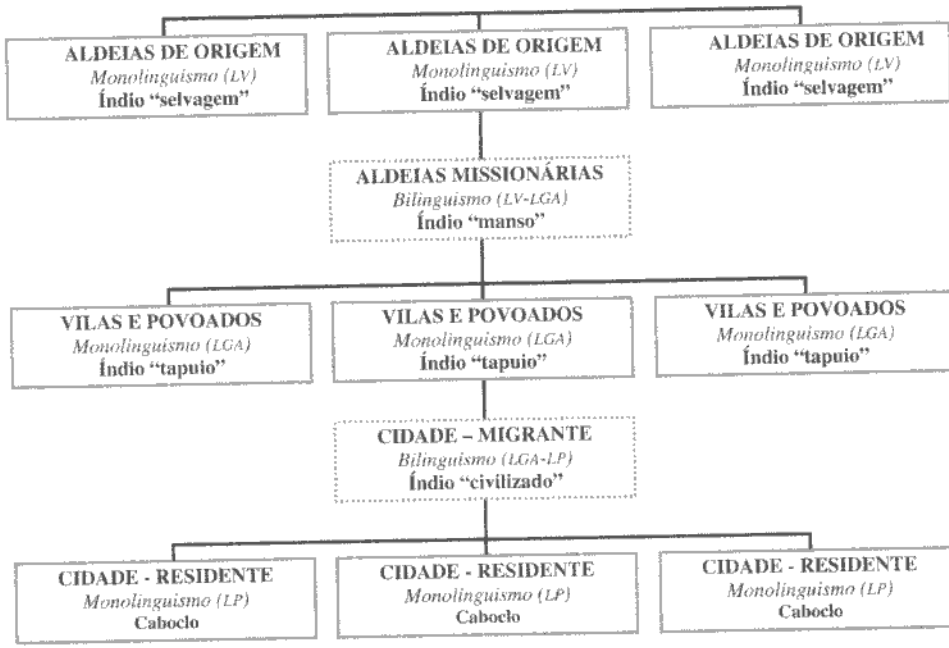
O mapa da língua geral amazônica (LGA)

> A língua geral [...] é a universal intérprete em toda a província do Pará. Fala-a toda a nação indígena, que se relaciona nas povoações. Nas cidades, fala-se da porta da sala para dentro; e nas vilas e demais povoações, excetuada Pauxis no Baixo Amazonas, é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constrangidos os indígenas e os mamelucos em falá-la, pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a geral, respondem por esta se lhes pergunta por aquela (Amazonas, 1852: 104).

As cidades, vilas e povoações da Amazônia brasileira têm suas origens nas antigas aldeias das missões, nas fortalezas do período colonial, assim como nos "currais de índios" – uma espécie de abrigo temporário das tropas de "descimento", de "resgate", e de "guerras justas" responsáveis pelo recrutamento da mão de obra indígena (Bessa Freire, 2001). Na segunda metade do século XVIII, seus habitantes, basicamente índios, tiveram que se adequar às novas diretrizes da política colonial portuguesa, formulada pelo marquês de Pombal, para que nas aldeias as casas fossem construídas com "uniformidade e retilinidade" (Delson, 1997: 53). Mais tarde, o então comandante militar da região, Lourenço Amazonas, esboçou o quadro linguístico local, em 1852, se referindo também à "uniformidade" desses embriões de aglomerados urbanos, tomando como critério não o ordenamento das casas, mas o uso da língua geral amazônica (LGA), também conhecida como nheengatu, que predominava ainda em muitos lugares, convivendo em situação de crescente bilinguismo com a língua portuguesa, que avançava nas cidades e já penetrava em algumas vilas e povoados (Bessa Freire, 2004b).

Os documentos históricos do século XIX nos permitem desenhar um mapa com a distribuição geográfica dos falantes de língua geral em toda a Amazônia brasileira, mostrando como foi desacelerando o seu processo de expansão que ocorria desde o período colonial e como suas fronteiras, extremamente flutuantes, começaram a se retrair progressivamente até o início do século XX, quando a língua geral ficou confinada à região do rio Negro, onde originariamente não existiam falantes de qualquer língua da família tupi. Essa transformação não ocorreu de forma súbita, mas, ao contrário, se prolongou por muitas gerações que foram abandonando gradualmente o uso de suas línguas indígenas, incluindo a LGA, em troca do português, transformando assim suas próprias referências identitárias (Bessa Freire, 2004a). A partir de evidências históricas, podemos propor vários cenários desse deslocamento linguístico, cuja evolução pode ter ocorrido, *grosso modo*, desta forma:

IDENTIDADE E DESLOCAMENTO LINGUÍSTICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Legenda:
LV: língua vernácula
LGA: língua geral amazônica
LP: língua portuguesa

(1) Os índios tribais, em suas aldeias de origem, eram quase sempre monolíngues e usavam a língua vernácula (LV) em todas as práticas sociais da comunidade; eram identificados pela população local, da qual se encontravam completamente isolados, como *selvagens* ou *brabos*.

(2) Muitos desses monolíngues – em geral adultos, do sexo masculino – saíam compulsoriamente de suas aldeias de origem, requeridos como força de trabalho. Eram levados para as aldeias controladas pelos missionários, conhecidas como "aldeias de repartição", onde conviviam com indivíduos de diversas procedências linguísticas, todos interagindo em outra língua – a LGA – que implicava práticas bilíngues (LV *vs.* LGA), com níveis diferentes de competência. Ad-

quiriam novas referências identitárias ao serem conhecidos como *índios mansos.*

(3) Os índios *mansos*, bilíngues, quando fixavam residência fora da aldeia de origem, nas vilas e povoados, abandonavam – por falta de interlocução – suas práticas em LV, e deixavam de legar a seus descendentes essa língua, criando assim as bases para o monolinguismo, desta vez em LGA, que passava a ser a língua materna de seus filhos, convertidos agora em *índios tapuios.*

(4) Nessas condições, a nova geração de falantes consolidava a sociedade tapuia, reproduzindo a LGA e um relativo monolinguismo. No entanto, no caso de migrar para as cidades, sobretudo depois da independência do Brasil, os *tapuios* interagiam necessariamente em português em certas práticas sociais e em LGA em outras, integrando-se assim a uma comunidade bilíngue (LGA-LP). Por usar o português, considerada "língua de civilização", com escrita, passavam a ser *índios civilizados.*

(5) Essa comunidade bilíngue, formada por falantes LGA-LP, abrigava também um número crescente de imigrantes, monolíngues em português, identificados com a língua nacional, considerada como língua de prestígio. Nesse enfrentamento, a LGA ia deixando de funcionar nos espaços onde existia, substituída pelo português, criando condições para um novo monolinguismo (LP). Esse falante do português regional, monolíngue, era denominado de *caboclo*, dando origem ao *amazonense* e *paraense.*

A nomenclatura aqui usada, marcada em itálico, corresponde a uma tipologia proveniente de categorias nativas, criadas e usadas pelas próprias populações locais, incorporadas na documentação e nos relatos sobre a região, que ainda circulam nos discursos regionais, embora com significados atualizados. É importante assinalar que, apesar de tal classificação acionar elementos com forte conotação étnica, o principal critério distintivo está relacionado aos usos das línguas em situação de contato.

O ritmo e a natureza de cada fase desse processo, que transforma o índio *selvagem* em *paraense* ou *amazonense*, depende do tipo de contato, do lugar em que ocorre e das práticas sociais, incluindo casamentos mistos, mestiçagem, escolaridade, atividades religiosas, fluxo de imigrantes europeus e nordestinos, sistema de comércio e de transporte, ou seja, o próprio processo de urbanização. Essas mudanças que acontecem com o envolvimento de várias gerações,

alternando monolinguismo e bilinguismo, apresentam um fluxo que pode ser esquematizado da seguinte forma (Bessa Freire, 2004b):

SITUAÇÃO LINGUÍSTICA	REFERÊNCIA IDENTITÁRIA
1. Monolinguismo (LV)	Índio tribal, "selvagem", "brabo"
2. Bilinguismo (LV-LGA)	Índio "manso"
3. Monolinguismo (LGA)	Índio "tapuio"
4. Bilinguismo (LGA-LP)	Índio "civilizado"
5. Monolinguismo (LP)	"Caboclo": paraense, amazonense

Num extremo, as línguas indígenas minoritárias ou "minorizadas"; no outro, o português; no meio do processo, a língua geral. O quadro dá visibilidade ao papel desempenhado pela LGA, evidenciando que a médio e longo prazo, depois de ocupar vários espaços, se converteu numa ponte para o aportuguesamento, fazendo parte da configuração das referências identitárias de sua população. A língua geral "amansava" o índio "selvagem" e "brabo"; a língua portuguesa "civilizava" o índio "manso", o que ocorreu com tanta intensidade no século XIX, que foi mudando a proporção demográfica de cada segmento no conjunto da população.

Este fato provocou uma reconfiguração do significado dos termos que designavam cada categoria. No final do século XIX, quando o processo se encontrava consolidado, todas essas referências identitárias ficaram condensadas, de acordo com o *Glossário paraense*, nas entradas léxicas *tapuio* e *caboclo*. O primeiro se define como "índio manso, já meio civilizado, que vive entre a população sertaneja. § Caboclo ignorante e rude. Etim. tapyia, bárbaro, selvagem". Na definição do segundo fica evidente como a variável língua e seu lastre histórico é central para marcar a identidade: "Caboclo, s. m. – tapuio ou seu mestiço que já não se exprime no, completamente esquecido, nheengatu materno" (Miranda, 1968: 12, 86).

Este modelo vale para explicar a evolução do quadro sociolinguístico referente aos nativos da Amazônia, índios e mestiços. No entanto, essa é uma situação diferente da situação dos imigrantes provenientes de Portugal ou de diversas regiões do Brasil que faziam um caminho inverso, começando pelo outro extremo. Quando chegavam à Amazônia, eram monolíngues (LP), mas através do casamento ou de atividades econômicas e comerciais, muitas vezes fora da cidade, adquiriam por imersão uma relativa competência comunicativa em uma segunda língua – a LGA – com um bilinguismo (LP e LGA). Em geral,

esta era a conduta padrão, mas às vezes alguns optavam por residir no interior, avançando para uma terceira situação. Não era comum no século XIX, mas existem registros de alguns casos em que filhos de portugueses com índias, que viviam em pequenos povoados, acabaram monolíngues em LGA, segundo o testemunho de 1850 de um naturalista inglês: "Encontrei também diversos colonos portugueses, cujos filhos não sabiam expressar-se senão em língua geral" (Wallace, 1979 [1853]: 293).

Há também notícias da atitude dos falantes dessas línguas. Viajantes e naturalistas que percorreram a região permaneceram por algum tempo em alguns desses núcleos povoados, tomando notas do que viram e ouviram, podendo assim fazer um registro de informações sobre o quadro linguístico local. A qualidade destas informações depende do interesse de cada viajante pelo tema, do acesso que tiveram aos dados e da concepção que tinham sobre a importância social da língua.

Todas as línguas faladas na Amazônia atravessaram diversos espaços, mas cada uma tinha um lugar preferencial onde predominava revitalizada e fortalecida; a mudança para outros espaços significava o seu desaparecimento. As línguas vernáculas se conservavam hegemônicas dentro das aldeias indígenas; o português crescia nas cidades e no contato com o resto do país; a LGA articulava esses dois universos nas vilas e povoados.

Como a demarcação do espaço habitado é essencial para definir os usos e destinos das línguas, propomos agrupar os núcleos populacionais com critérios demográficos e políticos em três conjuntos, destacando as particularidades linguísticas de cada um deles: (1) as cidades; (2) os povoados; (3) as aldeias indígenas. Nosso marco histórico é o momento da incorporação da região amazônica ao estado nacional brasileiro (1823), logo após a independência do Brasil (1822), quando o Grão-Pará – o outro estado que Portugal criou na América – tinha duas cidades de relativa importância.

O bilinguismo no meio urbano

> A língua [geral] viva atual é falada hoje em alguns lugares da província do Pará, entre eles Santarém e Portel, no rio Capim, entre os descendentes de índios ou entre as populações mestiças ou pretas que pertenceram aos grandes estabelecimentos das ordens religiosas. De Manaos para cima ela é a língua preponderante no rio Negro, e muito mais vulgar do que o português (Magalhães, 1876: 30).

Os portugueses construíram vilas e povoados no Brasil colonial que constituem "núcleos civilizatórios" no quadro histórico do país (Delson, 1997). Este dado permite estabelecer uma relação entre o crescimento das cidades e a expansão da língua portuguesa. O conceito de *cidade*, tal como se discute na geografia urbana, implica determinadas formas de organizar e hierarquizar um espaço restrito, onde há uma grande concentração demográfica, exercício de funções centralizadoras de fornecimento de bens e serviços com um estilo de vida específico. O *fato urbano* implica marcas temporais e espaciais, mas no caso da Amazônia do século XIX cabe perguntar o que significa uma *cidade* no âmbito regional. Ou seja, como diferenciá-la de uma vila ou de um povoado? Deixando de lado considerações teóricas, o conceito de *cidade* designa aqui os núcleos populacionais que funcionavam como sede do governo, portanto centralizavam a vida administrativa e política da região. Seus habitantes residiam ali, onde permaneciam a maior parte do ano, diferentemente do que ocorria nas vilas e povoados. Dentro deste critério se enquadram Belém, capital da província do Pará, antiga sede do governo do Estado do Grão-Pará no período colonial, e Manaus, sede da Capitania do Rio Negro e da Comarca do Alto Amazonas, transformada depois em capital da província do Amazonas. Ambas as cidades, nascidas de fortalezas construídas pelos portugueses no período colonial, concentravam no início do século XIX um pouco menos de um terço de toda a população recenseada da região.

Nessa época, residiam neste espaço urbano, pelo menos dois tipos de monolíngues: os falantes de português – com maior incidência em Belém, que era considerada uma cidade mais *civilizada* – e os falantes de língua geral – com maior incidência em Manaus, uma cidade mais *tapuia*. No entanto, às vésperas da Independência do Brasil, os dados de ambas as cidades apontam um predomínio do bilinguismo: os habitantes portugueses, mestiços e índios, em sua maioria, eram competentes, em maior ou menor grau, nas duas línguas.

O caso do Pará: Belém

> Os índios são mais numerosos na província do Pará do que em qualquer outra. Veem-se muitos deles na cidade, coisa muito rara no sul. Substituem os negros escravos [...]. O conde de Vilaflor chegou, mesmo, a organizar um batalhão de infantaria indígena que manobrava com bastante precisão (D'Orbigny, 1976 [1832]: 78).

Em cinquenta anos, de 1820 a 1870, Belém, a cidade mais importante da Amazônia e seu porto principal, se transformou no centro de convergência de imigrantes de origem portuguesa ou de outras regiões brasileiras, mas acolhia igualmente os *tapuias* provenientes do interior, sobretudo do Baixo Amazonas. A cidade era o ponto de encontro onde interagiam falantes de português que se iniciavam na LGA, sem substituir o uso de sua língua materna. Os falantes de LGA, que adquiriam e desenvolviam sua proficiência em português, transmitiam essa habilidade à geração seguinte, que fazia do português sua língua principal. Belém se transformou no *locus* onde índios *mansos* e *tapuios* se transformavam em *civilizados* e *caboclos.*

Na primeira metade do século XIX, Belém tinha 24,5 mil habitantes, segundo o Censo Eclesiástico de 1820, mas este documento, ao contrário do Censo de Manaus, não indica quantos eram brancos, índios, negros e mamelucos.

O naturalista francês D'Orbigny, que visitou Belém em 1832, se surpreendeu com os índios que viu circulando pela cidade, realizando tarefas que em outras capitais eram tradicionalmente executadas por negros. "Os índios são livres, e, como lá se diz, não são civilizados, mas apenas amansados: índios mansos" (D'Orbigny, 1976 [1832]: 78). O autor dá indicações sobre a situação linguística, informando que eram bilíngues (LGA-LV). Pouco tempo depois, o pastor Kidder, ao descrever um bairro indígena, observa que no porto principal da cidade trabalhava a "turba indígena", no meio de "grande número de canoas atracadas". Ali se falavam "os mais variados dialetos amazônicos". Como a LGA já é um dado consolidado, a referência à diversidade de línguas indica que se tratava também de "*índios mansos*", isto é, bilíngues em língua indígena e língua geral (Kidder, 1980: 187). Esses índios faziam parte da população flutuante de Belém, cuja situação linguística já havia sido relacionada com a referência identitária: "como discrimina a língua, não são civilizados, porém apenas índios mansos". (Spix e Martius, 1981 [1823-31]: 26)

A forma de contato e o tempo são determinantes para definir a situação linguística dos índios:

> Diversas vezes por ano, bandos inteiros de índios jovens eram tirados dos aldeamentos do interior e da ilha do Marajó, e remetidos para a cidade, onde recebem a diária de três vinténs, além de casa e comida [...]. Os índios aldeados, em proporção com o tempo em que moram na povoação, abandonaram os seus hábitos e línguas, e falam o tupi, ou, se mais longa é a sua convivência com os colonos, falam o português (Spix e Martius, 1981 [1823-31]: 28, 40-41, 97).

Os dois viajantes alemães entrevistaram mamelucos, monolíngues em português, cujos pais ou avós eram bilíngues (LGA-LP). No rio Moju, identificaram remanescentes dos tupinambás, nheengaíbas, mamaimases e toquiguarás, que "perderam seus traços distintivos, consistindo sobretudo nos seus diversos dialetos". Concluem que "eles falam todos o português", sem dar indícios sobre sua condição de bilíngues ou de monolíngues. De qualquer forma, são já destribalizados e sem identidade étnica, passando a ser *índios* genéricos e, por falarem português, sendo considerados *civilizados*.

Durante sua estadia em Belém em 1848, Wallace encontrou alguns aborígenes andando nas ruas, com grandes orifícios nas orelhas, portanto, com marcas étnicas visíveis, o que constitui indício de serem "índios recém-chegados do interior". O fato de serem "frequentemente vistos pela cidade" e, ao mesmo tempo, "parecerem muito mansos e educados" sugere que não era um fato excepcional. Era comum o uso da língua geral e podia se encontrar sua gramática nas livrarias de Belém. No entanto, o processo de deslocamento linguístico continuava de forma lenta, mas inexorável, ou seja, em algumas gerações, os habitantes de Belém abandonavam a LGA pelo português. Segundo Bates, Belém, em meados do século XIX, já era uma cidade cabocla, com uma população formada por "gente cuja pele tinha todas as tonalidades, europeia, negra e indígena, mas era principalmente uma confusa mistura das três raças" (Bates, 1979 [1863]: 12, 39).

Num período de vinte anos, Belém duplicou sua população, passando de 24,5 mil habitantes, em 1820, para 52,2 mil, em 1840, segundo cálculos do presidente da província, Bernardo de Souza Franco, que considerava incompleto o outro resultado de 38.247 (Franco, 1841: 51). Embora não seja possível quantificar, se pode afirmar que houve um aumento extraordinário de falantes de português e uma diminuição de usuários da LGA, num processo em que o crescimento demográfico não foi apenas vegetativo. De um lado, muitos falantes de LGA foram exterminados durante o levante popular conhecido como Cabanagem (1835-1840), enquanto os sobreviventes se refugiaram em pequenas vilas e povoados; de outro, o governo provincial, através de um fundo especial do Tesouro Público, passou a promover a introdução de colonos, criando facilidades para a imigração de estrangeiros – entre os quais portugueses – e de nordestinos, o que se viabilizou nas décadas seguintes pela navegação a vapor e pela crescente demanda internacional da borracha (Cruz, 1958: 25). Em 1868, quase 12% da população de Belém tinha a nacionalidade portuguesa (Souza, 1873: 70).

O naturalista inglês Henry Bates, que passou por Belém duas vezes, em 1851 e 1859, observou as diferenças em um curto intervalo de sete anos e meio, entre as quais cabe assinalar o surgimento de novas livrarias e de uma boa biblioteca, a instalação de várias impressoras, a existência de quatro diários e um aumento sensível de crianças nas escolas. Notou também o êxodo dos "tapuios civilizados", que ao não encontrarem mais espaço na cidade migraram para o interior, deixando a capital sem falantes de língua geral:

> Quando chegamos ao Pará, moravam ali muitas famílias indígenas, pois nessa época o modo de vida do lugar se assemelhava muito mais ao de uma grande aldeia do que ao de uma cidade. Mas logo que surgiu o tráfego de vapores no rio e as atividades comerciais foram incrementadas, eles começaram a abandonar aos poucos o lugar (Bates, 1979 [1863]: 39).

Outro viajante, Wallace, observou que os índios *tapuios* se transformavam em índios *civilizados* e *caboclos* a tal ponto que as três denominações começaram a funcionar como sinônimos para se referirem aos índios citadinos, que "já há muito civilizados, tendo esquecida a língua de seus antepassados, hoje falam português" (Wallace, 1979 [1853]: 291).

Um indicador desta mudança foi a extinção da cátedra Língua Indígena Geral, por decreto imperial de 22 de abril de 1863. Esta cátedra havia sido criada em um contexto de relativa expansão de bilinguismo social e foi ensinada durante doze anos no seminário de Belém. A iniciativa de extingui-la foi do bispo Dom Macedo Costa que propôs sua substituição por "matemáticas elementares", consideradas "de maior interesse e utilidade" (Lustosa, 1939: 105). Por outro lado, a disciplina Gramática Nacional, com exercícios ortográficos, leitura, composição de discursos e narrativas em português, se tornou obrigatória nas escolas que se expandiam. Em 1872, o Pará tinha 160 escolas, com 6.607 alunos (Cunha Jr., 1873: 21). Na cidade que começa a inserir-se na divisão internacional do trabalho como centro exportador de borracha e importador de bens industrializados, não há mais lugar para a língua geral, que perderá não apenas falantes, mas também algumas funções.

Quando a população de Belém alcançou um total de 84.867 habitantes, no início da década de 1870, permaneciam apenas alguns pequenos bolsões de índios na periferia, usuários de língua geral em situação de bilinguismo com o português, muitos dos quais trabalhavam em serviços domésticos (Cunha Jr., 1873: 22). No entanto, esses índios desaparecem da documentação

oficial. Segundo o Censo Nacional de 1872 – que eliminou as categorias *índios* e *mamelucos* – a população de Belém estava formada por *caboclos* (apenas 5,6%), *brancos* (35,2%), *pardos* (40,3%) e *pretos* (18,9%) (Diretoria Geral de Estatística, 1872 II: 65). A proporção de brancos parece surpreendentemente alta, mas a avaliação de Paul Le Cointe, um empresário francês proprietário de fazendas de cacau no Pará, é que nesta categoria estão incluídos muitos mestiços. "Il est évident que dans cette statistique figurent comme blancs beaucoup de sang-mêlés" (Le Cointe, 1922 I: 221). Por outro lado, os índios, diluídos no grupo de *caboclos*, não constam no Censo, mas aparecem em alguns informes médicos, um dos quais menciona que haviam contraído uma doença da pele, denominada puru-puru, conforme testemunho do barão de Marajó, ex-intendente municipal de Belém: "Tenho nesta capital (Belém) observado muitos casos em casas de família, onde tem existido índias e índios domesticados com essa doença" (Marajó, 1895: 36).

De qualquer forma, nessa época, Belém, com uma expressiva população de *sang-melés*, já era uma cidade cabocla, em contato direto com as principais capitais brasileiras, através do comércio de cabotagem, e com algumas cidades americanas e europeias, entre as quais Lisboa, Havre, Nova York e Liverpool. Era uma Belém monolíngue, que agora tendia a falar português e onde já se havia consolidado o processo observado em 1859 por Henry Bates:

> Achei também os hábitos do povo consideravelmente modificados. Muitas das antigas festas religiosas tinham perdido sua importância, sendo substituídas por diversões mais mundanas [...] parecendo que os paraenses procuravam agora imitar os costumes das nações do norte da Europa, ao invés dos da mãe-pátria (Bates, 1979 [1863]: 296).

Manaus: cidade tapuia

> Havia ali muitos rapazinhos entre 10 e 15 anos de idade, os quais logo se tornaram meus habituais companheiros de excursão. Nenhum sabia falar uma única palavra de português, de modo que tive de fazer uso de meu limitado vocabulário de língua geral para comunicar-me com eles (Wallace, 1979 [1853]: 138).

Manaus, da mesma forma que Belém, era uma cidade bilíngue que durante cinquenta anos (1820-1870) também funcionou transformando falantes de língua geral em usuários de português. A diferença reside na natureza desses

falantes; Manaus tinha uma maior diversidade de índios *mansos* e *tapuios*, o que implica um ritmo de conversão a monolíngues em língua portuguesa menos acelerado que Belém.

É possível estudar a população de Manaus e seus arredores com dados quantitativos de outra natureza, que permitem estabelecer uma correlação entre seus habitantes com as línguas que falavam. Os resultados de quatro censos – 1820, 1840, 1865 e 1872 – discriminam a população em cinco segmentos, de acordo com sua procedência étnica: *branco*, *mameluco*, *índio*, *mestiço* e *negro*. Estas categorias se definiram no Censo de 1840 da seguinte forma: *branco* era o europeu, nascido no estrangeiro ou natural do país (Brasil), de origem europeia. *Mameluco* era "o apuro da raça indígena por sua união com os brancos". *Índios* eram os "genuínos, nascidos no grêmio da sociedade", incluindo-se aqui apenas os destribalizados, "reduzidos à vida civil", pois os índios tribais, tanto quanto os aldeados, que figuram em mapas aparte, eram considerados como os "errantes, esquivos e hostis", que não podiam ser recenseados. Na categoria *mestiço* estavam enquadrados *pardos*, *cafuzos* e *curibocas*; na de *negro*, os *escravos*, de descendência africana (Amazonas, 1852: 22).

Essas denominações eram "apenas para classificá-los de um modo geral", porque, segundo Bates, "esses tipos nunca são, entretanto, muito bem definidos, havendo entre uns e outros todos os matizes de cor possíveis". (Bates, 1979 [1863]: 22) O quadro a seguir compreende a população de Manaus, de acordo com as porcentagens por categorias étnicas:

POPULAÇÃO DE MANAUS – PORCENTAGEM POR CATEGORIAS ÉTNICAS

Categorias Étnicas	1814	1840	1865	1872
Branco	6,5%	10,6%	40,6%*	21,5%
Mameluco	20,5%	29,4%	–(*)	–(**)
Índio	49,8%	48%	33,6%	–(**)
Caboclo	–	–	–	63,1%**
Mestiço (pardo)	5.5%	7.5%	23,1%*	11,0%
Negro	17,7%	4,5%	2,7%	4,4%
Total	100%	100%	100%	100%

Fontes: Spix e Martius (1981 [1823-31], III: 40-41), Baena (1839) para o ano de 1814; Amazonas (1852: 22-27, Anexo) e Nery (1979: 103-107) para 1840; Bastos (1975: 131-132) e Mello (RP – 1866) para 1865; Bittencourt (1925: 151-154), Le Cointe (1922 I: 221) e Diretoria Geral de Estatística (1872 II: 64-65) para 1872.

(*) Em 1865, os mamelucos foram incluídos em maior quantidade na categoria de brancos, mas também, em menor medida, na de mestiços.

(**) No Censo Nacional de 1872, mamelucos e índios foram diluídos na categoria de caboclos.

Os critérios não foram os mesmos em cada um dos quatro censos; o de 1865, por exemplo, não opera com a categoria *mamelucos*, os quais acabaram diluídos nos totais de *brancos* e de *mestiços*; e o Censo de 1872, de caráter nacional, descarta *mamelucos* e *índios*, incluindo-os na categoria de *caboclos*. Esta informação sobre a diferença de metodologias e de critérios – aliada a outras precariedades – exige bastante cautela no manuseio dos dados. De qualquer forma, o quadro parece útil para contrastar algumas tendências já identificadas por outras fontes não estatísticas.

É relevante recuperar algumas informações sobre a cidade neste período para contextualizar os dados sobre sua população. Manaus – conhecida pelo nome de *Lugar da Barra* ou *Fortaleza da Barra* – não havia alcançado oficialmente a categoria de *cidade* quando por lá passaram os naturalistas alemães Spix e Martius. Nesta época, com aproximadamente três mil habitantes, o *lugar* era uma aldeia rural, cortada por igarapés, com alguns caminhos que permitiam o acesso a roças, hortas e pomares existentes nos arredores. Tinha uma praça e 16 ruas por onde circulavam livremente bois, vacas, porcos, galinhas e outros animais domésticos, assim como duzentas casas, a maioria coberta de palha, uma cadeia, algumas lojas de secos e molhados, botequins com vinhos do Reino, casas de fazendas, de vendas de pólvora, balas e armas (Reis, 1999: 55-56). Cerca de 6,5% da população era considerada "*branca*", o que indica a porcentagem dos que seguramente falavam o português como língua materna; já a LGA era usada, como língua principal, por 70% dos moradores: os índios (49,8%) e os mamelucos (20,5%). Os *brancos*, numericamente minoritários, detinham o poder econômico e político, controlando os meios de produção e a comunicação com o mundo externo, enquanto os demais setores forneciam a força de trabalho.

Nesse contexto, a única possibilidade de comunicação interna, até mesmo para organizar a produção, era o bilinguismo, pelo menos de um dos segmentos. Embora sem dados quantitativos, podemos supor, através dos relatos dos viajantes, que os moradores *brancos* de Manaus eram majoritariamente bilíngues (LP-LGA), havendo incorporado, com a segunda língua, vários elementos das culturas indígenas locais. Na sua passagem pela cidade, Wallace chamou a atenção para esse aspecto: "É bem provável que não exista aqui uma única pessoa dentre as nascidas no local, de sangue inteiramente europeu, tão considerável foi a miscigenação entre portugueses e índios" (Wallace, 1979 [1853]: 110). Esses casamentos mistos garantiram, também, uma relativa extensão do bilinguismo (LP-LGA) entre os mamelucos.

Negros e mestiços, que representavam 23% da população, se apropriaram rapidamente da língua geral e dos conhecimentos nela arquivados, tanto em Manaus como em Belém. Quem guiou Bates em excursões nos arredores de Belém foi um jovem escravo negro: "Ensinou-me Larry os nomes indígenas de um certo número de árvores das florestas e enumerou as suas propriedades medicinais" (Bates, 1944 [1863]: 118-119). Da mesma forma foi um negro, Isidoro, quem apresentou a taxonomia da floresta, em língua geral, para Wallace. Existem outras referências que mostram como um conhecimento mínimo da língua geral se achava relativamente disseminado entre negros e mestiços (Wallace, 1979 [1853]: 33).

Em relação aos índios, havia entre eles um número maior de *tapuios* do que de *civilizados*. Muitos eram remanescentes dos tarumãs, barés, baniwas e passés, que haviam sido aldeados ao redor da Fortaleza da Barra do rio Negro. Outros eram paianas, warekenas e manaús transferidos de Barcelos, a antiga capital. Não tinham mais "nacionalidades e língua própria", assumindo a condição de índio genérico ou *tapuio* (Spix e Martius, 1981 [1823-31]: 139-155). Todos eles falavam a língua geral, talvez com a maior taxa de monolinguismo de todos os segmentos, o que obrigava os demais setores a também fazerem uso desta língua. Ficou conhecido o episódio de 1808, em que centenas de índios foram levados, "acorrentados, como se fossem condenados", para o trabalho na fazenda do Tarumã, propriedade do governador José Joaquim Vitório da Costa, que exercia um maior controle sobre eles, porque "celebrizou-se em falar a língua geral, da qual se apossou com tanta felicidade que corrigia os próprios indígenas" (Amazonas, 1852: 151).

A LGA não era usada, no entanto, apenas para disciplinar o trabalho dos índios. As práticas religiosas, as narrativas, o lazer e o divertimento da cidade, bem como os saberes e as diferentes manifestações de arte de seus moradores, estavam codificados nessa língua. Foi em Manaus que Spix e Martius ouviram uma série de narrativas míticas em língua geral, contadas por um índio proveniente do Rio Branco, que lhes serviu de guia em uma excursão pelos arredores da cidade. Foi em Manaus, também, que os dois alemães assistiram a manifestações de cultura regional, em que elementos indígenas se alternavam com portugueses, conforme insinuam os autores na descrição de duas atividades: a dança do peixe (*pira poracéya*) e o jogo dos paus (*ymyra jemossaraitaba*), este último proibido pela Igreja. Num passeio até o lago do Manaquiri, presenciaram ainda uma dança dos índios muras e, com ajuda de um tradutor, recolheram também a primeira cantiga em língua geral: "*Xe kyryetá*

porangaté oerá taguá maiabé (os meus irmãos são mais bonitos do que um pássaro amarelo)" (Spix e Martius, 1981 [1823-31]: 139-150).

Por volta de 1840, apesar da catástrofe demográfica da Cabanagem, Manaus quase triplicou sua população que, em 25 anos, cresceu para cerca de 8,5 mil habitantes. Tinha, agora, 900 fogos, duas igrejas, um hospital militar, um quartel-general do destacamento militar com uns 150 homens, quase todos índios e mamelucos, encarregados de arrancar outros índios de suas aldeias e trazê-los para os povoados, inclusive "para empresas particulares" que os requisitavam e pagavam à parte. Havia também algumas lojas – as mulheres consideradas *brancas* se vestiam "à moda, com gosto e luxo" – um armazém da provedoria e outro de artigos bélicos, um pequeno estaleiro de construção de canoas e batelões, uma cordoaria, uma serraria, três fábricas de tecidos e redes, uma de fiação de algodão, outra de anil e outra ainda de pote de barro, onde mulheres indígenas vendiam sua força de trabalho em língua geral, ganhando semanalmente 800 réis, enquanto os homens recebiam 1.200 réis pelo mesmo trabalho (Amazonas, 1852: 110-112; Marajó, 1895: 392-393).

Nos trinta anos subsequentes à estadia de Spix e Martius, dois fatos politicamente importantes, além da independência do Brasil, contribuíram para a evolução do quadro sociolinguístico de Manaus. O primeiro é sua conversão em cabeça de comarca, em 1833, quando lá ainda podiam ser encontrados muitos monolíngues em língua geral, entre eles soldados subordinados ao Comando Militar da Comarca do Alto Amazonas. Um de seus comandantes, o capitão-tenente da Armada, Lourenço da Silva Amazonas (1803-1864), nascido na Bahia, teve de aprender essa língua para, através dela, obter obediência de seus comandados. O segundo momento é a sua transformação em capital da nova província do Amazonas, em 1850, quando o bilinguismo dominava a cidade, cujos moradores "fallão mui bem o português, com quanto também usem muito da lingoa geral", conforme registro do próprio comandante baiano (Amazonas, 1852: 112).

Constitui um indício do predomínio do bilinguismo (LP-LGA) na cidade de Manaus o fato de que lá, na década de 1850, circularam – como era de se esperar num contexto bilíngue – pelo menos cinco dicionários e dois esboços de gramática em língua geral, destinados a facilitar a ação missionária, militar, administrativa e pedagógica. O primeiro deles era o *Dicionário túpico-português e português-túpico*, organizado por volta de 1850 pelo comandante militar Lourenço Amazonas. O segundo, o *Vocabulário da língua indígena geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*, impresso em Belém, em

1853, vinha precedido de um esboço gramatical intitulado "Breves Explicações", de autoria do padre Manoel Justiniano Seixas, primeiro regente da cadeira no seminário (Seixas, 1853: 1-66). O terceiro vocabulário é a obra anteriormente citada, de autoria do bispo diocesano do Pará, Dom José Afonso Morais Torres: *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas* (Torres, 1854). No final da década, foram publicados ainda, ambos em 1858, o *Diccionario da lingua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brazil*, de autoria do poeta Gonçalves Dias, contratado pelo governo provincial para avaliar as escolas do Amazonas (Gonçalves Dias, 1858), e o *Compêndio da língua indígena brasílica* (Faria, 1858), elaborado pelo coronel Corrêa de Faria,[1] autor também do inédito *Diccionário completo da língua túpyca*, cujos originais hoje "podem estar irremediavelmente perdidos" (Cardoso, 1961: 36).

Por outro lado, nesse período, houve uma progressiva diminuição de *índios* que viviam na cidade, cuja porcentagem caiu de 48% em 1840, para 33,6% em 1865, o que significa uma redução de falantes de língua geral.

A escola primária também se "universalizava", atingindo não só a população considerada "branca", mas também os mamelucos e até mesmo os índios. No seminário, fundado em 1848, se ensinava agora Gramática Latina, Francês, Música e Canto. Os filhos de algumas famílias mais abastadas, além do ensino regular, "aprendem música em casa, e estudam o francês e o italiano", conforme testemunhou Avé-Lallemant, de passagem pela cidade, em 1859. Ele visitou também o estabelecimento dos educandos, um reformatório para crianças indígenas, com um regulamento militarizado, mantido com a venda de mesas, bancos, armários, barcos e remos, fabricados pelos próprios alunos, que aprendiam a ler e escrever em português, além de receberem ensino de religião, trabalhos manuais e música. Eles eram arrastados compulsoriamente para a escola: "Meninos, quase todos índios, perambulando sem nenhuma vigilância, e ameaçados de vagabundagem, são recolhidos a esse instituto e transformados em homens trabalhadores e úteis" (Avé-Lallemant, 1980 [1860]: 117-118).

A cada ano, aumentava o número de escolas primárias públicas na província do Amazonas: elas eram 36, em 1873; passaram a 49, em 1876, e atingiram 109, em 1886, todas elas banindo do currículo qualquer referência à língua geral (Souza, 1873: 277). O Censo de 1872 registrou o crescimento, de forma moderada, mas segura, dos potenciais falantes de português como língua materna: os moradores considerados *brancos* (16,4%) e *mestiços* (12,5%). Já o número dos potenciais falantes de língua geral como língua principal diminuía:

índios e *mamelucos* caíram de 77,4%, em 1840, para 69% em 1872. Existem evidências de que, nesses dois segmentos, se reduzia também o número de monolíngues em língua geral, devido à ação de aportuguesamento da escola (Bittencourt, 1925: 281-287).

Ao lado da escola, a navegação a vapor contribuiu decisivamente para o aportuguesamento da cidade, transformando-a na porta de entrada dos nordestinos, que fugiam da seca e se dirigiam para os seringais, em função da demanda da borracha no mercado internacional. Todos eles eram falantes de português, como o eram brasileiros de outras regiões que afluíram para a Amazônia, em geral por razões comerciais. O número de vapores de comércio no rio Amazonas, que em 1851 era de apenas três, subiu em 1860 para doze, e em 1888 já era superior a cem, de todos os tamanhos. Havia ainda grandes vapores da linha brasileira, que faziam quatro viagens mensais ao Rio de Janeiro, e duas linhas inglesas que ligavam Manaus com a Europa e os Estados Unidos, três vezes por mês, cada uma delas (Marajó, 1895: 159). O vapor, portador da língua portuguesa e de produtos europeus, acabou mudando a composição majoritariamente indígena da cidade.

A inserção da Amazônia na nova divisão internacional do trabalho exigiu mudanças significativas em Manaus. Na última década do século – com o concurso do capital, da tecnologia e das empresas inglesas – são instalados os serviços públicos. A cidade é dotada de um sistema portuário moderno, de serviços de água encanada, esgoto e luz elétrica, de um sistema de coleta e disposição de lixo, de serviço telefônico e de uma linha telegráfica subfluvial. Vários jornais diários circulavam na cidade, incentivando hábitos de leitura antes inexistentes. O professor Bradford Burns, da Universidade de Miami, que estudou esse período, considera que "Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade europeia de seu tamanho ou mesmo maior" (Bessa Freire, 1993-94: 173).

Neste ambiente já não havia espaço para a língua geral. Há registros de habitantes que conheciam a LGA, sobretudo comerciantes, índios e tripulantes de barcos das casas comerciais, que a usavam quando viajavam ao Alto e Médio Rio Negro, mas não mais na cidade. Duas ou três décadas depois de Belém, Manaus se transforma em uma cidade monolíngue, falante de português, onde a língua geral não se usa mais sequer "da porta da sala para dentro". Perderá também falantes e funções, para permitir a articulação progressiva da região com o mercado nacional e mundial.

Usos e espaços da LGA

> Todos os tapuias semicivilizados das aldeias – na verdade, todos os habitantes dos lugarejos mais isolados – falam a língua geral, que constitui uma adaptação feita pelos missionários jesuítas do idioma original dos tupinambás (Bates, 1979 [1863]: 39).

Em meados do século XIX, no processo de transição do bilinguismo (LGA-LP) ao monolinguismo (LP) nas duas cidades amazônicas, é fundamental observar as funções exercidas por cada uma das línguas, quem as falava, em que tipo de situação e em quais espaços. Alguns viajantes documentaram esse processo, registrando um bilinguismo social, com a predominância do português, de forma muito mais marcante em Belém e registrando as formas de contato entre essas línguas.

Um dado interessante sobre o quadro linguístico nas duas cidades é acrescentado por Bates, a partir de uma cena do cotidiano por ele presenciada, que nos permite pensar sobre a função de cada uma das línguas, destacando a relevância do gênero – como variável social – e a frequência de alternância no uso que delas se fazia. Ele estava hospedado em Murucupi, a trinta quilômetros de Belém, e tinha por vizinho um "índio civilizado", carpinteiro, construtor de canoas, que vivia com sua mulher e trabalhava com dois aprendizes, também índios, usuários de português, mas todos, sempre, taciturnos. Um dia, receberam a visita de uma senhora idosa, que manteve uma conversa com a dona de casa, mas para surpresa de Bates "as duas papaguearam a tarde inteira, sem uma pausa, falando apenas na língua tupi" (Bates, 1979 [1863]: 85). Desta forma, através de um fato trivial, ele nos fornece algumas pistas sobre o possível uso de cada uma das duas línguas na cidade de Belém e seus arredores. Lá, da porta para fora, dominava o português, mas "da porta da sala para dentro" falava-se a língua geral, conforme já havia alertado Lourenço Amazonas (1852: 104). O espaço externo, da rua, do público, era de domínio masculino, mas o espaço interno, doméstico, da cozinha e do quintal, era controlado pela mulher, o que autoriza a conjeturar que, nesta situação de bilinguismo social, o homem recorria mais frequentemente ao português, enquanto a mulher usava mais a língua geral.

A situação de Manaus, nesse aspecto, não era diferente da de Belém, conforme o testemunho do médico Avé-Lallemant. Durante a sua estadia na cidade, em 1859, ele notou que "em Manaus, por certo, não há índio que, tendo-se demorado lá mesmo, só por poucas semanas, não fale um pouco de português,

e não tenha sido batizado", isso quando se tratava do sexo masculino, porque quando se tratava das mulheres elas viviam repetindo seus nomes de batismo, com prazer, "embora não entendam uma palavra de português". Hospedado na casa do major Tapajós, ele encontrou duas índias originárias do Rio Branco, com as quais tentou comunicar-se: "Só uma dessas índias sabia algumas palavras em português; a outra ficou inteiramente muda". Depois de criticar o catolicismo superficial dos moradores de descendência indígena, incapaz de superar "os velhos ecos da floresta", ele arremata: "Falam, perante o mundo, português; e, contudo, ouve-se por toda parte a língua geral, [...] falada por eles, quando se encontram no seu ambiente" (Avé-Lallemant, 1980 [1860]: 105-106, 142-144). O ambiente a que se refere o autor estava relacionado muito mais ao espaço cultural. Havia determinados temas que só se falavam numa língua, e não na outra, certos objetos que se designavam por vocábulos apenas de uma delas. Também havia circunstâncias de maior ou menor formalidade, que implicavam o uso de uma ou outra língua. Em situação deste tipo de bilinguismo social, algumas práticas estão reservadas para a língua indígena, por exemplo, as mais informais e domésticas, e as mais formais, geralmente relacionadas à escolaridade e administração para a língua oficial. A competência comunicativa implicava, portanto, um conhecimento, por parte do falante, não só de um código linguístico, mas também do que dizer, a quem e como dizer, em uma situação determinada.

No final do século XIX, nas duas cidades, os poucos falantes de LGA que sobreviveram foram perdendo seus interlocutores e os temas étnicos para conversar. Assim, a LGA não apenas foi perdendo falantes, mas também funções, em razão dos fatores econômicos e sociais que vincularam a Amazônia ao sistema internacional. Deslocados para fora das cidades, os tapuios levaram consigo a língua geral, que ficou circunscrita ao oeste da Amazônia, com um uso que se tornava "mais consistente à medida que se avança para o interior" (Wallace, 1979 [1853]: 291).

A LGA nas vilas e povoados

Nitio xa potar cunhang / Setuma sacai waá
Curumú ce mama-mamane /Boia sacai majaué
Nitio xa potar cunhang / Sakiva-açu waá
Curumú monto-montoque / Tiririca-tyva majaué.[2]

As vilas e povoados eram aglomerados humanos, dispersos pelas margens dos principais rios da Amazônia que se diferenciavam pelo tamanho: *povoações* eram "núcleos em que se agrupavam de cinquenta a trezentas pessoas, marginando os rios e lagos", enquanto *vilas* tinham um número muito maior de casas e de habitantes (Bittencourt, 1925: 153). Ambos não passavam de pequenas aldeias semiurbanizadas, onde eram poucos os moradores que se dedicavam a atividades comerciais, administrativas, políticas, militares, artesanais ou religiosas, típicas do mundo urbano. Como regra geral, seus moradores dependiam diretamente de atividades extrativistas, agrícolas e pesqueiras, por isso residiam fora grande parte do ano. Era ali que os produtos extrativos eram trocados por certos produtos industrializados, onde se celebravam as festas religiosas e onde se contratavam remeiros e canoas para o transporte fluvial. No universo amazônico do século XIX, caracterizado por densidade demográfica extremamente baixa, os povoados e vilas desempenhavam funções essenciais, como pontos focais de uma rede, que articulava a economia rural extrativista, de cunho artesanal, através do sistema de comércio regional.

Às vésperas da independência do Brasil, no Grão-Pará essa rede estava formalmente composta por 44 vilas e 60 povoações, onde viviam pouco mais de dois terços da população recenseada em 1820, segundo documento reproduzido por Spix e Martius (1981 [1823-31]: 40-41). No Pará, nessa época, as maiores vilas tinham cerca de 2 mil habitantes. Na Capitania do Rio Negro, em 1814, os seis núcleos mais importantes não passavam de mil moradores. Na década de 1830, alguns deles adquiriram um *status* mais importante. As comarcas se dividiram em *termos*, com uma *cabeça*. As vilas que eram cabeças de termo tinham um governo local, câmara municipal, comandante militar, comandante de trabalhadores – encarregado de distribuir os índios para as obras públicas –, juiz de direito ou juiz criminal e civil da comarca, delegado de polícia, vigário, professor e outros funcionários.

Para o desenho do mapa sociolinguístico, é importante o tipo de relação que esses núcleos mantinham com as duas cidades, especialmente com Belém, o que dependia em grande medida de sua localização. A proximidade ou o distanciamento da capital significava um maior ou menor isolamento. Com este critério, podemos identificar três situações diferenciadas, do ponto de vista geográfico e linguístico: o Baixo Amazonas, cujas vilas e povoações mantinham relações permanentes e sistemáticas com Belém; o Alto Amazonas, incluindo os rios Solimões e Negro, cujas povoações tinham relações esporádicas com a capital e, finalmente, o sertão, situado em territórios de afluentes

mais afastados, cabeceiras de rios e interior de lagos, cujos sítios não diferiam muito de uma aldeia indígena, isolados, com visitas esparsas de comerciantes ou funcionários do governo. Nas três regiões, havia um uso diferenciado da língua geral:

> Nas vizinhanças das cidades e vilas mais povoadas, ouve-se tanto essa língua [geral] quanto o português. Longe daí, porém, existem locais nos quais ela é o único idioma utilizado. Mas no interior, coexiste com as línguas nativas das tribos, cujo alcance é apenas local. Assim, no Baixo Amazonas, todos os índios falam tanto o português como a língua geral; no Solimões e no rio Negro, geralmente falam apenas a língua geral; no interior, ao longo dos tributários do Solimões e na região lacustre, utilizam-se desse idioma e das línguas mura e juri para se comunicarem com os comerciantes que por ali passam (Wallace, 1979 [1853]: 292-293).

Quanto mais próximo do litoral o núcleo urbano, maior presença da língua portuguesa e de índios *civilizados* bilíngues (LGA-LP). N medida em que as povoações se distanciavam da costa, penetrando no interior de Amazônia, a *língua geral* era predominante, com falantes monolíngues – os *tapuios* – e bilíngues (LGA-LV) – os *índios mansos.*

O quadro linguístico da Amazônia é muito mais complexo, pois no Alto e Baixo Amazonas, o deslocamento linguístico de *tapuios* e *índios civilizados*, respectivamente, merece tratamento diferenciado. De todos os modos, as evidências históricas aqui apresentadas reforçam a função das cidades no processo de hegemonia da língua portuguesa e do declínio da língua geral e das línguas indígenas.

A política relacionada aos índios *selvagens* mudou radicalmente, a partir da década de 1870, quando os índios recém-contatados passaram a viver nos centros de produção de borracha – os *seringais* – e não mais nos aldeamentos missionários, como ocorreu nos rios Purus e Juruá. Os *seringais* foram, então, responsáveis por transformar os índios *selvagens* em índios *mansos.* No entanto, neste caso, a língua geral já não foi utilizada nesse processo. Considerando que a língua portuguesa, falada por milhares de migrantes do Nordeste de Brasil, predominava nos *seringais*, os índios falantes de suas línguas vernáculas tiveram que usar o português como segunda língua, sem passar pela língua geral, que desconheciam. Essa última cedeu ao português a função de língua de comunicação regional.

Os documentos históricos aqui analisados constituem evidências da função das cidades no processo de hegemonia da língua portuguesa e de declínio da língua geral, assim como das línguas indígenas, isto é, guarda relação com processos de natureza política implicando iniciativas de Estado. No entanto, o fato de que a sociedade elabora categorias para dar conta desses processos que circulam no português regional de hoje representa uma estratégia que registra na memória léxica o contato linguístico como uma parte importante da identidade.

Notas

[1] O coronel Francisco Raimundo Corrêa Faria foi comandante, em 1842, do forte de Marabitanas, no Alto Rio Negro, onde aprendeu a LGA, para comunicar-se com os índios que trabalhavam nas obras militares. Assumiu, depois, a cadeira de Língua Geral no seminário de Belém, sendo o seu segundo e último regente.

[2] Esses versos foram coletados por Spix e Martius, em março de 1820, no rio Urariá, afluente do rio Madeira, de um comerciante paulista, capitão José Rodrigues Preto, diretor de índios da aldeia mawé, que "havia se familiarizado perfeitamente com a língua tupi, e, também por isso, parecia impor-se aos índios, cujos versos singelos entoava com modulação esquisita". Da tradução do alemão se fez uma versão portuguesa, reproduzida por Joaquim Norberto de Sousa Silva e, depois, por Sílvio Romero, em sua *História da literatura brasileira*, como observa Basílio de Magalhães (Spix e Martius, 1981: 278). Escolhemos outra versão: "Não gosto de mulher / de perna muito fina / Porque pode me enroscar / como cobra viperina. / Não gosto de mulher / de cabelo alongado / Porque pode me cortar/ como tiririca no roçado".

Bibliografia

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e (1984). *Diccionario topographico, historico, descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus: Grafima. [reprodução fac-similada da edição de 1852, impressa em Recife.]

APPEL, René; Muysken, Pieter (1996). *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: Ariel Lingüística.

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1980 [1860]). *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp.

BAENA, Antônio L.M. (1839). *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Pará: Santos & Cia.

BASTOS, A. C. Tavares (1975). *O vale do Amazonas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

BATES, Henry Walter (1944 [1863]). *Um naturalista no rio Amazonas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

_____ (1979 [1863]). *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp.

BITTENCOURT, Agnello (1985). *Corografia do estado do Amazonas*. Manaus: ACA. [edição fac-similada de 1925]

CARDOSO, Armando Levy (1961). *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

CRUZ, Ernesto (1958). *Colonização do Pará*. Belém: CNPq; Inpa.

Cunha Junior, Domingos José da (1873). *Relatório com que o exc. snr. doutor Domingos José da Cunha Junior, presidente da provincia do Pará abriu a 2ª sessão da 18ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1873.* Pará: Typ. do Diário do Gram-Para.

Delson, Roberta Marx (1997). *Novas vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento espacial e social no século XVIII.* Brasília: Alva-Ciord.

Dias, Antônio Gonçalves (1861): *Relatório: visita às escolas públicas de primeiras letras das freguesias do Solimões.* Anexo da Fala Dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Manaus, Tipografia Silva Ramos.

_____ (1858). *Dicionário da língua tupi, chamada língua geral dos indígenas do Brasil.* Leipzig: F.A. Brockhaus.

Diretoria Geral de Estatística (1872). *Recenseamento do Brasil – Alagoas e Amazonas.* II. Rio de Janeiro: DGE.

Faria, Francisco Raimundo Correia (1858). *Compendio da língua brasílica para uso dos que a elle se quizerem dedicar.* Pará: Santos Filho.

Franco, Bernardo de Souza (1841). *Discurso do exmo. snr. doutor Bernardo de Souza Franco, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 14 dxe abril de 1841.* Pará: Typ. De Santos & menor.

Freire, José R. Bessa (1993-94). Manáos, barés e tarumãs. *Amazônia em Cadernos – Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas* 2 (2-3), 159-179.

_____ (1983). Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira. *Amerindia* 8, 39-83.

_____ (2001). A organização da força de trabalho indígena na Pan-Amazônia: os casos do Brasil e do Peru. In: Berg, Walter et al. (org.). *As Américas do Sul. O Brasil no contexto latino-americano.* Tübingen: Niemeyer, 140-150.

_____ (2004a). *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia.* Rio de Janeiro: Editora Atlântica; Eduerj.

_____ (2004b). A extensão da língua geral amazônica no século XIX e a política de línguas. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana* 2, 9-23.

_____; Rosa, Maria C. (org.) (2003). *Línguas gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial.* Rio de Janeiro: Eduerj.

Kidder, Daniel P. (1980). *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil.* Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp.

Le Cointe, Paul (1922). *L'Amazonie brésilienne.* 2 v. Paris: Soc. d'Editions Géographiques.

Lustosa, Dom Antonio de Almeida (1939). *Dom Macedo Costa (bispo do Pará).* Belém: Cruzada da Boa Imprensa.

Magalhães, José V. Couto de (1876). *O selvagem.* Rio de Janeiro: Typographia da Reforma.

Marajó, Barão de (1895). *As regiões amazônicas. Estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas.* Lisboa: Libânio da Silva.

Mello, Antônio Epaminondas de (presidente da Província) (1866). *Relatório dirigido ao sr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira na entrega da administração da província, em 24 de agosto de 1866.* Recife: Typ. Do Jornal do Recife.

Miranda, Vicente Chermont de (1968 [1905]). *Glossário paraense.* Belém: Universidade Federal do Pará.

Nery, F. José de Sant'Anna, barão de (1979 [1884]). *O país das amazonas.* Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp.

Orbigny, Alcide d' (1976 [1832]). *Viagem pitoresca através do Brasil.* Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp.

Reis, Artur César Ferreira (1961). A língua portuguesa e a sua imposição na Amazônia. *Revista de Portugal – Língua Portuguesa* 23, 491-500.

_____ (1999). *Manaos e outras villas.* 2. ed. Manaus: Universidade do Amazonas.

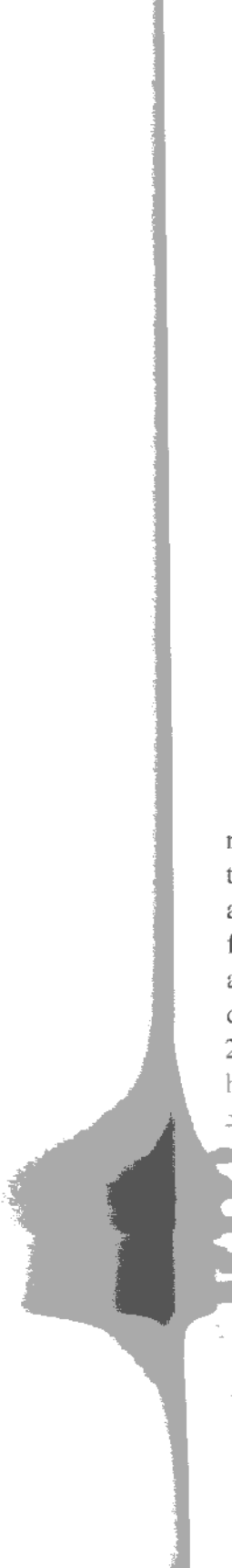
Seixas, Manoel Justiniano de (padre) (1853). *Vocabulário da língua indígena geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará.* Pará: Typ. De Mattos e Comp.

Souza, Francisco Bernardino de (cônego) (1873). *Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas.* Pará, Typ. do Futuro.

Spix, Johann B. von; Martius, Carl F. P. von (1981 [1823-31]). *Viagem pelo Brasil.* III. 4. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp.

Torres, D. José Afonso Morais (1854). Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 17, 553-576.

Wallace, Alfred Russel (1979 [1853]). *Viagens pelos rios Amazonas e Negro.* Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp.



O nheengatu atual falado na Amazônia brasileira. Espaço comunicativo, política linguística e perspectiva dos falantes

Martina Schrader-Kniffki

São poucos os estudos que tratam do nheengatu tal como é falado atualmente na Amazônia brasileira. A maioria das investigações refere-se a aspectos da história colonial externa ou interna da língua, tendência que continua a manifestar-se no emprego dessa língua, na consciência e nas atitudes dos falantes em relação a ela. Um dos motivos principais para a quase completa ausência de investigações sobre o nheengatu atual parece ser o difícil acesso a dados e materiais sobre o emprego do nheengatu na atualidade (Schmidt-Riese, 2003). Ao mesmo tempo, observa-se certa facilidade na obtenção de textos históricos de diferente índole que favorecem pesquisas dedicadas tanto às condições sócio-históricas da língua como às mudanças que esta experimentou durante seu processo de desenvolvimento do tupi à língua geral/nheengatu.[1] Por outro lado, existem trabalhos de cunho antropológico sobre grupos indígenas e etnias da região amazônica que abrangem questões linguísticas e, em alguns casos, nesse contexto, encontram-se referências ao nheengatu. Isso é válido especialmente para os estudos dedicados ao grupo baré, por ser este o grupo principal de falantes do nheengatu (Foirn e Isa, 2000; Melo, 2009).

O propósito deste capítulo é oferecer um panorama da situação atual do nheengatu. Em razão do contexto linguístico amazônico no qual essa língua está situada, não há como fazê-lo sem mencionar também as línguas ameríndias

com as quais ela está em contato, seja pelo espaço comunicativo compartilhado, seja pelo multilinguismo dos seus falantes. Do mesmo modo, há que incluir as línguas portuguesa e espanhola, devido às fronteiras da Amazônia com a Colômbia e a Venezuela e também por causa das migrações dos falantes colombianos e venezuelanos do nheengatu para o território brasileiro.

O capítulo divide-se em duas partes principais, distintas, por representar duas perspectivas básicas relativas ao nheengatu. A primeira parte trata dos aspectos relacionados ao espaço linguístico, da situação do contato com outras línguas, da estrutura da língua e da política linguística; a segunda focaliza os mesmos aspectos no nheengatu atual, mas desta vez a partir da perspectiva dos falantes. A base de dados para este trabalho compõe-se de informações gerais, transcrições de conversas em nheengatu publicadas por outros pesquisadores e reinterpretadas, além de entrevistas narrativas em língua portuguesa realizadas por mim.

O nheengatu: panorama atual

Espaços linguísticos e comunicativos

Embora nos dias atuais o nheengatu esteja oficialmente classificado entre as línguas indígenas amazônicas (veja também a seção "O *status* político do nheengatu"), ainda não existem em relação a ele atribuições étnicas ou espaciais unívocas. O propósito de determinar um espaço geográfico contínuo do nheengatu fracassa em razão de dois fatores principais: o primeiro é a evidente fragmentação espacial do idioma, fato que põe em questão as concepções tradicionais – originalmente europeias – de correspondência entre língua e território (p. ex., nacional, regional); o segundo fator problemático é a mobilidade e migração contínua dos seus falantes (ver Brandhuber, 1998). Ainda que à luz de trabalhos de cunho antropológico se delimitem e distingam espaços de habitat dos diferentes grupos étnicos, tal procedimento não pode ser aplicado às línguas da Amazônia: é digno citar aqui, como exemplo, o grupo étnico baniwa, do qual uma parte fala a língua étnica própria, ou seja, o baniwa, e outra parte do mesmo grupo é formada por falantes de nheengatu (Foirn e Isa, 2000; Luciano, 2006). Um mesmo espaço geográfico, portanto,

pode ser habitado por um conjunto de pessoas que se define como um único grupo étnico, ao mesmo tempo que se divide em dois grupos etnolinguísticos diferentes. O espaço de fala nheengatu deve ser, em consequência, definido como um espaço heterogêneo, descontínuo e dinâmico. Com isso, apresenta um exemplo que poderá servir de paradigma para repensar a relação língua-espaço, na Sociolinguística em geral, sendo esta uma relação na qual a mobilidade e a migração dos falantes raramente são incluídas.

A distribuição do nheengatu em espaços diversos evoca a questão da variação diatópica do mesmo.[2] Com respeito à existência de possíveis variedades regionais ou locais, existem algumas hipóteses, baseadas antes no estudo de documentos históricos acessíveis do que em pesquisas de campo (Moore, Facundes e Pires, 1993). Segundo informações recentes, existe um projeto de pesquisa em execução que aborda exatamente a questão da variação diatópica do nheengatu:

> [...] "Nheengatu – Um Estudo Antropológico e Linguístico e Suas Variedades Dialetais Modernas", que tem como objetivo estudar as variedades dialetais da língua geral (Nhe-engatú) dos mura, mawé, baré, munduruku e outros grupos, e compreender o contexto sociocultural e ideológico onde o mesmo é falado [...] (A. P. Freire, 2006: 26).

Os falantes, no entanto, não somente convivem com a variedade dialetal, estando conscientes dessa situação, como ainda são capazes de mencionar alguns aspectos concretos da mesma, se bem que de modo pouco sistemático. Nas entrevistas que formam o pequeno *corpus* deste capítulo, encontram-se afirmações desse tipo:

> Não. É a mesma coisa. É a mesma língua geral. Às vezes o que muda um pouco é o sotaque. Por exemplo, por lá em Marapitanga, já tem um sotaque diferente daqui. [...]. É a mesma coisa. A gente diz assim, na pronúncia: "Miquitchi" e eles falam "Miquiti", é fechado. Então, aquele sotaque diferente, mas é a mesma palavra. [...] Por exemplo, pimenta. Pimenta a gente pronuncia "Quininha" em iengá pronuncia "Quinha", então uma coisa assim, diferente, muda só o sotaque" (Entrevista I/8/2002, 137.1-142.2).

Basicamente, o nheengatu é falado nas regiões amazônicas do Médio e Alto Rio Negro, do Baixo Içana, do rio Xié, por um número estimado de mais de três mil falantes, como língua materna ou como segunda língua, utilizado como língua franca ou com função de comunicação do dia a dia no contexto familiar.[3]

Segundo Foirn e Isa (2000: 14), a região do Alto Rio Negro é o território no qual se fala o nheengatu propriamente dito, enquanto na região do Médio Rio Negro, ao contrário, predomina ainda o nheengatu, embora coexistindo com as línguas tukano e aruak. Na floresta amazônica, há o contato entre várias línguas, tanto entre as línguas ameríndias da região como também entre o português e o espanhol. As línguas ameríndias em contato com o nheengatu são principalmente as línguas tariana, tukano (Aikhenwald, 2002: 227), o baniwa e o desano. Tais contatos ocorrem durante a convivência de falantes das diferentes línguas e manifestam-se, entre outros, em mudanças gramaticais e empréstimos de palavras (Thomason e Everett, s.a.). No caso dos falantes de outras línguas, observa-se o abandono da língua própria e, por conseguinte, constata-se um *language shift* em favor do nheengatu, como consequências desse contato. A título de exemplo, citamos o caso anteriormente mencionado dos baniwas da região do Baixo Içana, onde um grupo de pessoas pertencentes ao grupo étnico baniwa fala nheengatu (Foirn e Isa, 2000: 8). Muitos dos falantes do nheengatu declaram-se pertencentes ao grupo étnico baré (Aikhenwald, 1995), outros, ao grupo étnico baniwa (Foirn e Isa, 2000: 8). Diferindo do grupo étnico dos baniwas, o grupo étnico dos barés deixou de falar a própria língua por completo e se define *expressis verbis* como grupo étnico sem língua própria, tendo adotado o nheengatu desde os tempos coloniais. O emprego do nheengatu por essas pessoas está relacionado com certas características atribuídas a este grupo étnico. Nesse sentido, os estudos sobre o tema remetem ao seu alto grau de aculturação à "cultura dos brancos", fato que lhes trouxe a fama, desde tempos históricos, de serem colaboradores com o "inimigo", ou seja, com a cultura que é considerada como dominante em relação às culturas indígenas. Tais estudos qualificam-na como uma "cultura de mistura", caracterização que os próprios representantes do grupo reproduzem, aproximadamente desde o século XX (Aikhenwald, 2002: 3).

Além das regiões rurais, nas quais há um número grande de falantes, o nheengatu também é falado em centros urbanos, entre estes na cidade de São Gabriel da Cachoeira, município situado no noroeste do estado do Amazonas, na bacia do Alto Rio Negro. Segundo informações obtidas em pesquisas próprias e outras junto a falantes em São Gabriel da Cachoeira, o idioma é falado quase exclusivamente dentro do círculo familiar. Das pesquisas próprias, realizadas nos anos 2002 e 2003, resulta que o nheengatu não se encontra presente

nas áreas públicas da cidade, não sendo falado "nas ruas". É de se esperar que essa situação mude em razão das políticas e do planejamento linguístico recentes, tocantes à cooficialização da língua (ver a seção "O *status* político do nheengatu"). Possivelmente a língua receberá maior atenção pública. Em São Gabriel da Cachoeira, o nheengatu convive intensamente com o português e ainda com outros idiomas. O português, além de ser a língua do ensino escolar e a língua da rua, é, para muitas pessoas, a língua materna, tendo elas se mudado de outras localidades do Brasil para essa cidade, ou sendo falantes que abandonaram o uso do nheengatu.

Devido à vizinhança com a Colômbia e a Venezuela e das migrações de falantes do nheengatu da Venezuela para a região amazônica do Alto Rio Negro, o nheengatu está também em contato com o espanhol (Aikhenwald, 1995: 3). Esse fato contribui para o multilinguismo dos falantes, que apresentam, na maioria, competência linguística em espanhol, empregando-o no dia a dia, além de falarem outras línguas.

Embora não seja uma das regiões oficiais de falantes de nheengatu, também na cidade de Manaus – pelo fator migração – há um número considerável desses falantes.[4] O fato dos mesmos não figurarem na maior parte das descrições disponíveis acerca da área de falantes de nheengatu deve-se possivelmente à invisibilidade geral a que os grupos étnicos e/ou os falantes das línguas ameríndias estão submetidos na cidade pelas instituições oficiais e, muitas vezes, por linguistas e antropólogos (Melo, 2009). No entanto, existem testemunhos que corroboram a presença do nheengatu em Manaus. É digno de nota mencionar o exemplo – possivelmente esquecido – de uma cartilha dedicada a aulas bilíngues, ou mesmo trilíngues de nheengatu-português-inglês (Silva, 1958). O livro foi escrito em 1948, publicado pela primeira vez em 1951, e conta com uma reedição de 1958. Ele pode ser visto como um exemplo excepcional da presença do nheengatu, incluindo o contexto escolar, na cidade de Manaus. Referindo-se à questão da presença do nheengatu nessa cidade, há que se levar em conta a migração dos falantes do nheengatu que, muitas vezes, não se dão a conhecer como tais (Melo, 2009) nessa cidade. Várias pessoas em São Gabriel da Cachoeira informam sobre a existência de parentes e moradores de Manaus que empregam o nheengatu em encontros familiares nesse espaço urbano.

Características estruturais do nheengatu atual

Por ser uma língua surgida no contato com o português e por ele definida, falar sobre aspectos estruturais do nheengatu equivale a falar sobre as consequências desse contato.[5]

Antes de aprofundar esses aspectos, cabe examinar as categorizações aos quais o nheengatu está submetido, porque essas estão relacionadas, de uma ou outra maneira, ao fato do nheengatu ser uma língua de contato.[6] O fato das mudanças ocorridas no processo do *language shift* poderem ser classificadas primeiramente como simplificações gramaticais leva alguns autores a agrupar o nheengatu no grupo das línguas crioulas (Holm, 2000: 102; Chaudenson, 2001), ressaltando não se tratar de uma língua crioula com base lexical europeia, nem tampouco surgida no contexto do tráfego de escravos, e sim de uma das línguas crioulas com base em "línguas americanas nativas", denominada por isso de "língua crioula endógena" (ao contrário das línguas crioulas exógenas, ver também Chaudenson, 2001: 16). No entanto, não parece existir unanimidade sobre este tipo de classificação; outras fontes não concebem o nheengatu nem como pidgin, nem como crioulo, mas simplesmente como uma variante bastante simplificada do tupi (Campbell, 1997: 23).[7] Essa categorização está baseada no seu emprego, função e *status* linguístico político no contexto socio-histórico colonial. Rodrigues (1996) estabelece, para além do critério socio-histórico, traços linguísticos comuns para as línguas gerais, que em consequência formam um grupo de línguas ao qual pertencem a língua geral paulista, a língua geral amazônica (o nheengatu) e o guarani crioulo (o jopará). A partir de aspectos estruturais, justifica-se esse agrupamento sob o dito termo "línguas gerais". As características estruturais são formadas através das influências das línguas de contato, português e espanhol, influências constituídas principalmente de empréstimos de palavras funcionais, numerais e lexico-fraseológicas. Pode-se afirmar que, neste caso, se trata de fenômenos de contato observados também nas línguas indígenas em contato com o espanhol. Além disso, Rodrigues menciona um número de reduções da complexidade do sistema gramatical tupi que, na maioria dos casos, conduz formas complexas a outras mais simples e genéricas. Entre estas encontram-se, por exemplo, simplificações referentes ao sistema dêitico, mais complexo no tupi e simplificado no nheengatu; a redução dos verbos existenciais, de quatro formas em tupi a uma única forma genérica em nheengatu; a diminuição do sistema de casos morfológicos etc. (Rodrigues, 1996: 12-13).

Porém, mesmo que as consequências de contato tenham sido constitutivas no desenvolvimento do nheengatu, diferentemente da maioria dos estudos sobre a língua, neste capítulo elas não serão tratadas em uma perspectiva diacrônica. Nosso interesse é proporcionar uma ideia do nheengatu a partir de um ponto de vista sincrônico, isto é, do estado atual da língua. O fato de o nheengatu ter-se desenvolvido como língua de contato baseada no antigo tupi permite distinguir as consequências do contato com o português, datadas em diversas fases e apresentando diferenças essenciais.

Desta maneira, chega-se a uma estratificação histórica lexico-gramatical que deve ser vista como de tipo ideal. Para analisar os respectivos fenômenos procedentes de cada uma das duas grandes etapas do desenvolvimento da língua, é necessário considerar os diferentes processos de contato discutidos por Thomason e Kaufmann (1988). Estes autores distinguem dois processos principais resultantes do contato, os quais se podem determinar em expressões curtas como "*language shift* sem empréstimo" e "empréstimo sem *language shift*".

As consequências desse contato para o nheengatu podem ser resumidas da forma seguinte: as características do nheengatu de hoje, discutidas no paradigma das línguas crioulas, têm origem na situação sociolinguística do tupi/língua geral/nheengatu, na etapa que abrange os séculos XVII e XVIII. Nesta fase da história da língua, surgiram mudanças no sistema gramatical, por um lado, relacionadas com o *language shift* dos colonizadores, por outro lado, com o dos grupos indígenas incorporados ao grupo dos falantes de língua geral, incorporação esta voluntária, ou não. Essa etapa distingue-se das seguintes, caracterizadas pela predominância do português, em razão da política colonial portuguesa e da morte de muitos dos falantes do nheengatu durante a Cabanagem, favorecendo o aumento do número de falantes de português. Ao contrário das anteriores, essas etapas, de maior bilinguismo e dominância do português, estão marcadas por um aumento de empréstimos lexicais.

Moore, Facundes e Pires (1993: 97) oferecem um quadro das características do nheengatu atual, tais como: a conservação de traços do tupi, o princípio da posposição e o sistema de prefixos pessoais e possessivos. Embora seja uma atitude comum apontar para a simplificação do sistema fonético do nheengatu comparado ao do tupi, na verdade, o primeiro é mais complexo. Tal complexidade pode ser explicada pela presença de fonemas do português que penetraram no sistema fonético do nheengatu, tanto através de empréstimos de mais longa data como outros mais atuais. Distinguem-se, entre eles, os

empréstimos do português foneticamente assimilados e os que continuaram a seguir as regras fonéticas do português. Estes últimos são os mais novos, surgidos através do recente contato entre o nheengatu e o português e empregados por falantes bilíngues.

Entre os recentes empréstimos do português, encontram-se também substantivos, termos gramaticais, tais como conectores de diversos tipos, além de verbos integrados morfologicamente. O exemplo a seguir permite observar o uso corrente do nheengatu, apresentando alguns dos fenômenos do contato atual com o português:

Gerson:

1. ĩndé mu?í akayú ta? á re-*morái* iké kwá ***sidádi*** upé
   you how many years Q 2s-live here this city in
   'FOR HOW LONG HAVE YOU LIVED HERE IN THIS CITY?'

Lenir:

2. išé akayú *nóvi* akayú-ana a-yuwíri se-**retãma** su?í
   I year nine year-already 1s-return 1s-city from
   'IT HAS BEEN NINE YEARS THAT I LIVE IN THIS CITY'

4. išé cí a-mãndu?ái a-yuwíri se-***família***-itá rúka kití
   I not 1s-think 1s-return 1s-family-Pl house to
   'I DON'T THINK OF RETURNING TO MY FAMILY'S HOUSE'

9. a-yuwíri kurí ãỹũ a-mã?ã arã se-**anãma**-itá
   1s-return Fut only 1s-see for 1s-family-Pl
   'I WILL GO BACK THERE JUST TO VISIT MY FAMILY'

(Moore, Facundes e Pires, 1993: 111 – grifo nosso)

Os seguintes aspectos merecem destaque especial: (a) o exemplo demonstra o emprego de verbos portugueses morfologicamente incorporados ao nheengatu, como, por exemplo, as formas *re-morái*, 'eles moram', como empréstimo do português 'morar' com prefixo de pessoa *re-* do nheengatu. No trabalho de Moore, Facundes e Pires (1993), há vários exemplos deste tipo: *u-ištudái*, 'eles estudam', *a-koñeséi*, 'eu conheço', *u-kõtái*, 'eles contam', *u-akõteséi*, 'aconteceu', *ya-pudéi*, 'podemos'. (b) Como acontece em muitas línguas ameríndias, o sistema de enumeração do tupi/nheengatu é

substituído pelo do português: no texto anteriormente citado, por exemplo, o numeral *nóvi* como empréstimo do português "nove" é incorporado ao sistema fonológico do nheengatu. (c) No mesmo exemplo, encontram-se empréstimos de substantivos, que despertam interesse pelas características do seu uso: observemos o caso de *sidádi*, 'cidade', e também *família*, duas palavras originalmente portuguesas e que se integram morfologicamente ao sistema do nheengatu. Os exemplos evidenciam o emprego desses substantivos apesar da existência de equivalentes no nheengatu, cujo emprego pode ser observado no cotexto imediato.

Esses são apenas alguns casos que contêm fenômenos originários do contato com o português mais recente. Especialmente o último exemplo dos substantivos parece ser de interesse para demonstrar a dinâmica do contato. Para essa análise é preciso levar em conta não somente o emprego em si dos substantivos dentro do cotexto mais imediato, mas também no contexto interativo e sociolinguístico. Segundo o emprego dos empréstimos em questão no cotexto, observamos que, embora o falante Gerson use o empréstimo *sidadi*, na sua resposta direta, o falante Lenir emprega, ao contrário, a palavra do nheengatu *retãma* com o significado de 'terra', referindo-se, no entanto, a 'cidade'. Isso parece estar em relação direta com o contexto sociolinguístico destes falantes: "The two speakers are Lenir da Silva, a young woman in her thirties from the region of the Upper Rio Negro, trilingual in Nheengatu, Portuguese, and Spanish, and Gerson, a Portuguese, who lives in the city of São Gabriel da Cachoeira" (Moore, Facundes e Pires, 1993: 111).

Com esta informação contextual, o texto sugere que o uso dos empréstimos portugueses deixa de relacionar-se com o perfil sociolinguístico dos falantes. Segundo este padrão de interpretação, o falante Gerson pode ser visto como um caso exemplar do grupo de pessoas orientadas pela cultura citadina lusófona, as quais, em consequência, são as que mais fazem uso de empréstimos. Na mesma conversa, no entanto, o falante com mais afinidade ao contexto sociocultural indígena faz uso da palavra equivalente em nheengatu. Deste modo, observa-se o emprego tanto do substantivo nheengatu como do empréstimo português, em uma mesma situação comunicativa. Se observarmos, no entanto, o uso da palavra emprestada 'família' (ex. 4) e da equivalente nheengatu *anãma* (ex. 9), vemos que o falante com características urbanas faz uso da palavra nheengatu, e o falante que mais parecia conservar o nheengatu usa o empréstimo. Este caso mostra a dinâmica descontínua do contato entre o nheengatu e o português, ao mesmo tempo em que sugere a necessidade de aprofundamento de

pesquisas desse aspecto, com o propósito de alcançar resultados mais fiáveis, impossíveis de obter com apenas um exemplo de análise.

O *status* político do nheengatu

Atualmente o nheengatu participa de um grupo de línguas indígenas cooficializadas no estado do Amazonas. Em dezembro de 2002, entrou em vigor a Lei n. 145, de cooficialização do nheengatu juntamente com as línguas tukano e baniwa. O português, no entanto, permanece como língua oficial. Esta lei vigora no município de São Gabriel da Cachoeira, sendo esta a primeira vez na história do Brasil que um estado federal admite em um dos seus municípios outra língua, além do português, como língua de *status* (co) oficial. A lei se compõe de oito artigos referentes a vários aspectos de política e planejamento linguístico.

Com esta lei, assegura-se a continuidade do uso do nheengatu que, por ser considerado em relação diglóssica e conflitante com o português, corre o risco de desaparecer. A continuidade é garantida principalmente com a autorização, ou mesmo obrigação, do nheengatu ser ensinado nas escolas regionais, formando, deste modo, futuras gerações de falantes do idioma. Além disso, a lei prescreve o uso oral do nheengatu nos tribunais e a sua utilização escrita em documentos do governo local. Acrescenta-se, ainda, o emprego do nheengatu (tukano, baniwa), em todos os assuntos e documentos oficiais e meios de comunicação, tanto por escrito como oralmente. A regulamentação do ensino do nheengatu no âmbito da educação pública e a instalação de um corpo de intérpretes para assuntos jurídicos parecem ser os aspectos mais importantes da lei e, ao mesmo tempo, aqueles que apresentam maior dificuldade de realização. Por outro lado, as pessoas que, como demonstrado anteriormente, falam o nheengatu, além de outras línguas, têm agora a sua competência multilíngue valorizada, o que é um fato inédito. Ainda, muitas delas poderiam ser instruídas e contratadas como intérpretes e professores.

No entanto, em observações feitas imediatamente depois de esta lei entrar em vigor, foram notados problemas na categorização oficial do nheengatu como língua "indígena". No contexto da antropologia brasileira, a construção do "indígena" determina-se na dicotomia entre "indígena" e "caboclo". Visto que o "indígena" implica as ideias de autenticidade e pureza, os falantes do nheengatu, considerados tradicionalmente como "caboclos", se encontram

em uma situação difícil e bastante contraditória, percebida tanto pelos próprios falantes como pelos agentes de educação indígena. O problema pode ser explicado como consequência da mudança na valorização do indígena e da política nacional relacionada com essa temática. O valor sociocultural do "caboclo", antes visto como categoria entre o índio e o branco e, portanto, próximo à cultura "civilizada", mudou: "Começaram a ser valorizados os povos que falavam suas línguas originárias e praticavam suas tradições. Ser um baniwa falante da língua e praticante das tradições baniwa tournou-se um valor máximo, ao passo que ser caboclo transformou-se a ser um contravalor [...]" (Luciano, 2006: 32).

Como se verá adiante, para os falantes do nheengatu destaca-se o caráter misturado da língua, além de sua função como língua supraétnica. Algumas pessoas mostram ainda uma atitude crítica quanto ao *status* do nheengatu como língua indígena cooficializada. Rodrigues, por exemplo, linguista e especialista em línguas indígenas, expressa-se contra a inclusão do nheengatu no grupo de línguas indígenas cooficializadas: "Mas há quem não concorde. Aryon Dall'Igna Rodrigues, autor da obra de referência nacional *Línguas brasileiras*, acredita que uma vez que o nheengatu não é natural da Amazônia, não deveria ser oficializada como tal" (Baretto, 2002).

Ele não se refere ao caráter de mistura do nheengatu, mas sim à história de migração que caracteriza os falantes do nheengatu. A seguir, poderá ser observado que também não falta quem acredite que o nheengatu não faz parte das línguas naturais por ser uma "língua inventada" na época colonial pelos jesuítas e, portanto, uma língua não autêntica, pois não indígena. Até os dias atuais, o nheengatu tem a função de uma língua geral ou língua franca[8] e, como mostrado anteriormente, uma língua sem atribuição étnica unívoca. Tudo isso faz com que ela apresente um *status* difícil ao ser agrupada às línguas indígenas. Chega-se mesmo a pensar que esta categorização e a cooficialização evocariam a história colonial da língua como língua dos jesuítas.

As atitudes dos falantes

A seguir serão apresentados trechos de entrevistas narrativas realizadas com falantes do nheengatu, em São Gabriel da Cachoeira. Aos trechos de entrevistas feitas pela autora deste capítulo acrescentam-se outros, publicados em

um trabalho sobre os baré em Manaus (Melo, 2009) e que poderão corroborar e complementar as primeiras. Um dos aspectos marcantes nessas conversas é a forte consciência dos falantes do nheengatu acerca do passado da língua, ressaltando a sua origem e fases de sua proibição.

A reconstrução da origem do idioma implica a sua categorização como "língua inventada" pelos jesuítas:

> Dizem que eles inventaram a língua geral [...] os portugueses os espanhóis que vieram os missionários aí implantaram a língua geral [...] é inventaram porque era baré agora é língua geral aí língua geral acho que certamente se falava não só no Brasil porque fala em geral do Baixo Amazonas até Cacicare Venezuela Colômbia só falam língua geral agora aí ficou língua geral o que a gente fala até hoje e a baré ninguém sabe falar mais não tem mais ninguém que fale sobre a baré a língua sumiu ficou a língua geral que hoje a gente ainda fala (Entrevista II/8/2002, 50.0-54.5).

Para datar a origem do nheengatu a falante refere-se aos agentes de colonização da Amazônia: portugueses, espanhóis e missionários aparecem como responsáveis pela invenção da língua. Mais do que isso, o surgimento do nheengatu relaciona-se com a perda da língua baré. Com a ideia de que o nheengatu é uma "língua inventada", os falantes desmentem implicitamente qualquer possibilidade de uma origem "natural". Este conceito do nheengatu é parte de um discurso (atual), cujos portadores não apenas se encontram entre os falantes do nheengatu, mas também entre os funcionários e agentes de cursos da educação indígena oficial, na região do Alto Rio Negro.[9] A substituição do baré pelo nheengatu, desde a perspectiva dos falantes, aparece como simples troca de línguas; eles concebem a substituição de uma língua por outra sem nenhum problema. Observa-se até mesmo uma certa indiferença quanto à alternância das fases de proibição e permissão do uso do nheengatu.

O conteúdo do fragmento seguinte expressa a mesma linha de pensamento. Aqui o tema gira em torno das diferentes épocas de proibição do nheengatu, relembradas pela falante:

> Quando eu entrei no colégio proibiram a gente de falar língua geral [...] é os professores ninguém podia falar tem que falar português porque isso acaba muito com os estudos, tudo isso [...] [sabe um pouco de baré] pouco quando os primeiros portugueses chegaram aqui era proibido falar a mesma coisa [...] é, proibido falar baré [...] aí não falavam mais falavam mais língua geral tupi-guarani né [proibido o baré] é aí disseram pra gente falar língua geral e

> depois a língua geral foi proibida é e assim vai indo [...] agora já tá ensinando né meu marido já morto ia dizer tá vendo até eles que proibiram tanto agora tão fazendo as crianças aprender a falar a língua geral (Entrevista II/0/2002, 6.0-22.3).

A falante recorda-se das diferentes épocas da proibição do nheengatu, apresentando-as em um estilo comunicativo semelhante a uma litania: as fases de proibição de algumas das línguas disponíveis à falante alternam-se repetidamente; uma das línguas é sempre proibida a favor do emprego de outra. Isso, como fica claro, estendeu-se ao uso do nheengatu. A contínua alternância do *status* do nheengatu entre língua proibida e língua obrigatória, língua substituída e de substituição, parece resultar em uma postura indiferente às questões de cunho político-linguístico. Do mesmo modo, esse processo leva a uma atitude de pouca confiança em relação aos atores da política linguística, cujas ações parecem incoerentes. Com o uso da expressão "assim vai indo", a falante sugere que a cadeia de proibições e substituições permanece em movimento. Esta atitude, que mostra certa resignação, poderia ter suas raízes no conhecimento de que o nheengatu vem sobrevivendo às várias épocas de proibição. Outra causa possível poderia ser encontrada dentro do já mencionado padrão de multilinguismo dos falantes, que alternam suas línguas sem dificuldade.

A atual adesão do nheengatu ao grupo das línguas indígenas reatualiza o passado da língua e dos seus falantes. No nível individual, a categorização oficial como indígena (falante de língua indígena) – que, como se verá a seguir, não é partilhada pelos falantes – provoca problemas sociais e de identidade:

> Estava em uma reunião de Funai com outros índios e não entendia nada da linguagem deles. Eles também não entendiam como não temos mais nossa língua. A língua baré eu não sei como é, não aprendi. Mas a linguagem deles é diferente do nheengatu. Depois fui no refeitório pegar comida que era destinada aos índios, mas quando tava na fila umas mulheres indígenas do Nordeste gritaram comigo e me disseram que não havia comida para branco (Melo, 2009: s.p.).
>
> Nós perdemos nossa língua e é por isso que dizem que a gente não é mais índio, que não existimos como etnia (Melo, 2009: s.p.).

Ser falante do nheengatu causa problemas de comunicação. O falante parece reduzir a questão do emprego da língua às duas possibilidades: ou ser falante de uma língua própria, indígena, ou ser falante do nheengatu. O problema de não poder seguir as conversas do outro é um problema de

contraste entre língua indígena e nheengatu. Na segunda parte do texto, fica claro que o problema da identidade indígena, nesse caso, está ligado à questão linguística. O emprego da língua decide sobre a possibilidade de identificar-se como índio ou como branco. O nheengatu, que essa falante nem valoriza como língua própria, nem como língua indígena, é valorizado pelas outras pessoas como língua de branco. Isso contradiz, de certo modo, a atitude frente ao multilinguismo que observamos com base nos fragmentos das entrevistas apresentadas. É possível que esses dados um tanto contraditórios resultem de diferenças em atitudes individuais. Porém, a categoria do "índio" ou do "indígena" converteu-se em um discurso político pós-colonial, não somente no Brasil, e que sobrevaloriza conceitos como tradição, origem, autenticidade, todos conotados com a categoria indígena. Como fica claro no caso dos falantes do nheengatu, a categoria do indígena estabelece uma dicotomia consistente de construções opostas: o índio e o branco. Deste modo, exclui-se tudo o que fica entre o indígena e o branco, qualquer tipo de mistura, resultando em uma construção bastante reduzida da realidade do grupo de pessoas às quais essa categoria se refere.

Os próprios falantes, além de serem confrontados por parte de outros com a questão da identidade indígena, não se reconhecem como "índios". Eles diferenciam entre língua própria, o nheengatu, e língua alheia, relacionando-as com espaço próprio, distinto do espaço do outro.

> [...] tem muita gente que fala o pessoal daqui mesmo fala o pessoal de São Gabriel fala agora do rio Uaupés não fala o pessoal daqui fala a língua geral quem não fala é porque não é daqui são do rio Uaupés [...] é porque tem muita gente que não fala língua geral principalmente esse pessoal de Uaupés né não fala língua geral a maioria do Içana fala língua geral agora do rio Uaupés não fala [as pessoas] do Içana que vem prá cá né [...] é eles vem prá cá e continuam falando língua geral né a maioria aí eu costumo dizer prás minhas filhas o pessoal que são daqui ou do Içana fala língua geral o pessoal do rio Uaupés só fala tukano sabe lá que outra língua eles falam até a professora também não fala só mesmo a gíria deles que falam (Entrevista I/8/2002, 46.1-94.5).

Segundo essa falante, os territórios das línguas parecem estar bem definidos: São Gabriel, o rio Içana como lugares do nheengatu, o rio Uaupés como lugar da "gíria deles", ou seja, o tukano. Porém, ao definir o lugar da fala do nheengatu, surge o tema das migrações dos falantes, fato que interfere

no intento de determinar um lugar fixo para o nheengatu. O lugar alheio, o rio Uaupés, é ao mesmo tempo o lugar do outro e o lugar do índio.

> [...] foi no tempo que eles mataram todas as freiras e padres lá [...] os índios lá do rio Uaupés por isso que voltaram esses primeiros que vieram [...] é mataram todos os padres e entraram na igreja na hora da missa só se salvou o que era sacristão ele que cuidava também lá abaixo (Entrevista I/8/2002, 90.3-94.5).

Além de qualificar a língua tukano como gíria, fica aqui demonstrada certa distância em relação aos "índios", que aparecem na narração como assassinos. O nheengatu surge como língua oposta à "gíria" deles, como língua inventada, em oposição à língua indígena, como pertencente ao lugar de São Gabriel e, contrária ao tukano, língua das pessoas do rio Uaupés.

Com respeito às características linguísticas do nheengatu, os falantes possuem uma alta consciência do seu caráter híbrido. A palavra-chave aqui é a "mistura". Nas entrevistas essa mistura se evidencia em diferentes níveis da língua e do seu contexto. Em primeiro lugar, o caráter misturado refere-se ao passado da língua e ao dos seus falantes.

> [...] é porque hoje em dia é uma mistura porque primeiramente aqui no rio Negro antes de chegarem os espanhóis os portugueses se falava só baré era baré mas aí o baré foi extinto [...] acabou cedo né foi sumindo foi sumindo começaram a falar português e o baré foi extinto (Entrevista I/8/2002, 120.12-124.2).

A mencionada mistura refere-se aqui às diferentes etapas de *language shift* experimentadas pelos falantes do nheengatu, isto é, a troca do baré pelo nheengatu, a troca do nheengatu pelo português e, finalmente, o retorno ao nheengatu. A mistura refere-se também ao fato de as famílias serem bi- ou multilíngues: "[...] tem gente que fala tukano porque tem aquela mistura a família fala duas ou três línguas tem gente que fala língua geral banin e português" (Entrevista I/8/2002, 34.1-34.2).

Finalmente, está expressa a consciência da própria língua. Para a sua mistura distinguem-se outros dois aspectos: "[...] tem que aprender a falar mais porque tem palavras que a gente fala misturado com o português [...] fala misturado [...] fica aquela mistura [...] a gente que já fala português tem aquela mistura" (Entrevista I/8/2002, 62.1-68.3).

Por um lado, fala-se do caráter misturado do nheengatu, por outro, do seu emprego alternado com o do português. Parece também que o emprego do por-

tuguês se caracteriza por ser "misturado". O momento da mistura é de grande importância para a identidade dos falantes do nheengatu, fazendo parte dela.

> [...] eles se percebem justamente como povo de natureza heterogênea, "misturada" – categoria central para o grupo. Afinal os baré se consideram como misturados por uma série de questões: por compartilharem do imaginário rionegrino, caboclo e "branco" simultaneamente [...] por terem se apropriado do nheengatu como língua própria (Melo, 2009: s.p.).

No âmbito geral, essa identificação como misturado, parte essencial do nheengatu, não é considerada como fato negativo. Além de serem misturados, a migração e a mobilidade lhes proporcionam uma "identidade fluida" (Melo, 2009), dinâmica e que coloca seriamente em questão tanto as teorias antropológicas como as sociolinguísticas que tratam dos indígenas e da política linguística com foco restrito ao *status* indígena. A mistura da língua, da sua utilização e dos seus falantes, ainda não recebeu seu devido lugar: prevalece a preferência pelo "puro".

Resumo e perspectivas

Este capítulo oferece um panorama sobre a situação atual do nheengatu. Com essa finalidade incluíram-se aspectos do espaço comunicativo, do contato com as línguas portuguesa e espanhola, com as línguas ameríndias da Amazônia, além de fatos da política linguística atual. Fragmentos de conversas com os falantes do nheengatu complementaram essas informações. Um resumo das observações mostra que:

(1) o nheengatu é uma língua ativamente falada. A política linguística atual atribui-lhe o *status* de língua cooficial no município de São Gabriel da Cachoeira. Esse é um passo importante para garantir a continuidade do emprego da língua e pode favorecer a ampliação dos domínios do seu uso e abrir novas possibilidades, tais como a formação de intérpretes e professores;

(2) o nheengatu conserva as características assumidas no seu processo de desenvolvimento a partir do tempo colonial. Esse fato manifesta-se, em primeiro lugar, nas características do seu emprego pelos falantes e nas atitudes dos mesmos com respeito ao idioma;

(3) uma dessas características da época colonial é a mobilidade e migração dos falantes e, com isso, da língua. Esses dois fatores são aqui considerados como sendo de suma importância. Deles resultam uma grande variedade e fluidez de espaços comunicativos e, consequentemente, a dinâmica da língua;
(4) o nheengatu é uma língua de "mistura", característica presente em todos os níveis da língua, desde seus aspectos estruturais, até os socio- e psicolinguísticos;
(5) o caráter misturado atinge de modo especial a relação entre língua e identidade dos falantes que, pela sua cooficialização na categoria de língua indígena, voltou a ser problemática.

Dessas observações resulta, em primeiro lugar, a percepção da falta de pesquisas empíricas, especialmente relativas à situação sociolinguística do nheengatu. O ponto-chave, contudo, parece ser a escolha dos conceitos teóricos com os quais são abordadas a situação da língua e, principalmente, a dos seus falantes. Isso diz respeito ao caráter de "mistura" que deveria ser levado em conta e respeitado, do mesmo modo que as demais línguas ameríndias são respeitadas como sendo línguas originalmente indígenas. O "caso" do nheengatu, estudado a fundo, pode ser visto como um desafio para repensar as categorias aplicadas às línguas que convivem com as línguas europeias.

Notas

[1] A referência a diferentes nomes como tupi, língua geral, nheengatu, e o seu arranjo em certa ordem linear, mostra as etapas mais significantes do desenvolvimento da língua. Hoje em dia, é usual referir-se a essa língua com o nome de nheengatu. No entanto, cabe dizer que se trata do nome oficial; seus falantes seguem referindo-se a sua língua com o nome de "língua geral".

[2] Ver também Rodrigues (1986: 103), que menciona a variação diatópica histórica referindo-se à língua geral amazônica, nome da língua no século XVIII. Também aqui são mencionadas regiões que hoje já não aparecem entre as de fala nheengatu: "[...] se constituíram diversos dialetos da língua geral amazônica, segundo as diferentes regiões em que ela veio a ser falada: Baixo Tocantins, Baixo Tapajós, rio Negro, Solimões etc.".

[3] Cf. <http://www.ethnologue.com/show_language.asp?code=yrl>, acesso em 20 ago. 2009. Também é falado em partes da Colômbia e da Venezuela.

[4] Informação obtida em conversas com Cândida Barros (Belém do Pará).

[5] Poderia tratar-se também de aspectos do mencionado contato entre o nheengatu e as demais línguas ameríndias; aqui, porém, nos limitaremos ao contato com o português.

[6] Ver, ao contrário, a classificação como língua indígena na seção seguinte.

[7] Ver, p. ex., Rodrigues (1996); Freire e Rosa (2003).

[8] Também o tukano tem essa função, mas, por não ser concebido nem como língua misturada nem como inventada, desfruta de uma situação menos problemática.

[9] Durante uma das visitas a São Gabriel da Cachoeira, houve conversas com funcionários responsáveis pelo planejamento linguístico de outros locais que, *expressis verbis*, expuseram exatamente o mesmo argumento contra o ensino do nheengatu nas escolas, por este "não pertencer ao grupo das línguas indígenas".

Bibliografia

AIKHENWALD, Alexandra (1995). *Bare*. München, Newcastle: Lincom.

_____ (2002). *Language Contact in Amazonia*. New York: Oxford University Press.

BARETTO, Ricardo (2002). Associação recém-criada quer preservar a língua nheengatu. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20021211.htm>. Acesso em 27 jul. 2010.

BRANDHUBER, Gabriele (1998). *Zivilisierte Indianer, moderne Tradition. Rezente Migrationsprozesse am Oberen Rio Negro, Amazonien – Brasilien*. Wien: Universität Wien.

CAMPBELL, Lyle (1997). *American Indian Languages. The Historical Linguistics of Native America*. New York; Oxford: Oxford University Press.

CHAUDENSON, Robert (2001). *Creolization of Language and Culture*. London; New York: Routledge.

DUARTE DE SOUZA, Adria Simone; ROJAS NINO, Carlos Guillermo (2008). Identidades, sujeitos e línguas: "Entre o corte do excesso e o semear da falta". *ETD – Educação Temática Digital* 9, 80-92.

FREIRE, Ana Paula. (2006). Línguas indígenas. O desafio da sobrevivência. *Revista Amazonas Ciência* 2.4, 24-27.

FREIRE, José Ribamar Bessa (2006). A volta do pião. *Diário do Amazonas*, 26 abr. 2006. Disponível em: <http://www.famalia.com.br/boletim/?p=663>. Acesso em 25 maio 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (2003) (org.). *Línguas gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: Uerj.

FOIRN; ISA (2000). *Povos indígenas do Alto e Médio rio Negro: uma introdução à diversidades cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. Brasília: MEC/SEF/DPEF.

HOLM, John (2000). *An Introduction to Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press.

LUCIANO, Gersem dos Santos (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Secad.

MELO GONÇALVES, Juliana (2009). *Identidades fluidas: ser e perceber-se como baré (aruak) na Manaus contemporânea*. Brasília: UnB, tese de doutoramento.

MOORE; FACUNDES; PIRES, (1993). Nheengatu (língua geral amazônica), Its History, And the Effects of Language Contact. *Reports from the Survey of California and Other Indian Languages* 8, 93-118. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/moore-1993-nheengatu/moore_1993_nheen gatu.pdf>. Acesso em 25 maio 2010.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

_____ (1996). As línguas gerais sul-americanas. *Papia* 4, 6-18.

Schmidt-Riese, Roland (2003). Condições da mudança em nheengatu: pragmática e contatos linguísticos. In: Freire, José Ribamar Bessa; Rosa, Maria Carlota (org.). *Línguas gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: Uerj, 147-166.

Schrader-Kniffki, Martina (2007). Das Nheengatu im amazonischen Brasilien: Ausdruck transkultureller Identität oder erfundene Sprache? Zwei Perspektiven. In: Sandten, Cecile; Schrader-Kniffki, Martina; Starck, Kathleen (org.). *Transkulturelle Begegnungen*. Trier: wtv, 117-132.

Silva, Protasio (1958). *Tupi – Português e Inglês: Livro Iepeçáua Renundê Iumunhã Uêra, Iauê. Cartilha progresiva*. Correta e aumentada. Manaus: Sergio Cardoso.

Silver, Shirley; Miller, Wick (1997). *American Indian Languages: Cultural and Social Contexts*. Tucson: The University of Arizona Press.

Thomason, Sarah; Kaufmann, Terence (1988). *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkely: University of California Press.

Thomason, Sarah; Everett, Daniel (s.a.). Pronoun Borrowing. Disponível em: <http://www-personal.umich.edu/~thomason/papers/pronborr.pdf>. Acesso em 1 ago. 2010.

Zambonim, Devino, J. (1993). O português em relação à língua franca nheengatu. In: xx^{e} Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Université de Zurich (6-11 avril 1992). iii, 473-482.

Os organizadores

Volker Noll é professor titular de Linguística Românica na Universidade de Münster (Alemanha), com especialização em estudos diacrônicos. É doutor em Linguística Românica pela Universidade de Heidelberg e obteve a livre-docência na Universidade de Göttingen com tese sobre o português brasileiro. Seu campo de pesquisa preferido é a área da Linguística Hispano-Americana e Brasileira, sobre a qual tem publicado vários trabalhos.

Wolf Dietrich é professor titular emérito do Instituto de Filologia Românica da Universidade de Münster (Alemanha). É doutor em Filosofia pela Universidade de Tübingen (orientador Eugenio Coseriu, 1971). Publicou diversos livros e artigos sobre Linguística Histórica e Descritiva das línguas românicas (português, espanhol, francês, italiano, romeno) e das línguas da família tupi-guarani. É sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia e codiretor do *Atlas Linguístico Guarani-Românico*.

Os autores

Aryon Dall'Igna Rodrigues é professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e professor *honoris causa* da Universidade Federal do Paraná, é pesquisador bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, coordena o Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da UnB e desenvolve pesquisa sincrônica e diacrônica sobre línguas indígenas do Brasil. É doutor em Linguística (Fonética e Fonologia, Línguas Africanas e Línguas Ibero-românicas) pela Universidade de Hamburgo (1959).

Cândida Barros é pesquisadora do Museu Emílio Goeldi em Belém. Concluiu doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1993. Seu campo de interesse é a pesquisa sociolinguística sobre as formas de uso da língua tupi na colonização no Brasil. Entre os temas sobre os quais tem publicado estão a história da elaboração dos catecismos jesuíticos coloniais e a política linguística missionária voltada para a criação de grupos de intérpretes para a evangelização.

José Ribamar Bessa Freire é doutor em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Cursou doutorado em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França. Orienta pesquisas de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), especialmente com os temas de história social das línguas, línguas indígenas e literatura oral. É professor da Uerj, onde coordena o Programa de Estudo dos Povos Indígenas. Participa do Grupo de Trabalho de Sociolinguística da Anpoll e é consultor do Ministério da Educação para questões de educação indígena. Publicou vários livros, entre os quais *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia* (2004).

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida é professor associado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). É livre-docente (2009)

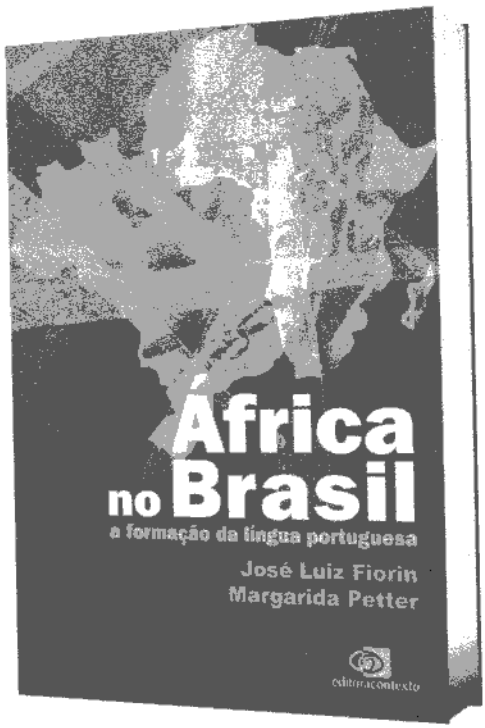
e doutor em Letras (2000) pela Universidade de São Paulo. Tem formação complementar em Dialetologia Portuguesa pela Universidade de Lisboa (1998), e é sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia. Trabalha na área de Filologia e Língua Portuguesa, atuando nos seguintes temas: crítica textual, dialetologia e história da língua portuguesa, sobre os quais tem várias publicações.

Martina Schrader-Kniffki é professora do Departamento de Literatura e Linguística da Universidade de Bremen (Alemanha). Tem doutorado e pós-doutorado em Linguística Românica; trabalha nas áreas de Contato de Línguas, Política Linguística, Linguística Construtivista-Cognitiva, Linguística Histórica e Ciência de Tradução. Publicou vários artigos e livros, entre outros, sobre o espanhol no México, aspectos do português do Brasil e as línguas ameríndias zapoteca e nheengatu.

Roland Schmidt-Riese é professor titular de Linguística Românica na Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt. Tem doutorado em Filologia Românica da Universidade de Friburgo, em Brisgóvia, e pós-doutorado em Filologia Românica da Universidade de Munique, este último versando sobre a gramática colonial nas Américas. Além disso, tem feito pesquisa sobre a história do português brasileiro, sobre contatos linguísticos, especialmente referente às áreas da Morfologia e Sintaxe. Dá aula em cursos de Linguística Francesa, Italiana e Espanhola.

Sílvio de Almeida Toledo Neto é professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. É doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2001). Trabalha na área de Filologia Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica textual, ciências afins da Filologia e história da língua portuguesa, sobre os quais tem vários trabalhos publicados.

Valéria Faria Cardoso é professora do Departamento de Letras da Universidade do estado de Mato Grosso (Unemat). É doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Trabalha na área de Descrição e Análise de Línguas Ameríndias, com ênfase em línguas da família tupi-guarani. Entre outros domínios, atua na área de Dialetologia, com o desenvolvimento do ALiMAT, *Atlas Linguístico do Estado de Mato Grosso*.



ÁFRICA NO BRASIL
a formação da língua portuguesa

José Luiz Fiorin e Margarida Petter (orgs.)

Estudar o encontro do português com línguas, povos e culturas africanas e indígenas é fundamental para a compreensão do chamado português brasileiro. África no Brasil tem por objetivo identificar os traços lingüísticos atribuídos ao contato do português com as línguas africanas que aqui aportaram no período da colonização. As palavras de origem africana que se perpetuaram no território brasileiro constituem uma maneira de conceituar e categorizar a realidade. É isso que este livro - escrito por renomados especialistas na área - demonstra através da abordagem de questões que ajudam a entender melhor a formação do português brasileiro, como a apropriação do léxico de origem africana, a contribuição semântica no vocabulário, o exame da sintaxe e outros processos lingüísticos. Mais que um livro de lingüística, esta obra revela um sentimento de profundo respeito pelos povos africanos e pelas suas línguas, cristalizações de sua maneira de ver o mundo.

Cadastre-se no site da Contexto

e fique por dentro dos nossos lançamentos e eventos.

www.editoracontexto.com.br

Formação de Professores | Educação

História | Ciências Humanas

Língua Portuguesa | Linguística

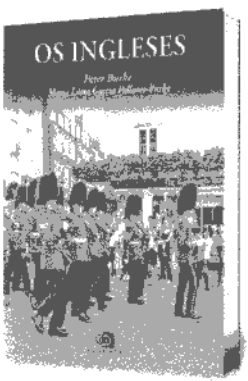
Geografia

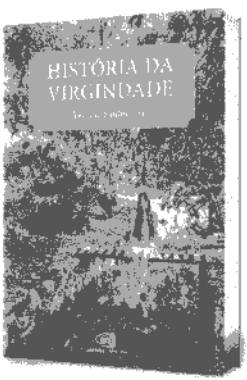
Comunicação

Turismo

Economia

Geral





Faça parte de nossa rede.

www.editoracontexto.com.br/redes

editora contexto

Promovendo a Circulação do Saber

Em "O Brasil Colônia entre a língua geral e o português", "Variedade do português brasileiro na trilha das bandeiras paulistas", "O uso do tupi na Capitania de São Paulo no século XVII", "A língua guarani e o português no Brasil" e "Os brasiguaios no Brasil: aspectos fonéticos, gramaticais e lexicais", trata-se de "línguas" (intérpretes), bandeirantes, línguas gerais (paulista e amazônica) e contatos linguísticos no Brasil Colônia e hoje em dia.

O capítulo "As relações históricas entre o português e o nheengatu nos universos urbano e rural da Amazônia" acompanha a expansão do nheengatu e do português na Amazônia e explica o papel dos jesuítas no ensino e no uso das línguas.

O livro termina com uma avaliação da situação atual, considerando também questões de política linguística em "O nheengatu atual falado na Amazônia brasileira".

O português e o tupi no Brasil

Ubatuba, Curitiba, Paraná, maracujá, mandioca, abacaxi, tatu, jacaré e *urubu*. Você já parou para pensar na origem dessas palavras? A tradição tupi na formação da nossa língua se manifesta em inúmeros nomes de praias, serras, rios, além de uma parte considerável da flora, fauna e cozinhas regionais.

O português e o tupi no Brasil apresenta o lado linguístico das relações entre a antiga língua tupinambá e a portuguesa, desde os primeiros contatos na época da descoberta até a presença atual do nheengatu progênito na Amazônia.

Quais foram as influências que o tupi pode ter exercido na fonética, na morfologia e no léxico da língua portuguesa transplantada para o Brasil? Como avaliar a multiplicidade dos contatos e como evoluíram as variedades implicadas?

A convivência das duas línguas, apresentada em uma obra rigorosa escrita por pesquisadores brasileiros e alemães, foi além do mero contato linguístico. Ela contribuiu para formar um povo, uma nação, com duas vertentes de ver o mundo através do idioma, as quais confluíram no português brasileiro.

Autores

Aryon Dall'Igna Rodrigues • Cândida Barros • José Ribamar Bessa Freire
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida • Martina Schrader-Kniffki
Roland Schmidt-Riese • Sílvio de Almeida Toledo Neto
Valéria Faria Cardoso • Volker Noll • Wolf Dietrich

editora contexto
Promovendo a Circulação do Saber

ISBN 978-85-7244-472-9
9 788572 444729